



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

MARIA FERNANDA DE SOUSA RODRIGUES

**DEUS CRIOU O MUNDO E NÓS CONSTRUÍMOS O CONJUNTO PALMEIRAS:
A CONSTITUIÇÃO DA IDEIA DE UM BAIRRO SOLIDÁRIO**

**FORTALEZA
2012**

MARIA FERNANDA DE SOUSA RODRIGUES

DEUS CRIOU O MUNDO E NÓS CONSTRUÍMOS O CONJUNTO PALMEIRAS:
A CONSTITUIÇÃO DA IDEIA DE UM BAIRRO SOLIDÁRIO

Tese submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de doutora em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Lea Carvalho Rodrigues

FORTALEZA
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca de Ciências Humanas

"Liber, libertas."

R614d Rodrigues, Maria Fernanda de Sousa.

Deus criou o mundo e nós construímos o Conjunto Palmeiras: a construção da ideia de um bairro solidário / Maria Fernanda de Sousa Rodrigues. – 2012.

211 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2012.

Área de concentração: Sociologia.

Orientação: Profa. Dra. Lea Carvalho Rodrigues.

1. Participação social – Conjunto Palmeiras (Fortaleza, CE). 2. Movimentos sociais – Conjunto Palmeiras (Fortaleza, CE). 3. Solidariedade. I. Título.

CDD 302.14098131

MARIA FERNANDA DE SOUSA RODRIGUES

DEUS CRIOU O MUNDO E NÓS CONSTRUÍMOS O CONJUNTO PALMEIRAS:
A CONSTITUIÇÃO DA IDEIA DE UM BAIRRO SOLIDÁRIO

Tese submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de doutora em Sociologia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Lea Carvalho Rodrigues (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof^ª Dr^ª Alicia Ferreira Gonçalves
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof^ª Dr^ª Ana Claudia Farranha Santana
Universidade de Brasília – UNB

Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino
Universidade Federal do Ceará – UFC

Para vocês, Lucas e Mariana, filhos amados, e para o meu esposo Jairo, confidente de minhas fragilidades.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por manter em mim a fé, a esperança na travessia desta tese e por proporcionar tantos anjos que me resguardaram e me confortaram quando tudo parecia esmaecer.

Aos meus filhos queridos, Lucas e Mariana, por me consolarem em meio à fadiga; tive deles o alento de um abraço e de um beijo e a cumplicidade do silêncio, da retidão, quando necessitei.

Ao meu companheiro Jairo, por me encorajar e acreditar na minha competência, pela compreensão das ausências e por trazer para si a responsabilidade do cotidiano dos nossos filhos. A você, meu amor, muito obrigada.

Aos meus pais e aos meus irmãos, pela palavra de conforto, em especial minha mãe, que com suas orações me confortava. Minha irmã Rosinha, pela cumplicidade em todos os momentos de minha vida, ao meu sobrinho querido Juninho, que tantas vezes no transcurso desta tese me socorreu na compilação de mapas, gráficos, dentre muitas outras ajudas. Gratidão igual tenho às minhas cunhadas Luciene, Liliane, Eliete, Cele, Assunção e Lucinha; também estendo a Fernando, que tão gentilmente teceu comentários acerca do meu projeto de qualificação.

Aos meus amigos Eduardo Barbosa, João Alfredo, Juarez de Paula, Ivonete Tamboril, Uribam Xavier, Emilinha, Netinha, Jerônimo, Angélica, com os quais há mais de duas décadas, compartilho sonhos e esperanças. Em nome destas amigadas queridas, lembro com carinho da minha amiga Clélia (*in memoriam*).

Aos meus amigos Claútenes, Francisco, Carlos, Eleonora, Jair, Angelúcia, Rosângela, Vladimir, pela torcida e por ter me proporcionado em meio ao cansaço momentos de relaxamento. Agradeço ainda a Francisco Lopes, pelas conversas não acadêmicas.

Tendo como pretexto a tese, a vida me apresentou uma amiga querida, Danielle Maia, que participou intensamente do resultado deste trabalho. Em meio a conversas acadêmicas, desfilamos percepções sobre sonhos, poesias e esperanças. Uma amiga eternamente grata.

À minha orientadora Lea Carvalho Rodrigues, pela firmeza e cumplicidade, e sobretudo, pelo rigor e competência profissional com que tratou esta pesquisa. Tenho certeza absoluta de que sem isto não teríamos tido este resultado.

Aos meus colegas de turma de doutorado, Lourdes, Fábio, Maurício, Kelma, Erle, Evânia, em nome destes, cumprimento os demais. Quero ainda agradecer a Mônica, que gentilmente concedeu alguns livros necessários à discussão desta tese.

Ao Fábio pela correção desta tese, ao Geovane, por me ajudar a desvendar as leituras quantitativas às quais sempre fui avessa. Ao meu amigo Zacarias (o Zaca) que gentilmente que proporcionou o alcance de leituras em outros idiomas.

Aos moradores do Conjunto Palmeiras, pela partilha, pelo carinho com que alguns me receberam em suas casas. Agradeço ainda aos representantes das instituições do bairro, às lideranças como Socorro Alves, pelo tempo das entrevistas e que gentilmente discorria sobre o bairro. Dona Marinete, que, com paciência, tecia comentários sobre os episódios ocorridos no bairro. Seu Augusto, pelo desprendimento em atender aos meus chamados, e não foram poucos. Sem a sua honrosa solidariedade, esta tese não teria tantas informações minuciosas sobre o Conjunto Palmeiras. Agradeço ainda a Ênio, Luciana e Célia, representantes de entidades do bairro.

À Joaquim Melo, pelo carinho e cordialidade com que partilhou as informações imprescindíveis das iniciativas solidárias e do bairro; a Sandra Magalhães (*in memoriam*), por me atender, apesar dos contratempos da vida, minha eterna gratidão. A Izimario, Jaqueline, Otaciana e ao Elias.

Aos membros da banca examinadora do doutorado, Ana Cláudia Farranha Santana, Alcides Fernando Gussi, Alicia Ferreira Gonçalves e Antonio George Lopes Paulino.

Aos professores do departamento, em nome de Simone Simões e Elza Braga, cumprimento a todos.

À Universidade Federal do Ceará e ao seu Programa de Doutorado.

À equipe de profissionais da Secretaria de Pós-Graduação, Socorro e Aimberê, agradeço pela atenção e pelas informações.

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, pelo consentimento dos recursos que proporcionaram a minha participação em eventos nacionais e internacionais.

À Capes, pela concessão da bolsa que financiou os quatro anos do doutorado.

Agradeço, por fim, a todos que contribuíram, a seu modo, com esta pesquisa.

“Não é desejável que o cidadão seja nem demasiado bom e subjectivo, nem demasiado insensível e realista. É necessário que ele tenha o sentido agudo de si próprio, mas também dos outros, da realidade social... falamos de homens e de grupos de homens, porque são eles, é a sociedade, são sentimentos de homens em espírito, em carne e em osso que agem desde sempre e agiram por toda a parte.”

Mauss (2001, p. 180-181)

RESUMO

O objetivo desta tese é compreender como, no Conjunto Palmeiras, um bairro situado na periferia de Fortaleza, construiu-se, ao longo do tempo, a imagem de um bairro solidário. Entende-se que tal imagem resultou tanto da mobilização em torno das demandas sociais para o bairro como do desenvolvimento de experiências consideradas inovadoras no campo da economia solidária que o tornaram conhecido e reconhecido internacionalmente, sobretudo ao final da década de 1990, alvo de inúmeros estudos acadêmicos, detentor de visibilidade midiática e premiações. Em meados de 2000, tais iniciativas expandiram-se como política de governo, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). O ponto central, desta forma, é entender de que modo essas iniciativas ditas solidárias foram sendo difundidas e adquiriram legitimidade perante o Estado e a sociedade civil e quais as implicações desse processo que une duas lógicas aparentemente contraditórias. Para tanto, orientada por uma perspectiva metodológica qualitativa, a tese teve como foco as seguintes questões: que atores sociais participam do processo de construção dessa imagem? De que maneira atuam? Qual a extensão das iniciativas ditas solidárias? Que percepção de solidariedade perpassa as relações de parcerias firmadas entre os atores sociais envolvidos? Quais implicações tendem a ocorrer com a institucionalização dessas iniciativas diante do caráter solidário que originalmente as particularizaram? Conclui-se que, atualmente, as iniciativas solidárias no Conjunto Palmeiras desenvolvem-se, do ponto de vista institucional, em um campo ainda não definido. Se por um lado, buscam-se instrumentos cabíveis à sua autonomia legal, por outro, ao se institucionalizarem tais experiências, abre-se o caminho para que outros referenciais passem a demarcar estas iniciativas, provavelmente distintas daqueles que a embasaram em sua gênese.

Palavras-chave: Conjunto Palmeiras. Experiências solidárias. Legitimidade. Institucionalidade. Relatos míticos.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to understand how the neighbourhood Conjunto Palmeiras, located in the suburbs of Fortaleza, has built throughout time the image of a supportive neighbourhood. It is understood that this image is the result of movements related to social demands, such as the development of experiences considered to be innovative in the field of the supportive economy. Those movements, therefore, made Conjunto Palmeiras a target of an uncountable amount of academic studies, many of them awarded, which turned it into an internationally known and acknowledged neighbourhood, especially in the late 90's. In the mid-2000s, those initiatives have been expanded as a Government policy by the National Secretary of Supportive Economy - SENAES (Brazilian initials). Hence, the main point of this work is to understand which ways those initiatives were widespread and gained legitimacy before the State and the civil society as well as which are the implications of this process, that connects two apparently contradictory rationales. Therefore, guided by a qualitative methodological perspective, the thesis focuses on: Who are the social actors who take part in the process of building this image? How do they work? What is the extent of the so-called supportive initiatives? What perceptions of solidarity permeate the correlation of partnership between the social actors involved? Which implications tend to occur with the institutionalisation of those initiatives before the supportive character that originally particularised? As a result, we conclude that, currently, Conjunto Palmeiras's supportive initiatives, from an institutional point of view, develop themselves into a field not yet specified. If on one hand, it is sought applicable instruments to its legal autonomy, on the other hand, by institutionalising such experiences, a new path is open in order to allow other references to demarcate those initiatives, probably different from those ones in its genesis.

Keywords: Conjunto Palmeiras. Supportive experiences. Legitimacy. Institutional. Mythical stories.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	– Rampa do Jangurussu retratando os catadores de lixo	28
Imagem 2	– Lagoa de estabilização localizada no Conjunto Palmeiras com elevado estágio de assoreamento	53
Imagem 3	– Lagoa de estabilização do Conjunto Palmeiras em funcionamento, ao lado a segunda lagoa assoreada	53
Imagem 4	– Avenida Val Paraíso no Conjunto Palmeiras	65
Imagem 5	– Moradias e becos da ocupação Piçarreira	66
Imagem 6	– Ruas e moradias da ocupação Palmeiras II	67
Imagem 7	– Moradias e becos da ocupação Aldacir Barbosa	68
Imagem 8	– Moradias e becos da ocupação Jagatá	69
Imagem 9	– Moeda Palmares	109
Imagem 10	– Moeda Palmares	109
Imagem 11	– Ruas e moradias da ocupação Palmeiras II	131
Imagem 12	– Ruas e moradias da ocupação Palmeiras II	131

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Mapa de Fortaleza com destaque ao bairro do Jangurussu	28
Figura 2	– Mapa da cidade de Fortaleza com destaque: as Regionais, o bairro Jangurussu e o Conjunto Palmeiras	43
Figura 3	– Mapa das ruas do bairro Conjunto Palmeiras, destacando o itinerário do transporte coletivo	50
Figura 4	– Mapa do bairro Conjunto Palmeiras com destaque: Jagatá, Palmeiras II, Piçarreira, Aldacir Barbosa e lagoa de estabilização do bairro	70
Figura 5	– Mapa das ruas do bairro com destaque para a localização das instituições	147
Figura 6	– Mapa da Rede de Bancos Comunitários do Brasil – RBBC ...	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Produtos de material de limpeza consumidos no bairro	58
Quadro 2	– Produtos de alimentação consumidos no bairro	58
Quadro 3	– Número das iniciativas solidárias e das instituições	116
Quadro 4	– Principais publicações sobre o Conjunto Palmeiras	120
Quadro 5	– Instituições existentes no Conjunto Palmeiras por ano de criação	144
Quadro 6	– Objetivos e atuação das instituições existentes no Conjunto Palmeiras	145-146

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Distribuição percentual da população residente, por faixas de idade, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010	44
Gráfico 2	– Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por sexo, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010	46
Gráfico 3	– Pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo as classes de rendimento nominal mensal, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010	47
Gráfico 4	– Nível de escolaridade dos moradores do Conjunto Palmeiras.....	49
Gráfico 5	– Tipos de estabelecimentos comerciais locais	56
Gráfico 6	– Escala do comércio no Conjunto Palmeiras segundo o faturamento mensal (pequeno médio e grande porte)	57
Gráfico 7	– Consumo realizado por moradores fora do bairro	59
Gráfico 8	– Consumo local realizado por moradores do bairro	60
Gráfico 9	– Criação das iniciativas ditas solidárias no Conjunto Palmeiras	95
Gráfico 10	– Como sua vida melhorou a partir da criação do Banco Palmas?	111
Gráfico 11	– Percentual de associativismo comunitário	113
Gráfico 12	– Renda familiar mensal das respondentes da pesquisa	114
Gráfico 13	– Atores sociais locais que participam do FECOL	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Domicílios particulares permanentes, por faixas de idade da pessoa responsável pelo domicílio, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010	44
Tabela 2	– Pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo condição de rendimento, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010	45
Tabela 3	– Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por sexo, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010	45
Tabela 4	– Pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo as classes de rendimento nominal mensal, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010.....	46
Tabela 5	– Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais, por sexo, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010	47
Tabela 6	– Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de alfabetização, segundo as classes de rendimento nominal mensal, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010	48
Tabela 7	– Quantidade de domicílios particulares permanentes, segundo a existência de banheiros de uso exclusivo, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010	51
Tabela 8	– Quantidade de domicílios particulares permanentes, segundo a forma de abastecimento de água, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010	52
Tabela 9	– Quantidade de domicílios particulares permanentes, segundo o destino do lixo, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010	52
Tabela 10	– Quantidade de domicílios particulares permanentes, segundo a existência de energia elétrica, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010	55
Tabela 11	– Homicídios no Jangurussu, Messejana, Barroso, Jardim das Oliveiras, Passaré, Edson Queiroz, Lagoa Redonda, Conjunto Palmeiras e Alagadiço Novo	62

LISTA DE SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ABVV	Associação Beneficente de Valorização à Vida
ASMOCONP	Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPB	Banco Popular do Brasil
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CEARAH	Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Periferia
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEF	Caixa Econômica Federal
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COELCE	Companhia Energética do Ceará
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FBFF	Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza
FECOL	Fórum Econômico Local
FECOP	Fundo Estadual de Combate à Pobreza
FIB	Felicidade Interna Bruta
FSM	Fórum Social Mundial
FSSF	Fundação do Serviço Social de Fortaleza
FUNCI	Fundação da Criança e da Família Cidadã
GTZ	Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano e Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSTRODI	Instituto Strohalm de Desenvolvimento Integral
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
LIEGS	Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social
MAUSS	Movimento Antiutilitário nas Ciências Sociais
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NESOL	Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Economia Solidária
ONG	Organização Não Governamental
OSCIPI	Organização da Sociedade Civil e Interesse Público
PALMATECH	Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PGU/ALC	Programa de Gestão Urbana para a América Latina e o Caribe
PIB	Produto Interno Bruto
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNISINOS	Universidade do Vale dos Sinos
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 CARTOGRAFIA DO BAIRRO CONJUNTO PALMEIRAS	27
1.1 Conjunto Palmeiras e as interfaces com o movimento social	32
1.2 Sob as lentes oficiais: o bairro Conjunto Palmeiras	41
1.3 Conjunto Palmeiras: o reverso da cartografia	62
1.4 Conjunto Palmeiras: sentidos e significados	71
2 CONJUNTO PALMEIRAS: CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS SOBRE A IDEIA DE UM BAIRRO SOLIDÁRIO	75
2.1 "Deus criou o mundo e nós criamos o Palmeira": trajetória de lutas	77
2.2 Relatos contemporâneos: as iniciativas ditas solidárias	92
2.3 Sobre as iniciativas solidárias no Conjunto Palmeiras	100
2.3.1 <i>Conjunto Palmeiras: de tudo que há no mundo, lá tem</i>	105
2.4 <i>A percepção da Mídia e da Academia sobre a ideia da solidariedade no Conjunto Palmeiras</i>	117
2.4.1 <i>As iniciativas solidárias na perspectiva da produção acadêmica</i>	123
2.4.2 <i>Iniciativas solidárias: o olhar da mídia</i>	128
2.5 "Nós fizemos da tragédia uma grife": quando os relatos são ritualizados ...	136
3 AS INICIATIVAS SOLIDÁRIAS DO CONJUNTO PALMEIRAS: FORTALECIMENTO E LEGITIMIDADE	140
3.1 Mapeamento das instituições do Conjunto Palmeiras	143
3.1.1 <i>Companhia de Ritmos de Danças Populares (CORDAPÉS)</i>	148
3.1.2 <i>Associação Chico Moser</i>	151
3.1.3 <i>Associação Beneficente de Valorização à vida (ABVV)</i>	153
3.1.4 <i>Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP)</i>	155
3.1.5 <i>Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária</i>	156
3.1.6 <i>Fórum Socioeconômico Local – FECOL</i>	160
3.2 As Instituições do Conjunto Palmeiras: um olhar singular sobre o bairro .	162
3.3 Relatos institucionais sobre as iniciativas solidárias: reconhecimento e legitimidade	165
3.3.1 <i>As iniciativas solidárias e a relação com as instituições governamentais</i>	170
CONCLUSÃO	183
REFERÊNCIAS	187
APÊNDICES	193
ANEXO	197

INTRODUÇÃO

Esta tese, de cunho socioetnográfico, tem como objetivo compreender como, no Conjunto Palmeiras, um bairro situado na periferia de Fortaleza, construiu-se, ao longo do tempo, a imagem de um bairro solidário. Para tanto, dediquei-me, nos últimos cinco anos, a realizar pesquisas de campo no referido bairro, na perspectiva de entender os mecanismos desenvolvidos por suas lideranças no sentido de divulgar as iniciativas denominadas solidárias e, também, de compreender como estas foram adquirindo legitimidade perante o Estado e a sociedade civil.

Todavia, o propósito desta tese transcende a perspectiva do local e alça voo para uma compreensão mais ampla de processos similares que ocorrem no País, no âmbito das experiências consideradas como parte do movimento da economia solidária, convertendo-se em subsídios para o entendimento do processo de institucionalização das iniciativas denominadas solidárias no Brasil.

Não por acaso escolhi o Conjunto Palmeiras para realizar este estudo, tratando-o com o rigor epistemológico que cabe a um assunto desta envergadura. O Conjunto Palmeiras, localizado em Fortaleza (CE), ficou conhecido e reconhecido nacional e internacionalmente no final da década de 1990 pelo ineditismo de algumas iniciativas ali desenvolvidas, como a criação do Banco Palmas e de uma moeda própria, tornando-se alvo de inúmeros estudos acadêmicos, detentor de visibilidade na mídia e objeto de premiações.

Desse modo, o bairro em tela constituiu-se, por várias razões, um campo empírico especial ao possuir um conjunto de informações pertinentes ao desenvolvimento da presente tese. O Conjunto Palmeiras é uma das primeiras localidades brasileiras em que uma gama de ações, gestadas para encontrar respostas locais à lógica excludente do capitalismo contemporâneo, gradativamente foi sendo incluída no rol das denominadas iniciativas ou experiências solidárias.

Em meados de 2000, tais iniciativas ganharam um novo estatuto ao se tornarem política de Governo com a criação, no ano de 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)¹.

¹ A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, como resultado da proposição da sociedade civil durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Em consonância com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego, objetiva viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de

Para Paul Singer (2006), dois importantes acontecimentos precederam o surgimento da SENAES e são merecedores de destaque devido à sua relevância na criação desta Secretaria. O primeiro assenta-se no crescente movimento da economia solidária no Brasil, fortalecido por uma rede de entidades da sociedade civil, dentre as quais, podem ser citados setores da Igreja católica, ONGs e sindicatos. Também se constata a presença das universidades federais por meio das incubadoras de tecnologia.

Na perspectiva de fortalecer a economia solidária no ano de 2000, foi instituído, conforme Singer (2006), um Grupo de Trabalho com o intuito de reunir as grandes instituições nacionais que trabalhavam a temática no Brasil em sintonia com o emergente Fórum Social Mundial. Também neste mesmo período foi elaborada uma carta, denominada *Economia solidária como estratégia política de desenvolvimento*, destinada ao então candidato à Presidência da República Luis Inácio Lula da Silva. Nesta carta, havia uma exposição de diretrizes para uma política nacional de fortalecimento da Economia Solidária, em que se reivindicava a criação de um órgão governamental que potencializasse as ações protagonizadas pelo movimento social.

Outros fatos imprescindíveis, segundo Singer (2006), intimamente ligados ao cenário exposto acima, foram a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para Presidente da República do Brasil no ano de 2002 e sua postura relacionada ao movimento da economia solidária, tendo destaque um conjunto de ações voltadas para esta temática prevista em seu Plano de Governo. Nesse sentido, inclui-se a criação da SENAES, institucionalizando a economia solidária, tornado-a uma política de governo com orçamento previsto nos Planos Plurianuais 2004-2007 e 2008-2011. Para Singer (2006, p, 2), a sua nomeação para “chefiar a nova secretaria” também foi resultado de uma exigência dos movimentos sociais ao Presidente.

Desse modo, o autor ainda argumenta que a criação da SENAES está intrinsecamente relacionada à força dos movimentos sociais. Lembra que, por ocasião de sua posse como secretário desta pasta, foi realizada na cidade de Brasília a III Plenária Nacional de Economia Solidária, com a presença de aproximadamente 800 delegados representando as experiências solidárias de diversos estados. Singer (2006) argumenta que naquele momento foi fundando o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que se tornou desde então o principal parceiro da SENAES. O FBES é uma organização composta por empreendimentos,

assessorias e gestores públicos responsável pela interlocução com a SENAES relativamente às necessidades e sugestões da Economia Solidária no Brasil.

Conforme o sítio² oficial da SENAES, o objetivo desta Secretaria é “[...] viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional” . Segundo ainda essa página eletrônica, a SENAES visa à “[...] geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário”. De fato, com a criação da SENAES, os empreendimentos organizados no Brasil tiveram uma maior visibilidade por meio da realização de um Mapeamento ocorrido em todo Brasil proporcionando, ainda que timidamente, articulações locais para a valorização destes empreendimentos.

Outra questão relevante a ser dita refere-se ao fato de que, concomitantemente ao desenvolvimento destas experiências, constituía-se no Brasil um campo teórico que se dedicava a apreender e analisar as experiências denominadas solidárias do ponto de vista conceitual, tendo como principais representantes Paul Singer, Luis Inácio Gaiger e Marcos Arruda³.

Também neste mesmo período aconteceram no Brasil inúmeros eventos em torno da temática da economia solidária⁴. Estes eventos tinham por finalidade aprofundar a discussão em torno das experiências organizadas sob a égide da solidariedade econômica e, ao mesmo tempo, a troca de informações sobre a prática cotidiana em torno destas ações. No bojo destes ensaios podem ser citadas as iniciativas ditas solidárias do Conjunto Palmeiras. É importante considerar que algumas destas iniciativas do bairro passaram a compor as ações implementadas pela SENAES, a exemplo dos bancos comunitários e da moeda social⁵. Por esta razão, as iniciativas solidárias do Conjunto Palmeiras, em especial a do banco comunitário e a da moeda social, ao serem incorporadas às políticas de governo, alcançam uma maior visibilidade dentro e fora do bairro.

Outra questão relevante a ser dita refere-se ao fato de que, concomitantemente ao desenvolvimento destas experiências, constituía-se, no Brasil, um campo teórico que se dedicava a apreender e analisar as experiências denominadas solidárias do ponto de vista conceitual, tendo como principais representantes Paul Singer, Luis Inácio Gaiger e Marcos Arruda⁶.

² Ver o sítio <www.mte.gov.br>. Pesquisa realizada no dia 3 de dezembro de 2012.

³ Ver Lechat (2004).

⁴ Ver Lechat (2004).

⁵ Aprofundaremos esta discussão no decurso da Tese.

⁶ Ver Lechat (2004).

O Conjunto Palmeiras é consequência de uma política de remanejamento decorrente do reordenamento espacial da cidade de Fortaleza, ocorrido no período de 1973. Eram alvo dessas remoções pessoas provenientes de áreas de risco residentes em terrenos públicos e particulares, localizados no bairro Aldeota, nas favelas Poço da Draga, Arraial Moura Brasil, Morro das Placas e Verdes Mares, além dos desabrigados da favela do Lagamar. Nesse período, foram removidas 143 famílias para a região sul da cidade, próximo à BR 116, onde hoje se situa o Conjunto Palmeiras. A transferência ocorreu em duas fases: a primeira, em 1973, como acima mencionado; e a segunda, em 1975.

Contam os primeiros moradores que o lugar destinado à construção do Conjunto Palmeiras era desprovido de infraestrutura, a começar pela falta de moradias, de água potável, energia e transporte público. Além disto, não havia equipamentos públicos como escolas, postos de saúde, praças, dentre outros. Após uma longa mobilização das lideranças e moradores locais, no ano de 2007, o Conjunto Palmeiras, até então considerado favela, passou a ser considerado como bairro pela administração de Luiziane de Oliveira Lins, prefeita de Fortaleza nos períodos 2004 a 2008 e 2009 a 2012.

Na atualidade, há dois principais caminhos de acesso ao Conjunto Palmeiras: pela BR116, rodovia que liga o Ceará a outros estados do Brasil; ou pela Perimetral, avenida que atravessa bairros localizados na zona oeste e sul de Fortaleza. Ao chegar à BR 116, é possível ingressar no bairro pela Avenida Alberto Craveiro, via que penetra em bairros populosos com habitações de porte médio e onde está localizado o estádio Plácido Aderaldo Castelo, maior instalação para a prática de futebol no Ceará e popularmente conhecido por Castelão.

Na avenida de acesso ao São Cristovão, conjunto habitacional vizinho ao Conjunto Palmeiras, há inúmeras casas remanescentes de áreas de ocupação. Compõem também o cenário: casebres, crianças na rua dividindo espaços com os carros e a circulação de bicicletas, motos, carros, jumentos, cachorros e cavalos que conduzem carroças transportando mercadorias. Mais à direita desta rua, visualiza-se a rampa de lixo do Jangurussu, já sedimentada pelos longos anos de desativação e que era o principal aterro de lixo da cidade de Fortaleza. Aos pés deste lixão, há inúmeras casas feitas de papelão, que, por meio de suas portas improvisadas, salta aos olhos dos passantes o semblante de crianças seminuas e visivelmente sujas observando a rua. Assim, chega-se ao Conjunto Palmeiras. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no censo do ano de 2010, há no Conjunto Palmeiras uma população de 36.589 habitantes.

Ao adentrar o Conjunto Palmeiras, verificam-se, além da avenida principal, a Val Paraíso, inúmeras ruas secundárias, algumas sinalizadas por nome e numeração, outras

visivelmente improvisadas. Ainda há becos e vielas, entrecruzados por casebres e lixos, que de tão estreitas tornam impossível o tráfego de veículos. Observado de um determinado ângulo, é possível perceber também no bairro uma intensa vida social, com cenas típicas do cotidiano da periferia de uma metrópole: pessoas conversando nas calçadas, homens nos quiosques e botecos, crianças brincando nas ruas, trabalhadores nas lojas, esperando o próximo freguês. Observam-se, ainda, cenas que mostram sinais de miséria social e representações de violência: jovens visivelmente drogados com o olhar de intimidação, pessoas maltrapilhas dormindo ao relento, comércios gradeados e a mendicância de meninos e adultos que perambulam pelos corredores centrais do bairro.

Em linhas gerais, na atualidade, há no Conjunto Palmeiras escolas, farmácias, posto de saúde, templos religiosos, estabelecimentos comerciais, tais como mercantis, bares, frigoríficos, restaurantes, postos de gasolina, dentre outros. Há também entidades como associações, pastorais e Organizações Não Governamentais (ONGs), dentre outros.

Conforme os relatos das lideranças locais, as iniciativas solidárias se iniciaram com a ideia de criação, no âmbito local, de mecanismos que gerassem trabalho e renda, se não para todos, ao menos para um expressivo número de moradores.

Dentre as ações estrategicamente elaboradas por lideranças e instituições locais, tem-se, inicialmente, o Banco Palmas e o cartão de crédito *Palmacard*. Se estas ações não proporcionaram de imediato resultados expressivos quanto à geração de trabalho e renda para os habitantes, conferiram maior visibilidade ao bairro, que passou a ser alvo de distintos segmentos sociais como a academia, a mídia, dentre outros, que realizavam menções positivas com relação ao processo de reivindicações protagonizado pelas lideranças daquele bairro⁷.

Vale destacar que o desenvolvimento das iniciativas do Conjunto Palmeiras articulava-se com inúmeras mobilizações (fóruns, seminários) que aconteciam no Brasil e no mundo, quando se discutiam questões sociais relevantes como o desemprego, a miséria e a pobreza, além da questão ambiental. Dentre estas mobilizações, destaca-se o Fórum Social Mundial⁸, que se tornou um expressivo evento por congregar movimentos sociais e intelectuais de diversos países que discutiam as questões emergentes.

⁷ Tratarei deste assunto no capítulo 4 desta tese.

⁸ É no primeiro Fórum Social Mundial que nasceu o GT brasileiro de Economia Solidária. Além disto, o fato de o Fórum ter iniciado no Brasil e ter-se realizado aqui por três anos consecutivos, coloca os intelectuais brasileiros e suas experiências na mira do mundo. Certo número de entidades internacionais encampou a proposta da economia solidária, e alguns brasileiros estão afiliados a elas. [...] As palavras de ordem para os seminários de economia solidária, a partir do Fórum Social Mundial, se modificaram, expressando essa diversidade de olhar. Assim, no I Fórum Social Mundial, o nome da oficina realizada nos dias 28 e 29 de janeiro de 2001 era “Economia solidária e autogestão: novas formas de geração de trabalho e renda”. Já no II Fórum o lema era “Economia popular solidária: alternativa concreta de radicalização da democracia,

Já na primeira década do presente século, a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e o Banco Palmas desenvolveram outras iniciativas de repercussão semelhante às duas primeiras, como, por exemplo: a Palmalimpe (material de limpeza), a Palma *Fashion* (cooperativa de costureiras) e a Companhia de Música Bate Palmas, dentre outras iniciativas, além de uma moeda social (o Palma). Ainda nesse período a coordenação destas experiências fundou o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, que passou a mediar as relações institucionais, como, por exemplo, assinaturas de convênios com organismos governamentais.

Convém afirmar que, a partir da criação do Instituto Palmas, inaugurou-se um novo ciclo das iniciativas solidárias, as quais, como mencionei anteriormente, passaram a ser incorporadas às políticas de governo, em especial o banco e a moeda. Desta forma, além de serem difundidas estas experiências, em especial o banco e a moeda, elas também se estendem a estados brasileiros como Minas Gerais, Maranhão, Amazonas, Rio grande do Sul e Paraíba, dentre outros. Nesse sentido, é importante dizer que esta expansão das iniciativas ocorreu devido ao convênio do Instituto Palmas e a SENAES, denominadas bancos comunitários. Também é correto afirmar que estas experiências estão presentes em outros países, a exemplo da Venezuela, que firmou convênio com o Instituto Palmas.

Diante deste contexto de reconhecimento e legitimidade perante o Estado, algumas questões se colocaram, como: que implicações tendem a ocorrer com a institucionalização dessas iniciativas diante do caráter solidário que originalmente as particularizaram? Quais as implicações desse processo, que une duas lógicas aparentemente contraditórias?

Diante do exposto, confesso que desenvolver uma pesquisa de campo desta envergadura é uma tarefa que requer fôlego e empenho. Em particular, esta tese é o desdobramento da minha dissertação de mestrado, na qual realizei um estudo de caso sobre o cartão de crédito do Conjunto Palmeiras, chamado *Palmacard*⁹. Por esta razão, o resultado desta investigação científica demandou um cuidado especial devido à minha proximidade com o campo empírico e a temática aqui abordada.

Nesse sentido, ao contrário das primeiras sensações de medo descritas por Zaluar (2000) ao iniciar sua pesquisa no bairro Cidade de Deus, localizado na cidade do Rio de

desenvolvimento humano, solidário e sustentável”. Enquanto que no III Fórum, a programação e os cartazes tinham por lema: “Economia solidária como estratégia de desenvolvimento humano”. Não vejo esses diversos temas como uma evolução, mas como a expressão da diversidade de olhar e de postura em relação à economia solidária (NOELLE, 2004, p. 233).

⁹ Ver Rodrigues (2003).

Janeiro, o meu retorno ao Conjunto Palmeiras para realizar a pesquisa de doutoramento foi marcado pela sensação de que tudo ali era familiar. Esta percepção sobre o campo empírico potencializava um sentimento paradoxal: o de tornar extraordinário o familiar, resguardando o acúmulo da pesquisa anterior. Minha tensão repousava em separar o aspecto profissional do acadêmico. Explico: no período da pesquisa do mestrado convivi com os problemas que cercavam o recém-criado Banco Palmas, assim como com o surgimento de outros empreendimentos solidários¹⁰. Muitas vezes, eu tive que ceder aos convites dos coordenadores das experiências para tomar assento em mesas redondas ou conferências em que eram debatidas as experiências do bairro. Por esta razão, vivi situações antes não imaginadas, como, por exemplo: compor uma equipe de seleção para os novos integrantes da Incubadora Feminina (em geral mulheres em situação de vulnerabilidade: ex-presidiárias, viciadas em drogas, mães solteiras, dentre outras); coordenar uma oficina no Fórum Social Mundial sobre as iniciativas do bairro; participar da diretoria do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária até meados do ano 2000.

Apesar da conclusão do mestrado, o meu vínculo com o bairro continuou. Fui convidada pela coordenação do banco para realizar um intercâmbio a convite do governo venezuelano de Hugo Chávez para a difusão da “metodologia dos Bancos Comunitários”¹¹. Confesso que desta viagem não voltei a mesma. Mergulhei numa tensão entre o papel do investigador social, embora já tivesse encerrado minha pesquisa acadêmica no bairro, e a postura profissional focada na implementação de uma política pública.

Se, por um lado, a relação de proximidade propicia ao pesquisador acesso aos dados sobre a temática que analisa, também nos faz próximos demais dos conflitos e tensões existentes no cotidiano do campo empírico. Ficamos assim no fogo cruzado, onde somos próximos demais para não sermos percebidos e estranhos o suficiente para não sermos nativos.

Ainda sobre a tensão que paira sobre a proximidade com a temática, tive como referência autores que trataram, em suas teses, de assuntos próximos às suas vivências cotidianas, como Lechat (2004) e Rodrigues (2004).

Orientada por uma perspectiva metodológica qualitativa, direcionei minha atenção para as questões: que atores sociais participam do processo de construção da imagem do bairro solidário? De que maneira atuam? Qual a extensão das iniciativas ditas solidárias? Que

¹⁰ O termo empreendimento econômico solidário usualmente tem servido para referir-se aos mais diversos tipos de experiências de economia solidária.

¹¹ Atualmente, há na Venezuela 3.600 Bancos Comunitários funcionando a partir da “metodologia” do Banco Palmas.

percepção de solidariedade perpassa as relações de parcerias firmadas entre os atores sociais envolvidos?

Com intuito de aprofundar e analisar o assunto em tela, realizei no transcurso desta tese quinze entrevistas gravadas com lideranças e dirigentes de instituições do Conjunto Palmeiras, além de uma entrevista com o dirigente da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e com uma representante do Banco Central do Brasil, com sede na cidade de Recife, estado de Pernambuco¹².

Procurei, ainda, entrevistar informalmente os moradores do bairro que, de alguma maneira, tivessem relação de proximidade com as iniciativas solidárias, como, por exemplo, os tomadores de crédito do Banco Palmas, os usuários dos serviços do correspondente bancário, os jovens integrantes da equipe chamada “consultores do bairro”, os quais realizam pesquisas direcionadas aos moradores locais com o intuito de mapear os impactos relativos às experiências solidárias no cotidiano dos moradores. Além disto, tive a oportunidade de dialogar com alguns moradores das chamadas áreas de ocupação do Conjunto Palmeiras, a saber: Jagatá, Palmeiras II, Piçarreira e Aldaci Barbosa ou Favela do circo.

Ainda na perspectiva de apreender o campo empírico, participei de inúmeros eventos (festas, solenidades, reuniões, fóruns, seminários) que tratavam da temática da presente tese. Cito, por exemplo: Caravana dos Bancos Comunitários, Lançamento da Pousada Palmatur, Comício Inverso: O Povo Fala e o Político Escuta, Festa dos 30 anos da ASMOCONP, Lançamento do Projeto ELAS, Oficina de Formação de Gestores Públicos na Metodologia de Bancos Comunitários, dentre outros. Como resultado da participação nestes eventos, das entrevistas realizadas com as lideranças locais e também das instituições governamentais, assim como as conversas informais com os habitantes das áreas de ocupação acima citadas, registrei em gravação, algo em torno de 150 horas, além de registros em vídeos, fotografias e pesquisas em jornais e revistas. Sem contar as inúmeras páginas do meu diário sobre minha percepção acerca do bairro.

Diante do exposto, fica mais clara a minha escolha em tomar o Conjunto Palmeiras como objeto de análise. A partir dele, podemos mensurar o campo fecundo de acontecimentos que dizem à situação atual de temas sociológicos e antropológicos que englobam questões como solidariedade, institucionalização e legitimidade.

¹² Ainda que a orientação na área de Ciências Sociais seja a de manter o anonimato dos entrevistados, dado o caráter já público das principais lideranças locais, tanto pela exposição midiática como acadêmica, optei por manter os nomes reais das lideranças. Apenas no caso da dirigente do Banco Central do Brasil, a seu pedido, omiti o nome.

Considerando os desafios postos, formatei esta tese em quatro capítulos na perspectiva de compreender a construção da imagem do Conjunto Palmeiras como um bairro solidário e de que modo as iniciativas denominadas solidárias vêm conferindo maior reconhecimento e legitimidade às ações ali desenvolvidas, bem como refletir sobre o processo mais recente de institucionalização dessas experiências.

No primeiro capítulo, apresento ao leitor os dados sobre o Conjunto Palmeiras a partir de duas visões: a primeira, em acordo com as informações sócio demográficas, espaciais e econômicas obtidas em instituições como o IBGE, a CAGECE¹³ e o IPECE¹⁴. Por outro lado, subsidiada por estes dados, detive a minha atenção nos relatos das lideranças e suas percepções acerca da cartografia do bairro. Para tanto, orientei-me a partir da abordagem de Magnani (2000) e de sua definição da categoria “de perto e de dentro”¹⁵.

Fundamentada nesta abordagem, pude desvendar nuances do bairro distintas das informações oficiais. Assim, mostrei as singularidades presentes no Conjunto Palmeiras, como, por exemplo, as localidades consideradas pelos moradores como sendo áreas de ocupação: a Piçarreira, o Palmeira II, o Jagatá e a Aldaci Barbosa ou Favela do Circo. Estas particularidades cartográficas expuseram também as diferentes percepções sobre a ideia do bairro coeso presente nos relatos das lideranças. Por esta razão, analisei o modo pelo qual a percepção sobre estas localidades relaciona-se com a percepção de bairro solidário e como estas áreas são incorporadas aos relatos locais na perspectiva de fortalecer a imagem do bairro, nos dizeres das lideranças, um bairro de luta.

No segundo capítulo, faço uma reflexão sobre os relatos e as iniciativas que vêm conferindo ao Conjunto Palmeiras a imagem de um bairro solidário. Para isto, inicialmente focalizo minha atenção nas lideranças locais que se tornaram referência do bairro no processo de construção dessa área. Analisei estes relatos como mensagens elucidativas das mobilizações sociais em torno a um conjunto de reivindicações realizadas quando da constituição do bairro. De modo geral, estas mensagens se referem à chegada dos primeiros moradores ao bairro, à luta pela obtenção dos serviços básicos (energia, água potável,

¹³ Companhia de Água e Esgoto do Ceará.

¹⁴ Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

¹⁵ Segundo este autor, a simples estratégia de acompanhar um desses "indivíduos" em seus trajetos habituais revelaria um mapa de deslocamentos pontuado por contatos significativos, em contextos tão variados como o do trabalho, do lazer, das práticas religiosas, associativas etc. É neste plano que entra a perspectiva *de perto e de dentro*, capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos.

saneamento básico, transporte), bem como à menção dos protagonistas e dos cenários desses embates.

Conforme fui aprofundando minha pesquisa, observei que os episódios contados e recontados para distintas plateias passavam a se configurar como relatos míticos sobre o bairro. Na intenção de compreender estes relatos míticos, dialoguei com os clássicos da sociologia e antropologia, respectivamente, Emile Durkheim (1989) e Lévi-Strauss (1975), assim como também discuti a partir da abordagem dada a esta temática por autores contemporâneos como Rodrigues (2003), Gonçalves (1998; 2006) e outros. Ainda neste capítulo, analisei de que modo as experiências denominadas solidárias são incorporadas aos relatos míticos sobre o bairro. Nesta direção, analiso a solidariedade a partir dos teóricos da economia solidária. Valho-me ainda da noção de reciprocidade em Marcel Mauss (2001), como uma lente de entendimento da temática da solidariedade.

Faço ainda uma apresentação sobre as iniciativas denominadas solidárias do Conjunto Palmeiras e discorro sobre as estratégias, as articulações das lideranças e as instituições locais, que proporcionam o reconhecimento destas experiências dentro e fora do bairro.

Ainda exponho e analiso, por meio de jornais, revistas e estudos acadêmicos, as percepções destes agentes sociais sobre as experiências e de que modo as ideias veiculadas vão criando uma imagem sobre o bairro e dando centralidade a alguns de seus atores. Desse modo, indico neste tópico que as mensagens imersas nos relatos das lideranças, de certo modo, estão presentes também no conteúdo dos estudos acadêmicos sobre o bairro. Da mesma forma, também o teor das falas das lideranças é observado em reportagens de jornais e revistas. Contudo, pode-se verificar certo grau de ufanismo nestas reportagens sobre o Conjunto Palmeiras. Aponto ainda que há nos conteúdos das reportagens e estudos científicos alusão aos relatos que considere, no decurso do capítulo desta tese, como míticos.

Outro ponto que mereceu destaque nestas descrições, e especialmente nas informações veiculadas pela mídia, são os conteúdos referentes às lideranças locais, que emergem das reportagens com características de “heróis”. Parece assertivo dizer que a constante repetição dos relatos das lideranças, tanto na mídia como na academia, acabam por reforçar os relatos míticos sobre o bairro. Eu diria mais que isto – estes setores sociais acabam por contribuir para o fortalecimento e, em certo aspecto, para a legitimação da imagem de bairro solidário.

Por fim, apresento como os relatos solidários, que denominei de contemporâneos, são ritualizados com o intuito de consolidar a imagem do bairro solidário. Faço esta discussão

a partir da contribuição teórica de Rodrigues (2012), Peirano (2001), DaMatta (1997) e outros.

Já no terceiro capítulo realizei o mapeamento da rede de atores que participam do processo de construção da imagem do Conjunto Palmeiras como um bairro solidário e as relações existentes entre eles. Observei que a percepção e as mensagens ditas por estes dirigentes contribuíram de forma efetiva tanto para a imagem do bairro solidário como também para o fortalecimento das iniciativas solidárias. Mostro ainda que, das instituições mapeadas, duas se evidenciaram com uma maior atuação junto às experiências solidárias, e uma, em especial, tornou-se, do ponto de vista das relações institucionais, a portadora destas iniciativas, refiro-me ao Instituto Palmas. Assim, mostro ao leitor que, gradativamente, estas iniciativas foram sendo incorporadas às políticas de governo e passaram a ser legitimadas por uma série de ações governamentais.

Nesta direção, apresento ainda neste capítulo uma discussão a partir da abordagem teórica de Victor Turner (1974) no que diz respeito à discussão de liminaridade e *communitas* e analiso a atual situação destas iniciativas a partir da gênese que as particulariza diante do processo de institucionalização em que hoje se encontram. Para a compreensão teórica, além da sociologia de Max Weber, trago autores como *Jean-Louis Laville*, Roberto Da Mata, Genauto França Filho.

1 CARTOGRAFIA DO BAIRRO CONJUNTO PALMEIRAS

Apresento, neste capítulo, mudanças relevantes ocorridas no bairro Conjunto Palmeiras – desde sua criação, em 1973, até os dias atuais. Realizo uma descrição do bairro, sob dois aspectos: a partir do levantamento de dados sociodemográficos, espaciais e econômicos, sistematizados e analisados, e uma descrição etnográfica a partir dos relatos das lideranças do bairro.

O Conjunto Palmeiras é resultado de uma política de remanejamento ocasionada pelo reordenamento espacial da cidade, ocorrido em 1973, na gestão do então Prefeito de Fortaleza Vicente Fialho. No escopo dessas remoções, havia pessoas provenientes de áreas de risco (terrenos públicos e particulares), localizadas no bairro Aldeota, nas favelas Poço da Draga, Arraial Moura Brasil, Morro das Placas e Verdes Mares, além dos desabrigados da favela do Lagamar. Nesse período, foram transferidas 143 famílias para a região sul da cidade, próximo à BR 116, onde hoje se situa o Conjunto Palmeiras. A transferência ocorreu em duas fases: a primeira, em 1973, como acima mencionado; e a segunda, em 1975. Esta última tratou de famílias oriundas dos arredores da Avenida Santos Dumont¹⁶.

Naquele período, a paisagem circunvizinha do Conjunto Palmeiras compreendia os bairros do Jangurussu e Messejana, além de uma vasta área desabitada e apenas coberta por vegetação. Ainda na década de 1970, o Jangurussu passou a sediar o aterro sanitário¹⁷ da cidade de Fortaleza, conhecido popularmente como a rampa do Jangurussu¹⁸. Pelas informações obtidas durante muitos anos, a rampa de lixo foi fonte de renda para muitos

¹⁶ A Avenida Santos Dumont é uma das avenidas mais importantes da cidade de Fortaleza. É considerada uma das vias mais longas da cidade, com mais de oito quilômetros, ligando o bairro Centro à zona leste da cidade.

¹⁷ Ver *A guerra do lixo: os catadores de lixo e a desativação do lixão do Jangurussu*, de Fabiana Izaias, mestranda em Sociologia (UFC).

¹⁸ Segundo matéria veiculada no jornal *Diário do Nordeste*, o aterro do Jangurussu foi concebido para uma “vida útil” de dez anos. Contudo, afirma a mesma matéria, ficou ativado como aterro, durante vinte anos (1978 a 1998). Nesse período, foi o único local existente como depósito de lixo oriundo da cidade de Fortaleza, “[...] recebendo uma média diária de 3.300 toneladas de lixo, que era distribuída numa área de 21,6 hectares”. A matéria ainda discorre sobre os problemas surgidos com o passar do tempo, como, por exemplo, a manutenção, a sobrecarga e os constantes incêndios no aterro. “Com o passar dos anos, devido à falta de manutenção, do descaso com as normas e técnicas sanitárias necessárias, o aterro do Jangurussu teve seu ‘status’ rebaixado e virou lixão. Isso aconteceu em 1996, quando sua carga máxima permitida para o funcionamento normal foi ultrapassada, sobrecarregando e representando grande perigo para as comunidades vizinhas, por ser um centro irradiador de animais e doenças. (Jangurussu Passou 20 anos em atividades) **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 12 ago. 2009. Em 1998, o aterro é definitivamente desativado. Atualmente, o bairro do Jangurussu concentra usinas de reciclagem e catadores.

moradores do bairro Conjunto Palmeiras, assim como para vários habitantes de diversas favelas em torno da rampa.

Imagem 1 – Rampa do Jangurussu retratando os catadores de lixo



Fonte: Acervo visual do pintor cearense Descartes Gadelha.

Figura 1 – Mapa de Fortaleza com destaque ao bairro do Jangurussu



Fonte: GOOGLE MAPS (2012).

O terreno para o qual foram deslocadas as famílias e que ao longo do tempo passou a constituir o que hoje é o Conjunto Palmeiras sediava, anteriormente, uma fazenda localizada nas proximidades da BR 116, principal via de acesso ao estado do Ceará. Relatos dos antigos moradores afirmam que, inicialmente, o lugar era impróprio para moradia, devido à área ser pantanosa e inundar com facilidade na estação chuvosa. Além disso, o terreno era atravessado por riachos, e, eventualmente, estes se transformavam em pequenas lagoas que desaguavam no rio Cocó¹⁹. Segundo ainda os moradores, não existiam vias adequadas para locomoção no bairro, assim como nenhuma infraestrutura: calçamento, serviços de esgotos, escolas, posto de saúde, água potável. Em relação à moradia, foram improvisadas e entregues às famílias barracas de lona medindo, cada uma, doze metros. Paulatinamente, a Prefeitura Municipal de Fortaleza demarcou o Conjunto Palmeiras em 100 quadras com 36 lotes de 200 m² cada um. Em seguida, com o crescimento da população, o tamanho do lote foi reduzido a 160 m² ou 120 m² (TOSCANO, 2002, p. 9). Em relação ao transporte público, segundo informações dos antigos moradores, havia, eventualmente, um caminhão disponibilizado pelo poder público municipal para o transporte dos moradores com único itinerário, o centro da cidade de Fortaleza, cujo horário era prefixado. Dessa maneira, há aproximadamente 39 anos começava a constituição do Conjunto Palmeiras²⁰.

Discutindo o surgimento das favelas na cidade de Fortaleza, Silva (1992) relata que, a partir da década de 1930, ocorreu na capital cearense um intenso crescimento demográfico, o que acarretou implicações diretas em sua área urbana. Diz o autor que uma das causas da migração²¹ para a capital do estado foram os constantes períodos de estiagem no

¹⁹ O Rio Cocó faz parte da bacia dos rios do litoral leste cearense. Sua bacia hidrográfica localiza-se numa área de aproximadamente 485 km², com um comprimento total do rio principal de cerca de 50 km. O Rio Cocó nasce na vertente oriental da Serra da Aratanha e, nos seus 50 km de percurso, passa por três municípios, Pacatuba, Maracanaú e Fortaleza, para desaguar no Oceano Atlântico, nos limites das praias do Caça e Pesca e Sabiaguaba. (CEARÁ. Parque ecológico do rio Cocó. **Superintendência Estadual do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.semace.ce.gov.br/2010/12/paque-ecologico-do-rio-coco/>>. Acesso em: 13 jan. 2012.)

²⁰ A reportagem discorre sobre o deslocamento dos moradores do recém-criado Conjunto Palmeiras para o Centro de Fortaleza, devido à falta de estrutura do percurso à favela, além de abordar a inexistência do transporte público. A matéria lembra ainda que a Prefeitura Municipal de Fortaleza, por meio da Fundação do Serviço Social, “[...] compensa a ausência deste elemento com a manutenção de um caminhão para transporte dos habitantes da nova comunidade, gratuitamente, partindo às 5h30min rumo ao centro e retornando às 19 horas, todos os dias”. (A nova retirada) **O Povo**, Fortaleza, 22 nov. 1974).

²¹ Esse deslocamento gradual do homem do campo para a capital do estado provocou um descompasso entre o crescimento populacional e os serviços existentes na cidade. Em geral, essas pessoas passam a morar nas franjas da cidade e, quando conseguem moradias próximas aos corredores centrais da urbe, passam a residir nas chamadas áreas de risco. Devido ao ordenamento urbano, são removidas para conjunto habitacionais localizados na periferia da cidade. O ordenamento espacial de bens e serviços, argumenta Castells (2009, p. 249), representa modelo de desenvolvimento. Segundo esse autor, a distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e específica a paisagem urbana, pois as características das moradias e de sua população estão na base do tipo e do nível das instalações e das funções que se ligam a elas. O deslocamento

na maior parte do interior cearense. Outra razão se refere ao modelo fundiário vigente – no caso do Ceará, a monocultura do algodão e do açúcar.

Contudo, o crescimento da cidade não ocorreu atrelado à extensão dos serviços de infraestrutura da cidade. A ausência de sintonia entre o crescimento demográfico e a reestruturação dos serviços é que vai influenciar diretamente no surgimento de aglomerados na periferia da cidade, com evidentes sinais de pobreza.

Ainda de acordo com Silva (1992), a partir desse contexto, surgiram as moradias com características de favelas. São habitações que se apresentam com aspectos inacabados, “[...] dando sempre a impressão que estão em fase constante de construção, seja pelas ampliações que lhe são feitas, seja pela presença de material de construção nos quintais” (SILVA, 1992, p.32). O autor destaca as seguintes favelas: Cercado do Zé (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Morro do Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles (1950), Papoquinho (1950), Estrada de Ferro (1954).

Observa-se que o crescimento demográfico²², em geral, tende a se refletir na definição do uso e da ocupação da urbe, em seu planejamento, ancorado em modelos de desenvolvimento. Adianta-se que não é interesse desta pesquisa aprofundar concepções de desenvolvimento, mas observar de que maneira estas podem influenciar na configuração da cidade, em particular nas remoções de pessoas que vivem em espaços considerados centrais na dinâmica social e econômica, e que são remanejados para as franjas da cidade – em particular, no caso em tela, para o Conjunto Palmeiras.

O reordenamento da cidade, vinculado à especulação imobiliária, influencia diretamente a configuração dos espaços nos seus arredores. Essa configuração urbana vai impulsionar o crescimento da população favelada. Nessa direção, segundo Gadelha (2002), a própria criação do Conjunto Palmeiras inseriu-se na lógica de especulação imobiliária predominante em Fortaleza na década de 1970. Excluídos do mercado imobiliário, morando,

dos indivíduos para os arredores da cidade exemplifica a concepção de planejamento urbano inferida por seus administradores.

²² A cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, possui uma população, segundo o Censo Demográfico de 2010, de 2.452.185 habitantes. Dessa população, 1.304.267 são de mulheres, enquanto 1.147.918 de homens. A pesquisa informa que o contingente populacional de Fortaleza está concentrado na faixa etária de 15-64 anos de idade. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Cearense (IPECE), em uma década, Fortaleza cresceu do ponto de vista populacional algo em torno de 300 mil pessoas. Passou de 2.141.400 para 2.452.185 habitantes. Em relação à densidade demográfica, em 2010, Fortaleza ficou em 1º lugar no ranking das capitais mais densamente povoadas. Atualmente, Fortaleza possui a 5ª maior população residente (2.452.185), estando atrás apenas de São Paulo (11.253.503), Rio de Janeiro (6.320.446), Salvador (2.675.656) e Brasília (2.570.160). (CEARÁ. Informe n. 30. **Instituto de Pesquisa Cearense**. Fortaleza: IPECE, 2012). O crescimento descrito pelo IPECE repercute diretamente na infraestrutura urbana de qualquer cidade, como saneamento básico, manejo de resíduos sólidos urbanos, habitação, hospitais, energia, escolas, segurança, transporte, dentre outros.

portanto, em favelas removidas para dar origem a grandes avenidas que valorizaram bairros centrais de Fortaleza, os primeiros moradores do Conjunto Palmeiras foram lá colocados recebendo apenas o chão e um punhado de telhas para construir seus abrigos (SEGUNDO *et al.*, 2002).

Como mostra Pontes (2001), a rigor, vem de longe, em Fortaleza, a disciplinarização da pobreza. No século XIX, na busca de “aformosear” a cidade, registra-se a construção de locais específicos, destinados aos pobres ou outros tipos de indivíduos marginalizados. Destinados aos pobres e mendigos: Dispensa dos Pobres (1885), o antigo Asilo de Mendicidade (1886) e o novo patrocinado pela maçonaria (1905). Destinados aos menores abandonados: Patrocínio de Menores Pobres (1903), Escolas para Menores Pobres (1908), Dispensário Infantil (1914). Voltado para a “conversão de mulheres arrependidas” e moças desvalidas: Patronato de Maria Auxiliadora para Moças Pobres (1992) e Asilo Bom Pastor (1928) (PONTES, 2001, p.163).

As considerações acima tencionam proporcionar ao leitor um panorama da política urbana que baliza até os dias atuais a percepção de desenvolvimento do gestor público, que, em geral, é pautada pela especulação imobiliária. Mostrei, a partir dos estudos da temática, que, há muito tempo, existe um modelo de cidade regulada necessariamente pela higienização urbana, isto é, a remoção da população vulnerável para áreas afastadas dos centros urbanos. De modo especial, expus de que forma ocorreu a retirada das famílias de áreas conceituadas, nobres, na cidade de Fortaleza, a exemplo do bairro Aldeota. Também apontei as circunstâncias em que foi criado o Conjunto Palmeiras. Em princípio, os habitantes do Conjunto Palmeiras passaram a viver, como mencionado acima, sem nenhuma infraestrutura (moradias precárias, escassez de água potável, ausência de energia elétrica), dentre outras situações adversas, longe de qualquer direito à cidadania.

Assim sendo, convido o leitor para acompanhar, a seguir, o modo pelo qual os moradores da então favela do Conjunto Palmeiras começaram um processo de construção do bairro a partir dum conjunto de instrumentos de reivindicações, que vão desde a batalha pelos serviços básicos (água potável, energia elétrica, pavimentação, dentre outros) à participação dos moradores em organizações da sociedade civil; das pastorais ligadas à Igreja Católica aos combates junto ao Estado para a melhoria da vida dos habitantes do Conjunto Palmeiras.

1.1 Conjunto Palmeiras e as interfaces com o movimento social.

Pretendo mostrar, no presente tópico, períodos do movimento social, articulando-os aos processos das mobilizações sociais ocorridas na construção do bairro²³ do Conjunto Palmeiras. Para tanto, lanço mão do acervo teórico sobre os movimentos sociais presentes nos estudos de Glória Maria Gohn, Elza Braga e Irllys Barreira, dentre outros. Parte destes estudos privilegia o protagonismo do movimento social, tomando como base a relação deste ator social com o Estado; outros tencionam entender as conjunturas que permeiam as ações simbólicas, ou não incorporadas, no campo das mobilizações sociais, no sentido de melhoria da vida diante das estruturas constituídas.

As mobilizações sociais impetradas pelas lideranças do Conjunto Palmeiras resultaram em um conjunto de benfeitorias para o bairro, as quais passaram a ser incorporadas aos relatos sobre a construção da referida área, a exemplo das construções das moradias, a instalação da energia elétrica, da água potável, da pavimentação, do sistema de esgotamento sanitário²⁴. Apesar de não ser intenção desta tese aprofundar a discussão teórica acerca dos movimentos sociais, quero, contudo, delinear a conjuntura do movimento social observando sua agenda de reivindicações perante o Estado, no esforço de revelar a inserção do Conjunto Palmeiras. Pretendo construir um caminho para que o leitor apreenda o conteúdo dos próximos tópicos, como a cartografia do bairro, tanto do ponto de vista das instituições oficiais como dos relatos das lideranças locais.

Discutindo sobre o movimento social pela moradia na cidade de Fortaleza, Elza Braga (1995) afirma que os primeiros registros de mobilizações ocorreram na década de 1950, quando da reivindicação pela posse da terra, o que provocou um confronto direto entre setores populares e proprietários. Nesse período, formaram-se as favelas Verdes Mares, Lagamar, Poço da Draga e Pirambu.²⁵ A autora destaca, ainda, a importância do Pirambu pelo seu poder de organização. Braga lembra a passeata que saiu da favela do Pirambu com destino ao Centro da cidade de Fortaleza, com a participação de 30 mil pessoas, percorrendo 4 km. De acordo com essa autora, o conjunto de mobilizações realizadas pelos moradores desencadeou,

²³ Ainda neste capítulo me deterei sobre os dados apresentados pelo IBGE/Censo 2010 e sobre os quais apresentarei ao leitor a cartografia do Conjunto Palmeiras.

²⁴ Tratarei sobre as mobilizações sociais dos moradores do Conjunto Palmeiras no segundo capítulo desta tese.

²⁵ Conforme Braga (1995) inicialmente, estes aglomerados se localizam próximo ao centro da cidade e/ou em zonas de trabalho. A partir da década de 1980, a formação de novas favelas e recentes ocupações ocorrem, na maior parte, em áreas periféricas que têm nível de valorização relativamente baixo (BRAGA, 1992, p.128).

entre os anos 1960 e 1962, a regularização jurídica da posse da terra. Conclui Braga que essa especificidade do Pirambu é de fundamental importância para os embates seguintes no tocante à questão da moradia.

No decurso da sua análise, Braga (1995) lembra que, em meados da década de 1970, o cenário em que está inserido o movimento social se caracteriza por ações voltadas para novas práticas direcionadas aos direitos sociais. Isto, segundo a autora, após um longo período marcado pela repressão dos direitos civis. Assim, as forças populares passaram a se expressar por meio de atores sociais, com suas energias latentes, que os anos de ditadura não conseguiram destruir (BRAGA, 1995, p. 63). Diz ainda a autora que, no bojo destas práticas protagonizadas pela sociedade civil, cabia tanto uma nova prática de fazer política como uma maneira distinta de organização social (BRAGA, 1995, p. 63).

Nesse período, a referida autora destaca a organização pela terra na Avenida José Bastos (1978-1979), que teve repercussões no movimento popular da cidade de Fortaleza²⁶. A mobilização realizada pelos moradores tornou-se uma referência dentro do movimento social no que diz respeito às estratégias utilizadas pelo direito à moradia. Para Irllys Barreira (1992), o movimento de bairro passou a se constituir como um cenário fundamental, representando “[...] a possibilidade de aglutinar experiências associativas capazes de tecer fios de solidariedade dispersos pela imposição do autoritarismo: espaço de resistência e sociabilidade” (BARREIRA, 1992, p. 23).

De acordo com Braga (1995, p, 142), ainda na década de 1970, surgiu o Movimento Interbairros, composto pelas associações de moradores, com forte presença da Igreja Católica; pelos partidos políticos considerados de esquerda; e pelas Organizações não Governamentais (ONGs). Segundo Braga (1995,141), a finalidade deste movimento assentava-se em “[...] coordenar as lutas isoladas nos bairros”. A autora diz que isto ocorreu devido às mobilizações sociais pela moradia, educação e saúde, que ocorriam de maneira isolada, pautadas em necessidades imediatas. Nesse sentido, conforme a autora, o Movimento Interbairro passou a dar às lutas, antes isoladas, a ideia de um conjunto. Em geral, as mobilizações giravam em torno da necessidade da água potável, da energia elétrica, das escolas, dos postos de saúde, itens escassos nos bairros e favelas da periferia da cidade de Fortaleza.

²⁶ De acordo com Elza Braga(1992, p.132) , muitos dos habitantes consideram que a luta da favela José Bastos representou uma derrota, dado que os mesmos foram desalojados e transferidos para o Conjunto São Miguel, localizado na periferia da cidade de [Fortaleza].

Glória Gohn (2000), ao tratar os movimentos sociais populares, chama a atenção para o relevante papel da Igreja Católica, em especial dos setores vinculados à Teologia da Libertação, a exemplo das Comunidades Eclesiais de Base²⁷ (CEBs), que passaram a exercer uma grande influência política nas organizações populares. As CEBs eram formadas por pequenos grupos de animadores locais responsáveis pela articulação de reuniões que ocorriam nas favelas, nos morros, nos bairros, além da zona rural.

Deslocando o meu olhar para os estudos sobre o Conjunto Palmeiras no que tange à organização social do bairro, deparo-me com os estudos de Paulo Ernando Nogueira Barbosa e Kelma Socorro Lopes de Matos, ambos publicados no ano de 2001. Barbosa trata da importância das CEBs na organização social do bairro. Nesse sentido, argumenta o autor (2002, p. 112), as CEBs proporcionaram espaços de discussão sobre o papel do morador na construção de espaços de vivências comunitárias. Ainda segundo Barbosa, foram as CEBs, por exemplo, uma das principais articuladoras e mobilizadoras dos moradores do Conjunto Palmeiras no acompanhamento às mulheres, às crianças, aos jovens, aos trabalhadores, aos desempregados, na formação política, na defesa da construção da cidadania. Assim, afirma Barbosa que as CEBs do Conjunto Palmeiras estão espalhadas nas várias atividades dos grupos (BARBOSA, 2001, p.112).

A afirmação de Barbosa pode ser observada nos relatos das lideranças do Conjunto Palmeiras quando estes dizem que as CEBs foram fundamentais no processo da construção do bairro, alicerçando espaços fecundos de cidadania. Também ficou evidente nas conversas com as lideranças que a presença das CEBs no Conjunto Palmeiras somava-se a outras estratégias para a melhoria do bairro, como a criação da associação de moradores, a participação das lideranças locais em organizações mais amplas, a exemplo da Federação e Associação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), e da União das Comunidades da Grande Fortaleza (UCGF). As lideranças locais também participavam de organizações de cunho reivindicatório que se fortaleciam na cidade de Fortaleza. Tudo isto foi conferindo ao Conjunto Palmeiras um *status* de bairro organizado e coeso em se tratando das mobilizações sociais. Sobre a importância da presença das CEBs no bairro, Joaquim Melo coordenador do Banco Palmas, afirma:

²⁷ A partir dos anos [19]75/[19]76, a Igreja Católica rearticulou os processos de organização dos setores populares, particularmente na periferia de São Paulo, alcançando, posteriormente, as várias regiões do País. Este processo ganhou mais força depois do Encontro de Medellín (1978) que, inspirado na Teologia da Libertação, definiu como posição da Igreja Católica na América Latina, a chamada “opção preferencial pelos pobres” e, no Brasil, impulsionou a criação das “Comunidades Eclesiais de Base” (CEBs), com ampla expressão nacional. (BRAGA, 1995, p. 64).

Eu acho que a Igreja Católica teve um papel muito importante no seu princípio, nos anos 80, com Padre Jacó, Padre Zé Maria, de onde veio o Seu Augusto com a funerária comunitária; na época que não tinha nada, eles criaram a solidariedade da sobrevivência, a casa de parto, tínhamos padres daquela época que fizeram uma contribuição muito forte, uma solidariedade chamada assistencialista, mas que naquela época era muito importante, que criava um espírito solidário entre as pessoas; depois, todo da minha década de seminarista, que vai de [19]84 a [19]88, com a igreja da libertação, onde chega as CEBs da Igreja Católica, teoria da libertação, onde o Augusto militou muito forte. Depois, toda a década de Padre Chico, que era a pessoa que trabalhava muito forte toda essa coisa da cooperação, da solidariedade e organização comunitária de luta coletiva, até 2009; isso foi muito forte [a presença da Igreja Católica].

(Depoimento do Coordenador do Banco Palmas, João Joaquim de Melo Neto Segundo. Entrevista concedida em 12 de abril de 2012).

Kelma Matos (2002, p. 31), analisando o movimento de bairros na cidade de Fortaleza, ressalta em seu estudo que o “[...] Conjunto Palmeiras tornou-se um exemplo de uma interação que não se perdeu, porque investiu em uma organização democrática”. Ainda sobre a organização do bairro, a referida autora afirma que o Conjunto Palmeiras é protagonista de práticas sociais que o tornam exemplo para o movimento popular (MATOS, 2002, p. 32).

De acordo com Braga (1995, p. 64), nestas novas práticas comunitárias, percebia-se a importância da “[...] participação coletiva”, “[...] da autonomia das organizações frente ao Estado, aos partidos políticos e à democracia a partir das bases”. Braga ressalta também que havia nestes grupos diversas formas de solidariedade que consolidavam as experiências de autonomia, na qual, a partir da aprendizagem do cotidiano, o futuro era objeto de reflexão. (BRAGA, 1995, p. 64).

Para Braga (1995, p. 63), essa inovação referente ao movimento social exigiu dos estudiosos do tema novos “esquemas conceituais” que dessem conta da realidade que aflorava. Nesta mesma direção, Gohn (2000) adverte que as matrizes que naquele período orientavam a ideia da autonomia dos movimentos sociais do ponto de vista teórico-metodológico soavam difusas e ocorriam em torno dos ideais do “socialismo libertário” e do “anarquismo”. Analisando a partir do escopo teórico já publicado sobre os movimentos sociais, Gohn (2000, p. 21) conclui que os movimentos sociais “[...] transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais”. Dessa maneira, lembra a autora que os movimentos sociais em geral estão interrogando as estruturas e propondo novas formas de organização na sociedade política (GOHN, 2000). Ainda na perspectiva de conceituar o movimento social, Gohn (2000, p. 251-252) assegura que:

Os movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômico e política de um país, criando sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade em comum.

[...] os movimentos sociais participam, portanto, da mudança social, histórica de um país, e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes, é dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com as agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam.

As considerações de Gohn (2000) revelam claramente a importância das ações protagonizadas pelos movimentos sociais e seu papel relevante no que diz respeito às mudanças ou não de uma determinada sociedade. Para a autora, os movimentos sociais estão ancorados em organizações sociais civis, as quais cumprem uma agenda focada nas questões econômicas, sociais e culturais.

Aportando meu olhar sobre os relatos teóricos até o momento, percebo que o entendimento sobre os movimentos sociais converge para interpretações que, embora ditas de maneiras distintas, assentam-se na importância dos movimentos sociais em diferentes esferas da vida social.

De maneira particular, direciono minha atenção para as mobilizações ocorridas no Conjunto Palmeiras. Faço isto, a partir da interpretação de Braga (1995, p. 63), quando lembra que: “Convém recordar que, no Brasil, os movimentos sociais surgiram, todavia, em um contexto político repressivo, onde as forças populares se expressavam através de autores sociais com suas energias latentes, que os anos da ditadura não conseguiram destruir”.

No trecho acima, Braga descreve uma das características marcantes do movimento social das décadas posteriores ao período da Ditadura Militar. Embora, de maneira tímida, é possível, conforme assinala a autora acima, observar que as mobilizações sociais realizadas em praças e ruas pautavam-se em temas reivindicatórios dos movimentos sociais, em geral direcionados ao Estado.

No caso do Conjunto Palmeiras, pude observar, por meio dos depoimentos das lideranças locais,²⁸ relatos sobre as mobilizações datadas deste período, que versavam em torno das melhorias para o bairro, a exemplo da construção de escolas, da pavimentação, dos postos de saúde, do transporte público, dentre outros. Veja-se o depoimento abaixo:

²⁸ Analisaremos alguns destes depoimentos no segundo capítulo da tese.

Fizemos muitas lutas, já passamos fome, já passamos sete dias ali no CAMBEBÁ²⁹; olhe, companheiros, nesse dias nós apanhamos tanto, mas tanto... Eu levei muita porrada da polícia entre a época do Tasso Jereissati e Ciro Gomes. Porque o governador Gonzaga Mota, ele também fazia muita repressão, mas não era tanto como Tasso Jereissati. A repressão feita pelo Tasso Jereissati era muito forte. A polícia veio, quis invadir minha casa, aqui tinha uns padres que sempre apoiava a gente, Padre Jacó, Padre Zé Maria, Padre Chico, Padre Luis sempre dava um apoio, claro que a gente contava com ajuda desse pessoal, mas independente deles, a gente ia pra luta. Isso era na década de [19]80.

(Depoimento do Augusto, Presidente da Associação Beneficente de Valorização à Vida – ABVV. Entrevista concedida no dia 30 abril de 2012).

Teve a luta do INAM, que também foi muito grande. Nós lotamo aqui dois ônibus. INAM era um projeto que existia do Governo Federal que distribuía uma cesta básica que vinha o óleo, o açúcar, o arroz. Aí ele [Governador] cortou dos posto, porque aonde tivesse o posto do município não era pra distribuir, só onde tivesse posto do estado. Aí [Prefeito] ele cortou os posto, porque aonde tivesse o posto do município não era pra distribuir, só onde tivesse posto do estado. Mas aí, quando o nosso aqui foi cortado, a gente lotou dois ônibus, a comunidade naquela época lutava [década de 1980], fizemo caldeirão de baião de dois, botamo dentro desse ônibus e, se mandamo de Secretaria e Secretaria. Chegamo lá no Cesar Neto³⁰, que ele que era o Prefeito daquela época, entrou a comissão, nós sentamo ele, fizemo ele telefonar pra Secretaria de Saúde pra dizer pra nós que não ia tirar o INAM dos posto do município. Aí ele garantiu que não ia tirar porque tinha sido uma conquista nossa.

(Depoimento de Marinete Brito da Silva, liderança do Conjunto Palmeiras. Entrevista realizada no dia 20 de maio de 2012).

Essa estratégia de organização do movimento social de bairro protagonizado pelas lideranças e entidades locais tinha um propósito de exercer uma solidariedade que funcionava como uma ferramenta para o fortalecimento e a articulação em torno da escassez dos serviços nos bairros, por meio de acampamentos e passeatas em órgãos governamentais. Esse deslocamento das lideranças e dos moradores para determinados órgãos públicos, além de evidenciar as precárias condições de vida na periferia, demonstrava os conflitos entre os movimentos sociais e o Estado. Sobre isto, afirma Braga (1995, p. 68):

Pode-se dizer que no cenário da sociedade brasileira, até 1982, predominava, nos movimentos sociais, a postura de resistência frente ao Estado, que mantinha seus instrumentos repressivos e, por sua vez, desconhecia os movimentos sociais como legítimos interlocutores das demandas populares. Não obstante, nesse período, o processo de organização alcançou avanços significativos; os conflitos e os encontros com o Estado se expressavam através de lutas, que se concretizaram em distintas formas: passeatas, reivindicações, acampamentos, etc. Todas essas manifestações se concretizam ao nível local e nacional, com intensidade e expressão políticas.

²⁹ Sede do Governador do Estado do Ceará Tasso Jereissati.

³⁰ César Cals de Oliveira Neto foi Prefeito de Fortaleza no período de 1983 a 1985.

Reforçando a análise da autora sobre a postura dos movimentos sociais no que concerne às suas reivindicações frente ao Estado, trago abaixo duas reportagens que tratam de forma particular de duas ações protagonizadas pelos moradores do Conjunto Palmeiras. A primeira menciona a pressão dos moradores do bairro à Companhia de Esgoto do Ceará (Cagece) para conquistar o direito à água potável, intitulada *Palmeiras pede água e ameaça furar adutoras*. A segunda reportagem trata sobre a transferência de um servidor público solicitada pelas lideranças locais: *Palmeiras quer o afastamento de assistente*.

Devido ao término do prazo oferecido à Companhia de Esgoto do Ceará (Cagece), para iniciar os trabalhos de encanamento d'água nas casas do bairro, os moradores do Conjunto Palmeiras realizaram uma nova manifestação na manhã de ontem defronte ao órgão. Na ocasião, conheceram o projeto para a concretização das obras e decidiram prorrogar o período por mais 45 dias.

Segundo informou Maria Auxiliadora Andrade, Presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, caso a Cagece não inicie as obras dentro desse prazo, “Nós vamos furar mesmo os canos da tubulação da Cagece que passam em baixo de nosso Conjunto”. Disse ainda que a campanha “Não Dá pra Esperar, Água Encanada já”, iniciada no dia 15 de setembro, vai continuar com a mesma motivação que vem sendo feita em todo o bairro.

Por sua vez, o Diretor Técnico da Cagece, Roberto Sérgio, informou que o projeto de encanamento d'água nas casas do Conjunto Palmeiras já está concluído, como também o orçamento de material e serviços. No entanto – prosseguiu – o início das obras só está na dependência da saída do edital de licitação.

(Matéria veiculada no Jornal O Povo, no dia 17 de outubro de 1987).

Em correspondência enviada à Superintendente da Fundação do Serviço Social de Fortaleza, Alba Pinho Carvalho, o Movimento Popular do Conjunto Palmeiras, representado por diversas entidades, solicita o afastamento da assistente social Márcia Verônica, lotada na Unidade de Profissionalização e Atendimento ao Menor, e responsável por esse trabalho na comunidade. A servidora municipal é acusada de não comparecer ao trabalho, assiduamente, e de caluniar membros do Movimento Popular e funcionários da Upam. O pedido de desligamento da funcionária feito pelo Movimento Popular, datado de 27 de agosto, afirma que a assistente social, trabalhando há vários anos na Upam, em nada contribuiu para a comunidade e especifica que, no mês de junho, Márcia Verônica compareceu ao trabalho apenas três dias e, no mês de julho, dois. Os representantes das diversas entidades que assinam a correspondência questionam a utilidade do salário pago à assistente social com “o dinheiro do povo”.

(Matéria veiculada no Jornal O Povo, no dia 30 de agosto de 1987).

O conteúdo da primeira reportagem trata da presença do movimento social no bairro, bem como das estratégias utilizadas com o intuito de demonstrar a força que detinha a organização social, ao afirmar nos meios de comunicação a intenção de “[...] furar os canos da tubulação da Cagece”. Observando ainda o teor da reportagem, é possível notar que havia um enfretamento: de um lado um movimento social com suas demandas claras e urgentes, do outro, um Estado que timidamente abria canais de comunicação com o movimento.

Nota-se, na segunda reportagem, a ideia de coesão e solidariedade em torno do bairro e de suas lideranças, assim como a identificação das entidades locais que se entrelaçam na construção da imagem de um bairro unido.

Para refletir sobre o cenário que permeava as ações articuladas pelas lideranças do Conjunto Palmeiras, trago a discussão de Gohn (2000). Esta autora afirma que, na década de 1980, os movimentos sociais se caracterizavam por novas lutas: articulação do movimento dos transportes; surgimento de organizações macro entre as associações de moradores; movimentos de favelados ou novos movimentos de luta pela moradia; movimentos dos desempregados; movimento pela saúde (GOHN, 2000, p. 278). Os movimentos sociais criaram, nos anos [19]80, um paradigma da ação social, conferindo legitimidade a si próprios, enquanto portadores de direitos legítimos e deslegitimando as políticas que os ignoram (GOHN, 2000, p. 318).

Ainda segundo Gohn (2000), na década de 1990, redefine-se o cenário de mobilizações e combates. Para este novo contexto, afirma a autora, desloca-se o eixo das reivindicações do movimento popular, anteriormente pautado em questões de infraestrutura, como transporte público, saúde, moradia. Dessa nova fase, adverte a autora, o movimento social baseia-se fundamentalmente em “[...] reivindicações relativas à sobrevivência física dos indivíduos, objetivando garantir um suporte mínimo de mercadoria para consumo individual de alimentos” (GOHN, 2000, p. 309).

A esse contexto, salienta Gohn (2000), somam-se as questões do desemprego e subemprego crescentes, com expressivos impactos, potencializando fenômenos que agravam cada vez mais o quadro de exclusão social e miséria, desenvolvidos também dentro de uma realidade global, atingindo, fundamentalmente os países mais pobres e em desenvolvimento.

Luis Razeto (1993) aponta que as diferenças do movimento social da década de 1980 do movimento social popular da década de 1990 assentam-se em ações com ênfase às alternativas solidárias e partem das necessidades que devem ser trabalhadas coletivamente, e não apenas das que são demandadas ao Estado. Os beneficiários serão também os executores da implantação e da gestão do serviço reivindicado. Este processo, segundo Gohn (2000), constitui-se mediante redes formadas pelas lideranças do movimento em décadas anteriores, e que, por meio da prática política, vão se constituindo em novos sujeitos da comunidade local, objetivando dar sustentabilidade a redes sociais que passam a girar em torno do fazer, do movimentar processos de produção, que gerem produtos e empregos na economia informal, na economia popular.

Se o movimento da década de 1970/1980 era de embates diretos com o Estado, os quais ocorriam por meio de ocupações de prédios públicos, dentre outras ações, nas décadas seguintes, observa-se um recuo nesta estratégia utilizada nas manifestações, e percebe-se um redirecionamento na maneira de reivindicar, assim como na postura dos movimentos sociais em relação ao Estado.

Gohn (2000) ressalta a relação do movimento social da década de 1990 com o Estado. Nessa direção, diz a autora:

Portanto, a relação da sociedade civil organizada com o Estado é de outra natureza nos [19]90, bem distinta dos confrontos nos anos do regime militar; ou das negociações, assembleias e consultas populares dos primeiros anos da Nova República. Hoje as arenas de negociação estão normatizadas e a institucionalidade da relação sociedade organizada-poder público é um fato. (GOHN, 2000, p. 318).

Dessa maneira, complementa a autora, os movimentos sociais passaram a ver o Estado, não mais como “o inimigo”, como nos anos 1970/80, mas como um “[...] interlocutor, um possível parceiro”. Contudo, Gohn (2000) adverte que esta nova relação movimento social e Estado ocorre numa arena de disputas políticas em que as demandas têm significados distintos.

Discutindo sobre a postura dos movimentos sociais em diversos momentos históricos Ilse Scherer-Warren (2006, p. 110-111) afirma que:

Pode-se, portanto, concluir que a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. Para citar apenas alguns exemplos dessas organizações localizadas: núcleos dos movimentos de sem-terra, sem-teto, piqueteiros, empreendimentos solidários, associações de bairro, etc.

Nesta nova conjuntura em que os movimentos sociais se encontram, está o movimento social do Conjunto Palmeiras, que, desde meados da década de 1990, vem desenvolvendo experiências em torno da economia solidária, bem como processos de mobilizações vivenciadas em décadas anteriores. Situado, desse modo, a postura do movimento social do Conjunto Palmeiras perante as novas formas da relação com o Estado. Vejo isto de maneira clara na relação construída nos últimos anos, de maneira especial no trato com as questões que envolvem o tema da economia solidária, período em que se observa a forte presença tanto do Governo Estadual como do Federal – a exemplo da criação dos bancos comunitários e da moeda social em diversas cidades brasileiras com *status* de política de

governo. Além de outras parcerias firmadas ao longo da criação do Banco Palmas³¹ com instituições governamentais, como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES, dentre outras. Sobre estas parcerias, trataremos no decurso desta tese.

1.2 Sob as lentes oficiais: o bairro Conjunto Palmeiras

Após um processo de reivindicações articuladas por lideranças locais, o Conjunto Palmeiras passa a ser considerado bairro da cidade de Fortaleza no dia 13 de novembro de 2007, sob o DL/290³², sancionado na administração da Prefeita de Fortaleza Luiziane de Oliveira Lins. Até ser promulgado bairro, o Conjunto Palmeiras fazia parte do bairro Jangurussu, juntamente com os conjuntos residenciais: Conjunto São Cristovão, Conjunto da Marinha (Almirante Tamandaré), Santa Filomena, Conjunto Sítio São João e, recentemente, o Conjunto Maria Thomásia, constituindo o chamado Grande Jangurussu. O Conjunto Palmeiras geograficamente está próximo aos bairros José Walter, Messejana e Jangurussu. Os bairros Messejana, Conjunto Palmeiras e Jangurussu estão administrativamente vinculados à Secretaria Executiva Regional VI³³.

³¹ Aprofundarei esta discussão no decorrer da tese.

³² “O DECRETO LEGISLATIVO nº 290, de 13 DE NOVEMBRO DE 2007, oficializa a denominação do Conjunto Palmeiras e estabelece seus limites, na forma que indica. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DEFORTALEZA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 36, inciso IV e parágrafo único da Lei Orgânica do Município. PROMULGA: Art. 1º – Fica oficializada a denominação de Conjunto Palmeiras a uma área sul de Fortaleza, constituindo-se em um novo bairro no Município de Fortaleza, na forma constante do croqui anexo único. Parágrafo Único – O bairro a que se refere o *caput* tem seus contornos assim delimitados: inicia na confluência do Rio Cocó com a reta imaginária prolongamento da Rua Gutemberg Braun, seguindo por essa reta imaginária e depois pela Rua Gutemberg Braun, no sentido leste, e depois pela Avenida de Contorno Sul do Conjunto São Cristóvão, no sentido norte, até encontrar a Avenida Castelo de Castro, seguindo por essa avenida, no sentido sul, até encontrar a Rua Juripeba, seguindo por essa rua, no sentido leste, até encontrar a Rua Jaborandi, seguindo por essa rua, no sentido norte, até encontrar a Rua Jurema, seguindo por essa rua, no sentido leste, até encontrar a Rua Domingos Alves Ribeiro, seguindo por essa rua, no sentido sul, até encontrar a Rua Verde 34, seguindo por essa rua, no sentido oeste, até encontrar a Rua Verde 1, seguindo por essa rua, no sentido sul, até encontrar a Rua Verde 37, seguindo por essa rua, no sentido oeste, até encontrar a Rua Catolé, seguindo por essa rua, no sentido sul, até encontrar a linha limite do Conjunto Palmeiras, seguindo por essa linha limite, no sentido oeste, até encontrar a Avenida Castelo de Castro, seguindo, no sentido sul, pela servidão de passagem que é o prolongamento da avenida, até encontrar o Anel Viário, seguindo por essa rodovia, no sentido oeste, até encontrar a linha limite do Município de Fortaleza, seguindo por essa linha limite, no sentido oeste, até encontrar o Rio Cocó, seguindo por esse rio, no sentido norte, até o ponto inicial. PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA JOSÉ BARROS DE ALENCAR, em 13 de novembro de 2007. Agostinho Frederico Carmo Gomes – Tin Gomes, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA.”

³³ Secretarias Executivas Regionais, também conhecidas como SERs, são termos que se referem a subprefeituras localizadas na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará. Fortaleza costumava também ser dividida em cinco distritos: Fortaleza (Sede), Antônio Bezerra, Parangaba, Messejana e Modubim. Cada um destes apresentava seus bairros. Esta divisão não segue à atual, em Secretarias Executivas Regionais, feita pela primeira vez em 1997. Ver sítio da Prefeitura Municipal de Fortaleza (<www.fortaleza.ce.gov.br/>).

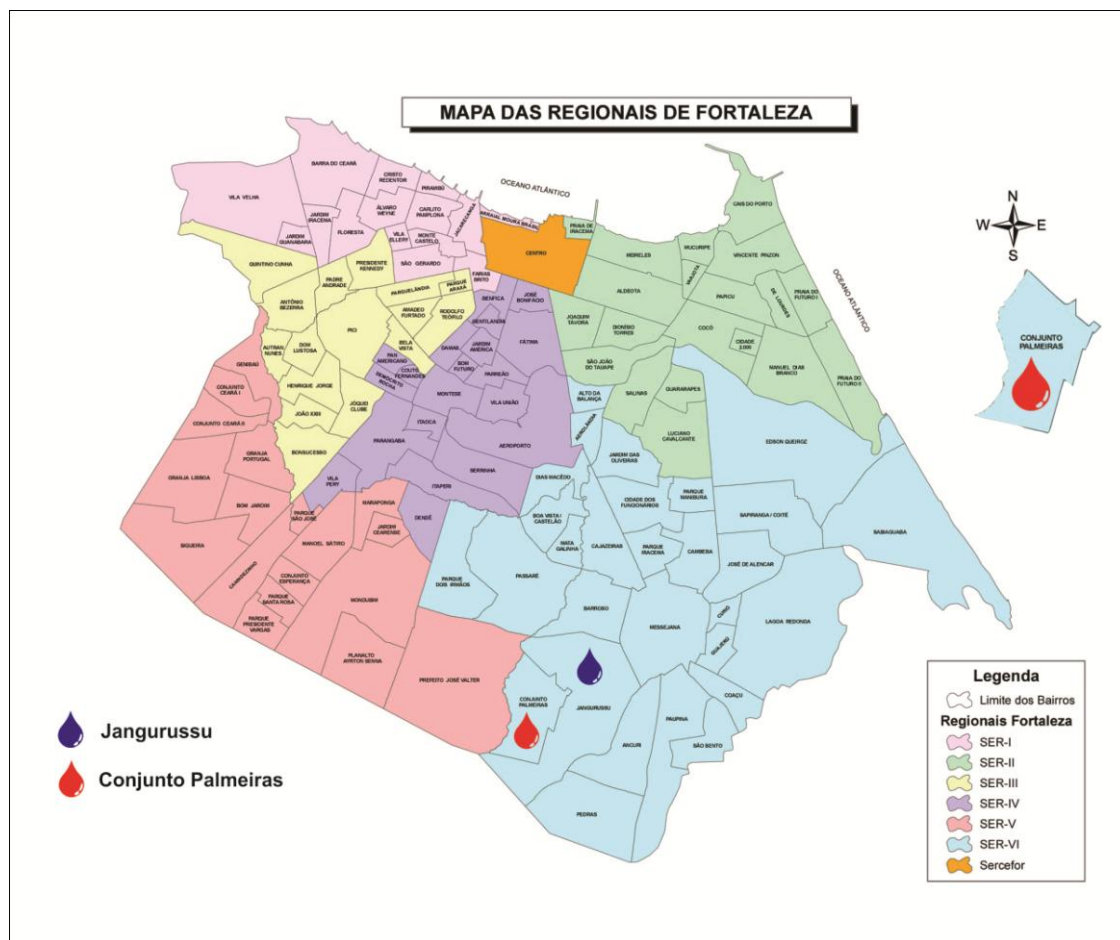
Segundo dados da Prefeitura de Fortaleza, a Secretaria Executiva Regional VI (SER VI) hoje compreende os seguintes bairros: Sabiaguaba, Edson Queiroz, Sapiroanga, Alagadiço Novo, Curió, Guajeru, Coaçú, Paupina, Parque Manibura, Cambeba, Messejana, Ancuri, Pedras, Jardim das Oliveiras, Cidade dos Funcionários, Parque Iracema, Alto da Balança, Aerolândia, Dias Macedo, Castelão, Mata Galinha, Cajazeiras, Barroso, Jangurussu, Passaré, Parque Dois Irmãos, Lagoa Redonda, São Bento e Conjunto Palmeiras.

No momento, a Regional tem uma população estimada em 510.381 habitantes e atende diretamente aos moradores de 29 bairros e ocupa uma área que corresponde a 42% do território de Fortaleza. Sua densidade demográfica é de 37,7 habitantes por km². Desde 2005, a Regional VI conta com duas áreas de preservação, o Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba e a Área de Proteção Ambiental (APA) da Sabiaguaba.

De acordo com o estudo *A cartografia da criminalidade e violência*, realizado no período de 2007 a 2009, a Regional VI³⁴ congrega 20,37% da população de Fortaleza e possui, além disso, a população mais jovem da cidade: cerca de 50% dos habitantes têm, no máximo, 22 anos. É também a Regional com registro do maior índice de analfabetismo. Ocupa a terceira colocação em relação à renda familiar média mensal, com 4,67 salários mínimos, abaixo das Regionais II e IV. A principal atividade econômica da Regional VI é a prestação de serviços, concentrando 10,2% dos empregos formais de Fortaleza. Com relação ao IDH-M (2000), 12 bairros possuem índice médio (entre 0,500 e 0,799), e quinze têm índice considerado baixo (entre 0 e 0,499). Nessa Regional, o bairro do Curió tem o menor IDH (0,338) de Fortaleza, e a renda média mensal dos responsáveis pelas famílias é R\$ 288,74.

Figura 2 – Mapa da cidade de Fortaleza com destaque: as Regionais, o bairro Jangurussu e o Conjunto Palmeiras

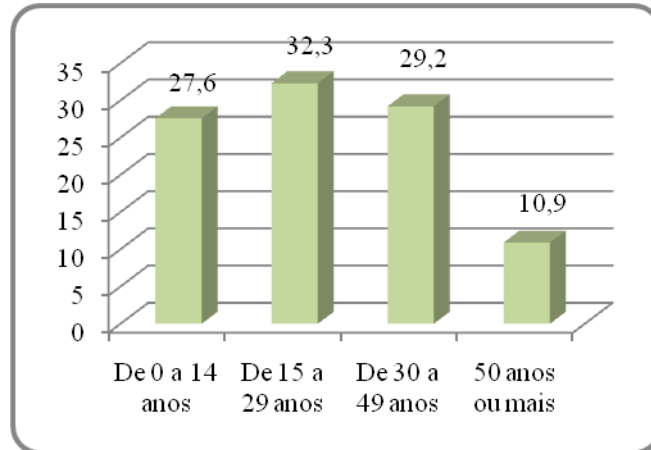
³⁴ Ver o estudo *Cartografia da criminalidade e violência*, realizado no período de 2007 a 2009. O referido estudo foi realizado pelo Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética, Laboratório de Estudos da Violência e Laboratório de Estudos da Conflitualidade e Violência.



Fonte: IPECE (2012).

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, a população residente no Conjunto Palmeiras é de 36.599 pessoas. Deste total, 59,90% concentram-se nas faixas etárias entre 0 a 29 anos, enquanto que apenas 10,9% da população referem-se à faixa etária superior a 50 anos. Já 29,2% estão entre 30 e 49 anos. Diante destes dados, verifica-se que há ainda uma predominância da população jovem, conforme apresentado no Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 – Distribuição percentual da população residente, por faixas de idade, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010.



Fonte: IBGE (2010).

Ainda de acordo com o IBGE, em relação à população geral 18,7 mil pertencem ao sexo feminino, enquanto 17,8 mil são do sexo masculino. Em termos proporcionais, verifica-se um percentual de 51% da população feminina contra 49% da população masculina.

Em relação aos domicílios particulares permanentes, segundo as faixas etárias de seus responsáveis, percebe-se que o maior número de domicílios está concentrado na faixa etária de pessoas entre 30 a 49 anos de idade, correspondendo a 52,2%, ou seja, 4.752 unidades de um total de 9.113, como mostra a Tabela 1 abaixo:

Tabela1 - Domicílios particulares permanentes, por faixas de idade da pessoa responsável pelo domicílio, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010

Faixa de idade da pessoa responsável pelo domicílio	Total	
	Quantidade de Domicílios	%
De 0 a 14 anos	13	0,1
De 15 a 29 anos	2.022	22,2
De 30 a 49 anos	4.752	52,2
50 anos ou mais	2.326	25,5
Total	9.113	100,0

Fonte: IBGE (2010).

No que diz respeito aos rendimentos dos moradores do bairro, o IBGE constatou que, do total de pessoas a partir de 10 anos de idade, isto é, 30.629³⁵ moradores, 13.877 possuem algum tipo de rendimento, algo em torno de 45,3%, enquanto que 54,7% dos habitantes declararam não ter nenhum rendimento. Para melhor compreensão veja a Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo condição de rendimento, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010

Condição de rendimento	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	%
Sem rendimento	16.748	54,7
Com rendimento	13.877	45,3
Total	30.626	100,0

Fonte: IBGE (2010).

Nota 1: Considera-se dentro da categoria *sem rendimentos* todo rendimento mensal abaixo de R\$ 60,00.

Em geral, são pessoas que recebem benefícios, cuja identificação não interessa à pesquisa.

Nota 2: Segundo o IBGE, os dados de rendimento ainda são preliminares.

Ainda em relação aos rendimentos da população do bairro e sua distribuição por sexo, 46% são provenientes do sexo feminino, ou seja, 6.321 pessoas, enquanto 54%, 7.556 pessoas, pertencem ao sexo masculino, configurando portanto, um maior número de homens inseridos neste quesito, quando comparado à população feminina, conforme mostra a Tabela 3 e o Gráfico 2 abaixo:

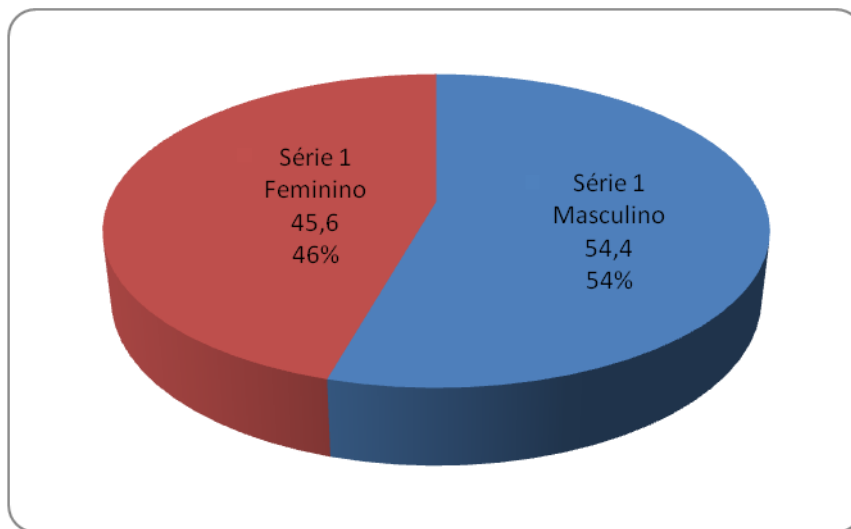
Tabela 3 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por sexo, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010

Sexo	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento
Masculino	7.556
Feminino	6.321
Total	13.877

Fonte: IBGE (2010).

³⁵ Para chegar a esse número populacional com rendimentos, o IBGE desconsidera para contagem a faixa etária de menos de 10 anos, isto é, a população geral residente no bairro é de 36.599, quando passa para a população com rendimentos no bairro, essa quantidade fica em torno de 30.626 habitantes.

Gráfico 2 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por sexo, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010



Fonte: IBGE (2010).

A tabela abaixo detalha como a renda das pessoas a partir de 10 anos de idade se distribui segundo as faixas do salário mínimo vigente à época da realização do censo (2010): R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).

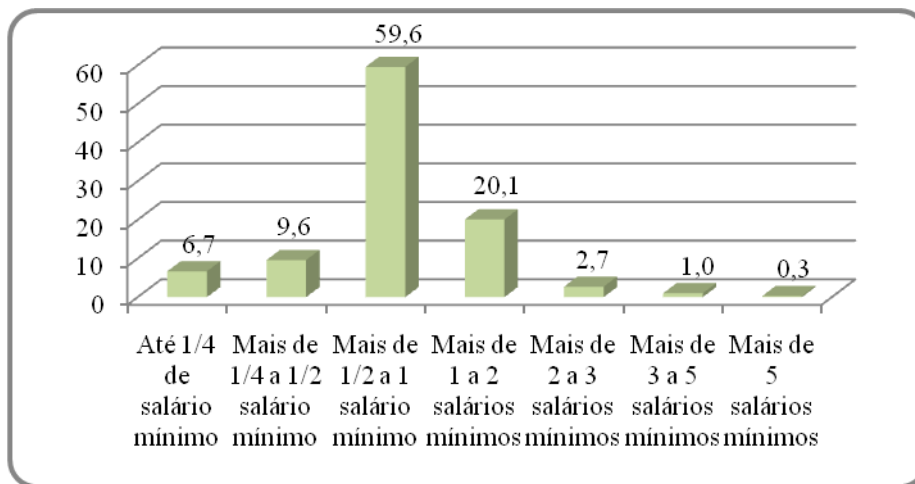
Tabela 4 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo as classes de rendimento nominal mensal, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010

Faixas de salários	Pessoas de 10 anos ou mais de idade
Até 1/4 de salário mínimo	934
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	1.338
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	8.264
Mais de 1 a 2 salários mínimos	2.792
Mais de 2 a 3 salários mínimos	374
Mais de 3 a 5 salários mínimos	133
Mais de 5 salários mínimos	42
Total	13.877

Fonte: IBGE (2010). Nota: valor do salário mínimo utilizado – R\$ 510,00.

Fica evidente no Gráfico 3 que quase 60% dessas pessoas ganham entre meio e um salário mínimo. Quanto às maiores remunerações, apenas 0,3% dos habitantes, um total de 42 pessoas, auferem mais de cinco salários mínimos. Veja-se o gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo as classes de rendimento nominal mensal, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010



Fonte: IBGE (2010).

Em relação à taxa de alfabetização, os dados do IBGE, de acordo com o censo demográfico de 2010, mostram que o índice é de 90,4%, sendo que, desse total, 91% correspondem a mulheres, e 89,7% a homens. Veja a tabela abaixo:

Tabela 5 – Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais, por sexo, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010

Sexo	Taxa de alfabetização
Masculino	89,7
Feminino	91,0
Total	90,4

Fonte: IBGE (2010).

Ao se observar do ponto de vista da influência da alfabetização em relação aos rendimentos, verifica-se na tabela abaixo que 3% das pessoas alfabetizadas ganham mais de 2 e menos de 3 salários mínimos. Nessa faixa de remuneração, apenas 0,9% das pessoas são não alfabetizadas. Segundo ainda os dados apresentados, há uma forte concentração das pessoas nas faixas de rendimento mais baixo, tanto para os alfabetizados quanto para os não alfabetizados. Para os não alfabetizados, 89,4% das pessoas ganham no máximo um salário mínimo, enquanto entre os alfabetizados este percentual é de 73,9%, como mostra em destaque a tabela abaixo:

Tabela 6 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de alfabetização, segundo as classes de rendimento nominal mensal, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010

Faixas de salários	Alfabetizadas		Não alfabetizadas	
	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	%	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	%
Até 1/4 de salário mínimo	765	6,3	169	9,7
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	1.157	9,5	181	10,3
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	7.049	58,1	1.215	69,4
Mais de 1 a 2 salários mínimos	2.628	21,7	164	9,4
Mais de 2 a 3 salários mínimos	358	3,0	16	0,9
Mais de 3 a 5 salários mínimos	130	1,1	3	0,2
Mais de 5 salários mínimos	41	0,3	1	0,1
Total	12.128	100,0	1.749	100,0

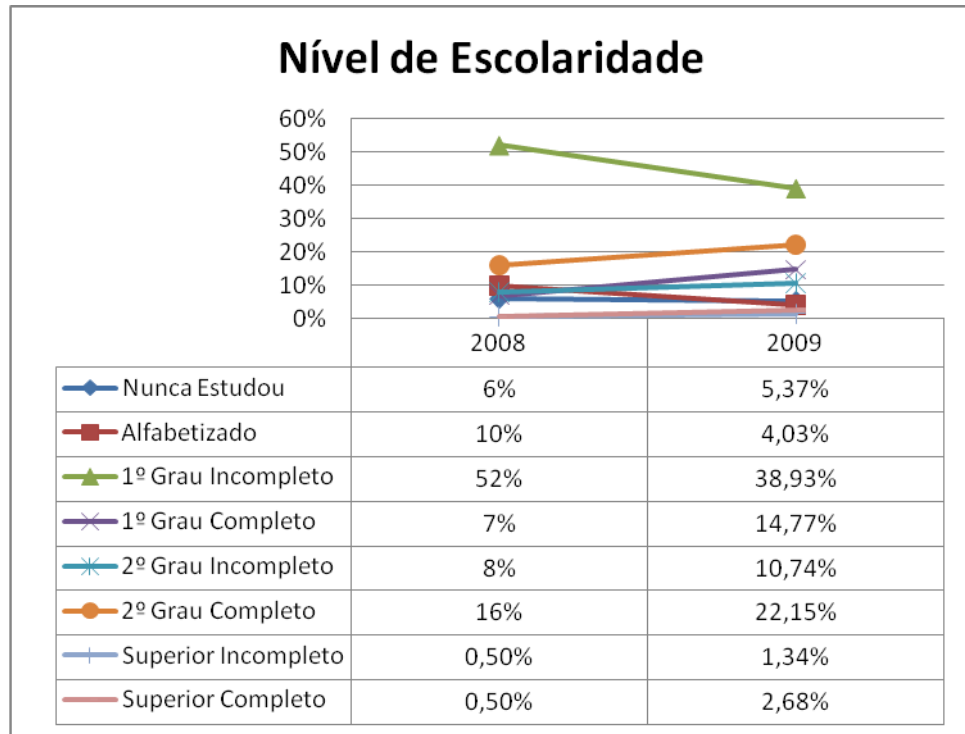
Fonte: IBGE (2010). Nota: Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00.

Ainda em relação aos números da população alfabetizada do bairro, nos anos de 2008 e 2009, o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária realizou uma pesquisa, cujos resultados praticamente confirmaram as informações prestadas pelo último censo do IBGE. A metodologia utilizada consistiu numa amostra de 4% da população residente naquele período. Os resultados indicam uma confluência dos dados apresentados no último censo realizado pelo IBGE em 2010, isto é, praticamente toda a população do bairro é alfabetizada.

Embora as metodologias utilizadas nas duas pesquisas sejam distintas, devem-se destacar os dados, por ilustrarem semelhanças no que diz respeito aos resultados finais apresentados. No caso da pesquisa³⁶ realizada pelo Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, além dos dados sobre a população geral alfabetizada, ela revelou também informações sobre o nível de escolaridade dos moradores do Conjunto Palmeiras. Como indica o gráfico abaixo:

³⁶ Em 2002, a coordenação do Banco Palmas realizou um *Mapeamento da produção e do consumo do Conjunto Palmeiras*. O intuito da pesquisa era ter um diagnóstico da situação social e econômica do bairro. A pesquisa utilizou uma amostragem de domicílio, algo em torno de 4% da população, segundo informações obtidas de Joaquim Melo, coordenador do Instituto Palmas de Socioeconomia Solidária e do Banco Palmas. Esta pesquisa foi ainda realizada no ano de 2008, 2009 e 2011. Utilizarei os dados contidos na referida pesquisa como aporte para eventuais análises do bairro.

Gráfico 4 – Nível de escolaridade dos moradores do Conjunto Palmeiras



Fonte: Instituto Palmas de Desenvolvimento de Socioeconomia Solidária (2009).

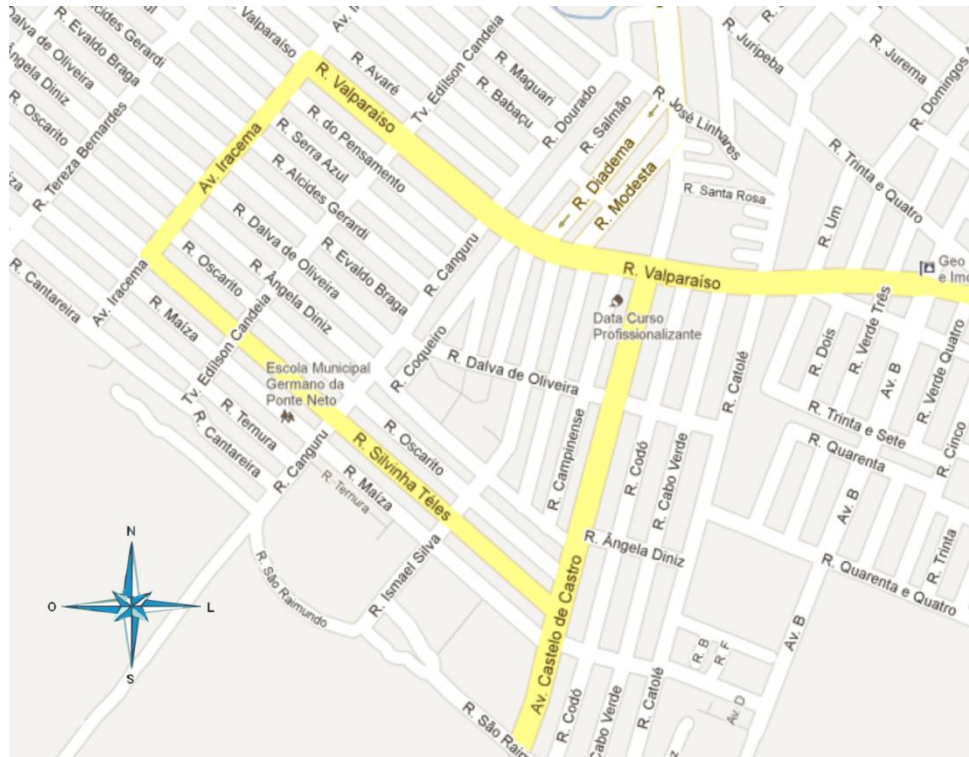
A partir dos dados do gráfico acima, pode-se concluir que o universo de pessoas alfabetizadas no período da pesquisa expressa uma queda do número de habitantes cursando o primeiro grau incompleto. Ao mesmo tempo, a investigação indicou que houve uma evolução nos níveis do primeiro e do segundo grau completo, respectivamente de 7% para 14,77% e de 16% para 22,15%.

O Conjunto Palmeiras possui cinco escolas, sendo quatro da rede municipal de ensino e uma da rede estadual. Dos equipamentos públicos, além dos já descritos, há quatro creches, dois centros de atendimentos à saúde (postos de saúde) e um Centro de Cidadania (anteriormente chamado de Centro Social Urbano). Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública, não há no bairro delegacias de polícia. Quanto à segurança pública, essa instituição diz que há, com frequência, policiais que fazem a ronda no bairro. Para outros tipos de ocorrências nessa área, o morador faz o registro na Delegacia de Polícia situada no Conjunto São Cristovão.

Investigando ainda os serviços existentes, observei que o bairro dispõe de duas linhas de transporte: o “Palmeiras Expresso”, que parte do bairro em direção à Praça Coração de Jesus, localizada no centro da cidade de Fortaleza, itinerário realizado pela BR 116; e outra linha, Palmeiras-Messejana-Palmeiras, que segue do bairro em direção ao terminal de ônibus

do bairro de Messejana. Além dessas duas linhas, existe a opção do transporte alternativo que segue o mesmo roteiro da linha de ônibus Palmeiras–Expresso.

Figura 3 – Mapa das ruas do bairro Conjunto Palmeiras, destacando o itinerário do transporte coletivo



Fonte: GOOGLE MAPS (2012).

Caminhando pelo bairro, depara-se com uma quantidade expressiva de templos religiosos. Dependendo das ruas por onde se trafega, encontram-se até dois templos por rua. Devido à extensão do bairro, não se pode apreender com segurança a exatidão desses espaços religiosos. Por esta razão, indaguei às lideranças locais esse assunto; contudo, não houve um consenso em relação às quantidades. Algumas lideranças afirmavam existir, aproximadamente, de quarenta a cinquenta templos evangélicos e quatro templos da igreja católica (uma paróquia e três capelas). A ausência do consenso, entretanto, não me impediu de observar que, em certos trechos do bairro, as edificações de alguns templos destacam-se na paisagem pela suntuosidade e beleza das construções.

Ainda em relação às manifestações religiosas existentes no bairro, fui informada de que havia, na década de 1980 e 1990, forte presença de religiões afro-descendentes, como o candomblé e a umbanda. Segundo a dirigente da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), os terreiros foram sendo substituídos pelas igrejas evangélicas.

Contudo, seu Augusto, outra liderança local, adverte haver inúmeros terreiros e admite: “[...] existem ainda muitos terreiros aqui, muitos mesmo”. Todavia, durante a pesquisa de campo não se pôde aprofundar essa questão. Uma das dificuldades residiu no fato de que, em geral, tais manifestações, diferentemente das demais acima mencionadas, não utilizam, em suas fachadas, placas, faixas ou algo que informe a sua existência.

De um modo geral, as tabelas a seguir permitem ter uma visão de outros serviços básicos existentes no bairro, como água potável, energia elétrica, dentre outros. Percebe-se que, atualmente, há uma cobertura próxima da totalidade no que diz respeito à oferta desses serviços urbanos aos domicílios, quais sejam: destinação do lixo, abastecimento d’água e energia elétrica

Os dados da Tabela 7 mostram a distribuição dos domicílios do bairro segundo a existência ou não de banheiro de uso exclusivo. Os dados do censo de 2010 mostram que quase 99% dos domicílios do bairro possuem banheiro de uso exclusivo, enquanto que 1,1% das residências não possuem banheiros de uso exclusivo, ou, se possuem, não são de uso exclusivo, correspondendo um total de 99 residências.

Tabela 7 – Quantidade de domicílios particulares permanentes, segundo a existência de banheiros de uso exclusivo, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010

Existência de banheiros de uso exclusivo do domicílio	Número de domicílios	%
Tinham	9.014	98,9
Não tinham*	99	1,1
Total	9.113	100,0

Fonte: IBGE (2010).

*Não havia banheiro na época da realização do censo.

Em relação às formas de abastecimento d’água (Tabela 8), 97,4% das casas do Conjunto Palmeiras estão contempladas com rede geral de abastecimento. Por outro lado, 241 casas são abastecidas por poço ou nascente ou por outra forma de abastecimento.

Tabela 8 – Quantidade de domicílios particulares permanentes, segundo a forma de abastecimento de água, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010

Forma de abastecimento de água	Número de domicílios	%
Rede geral	8.872	97,4
Poço ou nascente	53	0,6
Outra	188	2,1
Total	9.113	100,0

Fonte: IBGE (2010).

Quanto ao destino do lixo, os dados da Tabela 9 mostram que pouco mais de 98% das moradias do bairro são cobertas por coleta de lixo regular. Por outro lado, as demais residências, um total de 173 casas, dão outras formas de destinação para o lixo como, por exemplo, queimando-o ou jogando-o em local impróprio.

Tabela 9 – Quantidade de domicílios particulares permanentes, segundo o destino do lixo, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010

Destino do lixo	Número de domicílios	%
Coletado	8.940	98,1
Jogado em terreno baldio ou logradouro	168	1,8
Outro destino	5	0,1
Total	9.113	100,0

Fonte: IBGE (2010).

No bairro, há um sistema de esgotamento sanitário instalado na década de 1990, o sistema é condominial, geralmente feito com participação comunitária; convencionalmente chamado de fundo de quintal, com a existência de caixas coletoras. Neste modelo de sistema, as residências são conectadas à rede pública por meio de uma ligação coletiva, e, em seguida, os dejetos são lançados em sistema de lagoa de estabilização. É considerado o modelo mais simples para o tratamento de esgotos, nos quais os dejetos humanos são lançados e tratados biologicamente em lagoas de estabilização. No caso do Conjunto Palmeiras, há três lagoas de estabilização. Durante a pesquisa realizada, constatei que uma delas estava completamente assoreada, com intensa cobertura vegetal, e com espelho d'água quase imperceptível. Ao

caminhar pelo bairro, vi caixas coletoras estouradas, lançando dejetos na rua. Segundo dados da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), grande parte destes dejetos é lançada posteriormente em uma das bacias hidrográficas mais importantes de Fortaleza, o rio Cocó, juntando-se a outras fontes poluidoras presentes no rio, transformando-o assim num córrego intensamente poluído.

Imagem 2 – Lagoa de estabilização localizada no Conjunto Palmeiras com elevado estágio de assoreamento



Fonte: Imagem capturada por Fernanda Rodrigues (2012).

Imagem 3 – Lagoa de estabilização do Conjunto Palmeiras em funcionamento, ao lado a segunda lagoa assoreada



Fonte: Imagem capturada por Fernanda Rodrigues (2012).

Durante as conversas com as lideranças locais, fui informada de que as entidades representativas do bairro reivindicam junto ao poder público a mudança deste sistema, chamado condominial, para o sistema de esgotamento sanitário já existente na cidade de Fortaleza, chamado sistema convencional. Segundo essas lideranças, o modelo existente não mais atende às necessidades atuais.

O sistema convencional geralmente é utilizado para o esgotamento sanitário de um município e pode ser composto das seguintes unidades: rede coletora, estações elevatórias, estações de tratamento, disposição final. De maneira geral, apresenta um alto custo para sua instalação e manutenção. Por esta razão, é pouco utilizada por populações de baixo poder aquisitivo. A diferença entre os dois sistemas ocorre na qualidade, no valor da instalação e manutenção.

O sistema condominial é usado com maior frequência em bairros com população pobre. É um sistema que possui menor custo, proporciona uma maior participação da população no planejamento e nas decisões tomadas pelo poder público.

A principal causa apontada por lideranças do bairro, quando foi instalado o modelo condominial de sistema de esgotamento no bairro, foi o baixo custo de sua instalação. Segundo Marinete, liderança do Conjunto Palmeiras, representantes do governo do estado persuadiram os moradores sobre a escolha. Segundo a liderança, o argumento foi o alto custo do sistema convencional, convencendo-os a adotar o sistema condominial. Afirma Marinete: “Eles nos convenceu que nós não tinha salário pra pagar a rede de esgoto pela rua, mas, hoje tá um problemão aí pra nós. Os esgotos aí estourando em todo canto”.

Outro serviço bastante expressivo no bairro é o de energia elétrica: 95,3% das residências possuem energia oriunda da companhia distribuidora de energia, ou seja, com medidor de uso exclusivo e 2,1% possuem o serviço de energia com medidor de uso comum a mais de um domicílio. Percebe-se ainda que 1,8% das moradias do bairro são abastecidas com eletricidade da companhia distribuidora sem medidor, e 0,4% das casas não apresentam medidor (Tabela 10). Portanto, é possível concluir que 99,6% dos domicílios têm acesso à energia elétrica. Observou-se que em apenas 27 residências não havia energia, o que representa apenas 0,3% de moradias sem acesso a esse serviço.

Tabela 10 – Quantidade de domicílios particulares permanentes, segundo a existência de energia elétrica, Bairro Conjunto Palmeiras, 2010

Existência de energia elétrica	Número de domicílios	%
Tinham de companhia distribuidora com medidor de uso exclusivo	8.688	95,3
Tinham de companhia distribuidora com medidor comum a mais de um domicílio	195	2,1
Tinham de companhia distribuidora sem medidor	162	1,8
Tinham de outra fonte	41	0,4
Não tinham	27	0,3
Total	9.113	100,0

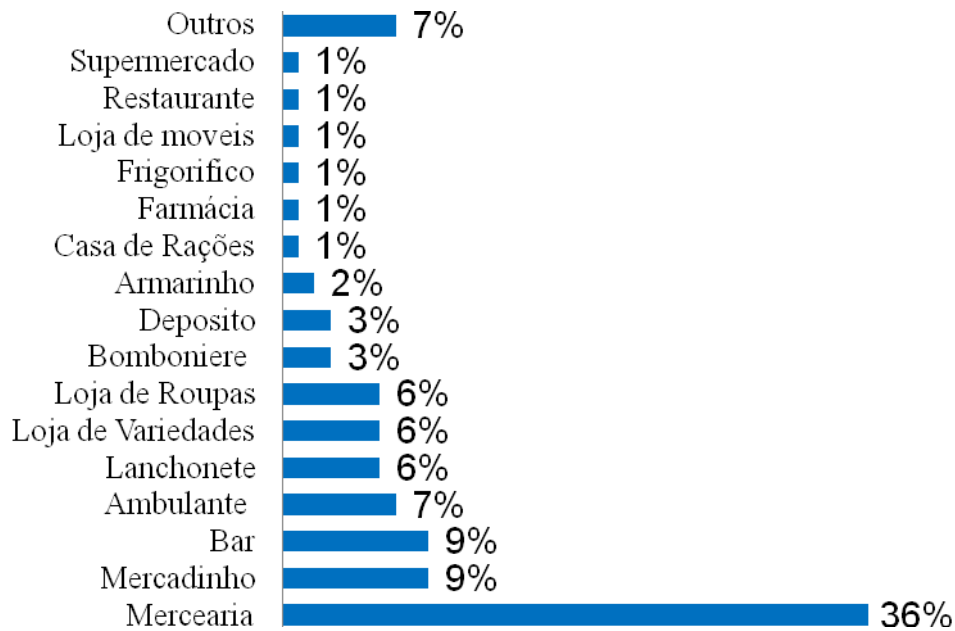
Fonte: IBGE (2010).

Buscando informações na perspectiva de apreender o campo de pesquisa, deparei-me com outras pesquisas quantitativas realizadas por entidades locais. Algumas delas descrevem o mapa do comércio local. Analisando e aprofundando as informações imersas no resultado dessas pesquisas, destacam-se alguns dados relevantes que mostram particularidades do bairro.

Nessa direção, a pesquisa realizada pelo Instituto Palmas 2009/2011³⁷ revela que existem 562 estabelecimentos comerciais no Conjunto Palmeiras. Desse universo, 62% estão voltados para o comércio, totalizando 374 entre restaurantes, frigoríficos, depósitos de construção, lojas de roupas, lanchonetes, bares e mercearias. A pesquisa, além de fornecer um panorama amplo sobre os estabelecimentos comerciais existentes no bairro, também gerou informações sobre a sua distribuição. A pesquisa afirma que 36% desses estabelecimentos são denominados de mercearias. Nota-se, ainda, nos dados da pesquisa, a presença ínfima de supermercados, restaurantes e farmácias – algo em torno de 1% –, como demonstra o gráfico abaixo.

³⁷ Mapa de produção do Conjunto Palmeiras. Pesquisa realizada pelo Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, referente aos anos 2009/2011.

Gráfico 5 – Tipos de estabelecimentos comerciais locais

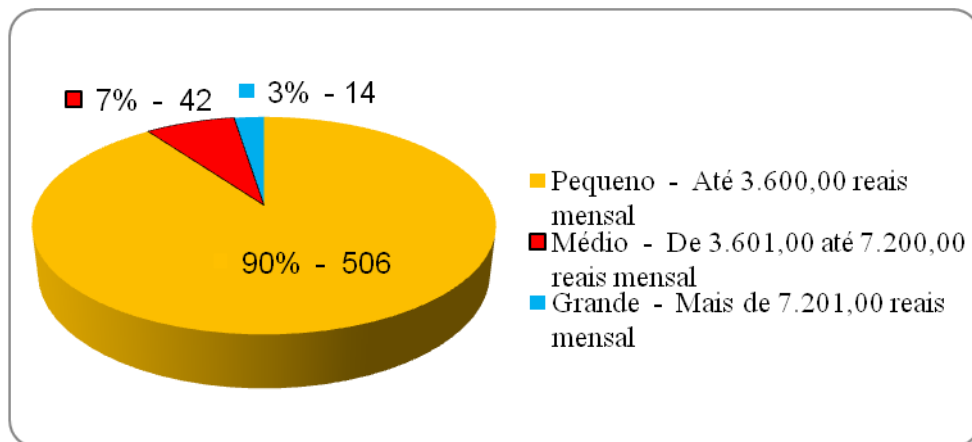


Fonte: Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (2011).

A pesquisa indica que dos 562 estabelecimentos registrados, 506 possuem características semelhantes. Em geral, funcionam na residência do proprietário, são administrados por membros da família, têm instalações precárias e, na maioria das vezes, representam renda extra no orçamento familiar. Na mesma pesquisa, como sugere o gráfico abaixo, é possível encontrar no bairro comércios considerados de grande porte por aquela pesquisa; estes se apresentam como uma minoria, algo em torno de 3% dos estabelecimentos, isto é, 14 comércios.

O comércio considerado de grande porte está localizado, em geral, nos corredores centrais: Avenida Val Paraíso, Iracema, Castelo de Castro e Silvinha Teles. Do ponto de vista do seu funcionamento, esse tipo de comércio se encontra em um pavimento da residência do proprietário ou funciona vizinho à casa do dono. Têm equipamentos de segurança como câmeras ou grades. Os empregados são moradores do bairro e desempenham trabalhos nos caixas e nas dependências das mercearias. A pesquisa realizada pelo Instituto Palmas classificou o comércio local como pequeno, médio e grande, conforme o gráfico abaixo .

Gráfico 6 – Escala do comércio no Conjunto Palmeiras segundo o faturamento mensal (pequeno médio e grande porte)



Fonte: Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (2009).

Desses 562 empreendimentos revelados pela pesquisa, somente 18%, ou seja, 100 empreendimentos, são formalizados em instituições como Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e Secretaria de Finanças (SEFIN). A pesquisa indica que a maioria está no campo da informalidade e representa 82%, ou seja, 462 estabelecimentos.

Quanto ao comércio informal, pôde-se verificar que a feira livre do bairro, segundo informações obtidas, ocorre todas as segundas-feiras. A feira, que se inicia na Avenida Val Paraíso, estende-se por quarteirões. São inúmeras barracas. Todas alugadas pelos feirantes. As barracas são montadas por volta das cinco horas da manhã pelos proprietários/moradores locais. Os feirantes começam a chegar por volta das seis horas e ficam até às quatorze horas, horário em que são desmontadas as barracas. Geralmente os feirantes são credenciados como vendedores ambulantes na Prefeitura Municipal de Fortaleza. Ocasionalmente é possível encontrar na feira os fiscais identificados por um crachá pendurado em torno do pescoço. A feira é organizada por tipologia: alimentos, perfumaria, vestimentas femininas e masculinas, acessórios para casa, brinquedos infantis, lanches, dentre outros.

Em pesquisa realizada pelo Instituto Palmas no ano de 2011, foram levantados dados acerca do fluxo do consumo no comércio local. Para realizar a pesquisa, o Instituto considerou os seguintes pontos: *alimentação, higiene pessoal/beleza e material de limpeza*. O resultado dessa pesquisa informa que, em geral, os moradores do bairro gastam no decorrer do mês um total de R\$ 4.529.716,48 com alimentação; R\$ 756.939,20 com higiene pessoal e beleza; R\$ 364.649,60 com material de limpeza. A pesquisa indica ainda o valor gasto anualmente pelo consumidor com: alimentação (54.356.597,76); higiene pessoa e beleza (9.083.270,40); material de limpeza (4.375.795,36).

Quadro 1– Produtos de material de limpeza consumidos no bairro

MATERIAL DE LIMPEZA				
Material de Limpeza	Consumo Médio por Família	Consumo Total no Bairro	Preço em Reais	Gasto no Bairro para 8.000 Famílias
1 - Sabão em Pó (Kg)	2,24	17.952	3,25	R\$ 58.344,00
2 - Sabão em Barra (Barra)	6,47	51.744	0,90	R\$ 46.569,60
3 - Água Sanitária (Litro)	2,83	22.656	1,55	R\$ 35.116,80
4 - Detergente (Litro)	2,45	19.616	1,10	R\$ 21.577,60
5 - Desinfetante (Litro)	2,78	22.240	2,40	R\$ 53.376,00
6 - Amaciante (Litro)	1,56	12.448	1,30	R\$ 16.182,40
7 - Lustra Móveis	0,49	3.936	3,45	R\$ 13.579,20
8 - Cera	0,15	1.184	3,15	R\$ 3.729,60
9 - Bombril (Unidade)	11,97	95.776	0,15	R\$ 14.366,40
10 - Esponja (Unidade)	3,16	25.280	0,35	R\$ 8.848,00
11 - Vassoura (Unidade)	1,66	13.280	7,00	R\$ 92.960,00
		TOTAL		R\$ 364.649,60

Fonte: Instituto Palmas (2011).

Os dados acima indicam que a população do Conjunto Palmeiras consome, com maior frequência, os seguintes itens de limpeza: sabão em barra, água sanitária e desinfetante. Em contrapartida, os dados expressam também os produtos com menor escala de venda: esponja, vassoura e cera.

Quadro 2 – Produtos de alimentação consumidos no bairro

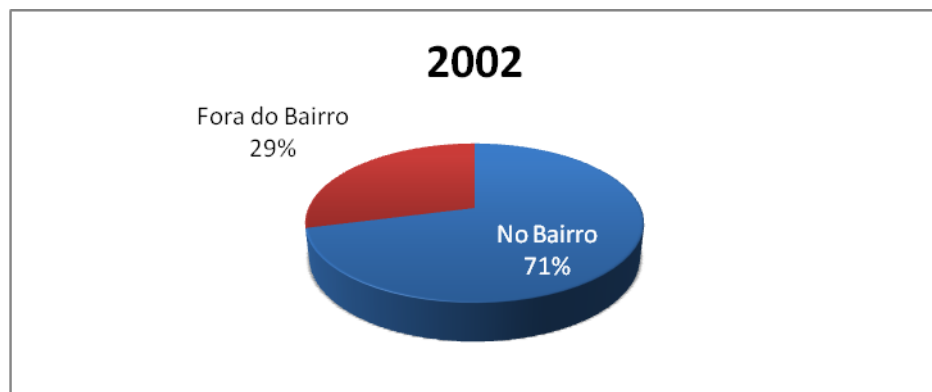
ALIMENTAÇÃO				
Alimentação	Consumo Médio por Família	Consumo Total no Bairro	Preço em Reais	Gasto no Bairro para 8.000 Famílias
1 - Arroz (Kg)	14,38	115.008	1,85	R\$ 212.764,80
2 - Feijão (Kg)	7,18	57.408	3,00	R\$ 172.224,00
3 - Açúcar (Kg)	10,04	80.352	2,00	R\$ 160.704,00
4 - Farinha (Kg)	3,83	30.656	1,65	R\$ 50.582,40
5 - Carne Bovina (Kg)	7,53	60.256	12,00	R\$ 723.072,00
6 - Carne de Frango (Kg)	11,00	88.032	4,20	R\$ 369.734,40
7 - Ovos (Unidade)	42,96	343.680	0,25	R\$ 85.920,00
8 - Frutas (Kg)	14,19	113.536	2,00	R\$ 227.072,00
9 - Leite Líquido (Litro)	6,46	51.712	2,00	R\$ 103.424,00
10 - Leite em Pó (pct 200g)	31,64	253.120	2,00	R\$ 506.240,00
11 - Macarrão (pte 500g)	24,00	192.000	1,30	R\$ 249.600,00
12 - Pão (Unidade)	208,58	1.668.640	0,25	R\$ 417.160,00
13 - Óleo de Cozinha (0,9 Lt)	3,61	28.898	2,80	R\$ 80.913,28
14 - Café (pct 250g)	25,82	206.528	2,00	R\$ 413.056,00
15 - Biscoito (Pacote)	7,07	56.576	1,80	R\$ 101.836,80
16 - Refrigerante (Litro)	8,70	69.600	2,00	R\$ 139.200,00
17 - Verdura (Kg)	11,07	88.576	2,00	R\$ 177.152,00
18 - Peixe (kg)	3,97	31.744	8,00	R\$ 253.952,00
19 - Maionese (vd)	1,47	11.744	1,35	R\$ 15.854,40
20 - Massa de Milho (pct)	3,70	29.568	0,90	R\$ 26.611,20
21 - Vinagre (vd)	1,23	9.856	1,35	R\$ 13.305,60
22 - Rapadura (Unidade)	0,82	6.592	0,50	R\$ 3.296,00
23 - Goma (Kg)	1,10	8.768	1,70	R\$ 14.905,60
24 - Sal (Kg)	1,74	13.920	0,80	R\$ 11.136,00
25- Margarina (pote 250g)	26,11	208.896	2,00	R\$ 417.792,00
		TOTAL		R\$ 4.529.716,48

Fonte: Instituto Palmas (2011).

O quadro acima evidencia os gêneros alimentícios mais consumidos pelos moradores do Conjunto Palmeiras. Com relevância do consumo para os seguintes gêneros: arroz, leite em pó, açúcar. A pesquisa aponta que existe uma maior concentração nos alimentos, considerados como produtos da cesta básica (feijão, arroz, açúcar, dentre outros). Isto indica o baixo poder aquisitivo da população.

Do ponto de vista da pesquisa sobre o consumo local, realizada no bairro, os dados indicam que houve uma mudança significativa em relação ao consumo local nos anos 2002, 2008 e 2009. Segundo ainda a pesquisa, no ano de 2002, 71% dos moradores afirmavam comprar fora do bairro, e 29% realizavam suas compras no próprio bairro. Já no ano de 2008, a mesma pesquisa aponta que 95% dos entrevistados passaram a comprar no Conjunto Palmeiras, enquanto 5% permaneciam realizando suas compras fora do bairro. Em 2009, a pesquisa mostra que 93% dos moradores adquirem seus produtos no bairro, e 7% consomem fora do bairro. O dado revelado pela pesquisa leva a concluir que, a partir do ano de 2008, a maioria dos moradores, de maneira significativa, passou a consumir em estabelecimentos locais. Como apontam os dois gráficos abaixo, no primeiro, observam-se os percentuais referentes às compras externas ao bairro, representando 71%, enquanto, no segundo, nota-se que 93% dos moradores passaram a consumir nos estabelecimentos locais.

Gráfico 7 – Consumo realizado por moradores fora do bairro



Fonte: Instituto Palmas de Desenvolvimento de Socioeconomia Solidária (2009).

Gráfico 8 – Consumo local realizado por moradores do bairro



Fonte: Instituto Palmas de Desenvolvimento de Socioeconomia Solidária (2009).

Outro aspecto importante destacado por uma liderança local, dirigente na ASMOCONP, diz respeito à instalação dos serviços bancários com os caixas-rápidos do Banco do Brasil e da Caixa Economia Federal, além do Banco Palmas, esse último inaugurado em 1998³⁸. Segundo esta liderança, esse serviço proporcionou uma nova dinâmica ao bairro. O morador, que anteriormente se deslocava para o bairro Messejana para efetuar o pagamento de boletos bancários (energia elétrica, conta de água, depósitos bancários, dentre outros), passou a efetuar esses serviços no próprio bairro. Isso passou também a ocorrer com o recebimento de benefícios (aposentadorias, pensões e auxílios dos programas sociais) oriundos do Governo Federal. Deve-se destacar que a instalação desse serviço possibilitou, no Conjunto Palmeiras, o fluxo de pessoas vindas de outros conjuntos habitacionais, como Sítio São João e o recém-criado Maria Thomásia³⁹, ambos localizados na adjacência do Conjunto Palmeiras.

Outras questões elucidadas pelas lideranças estão relacionadas ao aumento significativo das demandas por serviços básicos, especificamente na área da saúde. Segundo Socorro Alves, diretora executiva da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), a população do Conjunto Maria Thomásia, por não possuir infraestrutura local, direciona-se ao Conjunto Palmeiras em busca desses serviços. Também argumenta que

³⁸ Sobre essa questão, volto a falar nos próximos capítulos.

³⁹ O Conjunto Maria Thomásia possui 1.126 moradias. Ele foi construído no ano de 2009, na administração da Prefeita Luiziane Lins, destinado aos moradores de duas áreas de risco de Fortaleza – a Lagoa da Zeza e a Vila Cazumba – respectivamente localizadas, anteriormente, nos bairros Jardim das Oliveiras e Cidades dos Funcionários.

a incidência de crimes no bairro (furtos, assaltos, homicídios) é decorrente, em grande maioria, da presença dos novos vizinhos.

Em sua fala, Socorro Alves refere-se à extensão da Avenida Val Paraíso, interligando o Conjunto Palmeiras ao bairro José Walter como uma das causas do aumento da violência no bairro. Conversando com Sandra Magalhães, a representante do bairro chama atenção para as pichações nos muros de residências e equipamentos públicos, como escolas e postos de saúde. Ressalva que tais atos não são protagonizados pelos moradores do bairro e diz: “[...] não me lembro de um tempo, em que houve tantas cenas de sujeiras no bairro”. A liderança aponta como responsáveis pela poluição visual do bairro os novos vizinhos, moradores do Conjunto Maria Thomásia, estes oriundos de áreas de risco⁴⁰ da cidade de Fortaleza.

Não obstante as afirmações desses moradores do bairro, há que se considerar os argumentos de Zaluar (2000), em que esta autora afirma que há uma projeção da imagem negativa atribuída sempre ao outro, isto é, àqueles que vêm “de fora”, considerados como marginais, bandidos, assaltantes, dentre outras denominações. Da mesma forma Caldeiras (2000), no estudo sobre criminalidade e espaço urbano, apresenta relatos que reproduzem estereótipos sobre a diferença. O discurso sobre o crime é um discurso classificatório que institui fronteiras nítidas entre o bem e o mal.

Os dados apresentados no estudo *A cartografia da criminalidade e violência*⁴¹ indicam que o Conjunto Palmeiras e o Jangurussu foram os bairros que, no período de 2007 a 2009, apresentaram o maior índice no registro de homicídios. No caso do Conjunto Palmeiras, os homicídios evoluíram de 11, em 2007, para 45, em 2009, como mostra a tabela abaixo:

⁴⁰ O município de Fortaleza possui 194 áreas consideradas como aglomerados subnormais, segundo os dados do último censo demográfico divulgados pelo IBGE. Essas localidades, por sua vez, detêm pouco mais de 109,1 mil domicílios particulares, o que representa 15,3% do total dos domicílios particulares existentes no município, que é 711.470. Quanto à população residente, tais aglomerados subnormais abrigam 16,2% da população fortalezense, o que equivale a 396.370 mil habitantes. O *Manual de delimitação dos setores do Censo 2010* classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade pública ou particular e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação atende aos seguintes critérios: a) ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade pública ou particular no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) urbanização fora dos padrões vigentes (refletida por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica).

⁴¹ Ver o estudo *A Cartografia da criminalidade e violência*, realizado no período de 2007 a 2009. O referido estudo foi realizado pelo Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética, Laboratório de Estudos da Violência e Laboratório de Estudos da Conflitualidade e Violência.

Tabela 11 – Homicídios no Jangurussu, Messejana, Barroso, Jardim das Oliveiras, Passaré, Edson Queiroz, Lagoa Redonda, Conjunto Palmeiras e Alagadiço Novo

Bairros / Anos	2007	2008	2009
Jangurussu	41	43	32
Messejana	46	39	61
Barroso	23	23	22
Jardim das Oliveiras	18	12	19
Passaré	18	13	15
Edson Queiroz	15	14	16
Lagoa Redonda	15	9	7
Palmeiras	11	20	45
Alagadiço Novo	16	14	8

Fonte: UECE. **A cartografia da criminalidade e violência**. Fortaleza: UECE, 2011.

1.3 Conjunto Palmeiras: o reverso da cartografia

Nesta seção, direciono meu olhar para o Conjunto Palmeiras, na perspectiva de Magnani (2002), a partir do olhar “de perto e de dentro”⁴², tencionando, como sugere o autor, identificar, descrever e refletir sobre as questões relevantes vivenciadas pelos moradores, a partir das relações de sociabilidade vivenciadas no bairro. Esse método de cunho etnográfico permite visualizar cartografias próprias, desenhadas a partir do vivido. Esse olhar de proximidade com o campo não interfere nem menospreza a visão macro do bairro, descrita na primeira seção deste capítulo. Pelo contrário, disponibilizo ao leitor um panorama amplo acerca do bairro, classificado por Magnani (2002) como “de fora e de longe”, ou seja, uma visão macro do Conjunto Palmeiras, ainda que homogênea.

De um modo geral, a visão macro explicativa sobre o Conjunto Palmeiras dá conta de um bairro urbanizado, típico da periferia das grandes cidades, com expressiva densidade demográfica, com a presença de serviços básicos e alguns equipamentos públicos. Também descreve um bairro com problemas de segurança pública (homicídios, assaltos).

Essas informações, obtidas por meio de dados colhidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), à Secretaria de Segurança Pública, à Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) e ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), foram valiosas na perspectiva de apreender e alargar o olhar sobre o bairro.

Contudo, a aproximação com as lideranças, o olhar no olho, o ouvir sem pressa me permitiram alcançar as nuances existentes no bairro. Desse modo, essa aproximação com as lideranças possibilitou observar particularidades nas ruas, avenidas, ruelas e becos, como a existência de segregação no bairro. Trilhei assim por uma cartografia desenhada a partir das vivências do cotidiano dos moradores do bairro. Seu traçado é feito pelas disputas de grupos rivais, constituídos ao longo dos anos, seja pela disputa da venda de entorpecentes, seja devido a rivalidades triviais. Da mesma forma, pude perceber que, das fronteiras existentes no bairro, podem-se extrair diferentes significados por parte dos habitantes do Conjunto Palmeiras.

Na perspectiva de Magnani (2002, p.8), o recurso da etnografia possibilita ao pesquisador reorganizar percepções e informações observadas pelo “nativo”, que são aparentemente fragmentárias e dispersas. Destas, formula-se um novo arranjo numa combinação “[...] que não é mais o arranjo nativo nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa”. Nessa direção, argumenta o autor, estão presentes as marcas tanto do nativo como do pesquisador, tendo como referência o “concreto vivido”.

Quero deixar claro que a pesquisa foi realizada com lideranças locais. Desse modo, a percepção que obtive ao longo da pesquisa de campo expõe a visão dessas lideranças locais.

Atenta às observações do referido autor, passei a refletir sobre os relatos protagonizados pelas lideranças, cujas informações davam conta das particularidades do bairro. Das caminhadas pelas ruas e becos do bairro, fui treinando o meu olhar sobre os detalhes presentes no cotidiano do bairro. Nas visitas realizadas ao bairro, percebi a presença de viaturas da Companhia de energia do Ceará (COELCE) e da Polícia Militar. Em conversas com os moradores, indaguei a razão da presença das instituições no bairro. Fui informada de que se tratava de uma “varredura” no interior das residências para verificar as instalações energéticas clandestinas, conhecidas popularmente como “gatos”. Como a maioria das pessoas proíbe a entrada da “fiscalização”, afirmou meu informante, a visita ocorre mediante a presença do policiamento, como forma de garantir a segurança física dos funcionários da COELCE, e complementou: “[...] as casas ficam lá pro lado das favelas do Palmeiras”. Esse relato, dentre outras falas, sinalizavam a existência de espaços segregados no bairro.

A informação confirmava as advertências que me foram feitas diversas vezes, sobre o perigo de andar sozinho em alguns trechos do bairro. Por esta razão, procurei caminhar a pé ou de carro, acompanhada por uma pessoa conhecida no bairro, que sempre me alertava: “Olha, Fernanda, nem todo mundo tem coragem de andar por aqui!”. Em outros momentos das conversas, seu Augusto, que me acompanhava a lugares considerados pelos moradores como perigosos, afirmava: “Olha, companheira, eu costumo dizer: aqui no Palmeira, não tem marginal, tem pessoas marginalizadas”.

Observando com atenção os relatos, na perspectiva de apreender o desenho do Conjunto Palmeiras a partir de suas lideranças, o depoimento de Marinete foi esclarecedor ao referir-se a determinadas áreas do bairro: “Isso aqui não é ocupação, tudo é terreno próprio, só as casas feitas nas nesgas, que não são própria, né? É tudo ocupação”. Dona Marinete referia-se, em primeiro lugar, às primeiras habitações construídas no Conjunto Palmeiras. Já a segunda afirmação era uma alusão às residências localizadas nas extremidades do bairro.

Diante dessa informação, procurei aprofundar as singularidades que compunham os espaços do bairro mencionados pela liderança. Na verdade, como bem informou Dona Marinete, estes espaços são ocupações ocorridas ao longo dos anos no Conjunto Palmeiras. Após diversos encontros com algumas lideranças, fui sendo informada, com maior precisão, sobre a localização e os nomes dessas ocupações. Até então, eu sabia que existia um bairro chamado Conjunto Palmeiras, afinal é esse o relato difundido, mas, do ponto de vista dos moradores, as classificações eram muito mais segmentadas. As ocupações eram chamadas: Palmeiras II, Jagatá, Aldacir Barbosa ou favela do Circo e a Piçarreira.

Dessa maneira, incorporei essas localidades, conhecendo-as uma a uma. Por seus becos caminhei, atravessando poças de lama e dejetos, para compor a cartografia do bairro. Com o tempo, passei também a conversar com outras pessoas que não as lideranças locais, inicialmente eleitas como alvo da minha pesquisa. Contudo, confesso, a indagação era dupla: eles, sobre a minha presença; eu, sobre a vida deles.

Analisando a infraestrutura dessas localidades, pode-se notar que, em geral, elas estão aquém das existentes nas ruas e nas avenidas centrais do Conjunto Palmeiras, a exemplo das avenidas Val Paraíso, Iracema, Silvinha Teles e Castelo de Castro, assim como das ruas Pensamento, Serra Azul, Cabo Verde, dentre outras. Geralmente, nas imediações das ruas e avenidas, residem os primeiros habitantes do bairro, como mencionado no início deste capítulo, os favelados e flagelados das enchentes, deslocados para a região em 1973 e 1974.

Imagem 4 – Avenida Val Paraíso no Conjunto Palmeiras



Fonte: Registro fotográfico de Fernanda Rodrigues (2012).

Outro aspecto relevante está nas características das moradias. Nas avenidas e ruas principais, é possível encontrar edificações com um bom acabamento, pintura e revestimentos, além da existência de casas com três pavimentos e garagens amplas.

Já na Piçarreira, no Palmeiras II, no Aldacir Barbosa e no Jagatá, existem moradias mais simples, ruas entrecortadas por vegetação e dejetos. As ruas, em geral, não possuem pavimentação, muitas delas são ainda de chão batido. São localidades de difícil acesso, pois muitos becos não permitem a passagem de automóveis.

Por entender que a descrição dessas localidades permitiria uma maior apreensão da configuração socioespacial do bairro, busquei nas anotações do meu diário de campo particularidades observadas nessas localidades:

Imagem 5 – Moradias e becos da ocupação Piçarreira



Fonte: Registro fotográfico de Fernanda Rodrigues (2012).

A Piçarreira é uma ocupação ocorrida no ano de 1985. Está localizada geograficamente em uma área de maior elevação do bairro. Situa-se entre as ruas Cantareira e Cantinho Verde. A ocupação ocorreu após uma grande enchente no bairro, quando boa parte do Conjunto Palmeiras ficou submersa devido à estação chuvosa. A população, que inicialmente formava o Conjunto Palmeiras, aos poucos foi sendo acrescida de pessoas vindas de favelas e áreas de risco de Fortaleza. A maioria das vias é estreita, com a presença de dejetos e uma ampla vegetação. A presença de insetos mistura-se à paisagem de casas simples

e de pessoas visivelmente pobres. Durante a minha passagem por esse lugar, ouvi de alguns moradores relatos de suas vidas. Eram mulheres e jovens que me abordavam e reclamavam sobre a escassez de políticas voltadas para juventude, sobre as condições precárias dos postos de saúde, acerca da falta de oportunidades no mercado de trabalho, dentre outras.

Imagem 6 – Ruas e moradias da ocupação Palmeiras II



Fonte: Registro fotográfico de Fernanda Rodrigues (2012).

A localidade denominada Palmeiras II foi criada em 1987. O lugar, segundo informações das lideranças, foi projetado pelo Poder Público Municipal para a construção de

um conjunto habitacional. Contudo, foi povoado por moradores de favelas e áreas de risco da cidade de Fortaleza. Inicia-se na Rua Tereza Bernardes, tem limites com a Rua José Linhares e é atravessado pela Avenida Val Paraíso. A lagoa de estabilização da CAGECE fica no extremo do Palmeiras II. Segundo os moradores, é um lugar que alaga com muita facilidade. Fui informada de que, no período de estação chuvosa, é “[...] fácil ver cobras e insetos boiando dentro de casa”.

Imagem 7 – Moradias e becos da ocupação Aldacir Barbosa



Fonte: Registro fotográfico de Fernanda Rodrigues (2012).

Segundo informações dos moradores, o nome Ocupação Aldacir Barbosa, ou Favela do Circo, surgiu devido a sua localização, isto é, ao lado do Colégio Estadual Aldacir Barbosa e do Circo Escola. O terreno era destinado à construção de uma usina de reciclagem.

Em 1980, chegaram os primeiros moradores. Não obtive informações sobre a população inicial. Situa-se próximo às ruas Nossa Senhora do Conselho, Rosa da Palmeira e Catolé. As moradias foram sendo realizadas aparentemente sem nenhum planejamento. Há duas vias largas onde trafegam carros de passeio; as demais são estreitas e com um único acesso. As falas dos moradores indicam que é uma área de risco com alto índice de violência (assaltos, homicídios e drogas ilícitas). Fui informada de que essa localidade é marcada por uma população flutuante.

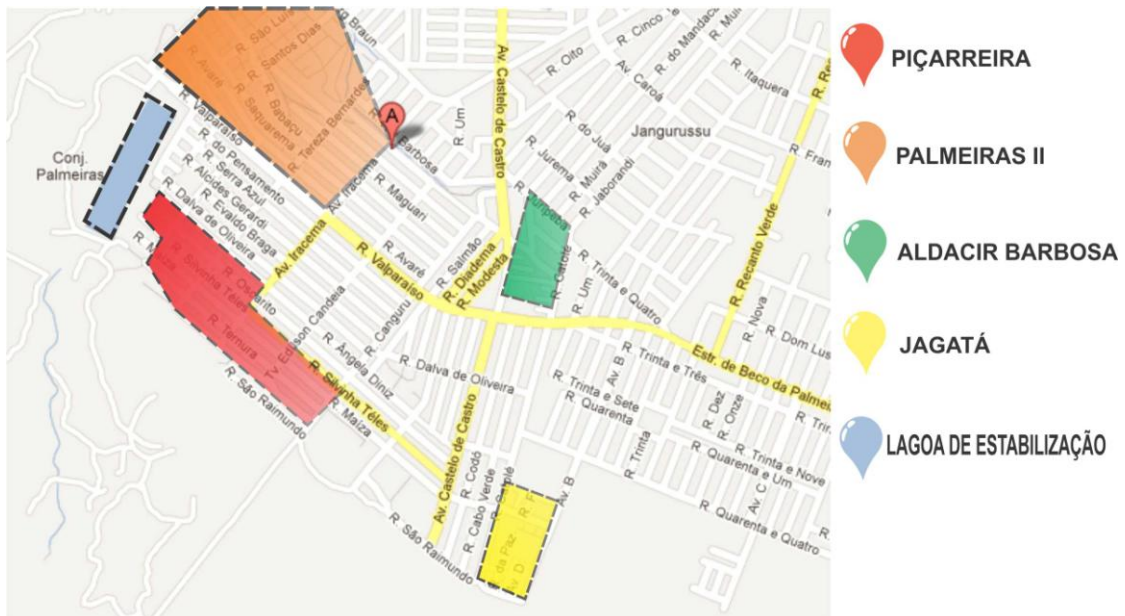
Imagem 8 – Moradias e becos da ocupação Jagatá



Fonte: Registro fotográfico de Fernanda Rodrigues (2012).

A ocupação Jagatá localiza-se entre as ruas Catolé e Zuzu Angel, e fica na fronteira com o Conjunto habitacional Maria Thomásia. Dos lugares que visitei no Conjunto Palmeiras, este foi onde constatei maior incidência de pobreza. As vias são becos cortados pela presença de uma vasta vegetação, de onde surgem os casebres. Não fui informada sobre a origem de sua formação. No período da visita a essa localidade, iniciava-se outra ocupação, que, segundo os moradores, se chamava Avenida Brasil e possuía em torno de cinquenta pessoas.

Figura 4 – Mapa do bairro Conjunto Palmeiras com destaque: Jagatá, Palmeiras II, Piçarreira, Aldacir Barbosa e lagoa de estabilização do bairro



Fonte: GOOGLE MAPS (2012).

As falas das lideranças do Conjunto Palmeiras também davam conta de outros aspectos presentes nas chamadas área de ocupação. Uma destas questões referia-se à rivalidade de grupos existentes no bairro em virtude da disputa de pontos de vendas de drogas ilícitas.

Aqui no Palmeiras tem uma divisão que, quem desce, não pode subir. Quem sobe não pode descer, é questão de território. Quer dizer, quem é dessa parte aqui da favela do Circo [chamada também Aldacir Barbosa], como é conhecida, não pode descer para a favela do Pecado (seguindo para a Picharreira), que já é mais próximo do Banco Palmas. Também não pode a favela do Circo subir até a favela da Picharreira. [...] Hoje tá mais tranquilo, muita gente dessa época morreu ou tá preso. Hoje eles estão entre eles, deixaram mais as pessoas que não tinham nada com a briga deles [traficantes e usuários de entorpecentes]. Essas questões dessas brigas vai

mudando muito com o cenário, até de ano pra ano. Tem ano que tá mais complicado no Palmeiras, tem ano que tá mais fácil. Porque é assim: tem uns que tão presos, aí as coisa ficam mais calmas. Soltou, aí volta tudo. [...] Então como eu jogava e meu irmão também jogava, a gente não tava envolvido, a gente conversou com eles e eles permitiram que o pessoal viesse com a gente pra o ABC pra que a gente pudesse fazer a aula. Só que era assim, a gente tinha pegar eles [os alunos do CORDAPES], eles vinha da parte de baixo, e vinha até a praça, e da praça a gente levava até o ABC. Aí eles faziam a aula lá tranquilos, né?. Aí a gente deixava eles de novo até na Praça. As pessoas não podem passar de um lado pro outro porque é briga de gangues. Aí envolve outros moradores que não têm nada a ver com a briga. Já teve muita morte aqui, então aqui tem essa questão territorial.

(Depoimento de Ênio Marques Martins, Presidente da Companhia de Dança CORDAPÉS. Entrevista realizada no dia 14 de setembro de 2012).

A gente sabe que a violência não é uma coisa isolada de um bairro, hoje infelizmente é generalizado, é mundial essa violência, mas aqui no nosso bairro uma coisa que muito me entristece. Que muito jovem tem perdido a vida, tem tirado e tem perdido a vida em uma forma muito banalizada, por conta de rixas, de drogas, de marca de territórios. [...] Aqui. Logo aqui atrás [ruas Saquarema e Maguari vizinhas à sede da Creche] tem rivalidades entre eles. Então teve um dia mataram um deles, foi uma confusão, os tiros, muitos tiros. Nesse dia eu chorei, as crianças assustadas, com medo.

(Depoimento de Célia Maria Alves, Presidente da Associação Creche Comunitária do Conjunto Palmeiras. Entrevista realizada no dia 14 de setembro de 2012).

Os depoimentos acima, de Célia e de Ênio, revelam um bairro separado por rivalidades e representações de violência. A proibição de trafegar no bairro impõe medidas de cautela e, ao mesmo tempo, construções de códigos de identificação que impõem aos moradores à permissão de ir e vir. Além disso, os depoimentos, ao referirem-se à dinâmica da violência, também incorporam nessas descrições o mapa em que se concretizam os episódios. No depoimento de Célia, a evidência ocorre quando a moradora se refere à Saquarema e Maguari, ruas que entrecortam o Palmeiras II. Em relação ao relato de Ênio, a evidência se revela quando ele descreve as barreiras invisíveis, localizadas na Piçarreira e na ocupação Aldacir Barbosa, ou favela do Circo.

O evidenciado até o momento me proporcionou uma percepção aguçada sobre o bairro. Permitiu-me observar a maneira que alguns moradores veem o bairro, as ruas, os trechos, enfim. Contudo, reforçando minhas observações sobre bairro, e mais especificamente me debruçando sobre os depoimentos, percebi que há também outras percepções além das mencionadas até o momento.

1.4 Conjunto Palmeiras: sentidos e significados

Busco, nessa seção, compreender as interpretações dadas sobre as construções localizadas nos arredores do bairro, chamadas por muitos de ocupações ou favelas do

Conjunto Palmeiras. Essas áreas mencionadas na seção anterior, como lugares repletos de cenas de violência pela disputa de vendas e consumo de entorpecentes. Por esta razão, são, segundo algumas lideranças, áreas muitas vezes estigmatizadas pelos moradores do bairro. Apesar das evidências sobre essas áreas, no que tange às questões relacionadas à violência urbana, há também testemunhos que suscitam representações de resistência e lutas no processo de construção do Conjunto Palmeiras. Nessa direção, aponto para a fala de Joaquim Melo e de seu Augusto, que descrevem, respectivamente, a ocupação da Piçarreira e da Aldacir Barbosa ou Favela do Circo.

A Piçarreira até lá em cima, a Picharreira é o local mais alto do Palmeiras, que foi muito caracterizado em 1985 quando o Palmeiras ficou quase todo submerso pelas águas. O povo subiu lá, ficou em barraca de lona durante dois anos, depois conseguimos junto ao Ministério das Cidades (Aníbal Teixeira de Souza) o dinheiro para fazer o mutirão habitacional. Mas foi uma resistência muito grande. Aí a gente ocupou a Prefeitura, foi muita resistência. Então a Piçarreira é um lugar muito forte. (Depoimento do Coordenador do Banco Palmas, João Joaquim de Melo Neto Segundo. Entrevista concedida em 12 de abril de 2012).

Ali perto do ABC [referindo-se à ocupação Aldacir Barbosa ou Favela do Circo], nós ocupamos a terra lá, ainda hoje tem gente morando lá. A luta pela energia, tudo foi lá, a gente aqui arrancava porte de um canto e levava pra outro canto. (Depoimento do Augusto, Presidente da Associação Beneficente de Valorização à Vida - ABVV. Entrevista concedida no dia 30 abril de 2012).

Os relatos de Joaquim Melo sobre a ocupação chamada Piçarreira e a descrição de seu Augusto sobre a ocupação denominada Aldacir Barbosa ou Favela do circo rememoram significados atrelados à representatividade desses lugares no processo de construção do bairro.

A partir da década de 1970, o bairro passou a receber muitas famílias oriundas de remanejamentos de favelas e áreas de risco da cidade de Fortaleza, como já mencionei. Com isto, o Conjunto Palmeiras foi se expandindo sem nenhum planejamento. Então, para além do já dito, que revelações há sobre o Conjunto Palmeiras?

Magnani (2000) afirma que a maneira como se utilizam os espaços lhes confere sentidos. São exatamente as práticas sociais conduzidas pelo usuário que lhes dão significados ou os ressignificam. Isso ocorre, segundo ele, porque o mesmo espaço “[...] não opera com sentidos unívocos” (MAGNANI, 2000, p. 39).

Nesse sentido, retomo os relatos das lideranças sobre as mobilizações ocorridas no bairro na perspectiva de aprender de que modo foi se desenhando os contornos do bairro. Os relatos destas lideranças são importantes na medida em que revelam outras percepções

sobre o Conjunto, e como isto tudo vai sendo incorporado no processo de construção do bairro⁴³.

De acordo com seu Augusto, na década de 1980 ocorreu uma grande enchente no bairro, e algo em torno de 600 famílias ficaram desabrigadas. Esse acontecimento produziu consequências nas vidas destes moradores, dentre elas a falta de moradia. Segundo seu Augusto, neste mesmo período estava sendo construído um Conjunto residencial nas adjacências do Conjunto Palmeiras destinado aos trabalhadores da Marinha, chamado Conjunto da Marinha. Então, afirma seu Augusto, estas famílias ocuparam o referido residencial, sendo logo em seguida despejados. Conforme ainda seu Augusto, essas famílias receberam uma pequena indenização do Governo federal para reconstrução dos casebres destruídos pelas fortes chuvas. Muitos retornaram e passaram a residir no mesmo lugar, no Palmeiras II.

Ainda em relação às áreas consideradas de ocupação, conforme o depoimento de Joaquim Melo, naquele mesmo, outro grupo, de aproximadamente oitenta famílias, que tiveram suas casas destruídas pelas fortes chuvas e ficaram desabrigadas, passou a morar em um terreno localizado no espaço íngreme do bairro, de propriedade da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Durante dois anos moraram em barracos construídos com material doado pelos moradores (telhas, tijolos, pedras, papelão, plásticos). Veja-se o depoimento de seu Augusto sobre a ocupação da Piçarreira:

A Piçarreira foi um momento muito importante. Durante a ocupação, tiramos terços, fazíamos reuniões, tudo lá com o pessoal. A gente se preocupava com a alimentação deles, eram muita gente ajudando, os padres e nós. Então ficou muita gente alojado na Igreja Católica, no Centro Social Urbano. Aconteceu tudo isso lá na Piçarreira na hoje chamada Maísa [rua]), aonde fica é na Piçarreira. (Depoimento de Augusto, Presidente da Associação Beneficente de Valorização a vida-ABVV. Entrevista concedida no dia 30 abril de 2012).

Ainda de acordo com as informações obtidas em campo no que diz respeito à ocupação da Piçarreira, as famílias ficaram durante certo período morando em situações precárias, improvisadas em barracos feitos de lona e papelão. Nesta ocasião, Joaquim Melo integrava a administração pública municipal no cargo de coordenador do Centro Social Urbano (CSU) do Conjunto Palmeiras.

Segundo Joaquim Melo, valendo-se da autoridade que o cargo lhe impunha, enviou uma carta ao então Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira de Souza, solicitando a

⁴³ Tratarei este tema no capítulo 2.

implementação de uma política de Governo que solucionasse o déficit de moradias, agravado, sobretudo, pelo problema das inundações no bairro. Abaixo o conteúdo da carta:

Senhor Ministro do Planejamento,

Nós somos moradores do Conjunto Palmeiras e nós construímos um acampamento em nosso bairro para abrigar as famílias jogadas na rua pelas inundações.

Nós encontramos um terreno, mas não temos os meios para levantar as casas. Nós pegamos o material de que dispúnhamos para construir, para essas pessoas, alojamentos dignos e duráveis.

Nós desejamos que eles não retornem às áreas de risco de inundações e que não sejam obrigados a se exilar novamente no próximo inverno. O terreno que nós ocupamos está vazio e é viável. Há uma solução possível se o Senhor nos ajudar a efetivá-lo.

Atenciosamente,

João Joaquim de Melo Neto Segundo.

Diretor do Centro Social Urbano do Conjunto Palmeiras.

Segundo Joaquim Melo, a solicitação encaminhada ao referido ministro obteve resultados favoráveis para a situação adversa das moradias do bairro. Segundo ainda Joaquim Melo, o ministro aprovou a desapropriação do terreno para a construção das residências, as quais foram edificadas com a colaboração internacional e de pequenos comerciantes locais.

Do exposto até o momento, é possível apontar que há distintas percepções sobre o Conjunto Palmeiras. Se, por um lado, nota-se um bairro entrecortado por trechos que são vistos por alguns moradores como espaços de violência e miséria, como é o caso das ocupações; por outro, estes trechos são percebidos, e mais que isto, são incorporados às narrativas das lideranças como relatos no processo de construção do bairro. Desse modo, veja-se, no capítulo seguinte, a maneira como isso aconteceu.

2 CONJUNTO PALMEIRAS: CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS SOBRE A IDEIA DE UM BAIRRO SOLIDÁRIO

“Até hoje eu acho o Palmeiras uma comunidade de ousadia, sempre teve essa história de ousadia, e isso sempre foi assim; muitas comunidades vê a gente com um olhar diferente.”

Augusto Barros Filho, morador do Conjunto Palmeiras.

Neste capítulo, realizo uma reflexão sobre relatos e experiências que vêm conferindo ao Conjunto Palmeiras a imagem de um bairro solidário. Direciono minha atenção para as falas de um conjunto de moradores, que foram se constituindo como lideranças no decorrer dos processos de construção do bairro. Muitas vezes, essas lideranças nasceram concomitantemente às entidades representativas locais. Todavia, não é meu interesse discutir, neste capítulo, sobre as entidades existentes no bairro. Meu intuito é destacar, neste momento, as falas dessas lideranças por conferirem significado às lutas e conquistas passadas, vinculando, no presente, essas lutas à ideia de bairro solidário.

As mensagens orais a que me refiro têm sido contadas e recontadas de diversas formas: nos eventos, nas solenidades e reuniões locais, assim como em estudos e pesquisas acadêmicas realizadas sobre o bairro. Por esta razão, procuro compreender e mostrar ao leitor até que ponto os relatos sobre o bairro articulam-se e reiteram essa dimensão dada ao Conjunto Palmeiras. Desse modo, convido o leitor a trilhar o percurso histórico do bairro, em que o princípio norteador é a difusão do tema “bairro solidário”.

Embora eu reconheça ter realizado uma apresentação cartográfica do bairro no capítulo anterior, quero acrescentar, antes de iniciar a análise dos pronunciamentos das lideranças, uma apresentação rápida de acontecimentos que julgo relevantes na construção do Conjunto Palmeiras. Os acontecimentos são baseados em análises já realizadas por uma estudiosa do bairro que discorre sobre a organização social do Conjunto Palmeiras.

Gadelha (2002), ao estudar as lideranças do Conjunto Palmeiras, indica que a organização social do bairro não ocorreu de forma espontânea. Segundo a autora, essa estruturação teve origem no trabalho educativo do Projeto Rondon, ligado ao trabalho de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC), à Fundação para Assistência Social e Educacional (FASE), à Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), a partidos políticos, à época considerados pela autora como de esquerda – Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B) –, e às Comunidades Eclesiais de Base (CEB) (GADELHA, 2002, p. 40).

A autora aponta três importantes momentos da organização social do bairro: o primeiro ocorre no período de 1974 a 1984, com a presença do Estado “[...] e medidas de cunho assistencialista”, por meio das políticas implementadas no Centro Social Urbano (CSU) Prefeito Evandro Aires de Moura, e a interferência desse órgão na organização social do bairro pela indicação dos representantes de quadra⁴⁴, provocando um confronto direto entre os moradores que, à época, constituíam a primeira associação de moradores, a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP).

O segundo momento indicado por Gadelha compreende o período de 1986 a 1988. Destaca-se, segunda autora, a eleição de Maria Luíza Fontenele para Prefeita do Município de Fortaleza e a nomeação de lideranças do bairro para direção do CSU e da UPAM. Essa conjuntura abre canais diretos das lideranças com os órgãos representativos da administração. Além disso, afirma a autora, possibilita “[...] novos aprendizados, os quais, apropriados pelas lideranças, conferem-lhes maior segurança e autonomia na relação que desde então mantêm com várias instâncias governamentais” (GADELHA, 2002, p. 41).

O terceiro momento sugerido pela autora ocorre a partir de 1989, coincidindo com o fim do Governo da Prefeita Maria Luíza Fontenele e início da gestão do Prefeito Ciro Ferreira Gomes. Com isto, adverte a autora, apesar da forte presença de políticas assistencialistas, “[...] o Estado já não se furta e muitas vezes até busca a interlocução com os movimentos populares (GADELHA, 2002, p. 41). Contudo, esse modelo de gestão ancorado em Programas e Projetos proporcionou remuneração para representantes de entidades populares, alicerçando com isso a autonomia dessas entidades e suas lideranças. No caso do Conjunto Palmeiras, esse modelo, argumenta a autora, proporcionou, em relação a algumas lideranças, uma posição contrária a esta prática.

O interessante a notar é que os períodos destacados acima apontam importantes acontecimentos vivenciados no bairro como, por exemplo, a criação de entidades representativas do bairro, como os líderes de quadra e da associação de moradores do bairro, a participação de lideranças na administração pública, dentre outros.

Os períodos citados por Gadelha podem ser também compreendidos não como recorte temporal, mas relativo aos acontecimentos que passaram a fazer parte da memória de luta no bairro. Além dos já citados, considerando as entrevistas com as lideranças, eu acrescentaria a luta pelos serviços básicos, por transporte, por moradia. Como também os grandes seminários e as primeiras publicações e mobilizações internas sobre o bairro.

⁴⁴A partir de 1979, há abertura de novas quadras, repercutindo diretamente no crescimento populacional do bairro.

Do exposto, acrescento um quarto momento, necessariamente vinculado aos demais elencados pela autora, surgido no final da década de 1990 e que vai até aos dias atuais. Esses acontecimentos têm sido chamados de iniciativas solidárias, cuja discussão retomo ainda neste capítulo.

Por fim, a intenção é desenhar um cenário que represente minimamente um extrato da organização social do Conjunto Palmeiras, que permita ao leitor percorrer os episódios narrados por lideranças locais. Trago, portanto, os relatos que sedimentam a ideia de bairro solidário – e que estou denominando relatos míticos sobre o bairro. Diante dessas constatações acerca da construção do bairro, outras questões me instigaram a pensar sobre: como se construiu a imagem do Conjunto Palmeiras? Que atores sociais participam do processo de construção dessa imagem? De que maneira atuam?

2.1 "Deus criou o mundo e nós criamos o Palmeira"⁴⁵: trajetória de lutas

No transcurso da pesquisa de campo, participei de diversos eventos sobre o bairro, ouvi inúmeras vezes mensagens de valoração, pronunciadas, em geral, por lideranças locais. Interessada em aprofundar a dimensão solidária dada ao bairro, passei a observar nuances presentes nos relatos feitos pelas lideranças. Percebi que se tratava de um pronunciamento histórico sobre o bairro, com trechos dos acontecimentos vivenciados pelos moradores. As mesmas seleções de trechos também se faziam presentes nos relatos e em entrevistas, depoimentos e estudos, como Paulino (2008), Rodrigues (2003), Gadelha (2002), Barbosa (2002), Matos (2002), dentre outros. São relatos, que a meu ver, vão se sedimentando no imaginário social pelas constantes repetições.

As mensagens referem-se, em geral, à chegada dos primeiros moradores ao bairro, à luta pela obtenção dos serviços básicos (energia, água potável, saneamento básico, transporte), bem como aos protagonistas e aos cenários dessas lutas.

Percebi que, dentre os episódios citados acima, alguns são selecionados e passam a fazer parte da construção mítica do bairro. O caráter mítico dessas falas é reproduzido nas várias versões dos episódios citados pelas lideranças. Por exemplo: “[...] não conheço outro bairro solidário como o nosso” ou “[...] nenhum bairro foi construído pelos seus próprios

⁴⁵ "Deus criou o mundo, e nós construímos o Conjunto Palmeira". Esta frase foi dita por uma liderança local, logo após a criação do Banco Palmas, no ano de 1998. Atualmente ela está inscrita na sala principal da ASMOCONP e na praça principal do Conjunto Palmeiras.

moradores como o Palmeira”, ou ainda “[...] um bairro que se urbanizou e tem na sua própria gênese a solidariedade”.

Por esta razão, tomo suas falas não somente como um dado imprescindível para a apreensão dos processos vivenciados no bairro, mas também como objeto de análise para este capítulo na perspectiva de elucidar a ideia de bairro solidário.

Desse modo, aponto a seguir trechos dos estudos acima citados, assim como do acervo das entidades locais, que denotam, a partir do olhar das lideranças, relatos sobre a construção do bairro, que se iniciam com os episódios que marcaram a chegada dos primeiros moradores e se completam com as descrições das primeiras moradias e das referências aos embriões da organização social local.

Na pesquisa realizada por Rodrigues (2003, p. 31), o trecho relatado por uma liderança aponta a chegada dos primeiros moradores do bairro:

[...] o Palmeira⁴⁶ começou em [19]73 com a desapropriação da terra, com o governo Virgílio Távora. Em seguida a mesma liderança dizem [19]74 começou a vir pessoas das [favelas] Lagamar, Poço da Draga, Arraial Moura Brasil, Morro das Placas, Verdes Mares e [bairro] Aldeota.

Este mesmo trecho também é descrito no estudo etnográfico feito por Paulino (2008, p. 66): “O meu início na comunidade do Conjunto Palmeiras foi a partir de 1977, logo quando cheguei ao Palmeira. Eu cheguei no Palmeira não tinha praticamente nada, o Palmeira foi criado em 1973, na época do Governo Virgílio Távora”.

As mensagens sobre a origem do bairro também estão presentes na cartilha produzida pela ASMOCONP⁴⁷ (1990, p. 7) sobre as primeiras lutas do bairro: “Em 1974, eu morava no lagamar, aconteceu uma grande enchente, fiquei um mês no estádio Presidente Vargas [...] depois a Prefeitura trouxe a gente pra cá [...] viemos no caminhão. Deram 500 telhas e 06 forquilhas e a gente se virou para o resto”. Em outro trecho da Cartilha, o morador afirma: “Aí o Governo começa a construir grandes avenidas retirar as famílias de lá e jogaram no Palmeira”.

Em outro trecho citado por Rodrigues (2003, p. 31), o relato expõe as precariedades do local: “Na época cada um recebeu um pedaço de terra. Quando chegamos aqui no Palmeira, esta casa só tinha um compartimento não tinha água, não tinha nada, só tinha mato”.

⁴⁶ Em geral, antigos moradores do bairro chamam “Palmeira”. Mas, do ponto de vista das instituições, o bairro é denominado de “Palmeiras”.

⁴⁷ ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS. **Cartilha memória de nossas lutas**. Fortaleza: ASMOCONP, 1990. v. 1.

Em Paulino (2008, p. 66), encontram-se depoimentos que mencionam as primeiras lutas ocorridas nas décadas de 1970 e 1980, em que as lideranças relatam a coragem de um conjunto de moradores: “[...] tudo o que nós temos foi através da luta, sofremos, a polícia bateu muito na gente, assim invadiram a nossa casa [...]”. E prossegue relatando: “[...] a gente foi ameaçado de morte várias vezes, mas a gente deixou o medo de lado e a gente teve de avançar”.

Em Rodrigues (2003, p. 35), pode-se confirmar um trecho semelhante, que relata cenas de confronto da liderança: “Olhe, companheira, nesse dia nós apanhamos tanto, mas tanto, eu levei uma porrada da polícia [...]”. E complementa: “A polícia veio, quis invadir minha casa”.

Dessa maneira, os relatos vão construindo e sedimentando a ideia de um bairro de luta e, ao mesmo tempo, fortalecendo um sentido mítico sobre a origem do bairro nesta constante afirmação. Lembro, contudo, que, a partir de 1990, é incorporado aos relatos das lutas vivenciadas no bairro um novo aspecto, o aspecto da solidariedade. Observa-se nesses relatos que luta e solidariedade passam a ter dimensões, senão iguais, claramente próximas. Retomarei a esse debate ainda neste capítulo.

Ora, os mitos também se reafirmam como já mostrou a antropologia em Lévi-Strauss (1975) e a sociologia em Durkheim (1989). Eles vão construindo e sedimentando ideias, no presente caso, em especial, no que diz respeito ao mito de origem e, ao mesmo tempo, fortalecem o mito seguidamente narrado. De modo mais evidente, nas solenidades, os mitos se reafirmam à medida que são evocadas as lutas e, por meio delas, os valores, as crenças, enfim. Voltarei a mencionar os rituais ainda neste capítulo. Descrevo de que maneira esses relatos míticos sobre o bairro são ritualizados, consagram e legitimam a ideia de bairro solidário.

De maneira geral, os estudos sobre os mitos relativos às sociedades primitivas sempre estiveram presentes em diversas áreas do conhecimento. Estudos recentes elaborados sobre instituições e empresas mostram que, em geral, todas elas constroem os seus relatos míticos – a respeito ver Gonçalves (1998; 2006), Mendonça *at al.* (2000), Rodrigues (2004), dentre outros.

Em pesquisa etnográfica sobre a Empresa Odebrecht & Cia, Gonçalves (2006) apontou que há um caráter mítico sobre a gênese da empresa apreendida na narrativa de seu fundador. Este relato mítico, argumenta a autora, está presente nas “versões da TEO⁴⁸”, “nas

⁴⁸ Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO). “É uma tecnologia de gestão e cultura empresarial formulada originalmente na década de 40 pelo fundador da Organização, Norberto Odebrecht. Ao longo do tempo, passou

entrevistas” e nos “rituais de integração, realizados pela Odebrecht em reuniões anuais”. A autora diz ainda:

Quando afirmo que a estória de origem da TEO relatada oficialmente assume um caráter de narrativa mítica, desejo enfatizar que os acontecimentos dos relatos referem-se ao passado-origem da CNO. Essa história se reproduz ao longo do tempo e assume um caráter explicativo sobre a organização atual da Empresa. (GONÇALVES, 2006, p. 104-105).

Gonçalves (2006) afirma ainda que os relatos, além de elucidar a “organização social”, “justificam” e “legitimam”, por meio de eventos passados, a atual organização social da CNO. Com isso, lembra a autora, “[...] há um princípio de legitimação da ordem social incorporada na própria narrativa”. E, por esta razão, a narrativa sobre a empresa remete à fundação do grupo (GONÇALVES, 2006, p. 105).

De forma semelhante, ao discutir as narrativas míticas sobre o Banco do Brasil (RODRIGUES, 2004, p. 126), a autora aponta que “[...] a narrativa nem sempre é voltada para justificar o presente ou pensar o futuro”, mas é uma forma de retomar um tempo perdido que, ao ser rememorado, permite a manifestação dos sentimentos de pertencimento.

A afirmativa da autora acima referida me conduz a pensar sobre a relação entre história e temporalidade. Isto é, a história na perspectiva do vivido, do experimentado, e não apenas do datado. Nesta direção, a temporalidade comporta os relatos de acontecimentos referentes ao passado, retomados em determinadas circunstâncias em que, ao serem recontados, têm a propriedade de conferir sentidos ao presente.

Convém pensar que, deste modo, os fatos, à medida que são contados, constroem um imaginário sobre determinados eventos, situações, pessoas, instituições. Neste caso, afunilo o meu olhar sobre o caso do Conjunto Palmeiras e percebo que as repetições dos relatos feitos sobre os acontecimentos passados reafirmam-se permanentemente como forma de ressaltar as lutas e promover a união, como nos episódios narrados.

Lévi-Strauss (1975) diz que o mito está ligado à linguagem e à palavra por meio de sistemas temporais. Um mito, afirma o autor, relaciona-se, incondicionalmente, a “acontecimentos passados”. Contudo, o que valida o *status* de mito é que estes acontecimentos formam uma estrutura permanente. E, segundo Lévi-Strauss (1975, p. 241), o mito articula simultaneamente, passado, presente e futuro.

por várias modificações e foi publicada em várias versões nos anos de 1968, 1970, 1983 e 1991, sob os seguintes títulos respectivamente: De que necessitamos?; Pontos de referências; Sobreviver, crescer e perpetuar e educação pelo trabalho” (GONÇALVES, 2006, p. 23).

Ainda de acordo com Levi Strauss (1975), a importância do mito não se encontra nem no estilo, nem no todo da narração, nem na sintaxe, mas na história que é relatada. O mito, adverte o autor, “é linguagem”, mas uma linguagem que tem lugar em um nível muito elevado, e aonde o sentido chega. Assim, continua o autor, “[...] a capacidade transformadora é inerente ao mito”, promovendo diversas versões a partir do mesmo conteúdo (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 242).

Discutindo sobre a estrutura dos mitos, Mircea Eliade (1985, p. 13) afirma que o mito é compreendido como uma “história sagrada”, ou ainda, como uma “história verdadeira”. Segundo este autor, isto ocorre porque o mito está sempre relacionado a uma realidade. Diz este autor que, ao tratar um mito, é necessário estar atento à sua origem. Nessa direção, Eliade (1985, p. 12-13) afirma que:

El mito es una realidad cultural extremadamente compleja, que puede abordarse e interpretarse em perspectivas múltiples e complementarias. El mito se considera como una historia sagrada y, por tanto, una “historia verdadera”, puesto que se refiere siempre a realidade⁴⁹.

O mito, ao ser contado, reconstitui as experiências reais vividas. As mensagens sobre estas experiências assentam-se na ordem do simbólico.

Entendo que, no caso do Conjunto Palmeiras, a dimensão simbólica presente nos relatos, proporciona identificar não somente a construção mítica sobre bairro, mas também identificar analiticamente os relatos míticos como dispositivos capazes de elucidar processos que legitimam o bairro como solidário.

Mendonça *et al.* (2000, p. 33) ressaltam que, nos relatos míticos, no caso de instituições, a figura do dirigente, de algum modo, incorpora os valores daquilo que representa e passa a compor a narrativa que o transforma no símbolo daqueles conjuntos de valores da cultura da instituição/entidade à qual pertence.

No caso do Conjunto Palmeiras, a construção mítica também se revela em personagens que, além de narrar os inícios do bairro e suas lutas, passam a figurar como personagens míticos nesses relatos. E, como extensão desses personagens, o relato abaixo mostra que também as coisas, como o local, a residência, passam a se tornar lugares míticos, quase sagrados:

⁴⁹ O mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada sob múltiplas e complementares perspectivas. Considera-se o mito como uma história sagrada e, portanto, uma "história verdadeira", já que se refere sempre à realidade. (ELIADE, 1985, p. 12-13, tradução nossa).

A casa do Augusto pode parecer uma coisa muito particular, mas não é. A casa do Augusto, que ele mora até hoje, que é a mesma casa, lá aconteceram centenas de reuniões, muitas coisas aconteceram ali também. A rua que o Augusto mora é a Serra Azul. A casa do Augusto é um espaço muito significativo para a comunidade. (Depoimento do Joaquim. Entrevista realizada no dia 12 de abril de 2012).

A liderança citada é Augusto Barros Filho, hoje com sessenta e dois anos de idade e residente desde 1978 no Conjunto Palmeiras, na Rua Serra Azul, próxima às duas principais avenidas do bairro: Iracema e Val Paraíso. Nas entrevistas realizadas com Augusto, ele recorda a infância miserável, “aonde chegou a comer carne de cobra” para sobreviver à fome. Oriundo da cidade de Chorozinho, município localizado a quarenta quilômetros da capital, é filho de servente de pedreiro e de dona de casa. Teve vinte irmãos, dos quais quinze chegaram a óbito ainda na infância, consequência da “fome e das doenças”, segundo ele. Atualmente, seu Augusto é casado com Toinha. Os dois se conheceram no Conjunto Palmeiras e têm quatro filhos. O casal é proprietário de uma loja de aluguel de itens para festa: cadeiras, mesas e toalhas, dentre outros. Nos últimos anos, seu Augusto migrou da Igreja Católica para a Igreja Evangélica e é presidente da Associação Beneficente de Valorização à Vida (ABVV), localizada, também, na Rua Serra Azul.

Em uma das nossas conversas, fui surpreendida pelo grande esforço desse senhor, ao relatar o seu sentimento na festa de 33 anos da ASMOCONP, ocorrida em 2010. Enquanto mencionava detalhes da festa que aconteceu na principal pracinha do bairro, situada na Avenida Val Paraíso, suas mãos principiaram a tremer. Observei que prendia as mãos, uma sobre a outra, mordida os lábios, até, não conseguindo se conter, chorar copiosamente. Suas mãos calejadas, que então cobriam seu rosto, retratavam sinais da difícil vida; as cicatrizes remetiam ao tempo em que trabalhara como catador de lixo, na rampa do Jangurussu.

Enquanto eu o observava, ele me disse; “Companheira [silêncio], eu vou contar uma coisa [silêncio], só quem passou o que nós passamos aqui [choro], pode sentir o que eu senti no dia da festa da associação”.

Dessa maneira, percebi que também é sedimentado nesses relatos um conjunto de imagens sobre as pessoas que se reconhecem como parte desse bairro dito solidário. Quando me refiro ao bairro, não me refiro ao bairro em sua totalidade, mas aos lugares que passam a referendar a ideia do bairro solidário. São eles: a praça, a sede da associação, a creche comunitária, o canal de drenagem, as lagoas de estabilização, dentre outros.

Diz Augusto que “[...] a festa da energia foi na casa da Marinete”. Lembra-se da festa de inauguração da energia elétrica no bairro, na década de 1980, e menciona que os

moradores não aceitaram a organização da referida festa pelo poder público (prefeito e vereadores de Fortaleza), acrescentando: “Nós não aceitamos, porque eles iam querer aparecer e foi uma luta nossa”.

Marinete Brito da Silva, liderança muito presente nos relatos das lutas do bairro, foi uma das primeiras dirigentes da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), criada em 1981. Dona Marinete é oriunda do município de Quixeramobim, localizado a duzentos e três quilômetros de Fortaleza. Chegou para morar no Conjunto Palmeiras em 1974. Tive oportunidade de conversar com dona Marinete diversas vezes: durante os eventos, nas solenidades sobre bairro e na feira livre, onde atualmente trabalha como feirante.

Em nossas conversas, ela revelou a gratidão ao bairro e disse: “Olhe, Fernanda, se alguém dissesse: Marinete sai do Palmeira! eu acho que eu morria”. Dona Marinete, como é conhecida no bairro, mora na mesma residência desde que chegou ao bairro, em 1974, na Rua Pensamento, próxima às Avenidas Val Paraíso e Iracema. É viúva, como sempre enfatiza, “[...] de dois casamentos” e veio morar em Fortaleza para trabalhar como empregada doméstica. Ela relata: “Tive três filhos, e uma faleceu com pouco mais de vinte anos, vítima de paralisia cerebral”.

Há um estudo intitulado *Viva a favela: quand les démunis prennent leur destin en main* (2009), que é uma narrativa de cunho jornalístico, publicado somente no idioma francês e que narra a construção do Conjunto Palmeiras, a partir do olhar das lideranças locais. O livro cita fragmentos das lutas e conquistas ocorridas no bairro. Conforme vai se desenvolvendo o processo de construção do bairro, surgem personagens que, de algum modo, lideraram os episódios relatados: Marinete da Silva, Augusto Barros, José Valdo, Dorinha, Joaquim, dentre outros. As narrativas também apresentam entidades sociais como protagonistas dessas lutas. São elas: as Comunidades Eclesiais de Base (CEB); a Igreja Católica, por meio dos padres e arcebispos do Ceará; os movimentos sociais, como federações, associações; o governo municipal, estadual e federal.

O principal narrador apresentado nesse livro é Joaquim Melo, atual coordenador do Banco Palmas. Joaquim, como é conhecido no bairro, nasceu no estado de Pará, região Norte do Brasil, e veio morar em Fortaleza no início da década de 1980 com a finalidade de participar, como seminarista, de uma experiência chamada “padres da Favela”⁵⁰. Ao chegar a

⁵⁰ “Padres na favela” foi uma experiência de cunho religioso, criada pelo então arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider. A ideia dessa experiência consistia em oportunizar aos seminaristas uma convivência próxima com grupos sociais excluídos, oportunizando assim que os religiosos fossem morar em favelas. Além

Fortaleza, residiu durante quatro meses no bairro Jangurussu. Joaquim conta que conviveu diretamente com os catadores de lixo e os moradores das favelas próximas ao aterro do Jangurussu. Dentre estas favelas, encontrava-se o Conjunto Palmeiras. Segundo Joaquim, a convite do arcebispo da arquidiocese de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, passou a morar no Conjunto Palmeiras, assumindo as tarefas do padre Jacó, que havia se desligado da igreja do bairro. Joaquim relata que, àquela época, embora fosse seminarista, chegou a realizar, com o consentimento do Arcebispo, “extrema-unção, comunhão e batizado”. Nesse período, lembra Joaquim, passou a morar numa “casinha” localizada nas dependências do templo religioso. Enfatiza: “Eu já conhecia algumas pessoas [do bairro] que trabalhavam na rampa como catadores de lixo”.

Também nesse período, conforme relata Joaquim, iniciou sua participação nos movimentos populares: “[...] foi quando me associei a AMOCONP”, ressalta, concluindo: “Aí, em 1988, terminei o curso de teologia, só que não me ordenei padre, desisti, tava tão envolvido com as lutas, com os mutirões, aí eu continuei na comunidade”. Afirmo ainda que “[...] depois de dois anos eu me casei com Dorinha [antiga moradora do bairro e que atualmente reside em Frankfurt, Alemanha]”. Durante nossa conversa, admitiu que sua renúncia ao sacerdócio foi um momento “difícil” e relata:

Então, tinha que chegar para o bispo e dizer que não ia ser padre. Então marquei com ele lá no Arcebispado e confesso foi um dia muito difícil dizer isso pra ele, só que no dia que entrei na sala, ele era um cara muito iluminado, quando entrei na sala, quando entrei na sala, ele disse assim, eu nem falei, ele disse assim: “Meu filho, vou dizer uma coisa pra você: não só tem uma forma da gente servir a Deus não, não é só sendo padre que a gente serve a Deus, não. Olhe, existem várias formas. Vá e Deus lhe abençoe; mas vou lhe fazer só um pedido: nunca deixe de trabalhar pelos pobres. Ele não deixou nem eu abrir a boca, ele já sabia, né? Eu saí dali sem o peso que levava nas minhas costas. Então, ele poupou de ter que explicar tudo [...] Aí, pronto, nunca mais saí desse caminho, né?. Por exemplo, nunca senti vontade de sair para fazer uma universidade, nunca mais saí dessa pegada. Tô aqui desde àquela época, de ponta a ponta, como eu costumo dizer. Hoje eu durmo fora [referindo-se ao atual bairro que reside], mas a minha vida é aqui dentro.
(Depoimento de Joaquim Melo. Entrevista no dia 12 de abril de 2012)

E, complementa:

Tudo que aprendi foi aqui dentro. Todos os meus giro aqui no Brasil e fora do Brasil é por conta do Conjunto Palmeiras. Mas até hoje qualquer tema que foi dar qualquer um, o povo quer ouvir antes de qualquer coisa a história do Palmeiras, se eu não falar, seja por que razão, eles sempre dizem: “Dá pra você [relator] um pouquinho como começou?”

disso, também esses seminaristas realizavam tarefas como: organização de sua própria alimentação, higienização de suas vestimentas, dentre outras. Tudo isso era realizado sem desligar-se do curso de graduação em Teologia. À época, o grupo foi formado por sete seminaristas vindos de vários estados brasileiros.

(Depoimento de Joaquim Melo. Entrevista no dia 12 de abril de 2012)

Devo ressaltar que os relatos dos episódios narrados, no geral, coincidem com fragmentos constantes dos estudos acadêmicos e jornalísticos realizados sobre o bairro, alguns já citados neste capítulo. São primordialmente relatos sobre a mobilização pelos serviços básicos (água potável, energia, transporte público, saneamento básico). De um modo geral, o conteúdo das narrativas compõe relatos que sedimentam a ideia de um bairro de lutas.

O caráter mítico desses relatos está presente em vários depoimentos das lideranças, como se percebe em diferentes momentos em que elas narram a história do bairro. Por esta razão, a repetição se torna uma explicação comum para aqueles que relatam os episódios. Existem alguns acontecimentos que marcam esses relatos, como o falecimento de uma criança cujos pais não tinham como realizar o sepultamento, o que fez os genitores recorrerem à liderança, ocorrendo então a mobilização dos moradores para realizar as exéquias. Também as ocupações ocorridas no bairro, além das articulações para a instalação de serviços de infraestrutura básica. Essas últimas, em especial, são repetidas constantemente, são reafirmadas como se a reiteração sedimentasse a ideia das lutas sociais da união, das entidades e instituições, dos lugares, enfim. Os relatos conferem uma identidade ao bairro e, ao mesmo tempo, o legitimam como referência dos ideais de solidariedade proclamados por entidades vinculadas ao movimento da Economia Solidária⁵¹.

Com a finalidade de mostrar fragmentos dos acontecimentos históricos, retorno aos relatos em que as lideranças locais elucidam, nos depoimentos, os vínculos entre os moradores no processo de construção do bairro:

[...] pra gente conseguir o transporte, precisamos quebrar três ônibus, eu o Joaquim a Marinete e a Toinha e outros companheiros ficamos de 4 da manha até meia noite, contando quantas viagens o ônibus dava até o centro. O dono do ônibus dizia que nós tínhamos 16 ônibus e nós dizíamos que só tinha oito e nós comprovamos.

Os episódios narrados por seu Augusto referem-se também à persistência nos embates com as instâncias governamentais. Como quando ele diz: “Levamos uma turma de moradores até a CAGECE, lá as lideranças não comeram. Eram dois ônibus, e a gente

⁵¹ Como exemplo, cito, em âmbito nacional, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Ceará Rede Cearense do Socioeconomia Solidaria. Em relação ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária, este está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. O FBES é fruto do processo histórico que culminou no I Fórum Social Mundial (I FSM), que contou com a participação de 16 mil pessoas, vindas de 117 países, nos dias 25 a 30 de janeiro de 2001. Ver o site do FBES (<www.fb.es.org.br>).

preocupado com as mulheres gestantes [...] só elas comeram. Na CAGECE não resolveram o problema”. E recorda ainda: “Marcamos uma reunião com o Governador. A gente deu um prazo para o Governador de trinta dias. O Governador aceitou o prazo, com trinta dias ele não fez”. No trecho seguinte do depoimento, a liderança menciona êxito da reivindicação “Voltamos lá, a gente disse que a gente não ia se responsabilizar pelo que aconteceu com os canos da água que vai pra Fortaleza, nós vai furar os canos, aí eles disseram: não, não faça isso não, pediu mais quinze dias”.

Assim, os fragmentos dos relatos em destaque permitem perceber que a memória, quando acionada, se reporta sempre às origens do bairro. Na perspectiva do seu Augusto, pode-se perceber que o mito de origem do Conjunto Palmeiras é descrito a partir dos empecilhos em relação à escassez de serviços básicos ofertados, como também na determinação em enfrentar estes obstáculos.

O depoimento abaixo, de Joaquim Melo, revela outra dimensão suscitada a partir dos relatos míticos sobre o bairro. Esses relatos, além de reafirmarem a ideia de bairro de lutas, também revelam outras significações dadas ao bairro, como a calcada na solidariedade. Veja-se:

Eu acho que a própria história do bairro, a maneira como ele constrói sua história com uma lógica de solidariedade, pautando em nossas grandes lutas, lutas todas muitas coletivas, é um bairro que se urbanizou. Um bairro que se urbanizou tem na sua própria gênese a solidariedade. Então são poucos bairros de Fortaleza, aliás não conheço nenhum, fora o Conjunto Palmeiras, que tenha se autourbanizado. Deve até ter, mas eu não me recordo de cabeça. Qual foi o bairro que criou seu canal de drenagem? Não foi uma ponte, foi um canal de drenagem de 1700 metros! Foi feito em mutirão! Então isto é uma construção coletiva: criou sua praça, criou o asfalto, o esgotamento.

Quero dizer que fizemos com nossas próprias mãos, coordenado pela Associação de moradores. Então o próprio processo de construção física do bairro remete a uma lógica, ou mais que uma lógica, cria-se uma necessidade de solidariedade. Porque, se não tivesse ali implantado todas as contradições de sermos, da gente se autorrevelar solidário, senão tivesse ali um espírito que movesse um sentimento de unidade muito grande você não teria construído esse bairro. Um bairro de autoconstrução só poderia ter sido feito diante do espírito solidário. Lógico, aqui tinha as lideranças, Frei Beto conta muito isso da época cadeia, né? Eles repartiram um limão, porque só tinha um limão para comer, acredito que muitos deles nem amigos eram, devia ter sido conhecido ali na cadeia, mas criou-se ali um ambiente, um espírito de solidariedade. Então a própria autoconstrução do bairro, ela se manifesta como um exercício de solidariedade muito grande. Agora eu diria que, além dessa coisa espontânea da criação do bairro, o Palmeiras trabalhou isso muito fortemente, em vários aspectos.

[...] O Palmeiras fez um culto a sua memória muito grande, porque gerenciou conflito. Então o que as pessoas, a gente conta esta história de frente pra trás e trás pra frente, e todo mundo se orgulha dessa história do Conjunto Palmeiras. A gente não mudou o nome do bairro, não mudou o nome da rua, não mudamos o nome de nada. A gente preservou tudo isso e fizemos uma apologia a tudo isso, a essa tragédia urbana que foi a nossa chegada aqui, virou uma apologia e virou um motivo

de honra para todos nós. Então a gente criou uma identidade do Palmeiras. Palmeiras virou uma marca, virou uma grife.
(Depoimento do Joaquim Melo. Entrevista realizada no dia 22 de abril de 2012)

No depoimento acima, observam-se duas percepções sobre o bairro que se complementam. Uma se reporta às lutas passadas; outra vincula essas lutas à imagem atual do bairro. A liderança afirma que está presente, na gênese do bairro, o traço da solidariedade. Desse modo, os relatos “das lutas” não expõem somente acontecimentos passados, mas promovem novos valores ao bairro, que, do ponto de vista dos narradores, estão intrinsecamente vinculados ao passado marcado pela união e que agora é traduzido por solidariedade.

No depoimento do Joaquim, é ele menciona a solidariedade que emerge nos momentos das “lutas”. Lembra que isto se deve à união dos moradores nos embates ocorridos no bairro. Nesse sentido, a solidariedade para Joaquim é equivalente à união.

Assim, à medida que esses acontecimentos históricos relatados passam a se configurar como formas de fortalecimento da imagem do bairro, as lideranças tecem narrativas que reforçam esta imagem do bairro solidário e o disseminam para outros contingentes populacionais de forma a, segundo o depoimento abaixo, adquirir maior credibilidade local e nacional:

A gente leva a nossa história para outros lugares, pra gente continuar existindo do jeito que estamos é extremamente renovador, [a organização social do bairro] porque muitas comunidades que não têm nenhuma organização local, não conseguem sobreviver aos grandes desafios locais. Nós fomos construindo tudo isso há mais de 30. Ganha especialmente a comunidade que precisa. Mas é preciso a gente saber o que somos mais ainda, para que a gente tire proveito no sentido de aproveitar a credibilidade que nós temos aqui dentro na cidade, no estado e no Brasil.

(Socorro Alves, Diretora da ASMOCONP. Entrevista realizada em 24 de março de 2010)

Além do mais, os depoimentos de Socorro e de Joaquim buscam reafirmam a ideia de bairro solidário, a partir do sentimento de pertença, de identidade. Nota-se, desse modo, que os relatos afirmam episódios passados, reafirmam antigos valores e criam novos. As experiências vivenciadas passam a incorporar esses relatos. Da mesma forma, essas afirmações se estendem às entidades⁵² e instituições locais. Com isto, já não é mais somente o

⁵² Nessa direção, Paulino (2003) comenta: “É interessante ressaltar que mesmo no dia-a-dia, o espaço físico da ASMOCONP e do Banco Palmas permanecem decorados com cartazes e outros veículos de imagem que remetem a eventos consagrados na historicidade local e a projetos já realizados ou que estão em andamento. Assim, o ambiente interno parecer assumir ares de um espaço sagrado. Parece ser uma espécie de *templo* onde se reverencia a memória de uma história local, uma história que se encontra em pleno movimento. Ousando

passado, mas o passado reafirmando também o presente, quando os depoimentos narrados estão vinculados a novos valores, intrinsecamente ligados ao mito de origem do bairro, ou seja, a ideia do bairro “lutador”.

O Palmeiras é conhecido como um bairro solidário, porque nós temos a história do Banco Palmas, que por acaso foi criado nessa ideia solidária. E eu acredito que a solidariedade vai muito mais além do que a gente pensa. Pra mim é não só o Palmeiras, tem tanto bairro assim. Pra mim o Palmeira é o pai e mãe da questão da solidariedade em Fortaleza, porque começou da gente, a trajetória nossa, a questão da parceria, a questão do compromisso com a questão solidária.

(Depoimento de Augusto Barros Filho, liderança do Conjunto Palmeiras. Entrevista realizada no dia 30 de abril de 2012)

Observando o acervo de pesquisa sobre o bairro, nota-se que esses relatos passam a tomar corpo a partir do final da década de 1990, quando lideranças do bairro participam de processos em que se discutia a temática da solidariedade, tanto em Fortaleza como no Brasil. Destaco o Encontro de Socioeconomia Solidária e Cultura, ocorrido na cidade de Mendes, no estado do Rio de Janeiro, em 2000; o I Fórum Mundial, realizado na cidade de Porto Alegre (RS), em 2001; dentre outros eventos.

Discutindo a temática da solidariedade, Lechat (2004) afirma que, no final da década de 1990, “circula” no Brasil o debate sobre a economia solidária. Diz autora:

Na década de 90 a literatura brasileira de diversas ciências – sociológica, econômica, filosófica e aplicadas, como a educação – enriqueceu-se com a nova categoria “economia solidária”, ou alguma variante desta noção. A nomeação é nova, mas certas realidades às quais ela se referem existem, desde o final do século dezanove, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Trata-se de um certo ideal associativo ou cooperativista desenvolvido pelos próprios trabalhadores, mas com o apoio de organizações da sociedade civil. A partir de meados da década de setenta do século XX, a crise do sistema capitalista provocou a falência de muitas empresas, uma situação de desemprego crônico e estrutural, a precipitação na miséria de milhares de indivíduos e de suas famílias. Isto levou a busca de novas alternativas para a produção de renda e trabalho. (LECHAT, 2004, p. 2).

A referida autora lembra que as características da economia solidária se distinguem dos programas e projetos implementados pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a exemplo da *Comunidade Solidária* (1995), do *Programa de Capacitação Solidária* (1996) e do *Projeto de Alfabetização Solidária* (1997). A autora ainda

ampliar ainda mais esta metáfora, digo que a decoração do prédio da ASMOCONP parece configurá-lo quase como um *santuário* ou como um centro onde frequentemente são realizados eventos cerimoniais capazes de mobilizar uma intensa força simbólica, materializada na celebração de avanços e conquistas e focada num esforço permanente da atualização da legitimidade da experiência local (PAULINO, 2003, p. 172-173).

afirma que a concepção de economia solidária também se diferencia da política desenvolvida pelo terceiro setor⁵³.

Nesse sentido, segundo Lechat (2004), a categoria economia solidária é compreendida a partir da “[...] organização de produtores, consumidores, poupadores, que privilegiam relações de cooperativas autogestionárias e solidárias” e que se concretizam, argumenta a autora, “[...] na produção de bens e serviços, na sua comercialização e financiamento em vista de um desenvolvimento justo e sustentável alternativo ao modelo capitalista neoliberal” (LECHAT, 2004, p. 3).

No entendimento de Razeto (1999), há duas maneiras de classificar a solidariedade: a primeira, no campo da filantropia e assistencialismo, a respeito da qual, argumenta o autor, supõe “[...] situações de dependência, desesperança e isolamento social”; a segunda, lembra o autor, promove o entusiasmo e entrosamento em seu espaço social. Razeto (1999) ainda ressalta que, em geral, essa concepção de solidariedade ocorre em lugares “conscientes e participativos”. Essa solidariedade, diz Razeto (1999, p. 37), “[...] supõe indivíduos com iniciativas e capacidade de assumir riscos”.

Lembro que a discussão teórica sobre a solidariedade remonta à sociologia clássica de Durkheim. Para este autor há dois tipos de solidariedade: a orgânica e a mecânica. A solidariedade mecânica ocorre pela semelhança. Segundo o sociólogo, esta forma de solidariedade se evidencia numa determinada sociedade, quando os indivíduos pouco se distinguem e pertencem a um mesmo grupo social; têm sentimentos, valores e costumes semelhantes; cultivam objetos por eles considerados sagrados. Já a solidariedade orgânica é um sistema de funções diferentes e especiais, unidas por relações definidas (DURKHEIM, 2010, p. 106).

Esse modo, a solidariedade, no segundo caso, procura assentar-se exatamente nas diferenças, e não mais nas semelhanças, isso porque, segundo o autor, a vida complexa da modernidade gera diferenças entre os indivíduos e agrupamentos, o que exige outra lógica de solidariedade, ancorada em um pacto necessário para a unidade.

⁵³ Em relação a esta discussão, França Filho (2002) afirma, com efeito, que diferenças importantes subjazem às noções de terceiro setor, de economia solidária, de economia social e de economia popular (e ainda àquela de economia informal), ligadas não somente aos diferentes contextos sociopolíticos em que emergiram esses termos, mas também a interpretações distintas acerca do papel que desempenham essas práticas e/ou iniciativas na sociedade, especialmente no que se refere ao lugar que elas devem ocupar em relação às esferas do Estado e do mercado. Dito de outro modo, as diferenças entre esses termos estão relacionadas à construção de um discurso próprio (a cada um deles). Tais discursos vinculam-se, evidentemente, aos seus respectivos contextos específicos de realidade (FRANÇA FILHO, 2002, p.10).

De modo geral, a solidariedade social, afirma Durkheim (2010), tende a possuir mais força quando os indivíduos se relacionam uns com os outros. O autor argumenta que isso ocorre porque esses indivíduos estão frequentemente em contato, multiplicando as ocasiões que têm de se relacionar (DURKHEIM, 2010, p. 31).

Nessa perspectiva, a teoria de Durkheim sobre a solidariedade social de cooperação contribui para pensar as relações sociais vivenciadas. É imperativo pensar e acrescentar que essas relações sociais não estão somente no âmbito dos atores e nas estruturas, mas o que “[...] circula entre os atores a favor do vínculo social, a saber, os bens materiais e simbólicos de que a sociedade dispõe para se reproduzir por meio dos atores que a formam” (MARTINS, 2000, p. 102-103).

Retomo a discussão sobre a economia solidária para destacar as observações de França Filho (2004, p. 13). Segundo este autor, as formas de solidariedade “[...] fazem alusão à iniciativa cidadã” e, ao mesmo tempo, “[...] às formas abstratas de solidariedade marcadas pelo caráter comunitário de outro”. Sobre esta discussão, o autor conclui afirmando:

Nesse sentido, segundo nossa hipótese, estamos diante de um fenômeno efetivamente inédito, pois essas experiências não parecem orientar-se segundo o registro de uma sociabilidade típica da *Gemeinschaft* (comunidade), nem pelo princípio comunitário (Tonnies) - ou seja, uma sociabilidade comunitária (Weber) -, nem tampouco por uma solidariedade mecânica características de sociedades tradicionais (Durkheim). De fato, se um tipo de dinâmica comunitária marca essas experiências, sua expressão não parece identificar-se com o registro de um comunitarismo herdado, na medida em que ela emana de um comunitarismo muito mais escolhido como referência coletiva a um bem comum do que imposto pelo costume. (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13).

Tem-se, portanto, um fenômeno que condensa em sua gênese uma dinâmica protagonizada por sujeitos que vivenciam situações coletivas cotidianamente. É correto pensar, desse modo, que as experiências denominadas solidárias são, como afirma Gonçalves (2008), “[...] empreendimentos econômicos solidários [que] se constituem como um universo simbólico distinto e específico”. Isto ocorre, argumenta a autora, porque “[...] articula simultaneamente no tempo e no espaço várias esferas da vida social”. (GONÇALVES, 2008 p. 133).

Parece assertivo dizer que estas iniciativas colaboram para desenvolver um conjunto de atividades que, implícita ou explicitamente, convergem para reforçar a coesão de um grupo ou algo semelhante. Laville (2004) indica que estas práticas estão fundadas em relações cotidianas das populações nos relacionamentos e trocas simbólicas que tecem a trama diária da vida local. No caso analisado, esta coesão ocorre especialmente em momentos

específicos, como mobilizações em vista a reivindicações junto ao poder público ou outras ações pontuais, ainda que, no bojo das experiências, ela se mantenha cotidianamente.

Com base nos aportes dos autores, centro minha atenção na noção de dádiva, conforme Marcel Mauss (2001), como uma lente de entendimento da temática em tela. Nesta obra, o autor mostra que a dádiva opera no oposto da troca mercantil. Busca-se na dádiva a origem do sentido da troca. Encontra no “potlatch” um sistema de trocas de presentes-dádivas que movimenta e organiza as várias dimensões da vida em sociedade. Por isto, caracteriza como fato social total as relações sociais na Melanésia, na Polinésia e no Noroeste americano. As trocas são realizadas em solenidades (cerimônias, festas), rituais, que ocorrem entre a coletividade (tribos, clãs, famílias). A dádiva é compreendida, assim, conforme França Filho (1999, p. 154), como um operador privilegiado da criação de vínculos entre as pessoas.

Ao analisar os empreendimentos da economia solidária no estado do Ceará a partir de Mauss (2008), Gonçalves (1998) observou que há, em suas práticas sociais concretas e em alguns relatos, sinais de uma teia de reciprocidade permeando as relações sociais. Trata-se de “[...] um conjunto de direitos e deveres que liga os grupos sociais em uma determinada sociedade e que ata definitivamente indivíduo e sociedade, ocorre que a reciprocidade apresenta um caráter de coerção” (GONÇALVES, 1998, p. 10). Vale destacar que é o caráter redistributivo que forma o círculo da reciprocidade e que confere um caráter diferenciado em relação às relações de mercado, como se dá, no caso do Conjunto Palmeiras, no estímulo à circulação local da moeda.

A partir do exposto, retomo os relatos das lideranças do Conjunto Palmeiras, em especial, o relato de Joaquim Melo, coordenador do Banco Palmas. Este descreve⁵⁴ como foram sendo instituídos os mecanismos de controle – ficando claro o caráter coercitivo apontado por Gonçalves (1998) –, além da formação de alianças e do objetivo da redistribuição na concessão de créditos do Banco Palmas, considerado por esta liderança como uma iniciativa solidária.

Desde cedo, tínhamos convicção de que só seria viável criar uma linha de crédito para estimular a economia do Conjunto Palmeiras se esta fosse acessível aos moradores do bairro. Estes, em sua maioria, estavam “fichados” no SPC, na Centralização de Serviços dos Bancos S.A (SERASA) e no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal (CADIM), deixando claro que necessitaríamos criar outras regras para análise do crédito. Desse modo, decidimos que iríamos investir na relação de vizinhança. Todavia, além da aprovação dos vizinhos, o analista de crédito precisa fazer a análise da viabilidade do negócio, levando em consideração o contexto do bairro.

⁵⁴ Ver: MELO NETO, Joaquim João; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas, ponto a ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

Nos bairros pobres, ninguém mais que os vizinhos conhecem tão bem as pessoas. Todas as fragilidades e virtudes estão expostas cotidianamente; as casas são conjugadas e as portas estão sempre abertas; as relações fluem rapidamente pela solidariedade entre as famílias, sendo comum que os vizinhos ajudem uns aos outros com um pouco de açúcar, um café, um remédio ou outro gênero de primeira necessidade; e as crianças, rapidamente, se socializam e começa a conviver coletivamente, articulando os pais nestes círculos de amizade.

De modo prático, quando alguém solicitasse um crédito, iríamos conversar com a vizinhança sobre o caráter, a experiência profissional do solicitante, seu relacionamento com a família e a comunidade ao seu redor. Quando a vizinhança não quer fazer comentários sobre determinada pessoa por temer alguma retaliação, isto é um indicador de que não se trata de um bom tomador de crédito. Quem impõe medo aos vizinhos não pode ser aceito na rede de solidariedade! Porém, todos que não são aprovados pela vizinhança, por um motivo ou por outro, são convidados a participar de outros projetos da Associação que os ajudem a conviver de forma harmoniosa com a comunidade. (MELO *et al.*, 2003, p. 15-16).

O depoimento de Joaquim Melo apresentado acima mostra como a noção de reciprocidade mencionada por Gonçalves (1998) pode ser um aporte no entendimento das questões envolvendo a discussão sobre a economia solidária. Entretanto, ainda se percebe, em sua fala, uma associação entre solidariedade e ajuda. Nesse sentido, parece assertivo dizer que Joaquim toma a noção de solidariedade como uma estratégia mediante a situação de vulnerabilidade econômica e social de uma significativa parcela da população do bairro.

2.2 Relatos contemporâneos: as iniciativas ditas solidárias

Aportando o meu olhar no estudo realizado por Gadelha (2003) sobre o Conjunto Palmeiras, mencionei, no início deste capítulo, os momentos classificados pela autora como importantes no processo de construção do bairro em análise. Contudo, propus-me a acrescentar e abordar um novo momento de ênfase na história do bairro. Por esta razão, retomo agora a referida discussão considerando para esta análise o período de 1998 aos dias atuais, ocasião em que são criadas as iniciativas ditas solidárias no Conjunto Palmeiras.

A partir do ano mencionado acima, os relatos sobre o bairro passaram a incorporar, além da imagem de um bairro “de lutas”, também a de um bairro solidário. O presente tópico é subsidiado por esses relatos no intuito de compreender como se deu esse processo no bairro. Ou, mais especificamente, como surge e de que modo surge a imagem do bairro vinculada à solidariedade?

Conforme os trabalhos acadêmicos a que tive acesso no transcurso desta pesquisa, posso afirmar que, até o final da década de 1990, os estudos sobre o bairro discorriam sobre os temas: movimentos de bairros, lideranças comunitárias, rádios comunitárias, comunidades eclesiais de base no bairro, política e comunidade, dentre outros. A exemplo dos trabalhos

acadêmicos escritos no ano de 2002 por Matos, Carvalho, Mattos, Oliveira, Gadelha e Barbosa.

Evidentemente, em proporções ínfimas, se comparada com a situação atual, o bairro era citado como solidário por esses autores, mas uma solidariedade referida à união e como sinônimo de lutas. Como no artigo elaborado por Carvalho (2002, p. 45), onde a autora conclui, em um determinado trecho, que as relações comunitárias vivenciadas pelo bairro são observadas pelas lideranças como espaços de “[...] construções de relações harmônicas de solidariedade”.

A partir do ano 2000, surgem novos estudos de cunho acadêmico sobre o bairro. Essas pesquisas, assim como livros e brochuras, vão abordar a temática da solidariedade⁵⁵. Evidentemente, é provável que junto a este tema encontrem-se outros, mas, no geral, a discussão em torno da solidariedade ganha maior destaque. É interessante salientar que a maioria desses estudos centra suas observações exatamente nas iniciativas ditas solidárias⁵⁶ empreendidas pela associação de moradores. Nesse sentido, um dos primeiros registros foi a dissertação de mestrado de Rodrigues (2003), intitulada *Socioeconomia solidária: tecendo novas relações sociais no Conjunto Palmeiras*.

Lechat (2002), em seu minucioso estudo sobre a temática da solidariedade no Brasil, explicita que as iniciativas solidárias ressurgem na década de 1980 e passam a “circular” em meados da década seguinte, em âmbito nacional e mundial. Segundo a autora, essas iniciativas se desenvolveram no Brasil com “[...] um perfil muito específico dadas as circunstâncias sociopolíticas existentes” (LECHAT, 2002, p. 12). Por esta razão, argumenta Lechat (2002), as iniciativas passaram a se diferenciar das empreendidas pelo terceiro setor, como também dos programas e projetos no âmbito do programa governamental chamado Comunidade Solidária⁵⁷, criado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no ano de 1995.

⁵⁵ Ver os estudos: a) RODRIGUES, Fernanda. Banco Palmas: rituais de cidadania. In: RODRIGUES, Lea. **Rituais, dramas e performance**. Fortaleza: EDUFC, 2011; b) RODRIGUES, Fernanda. **Socioeconomia solidária: tecendo novas relações sociais no Conjunto Palmeiras**. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003; c) PAULINO, Antonio George Lopes. **Economia solidária como um projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008; d) JÚNIOR, Gildásio Santana. Economia solidária – conceito, práticas e gênese: uma apresentação da temática. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista (BA), ano 3, n. 3, p. 81-92, 2005; e) FIGUEIREDO, Monique. Atividade financeira e moeda: análise da experiência do Conjunto Palmeiras em Fortaleza (CE). **Revista Direito: Temas Contemporâneos**, São Paulo, v. 7, n. 1, jan./jun. 2011.

⁵⁶ Pesquisando o sítio do *Google*, é possível encontrar, somente em português, 8.470 informações sobre as iniciativas solidárias.

⁵⁷ Projeto criado em 1995, fundamentado no princípio da parceria entre governo e sociedade. Tinha como finalidade gerar recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para combater a pobreza e a exclusão social.

Apropriando-se do significado dado à categoria economia solidária, a autora diz que esta se refere “[...] à organização de produtores, consumidores, poupadores, que privilegiam relações cooperativas autogestionárias e solidárias na produção de serviços e na comercialização” (LECHAT, 2002, p. 3).

Concomitantemente ao desenvolvimento das iniciativas ditas solidárias, emergem discussões teóricas sempre renovadas a esse respeito. Esse modelo de organização social passa a ser categorizado, no Brasil, de economia solidária ou socioeconomia solidária.

Do ponto de vista teórico, o conceito da economia solidária surgiu pela primeira vez no Brasil em 1993, por meio do autor chileno Luis Razeto (1993). Segundo o autor, a economia solidária é uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir de diversas experiências econômicas, com características constitutivas de solidariedade, como o mutualismo, a cooperação e a autogestão comunitária. O autor enfatiza ainda que nessa economia prevalece uma racionalidade singular diferente de outras racionalidades econômicas (RAZETO, 1993, p. 40).

Nesse mesmo período, no Brasil, estudiosos como Inácio Gaiger, Paul Singer e Marcos Arruda discutem a economia solidária como uma elaboração conceitual em construção, na perspectiva do vir a ser, algo desejado, com indícios de organização semelhante aos descritos por Razeto (1993): um processo endógeno que emerge da práxis do cooperativismo autônomo, solidário e autogestionário (ARRUDA, 1996, p. 27).

Para o economista Singer (2000, p. 13), a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Para o autor, a invenção e a expansão da economia solidária instituem “indícios de revoluções locais”, modificando as relações entre os atores sociais inseridos nesse processo de mudanças. Essas modificações podem manifestar-se na família, com o vizinho, com o morador da mesma quadra, criando redes de relações locais.

Já segundo Laville (2009, p. 42), a economia solidária trouxe ao debate público as noções de utilidade social e de interesse coletivo. Para este autor, em todos os casos, a fixação das regras econômicas inclui a voz daquelas e daqueles cuja expressão é habitualmente excluída pelas relações de força de uma economia dominada pelas lógicas de poder dos grandes grupos: as mulheres, os meios populares, os pequenos produtores.

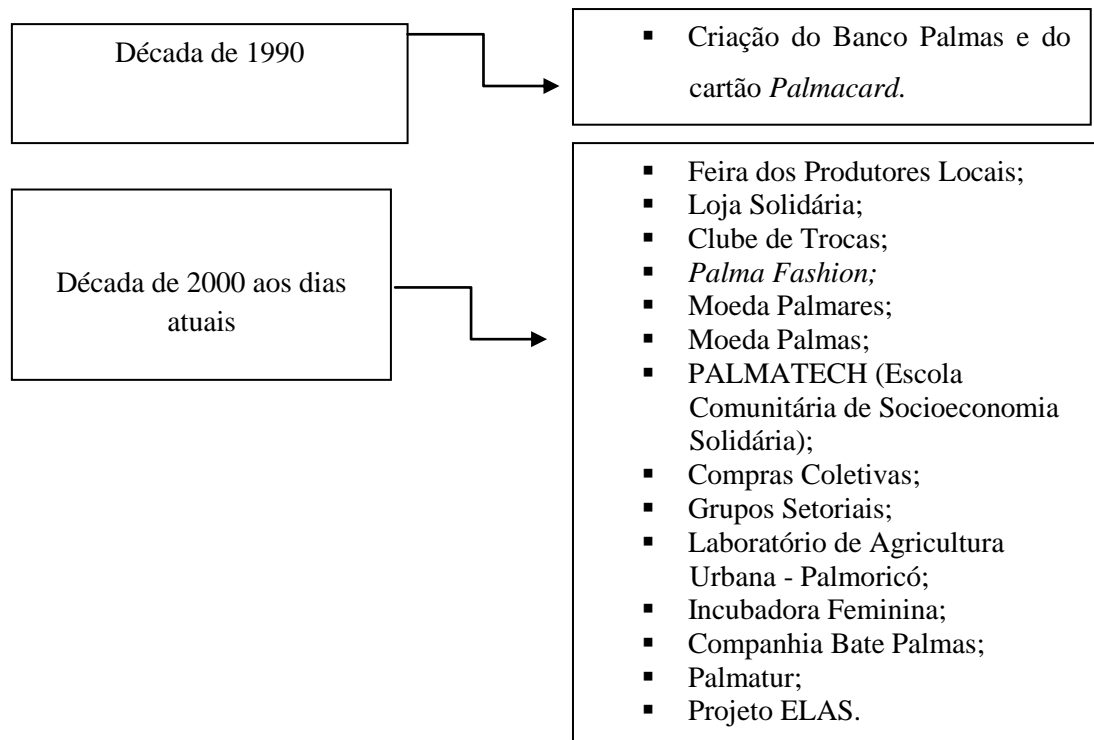
Lechat (2002, p. 133), afirma ainda que as experiências concretas de economia solidária são extremamente heterogêneas. Estas são agrupadas pela autora em três tipos: “[...] os projetos alternativos formados por pessoas de baixa renda situadas à margem do mercado formal”, as “[...] cooperativas autogestionárias de trabalho ou de produção” e por fim, as “[...]”

empresas auto ou co-geridas pelos trabalhadores oriundos de empresas falidas do mercado informal”.

A autora também esboça as peculiaridades comuns aos empreendimentos com características solidárias, como a participação coletiva no trabalho e nas decisões de gestão, além, “[...] da posse coletiva dos bens e a repartição das sobras entre os trabalhadores, com eventual constituição de um fundo solidário para a criação de novos empreendimentos solidários” (LECHAT, p. 133).

No caso do Conjunto Palmeiras, essas iniciativas surgem em 1998, a partir da criação do Banco Palmas⁵⁸, de um cartão de crédito, o *Palmacard*, e, em meados da década de 2000, da criação de uma moeda própria denominada Palmas. Durante os últimos anos, também foram criadas microempresas, produtos de limpeza (Palmalimpe), uma cooperativa de costureiras (Incubadora Feminina), assim como a pousada Palmatur e o Projeto Elas. Mostro abaixo um gráfico com a discriminação dessas iniciativas e a década de seu surgimento para que o leitor tenha um panorama mais acabado sobre essas iniciativas.

Gráfico 9 – Criação das iniciativas ditas solidárias no Conjunto Palmeiras



⁵⁸ O Banco Palmas foi criado em 1998 pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), inaugurando, dentro dos movimentos populares, um novo perfil na luta das associações de moradores, constituindo-se num fato inédito na história das organizações populares no Ceará e no Brasil (RODRIGUES, 2001, p. 258).

De maneira sucinta, explicarei o surgimento dessas iniciativas no bairro. Sobre este assunto, retomá-lo-ei, no quinto capítulo, apontando a abrangência e os limites dessas iniciativas no cotidiano do Conjunto Palmeiras.

O Banco Palmas foi criado em 1998⁵⁹, pela ASMOCONP, tendo como finalidade proporcionar, inicialmente, aos associados da ASMOCONP, pequenos empréstimos⁶⁰. No período de sua fundação, a sua carteira de crédito era de R\$ 2.000 (dois mil reais), adquiridos da ONG CEARAH Periferia. Logo após o surgimento do Banco Palmas, foi criado um cartão de crédito, o *Palmacard*⁶¹. A criação do cartão tinha o propósito de viabilizar o consumo dos moradores do bairro nos estabelecimentos comerciais locais, ou seja, possibilitar o acesso aos gêneros de primeira necessidade, como alimentos e remédios, dentre outros. Ainda que de maneira rudimentar, havia o acompanhamento e o monitoramento do uso do cartão e da tomada de crédito no Banco Palmas, feitos com recurso tecnológico incipiente. No caso do *Palmacard*, utilizava-se um papel com a logomarca do cartão e, em seu verso, a relação das compras efetuadas. A cada compra, ambos, comprador e proprietário do comércio, assinavam o cartão. Na data do vencimento, *a priori* definido pelo cliente e pelo Banco, o morador dirigia-se à sede do Banco e efetuava o pagamento diretamente no Banco Palmas, que, por sua vez, efetuava o pagamento ao dono da mercearia.

⁵⁹ Após o quarto mês de sua inauguração, a associação estabeleceu parceria com organizações de cooperação internacional – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) – e um novo empréstimo pôde ser feito. O início dessa trajetória foi marcado por muitas incertezas e dificuldades, mas, ao mesmo tempo, a sinergia gerava e impulsionava o grupo a desvendar novos caminhos organizativos, objetivando a geração de trabalho e renda e a satisfação subjetiva dos envolvidos. Ao final de seu primeiro ano, o banco possuía R\$15.000,00 (quinze mil reais) em carteira e 120 (cento e vinte) cartões entregues aos moradores (RODRIGUES, 2003, p. 48).

⁶⁰ Na década de 1990, as lideranças do Conjunto Palmeiras organizaram um seminário chamado *Habitando o inabitável*. Do referido seminário, apontaram-se duas estratégias para a melhoria social do bairro: a criação da União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras (UAGOCONP) e o pacto para urbanizar o bairro no período de dez anos. Nessa perspectiva, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado (PDCI). Além disso, foi criado também o jornal comunitário *Desperta Palmeiras*, o programa de rádio *Santo dias* e as publicações da cartilha *Memórias de nossas lutas*. No final da década de 1990, as lideranças realizaram um novo seminário para avaliar as propostas de melhoria para o bairro, pautadas no seminário *Habitando o inabitável*. De modo geral, segundo resultado da avaliação, o bairro havia avançado, contudo, apesar das melhorias de infraestrutura, como o canal de drenagem, a água potável, a iluminação pública, as linhas de transporte, dentre outros, o bairro contava com um contingente expressivo de habitantes em situação de pobreza. Por esta razão, foi deliberado, no referido seminário, um novo desafio: “[...] a criação de um projeto de geração de trabalho para o bairro. Foi dessa maneira que surgiu a ideia do Banco Palmas. (MELO NETO, Joaquim João; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções**: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003).

⁶¹ Em relação ao *Palmacard*, Rodrigues (2003) aponta dois aspectos importantes a serem considerados: o primeiro concerne a desenvolver no bairro o consumo; o segundo, mais lento, embora essencial, era o de construir laços de confiança entre consumidor e comerciante. É que, segundo a autora, anteriormente ao uso do cartão, a relação da compra no crediário ocorria pelo uso da caderneta. Nesse modelo de crediário, muito comum em mercearias da periferia da cidade, o valor do produto é lançado somente na data do pagamento do produto, em geral com juros embutidos. No ato da compra, é anotado somente o nome do produto consumido.

Em relação à feira dos produtores locais – a loja solidária e o clube de trocas –, estes surgem com o propósito de ampliar a comercialização dos produtos oriundos do próprio bairro. Nesses espaços, era comum o uso do cartão de crédito. De maneira mais específica, no clube de trocas, foi adotado uma moeda, o *Palmares*, que circulava somente no momento da troca, efetuada no referido clube.

A confecção da moeda *Palmares*, assim como do *Palmacard*, dava-se de maneira precária. De certo modo, a moeda *Palmares* foi usada durante pouco tempo, sendo substituída, por volta do ano de 2003, pelo *Palmas*, a moeda atual do bairro.

A moeda *Palmas* foi inicialmente utilizada de forma mais restrita na construção da *Palmatech*. Os trabalhadores responsáveis pela construção da escola *Palmatech*⁶² eram pagos em reais e em *Palmas*. Nesse período, alguns comércios locais, de forma tímida, aceitavam a moeda local como moeda de troca. A transação financeira era semelhante à realizada no uso do cartão de crédito, ou seja, cliente-comércio-Banco. Destaco, entretanto, a sofisticação na confecção da nova moeda, se comparada à primeira.

Atualmente, a moeda *Palmas* funciona por meio da permissão do Banco Central do Brasil, o que revela a ocorrência do processo de sua institucionalização. A moeda é aceita em diversos estabelecimentos comerciais do bairro, como mercearias, frigoríficos, farmácias, dentre outros, mas é importante ressaltar que há uma redução, mesmo que ínfima, em seu uso, tendo em vista que já foi aceita no transporte coletivo alternativo do bairro, assim como também no posto de gasolina localizado no Conjunto Palmeiras. Segundo depoimentos das lideranças locais, em meados da década de 2000, foi criado o sistema de compras coletivas. O intuito dessa iniciativa era a prática do consumo solidário⁶³, preconizado por Mance (2002). Faziam parte dessa iniciativa moradores do Conjunto Palmeiras e de bairros vizinhos. As compras em geral eram feitas de pequenos produtores oriundos da agricultura familiar.

É interessante observar que, em geral, há, nas denominações dessas iniciativas, a vinculação ao nome do bairro, como *Palmalimpe*, Banco *Palmas*, *Palmas*, *Palmatech*, *Palmacard*. Segundo o coordenador do Banco *Palmas*, a estratégia principal com essa referência é fortalecer a imagem do bairro perante as iniciativas ditas solidárias.

⁶² *Palmatech*/Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária proporciona cursos de formação, capacitação profissional, curso de gestão de empresas solidárias. Também é responsável pela organização do material didático e pela publicação de relatórios sobre o tema da economia solidária.

⁶³ O modelo que Mance (2002) chama de consumo solidário é praticado com o objetivo de contribuir socialmente para o bem-viver de toda a coletividade: “O consumo solidário é praticado com o objetivo de contribuir socialmente para o bem-viver de toda coletividade, uma vez que é no consumo que a produção se completa. [...] Assim, com nossas escolhas de consumo, ao invés de contribuirmos na manutenção da exploração dos trabalhadores, reproduzindo uma sociedade capitalista, injusta, nós colaboramos [...] na construção de uma nova sociedade colaborativa e solidária”. (MANCE, 2002, p. 40).

Na perspectiva de expandir as alternativas relacionadas ao mercado vinculado aos produtores locais, as lideranças organizaram os grupos setoriais. Segundo as informações obtidas, o grupo setorial organizou-se por tipologias, ou seja, o produtor interessado em participar dessa iniciativa vinculava-se ao grupo por afinidade profissional. Também fui informada do que se esperava ao ingressar no grupo produtivo – “produzir coletivamente”, além de “agregar qualidade aos produtos” e “reduzir o preço ao consumidor”. Por esta razão, os grupos formados por tipologia passaram a ser financiados pelo Banco Palmas⁶⁴ e coordenados pelo integrante do próprio grupo.

Além das iniciativas mencionadas até o momento, acrescento a Incubadora Feminina⁶⁵, criada pela coordenação do Banco Palmas com a finalidade de oportunizar espaços de convivência social às mulheres em situação de vulnerabilidade (viciadas, prostitutas, dentre outras). Também foi criada a Companhia Bate Palmas, grupo musical que se apresenta em solenidades e festas no bairro.

Mais recentemente foi criada uma Pousada chamada Palmatur⁶⁶ e o Projeto Elas, esse último tem como público-alvo as mulheres beneficiadas pelo Bolsa Família⁶⁷. O projeto caracteriza-se pelo desenvolvimento de um conjunto de ações de “promoção”, “formação” e “orientação às mulheres do programa Bolsa Família”. A finalidade do projeto é a “inclusão socioprodutiva, financeira e bancária destas mulheres”⁶⁸.

Paralelamente à criação dessas iniciativas denominadas solidárias, a ASMOCONP foi criando mecanismos metodológicos de acompanhamento dos possíveis impactos dessas iniciativas, como o mapeamento da produção e do consumo do Conjunto Palmeiras, além de constantes visitas domiciliares aos tomadores de crédito ou beneficiados pelas iniciativas

⁶⁴ Ver: MELO NETO, Joaquim João; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções**: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

⁶⁵ A Incubadora Feminina “[...] é um projeto de segurança alimentar direcionado a mulheres em situação de risco pessoal e social, moradoras do Conjunto Palmeiras. A estratégia consiste em reintegrá-las ao circuito produtivo de forma a garantir-lhes cidadania e renda que assegure acesso ao alimento” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003, p. 86).

⁶⁶ A PALMATUR é um empreendimento de turismo comunitário desenvolvido pela Rede de Economia Solidária do Conjunto Palmeiras, constituído, inicialmente, por vinte mulheres moradoras do referido bairro, as quais foram capacitadas previamente. O objetivo da PALMATUR é promover o Conjunto Palmeiras como um destino turístico em Fortaleza, estimulando o desenvolvimento econômico local, tendo por base os princípios da sustentabilidade e da solidariedade (I Fórum de Turismo Comunitário Urbano no Conjunto Palmeiras). A PALMATUR advém de outro projeto desenvolvido pelo Conjunto Palmeiras, chamado Incubadora Feminina, que, ao longo dos dez anos de sua existência, já colaborou para a inserção no mercado de trabalho de, em média, 65% das 165 mulheres vinculadas ao projeto.

⁶⁷ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (PBM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70,00 mensais, está baseado na garantia de renda, na inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Ver sítio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (<www.mds.gov.br>).

⁶⁸ Ver sítio do Banco Palmas (<www.bancopalmas.com.br>).

mencionadas acima. Joaquim Melo⁶⁹, liderança local e coordenador do Banco Palmas, afirma que a intenção é mensurar o alcance das iniciativas solidárias.

De acordo com as leituras prévias acerca do assunto em tela, pode observar que concomitantemente às criações das iniciativas solidárias, crescia a participação das lideranças locais em palestras, seminários, fóruns nacionais e internacionais. Da mesma forma, fortalecia-se a imagem do bairro veiculada na *mídia* como um bairro de organização solidária⁷⁰. Recentemente, os relatos sobre o bairro, pautados na ideia de solidariedade, estão presentes no documentário intitulado: *Quem se importa*⁷¹.

Nesse documentário, protagonizado por Joaquim Melo, os relatos sobre o bairro versam sobre a ideia de bairro lutador; contudo, há também o entrecruzamento do passado de lutas e do presente, vinculando a imagem do bairro à solidariedade. Notei que os relatos presentes no referido documentário reproduzem, de certa maneira, as mensagens encontradas em eventos e nas entrevistas.

Desse modo, embora os relatos sobre a construção do Conjunto Palmeiras, proferidos pelas lideranças locais, remetam constantemente a um passado de lutas em relação ao processo de construção do bairro, na minha linha interpretativa, esta profusão de narrativas confere, afirma e reafirma o passado do bairro, tornando-se assim narrativas míticas.

Na perspectiva do mito de origem, os relatos agora passam a incorporar, além dos episódios das lutas sociais, um novo componente à imagem do bairro solidário: “Eu vejo o Conjunto Palmeiras muito forte em relação às lutas, em relação à solidariedade” afirma Socorro Alves, diretora da ASMOCONP, e complementa:

Então o Conjunto Palmeiras hoje é uma marca para o movimento social e para a organização comunitária e para exemplo de vida, de garra e de coragem; o Conjunto Palmeiras hoje é um exemplo para outros lugares, não porque o poder público se preocupou, mas porque as pessoas do bairro preservam suas histórias e valorizam sua história e procuram hoje preservar porque não é uma coisa fácil preservar a história, não é fácil. Por vários motivos, porque no passado teve vários problemas e muitos sofrimentos e muitas pessoas, quando se tem isso na vida ou individual ou coletivo, ela prefere esquecer. Em Fortaleza, tem muitos bairros que mudaram de nome para mudar a história como se isso apagasse a história, e a gente sabe que não apaga a história, mudando o nome. Acho que não é fácil guardar a história, nem na memória. Por exemplo, nós sofremos fome, apanhamos muita perseguição, muita exclusão das políticas públicas, a gente era um povo esquecido, não é fácil registrar essa história, e você guardar e você levar para sua vida, mas nós do Conjunto Palmeiras, nós achamos que isso é a coisa mais importante que a gente entendeu que

⁶⁹ Joaquim Melo também é coordenador do Instituto Palmas de Socioeconomia Solidária, organização da sociedade civil de interesse público, criada no ano de 2003.

⁷⁰ Ver Anexo.

⁷¹ *Quem se importa* é um documentário longa-metragem sobre empreendedores sociais no Brasil e ao redor do mundo. Ver o sítio do documentário (<www.quemseimporta.com.br>).

é exatamente você guardar sua memória, para você não esquecer, para você continuar dando passos, quem sabe dando passos mais longos e largos? Não sei, mas quem sabe caminhando para uma vida melhor, mais digna, mais solidária porque se a gente conseguiu sobreviver a tudo isso foi por conta também desse sentimento, dessa solidariedade que a gente tem no coração, que tem na nossa veia e por mais que a gente cresça, melhore de vida. O Palmeiras se desenvolveu, mas a gente não pode perder a identidade e a solidariedade.

(Socorro Alves, Diretora da ASMOCONP. Entrevista realizada em 24 de março de 2010)

Os relatos, portanto, são estratégias tanto de divulgação do bairro e de suas iniciativas, como de manutenção do espírito de mobilização da população local e incentivo às populações de outros bairros carentes – e são utilizadas em determinados momentos significativos que ocorrem dentro ou fora do bairro, mas, sobretudo, momentos que falem sobre o Conjunto Palmeiras. Nessa perspectiva, estes relatos são contados e rememorados também nas festas, nas solenidades, nos eventos ocorridos no bairro ou sobre o bairro.

2.3 Sobre as iniciativas solidárias no Conjunto Palmeiras

“Por que a economia solidária, ela tem uma coisa que é parar de ensaiar. A gente ensaia a vida inteira, é uma peça chata que não entra em cena, só que tem um dia que os atores se cansam, e não querem mais ensaiar.”

Depoimento de Joaquim Melo⁷²

Na epígrafe acima, Joaquim Melo afirma que a economia solidária deve ter ações concretas na vida cotidiana das pessoas, sob pena de que os atores sociais que vivenciam as práticas articuladas por este modelo de organização social e econômica fiquem desacreditando em sua eficácia como uma ferramenta a ser utilizada no enfrentamento dos problemas econômicos e sociais.

Conforme o último mapeamento⁷³ realizado pela SENAES, há atualmente no Brasil 21.859 empreendimentos⁷⁴ denominados solidários. Deste universo, 9.498

⁷² Coordenador do Banco Palmas e do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária. Entrevista realizada no dia 6 de dezembro de 2009.

⁷³ Mapeamento Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária. Ver: <www.mte.com.br/senaes>.

⁷⁴ A SENAES considera empreendimentos econômicos solidários as organizações coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados, como também empreendimentos que já se encontram implantados, em operação; devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído, definida sua atividade econômica. Quanto a iniciativas com registro legal ou não, o que prevalece, segundo a SENAES, é a organização e a regularidade de reuniões, bem como encontros dos participantes. A SENAES ainda caracteriza como experiência denominada solidária as atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e fundos rotativos populares), de comercialização

empreendimentos estão localizados na região Nordeste do Brasil, seguida da região Sudeste com 3.912 empreendimentos. Segundo ainda o referido mapeamento, a região do país com menor incidência destes empreendimentos é o Centro-Oeste brasileiro com 2.210 experiências.

Gaiger (2007) considera relevante a pesquisa realizada pela SENAES porque, de acordo com o autor, ela subsidia os estudos acadêmicos, assim como também outras discussões em torno do tema. Esses debates eram anteriormente realizados sem uma base quantitativa acerca destes empreendimentos. Veja-se o que o autor diz:

Por sua abrangência, o Mapeamento viabiliza uma mudança de escala nos trabalhos acadêmicos e nos debates sobre a economia solidária. Até então, a inexistência de dados objetivos e abrangentes sobre as experiências de economia solidária no país limitou os estudos a uma abordagem qualitativa, valiosa para o exame dos traços particulares dessas iniciativas, mas insuficiente para identificar suas tendências predominantes e seu impacto sobre as condições de vida dos trabalhadores. Os dados do Mapeamento, integrados ao Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária – SIES oferecem uma visão ampla do perfil econômico, social e político da economia solidária. As perguntas formuladas, sobre os membros dos EES e as circunstâncias de sua criação, suas atividades econômicas, sua organização e gestão, seus vínculos e sua atuação social, produziram uma massa de informações passível de análise sob diversos ângulos, quanto à gênese e aos padrões de desenvolvimento dos EES, além de fundamental para a seleção judiciosa de casos a serem estudados qualitativamente. (GAIGER, 2007, p. 63).

Desse modo, Gaiger (2007) menciona a fragilidade presente nos estudos acadêmicos no âmbito quantitativo da economia solidária. O autor aponta o mapeamento como uma bússola, tanto na perspectiva acadêmica, quanto – diria eu – na das políticas públicas. Dessa maneira, interfere diretamente na vida prática dos indivíduos inseridos nestas experiências.

Estou chamando de vida prática situações evidenciadas em campo, que vão desde utilizar os serviços de correspondentes bancários no convênio entre o Instituto Palmas e os bancos oficiais, a inserção de jovens em iniciativas como a Palmalimpe, até a participação em atividades da Companhia Bate Palmas, dentre outras. Nessa direção, Gaiger (2007, p. 63) lembra que, embora menosprezadas até alguns anos atrás, essas experiências se converteram em alternativas duradouras para um número crescente de trabalhadores.

Diante do depoimento de Joaquim, da análise de Gaiger (2007) e dos dados apresentados pela SENAES, centro minha atenção no bairro em estudo.

(compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário, considerando-as singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

Relatar o alcance das iniciativas solidárias no Conjunto Palmeiras é apontar o esforço permanente de lideranças e instituições no sentido de elaborar periodicamente estratégias de converter necessidades em possibilidades e, sobretudo, em ações que minimizem a situação de vulnerabilidade presente no bairro. É evidente que há descompasso entre o aspirado e o concreto, mas também observei que o empenho destes agentes locais ocorre de diversas formas.

Nesse sentido, nota-se um interesse constante dos coordenadores das iniciativas solidárias na elaboração de estratégias para divulgar e instigar os moradores a utilizarem os serviços e os produtos considerados solidários. Este incentivo é organizado e articulado pelo conjunto de instrumentos apresentados aos moradores e veiculados no bairro de distintas maneiras, seja por meio da rádio comunitária, seja através de livretos (fotonovelas, cordel, faixas, *banners*), ou ainda mediante seminários e fóruns, dentre outros. Com o intuito de mostrar ao leitor o conteúdo presente nestes instrumentos, apresento abaixo fragmentos extraídos de um cordel⁷⁵.

[...] Nós nascemos com a cabeça
Foi pra ser inteligente
Todo pau grande já foi
Uma pequena semente
Compre com simplicidade
Compre na comunidade
Melhor a vida da gente.

[...] Mas leitor a diferença
Eu vou dizer é agora
Comprando fora daqui
O seu “dindin” vai embora
Mas comprando aqui na área
A vida comunitária
Melhora de hora em hora

Também não esqueça amigo
Da moeda social
Que circula internamente
De forma muito legal

⁷⁵ Literatura de cordel, também conhecida no Brasil como folheto, é um gênero literário popular escrito frequentemente na forma rimada, originado em relatos orais e depois impresso em folhetos. Remonta ao século XVI, quando o Renascimento popularizou a impressão de relatos orais, e mantém-se uma forma literária popular no Brasil. O nome tem origem na forma como tradicionalmente os folhetos eram expostos para venda, pendurados em cordas, cordéis ou barbantes em Portugal. No Nordeste do Brasil, o nome foi herdado, mas a tradição do barbante não se perpetuou: o folheto brasileiro pode ou não estar exposto em barbantes. Alguns poemas são ilustrados com xilogravuras, também usadas nas capas. As estrofes mais comuns são as de dez, oito ou seis versos. Os autores, ou cordelistas, recitam esses versos de forma melodiosa e cadenciada, acompanhados de viola, como também fazem leituras ou declamações muito empolgadas e animadas para conquistar os possíveis compradores. Para reunir os expoentes deste gênero literário típico do Brasil, foi fundada em 1988 a Academia Brasileira de Literatura de Cordel, com sede no Rio de Janeiro. LITERATURA de cordel. *In*: WIKIPÉDIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Literatura_de_cordel>. Acesso em: 14 jun. 2012.

Mantendo a riqueza ali
 Dinamiza e faz fluir
 A economia local
 Se a moeda circula
 Naquela local somente
 A riqueza do lugar
 Não vai pra longe da gente
 Passando de mão em mão
 Valoriza a região
 Que cresce constantemente.

Essa é a grande vantagem
 De um banco comunitário
 É perto de nossa casa
 Não faz ninguém de otário
 Tem crédito pra todo mundo
 Nesse assunto me aprofundo
 Vou debulhar o rosário

[...] Além de comprar de tudo
 Eu também posso pagar
 Qualquer conta por aqui
 Basta só telefonar
 Pense um serviço maneiro
 É se transferir dinheiro
 Através do celular

[...] Enquanto, isso toma um banho
 Beba um “chazim”, se acalma
 Eu quero é que viva muito
 Te amo de corpo e alma
 Pense num plano maduro
 É esse Microseguro
 Que fiz lá no Banco Palma

O cordel faz uma apologia ao potencial local, fazendo referência às iniciativas solidárias como importantes instrumentos para o desenvolvimento do Conjunto Palmeiras. Assim, enumera e descreve algumas destas experiências como o banco, a moeda e o seguro de vida, incentivando os moradores a utilizar estas ferramentas existentes no bairro. Segundo o conteúdo acima, cada vez que o morador utiliza estes serviços ele está fortalecendo o bairro por meio do consumo local.

Desse modo, retomo a discussão com Gaiger (2007), quando este autor toma a economia solidária como resultado do esforço comum das pessoas envolvidas e, ao mesmo tempo, da representação que estas pessoas apreendem da economia solidária diante das “[...] demais alternativas de trabalho, renda e inserção social a seu dispor, considerando-se suas aspirações a uma vida com valor e dignidade” (GAIGER, 2007, p. 75).

Assim, parece correto dizer que, ao mostrar e divulgar os serviços ofertados pelas iniciativas solidárias, a coordenação destas experiências vai fomentando outros parâmetros de valorização do bairro e, de certo modo, instigando o envolvimento dos moradores. Talvez,

mais que isto, a partir do instante em que os moradores aderem a ideia, como, por exemplo, por intermédio do cordel, eles estão afirmando e legitimando as experiências mencionadas, tanto para dentro como para fora do bairro.

Veja-se o depoimento de Elias, coordenador do Palmalimpe:

Antes eu tinha um senso comum como todas as pessoas tinham, e muita gente aqui no Palmeira ainda tem; confunde muito o terceiro setor com o segundo ou com outros setores que é Estado. Então tem muita gente que pensa assim, claro que os que são implicados mais diretamente, ou indiretamente pelas as ações desse sistema, eles já começam a pensar de outra forma como é o meu caso.
(Depoimento de Elias Lino, Coordenador da Palma Limpe. Entrevista realizada no dia 1º março de 2011)

Elias, no depoimento acima, faz alusão aos moradores que, segundo ele, não enxergam diferenças entre as iniciativas solidárias e as ações vinculadas ao terceiro setor, e também menciona outros moradores que estão, de algum modo, ligados a estas experiências. É provável que o desinteresse ou a percepção sobre as experiências ocorra pela ausência de identificação com os acontecimentos vinculados à temática. Já em relação aos que se aproximam, e passam a conviver com os eventos e práticas, além de se identificarem, passam a ser coautores destas iniciativas.

Ao estudar mais amiúde os dados do sítio⁷⁶ onde constam as ações solidárias direcionadas para o bairro, verifica-se que, no ano de 2011, o Banco Palmas aportou em empréstimos destinados para o microcrédito produtivo recursos no montante de R\$ 2.604.098,06. Já o valor total de empréstimos concedidos sem moeda social foi de R\$ 40.000,00. Os dados informam que foram realizadas 2.124 transações em vendas de microsseguros (seguro de vida). O número total de operações realizadas pelo correspondente bancário operado pela CEF foi de 234.031 operações, enquanto que pelo Banco do Brasil foram registradas 46.375, quantitativos equivalentes, respectivamente, a R\$ 27.727.791,97 e a R\$ 23.233.179,13.

O que representa esta movimentação financeira e que implicações podem ser apreendidas e analisadas? Por certo, os dados das operações referentes aos correspondentes bancários são relativos à CEF e ao BB, portanto vinculados ao sistema financeiro tradicional. Pode-se, inclusive, notar que, em valores, a diferença é imensa em relação à moeda social. Contudo, há que se ressaltar que estas operações, quando realizadas no próprio bairro, acarretam resultados positivos para a dinâmica social e econômica dos moradores como, por exemplo, o aumento considerável do consumo local, principalmente ao final de cada mês,

⁷⁶ Ver os sítios: <www.bancopalmas.com.br> e <www.inovacaoparainclusaoprodutiva.com.br>.

quando pensionistas e aposentados recebem os benefícios e gastam parte de sua renda em compras no próprio bairro. Isto sem mencionar as mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, que também recebem o recurso no próprio bairro. Nesse sentido, Sandra Magalhães, coordenadora de projetos do Instituto Palmas, lembra que, anteriormente, estas pessoas, ao receberem os benefícios em outros bairros, inevitavelmente deixavam parte do valor recebido no comércio de origem do recebimento. A compra era realizada no comércio popular existente nas proximidades das agências bancárias.

Gaiger (2007, p. 61) afirma que “[...] o valor da economia solidária, para os trabalhadores que nela apostam, depende então de sua capacidade de responder aos requerimentos de eficiência”. Neste sentido, lembra o autor, esta eficiência não está somente no âmbito econômico, mas também no aspecto sistêmico. Segundo Gaiger (2007, p. 61), dessa maneira a economia solidária proporciona “[...] simultaneamente experiências significativas de trabalho, assentes na equidade e em vínculos sociais não utilitários”.

2.3.1 Conjunto Palmeiras: de tudo que há no mundo⁷⁷, lá tem.

No segundo capítulo deste estudo, apresento de maneira suscita as iniciativas denominadas solidárias. Retomo esta discussão, analisando de que modo ocorre a atuação das experiências no Conjunto Palmeiras.

Atualmente há no bairro um conjunto de atividades locais consideradas solidárias direcionadas à comercialização e à prestação de serviços, embora se apresentem em alguns momentos sobrepostas. Em relação à comercialização, pode-se citar a feira ⁷⁸e a loja solidária.

A feira ocorre quinzenalmente e os produtos ali comercializados são provenientes dos produtos da economia solidária e de pequenos comerciantes populares do bairro. Na feira, há uma variação de produtos: confecção, artesanato, acessórios (bolsas, cintos, bijuterias), gêneros alimentícios, dentre outros. Em geral, as compras são efetuadas de duas maneiras: com uso da moeda brasileira (o real) e com a moeda local (o palma). O importante disto, lembra a diretora da ASMOCONP, Socorro Alves, “[...] é que é uma feira diferente das que a gente conhece. Aqui a gente vende, mas também conversa e vê resultado da solidariedade”.

⁷⁷ Expressão da música “A Feira de Caruaru”: “A Feira de Caruaru,/Faz gosto a gente vê./De tudo que há no mundo,/Nela tem pra vendê”. Letra de Onildo Almeida e interpretação de Luis Gonzaga. Ver o sítio: <<http://www.vagalume.com.br>>.

⁷⁸ Na feira, há uma variação de produtos: confecção, artesanato, acessórios (bolsas, cintos, bijuterias), gêneros alimentícios, dentre outros.

Socorro menciona a presença dos produtores da economia solidária (costureiras, integrantes da Palmalimpe). Estes são produtores que vendem na feirinha e participam de eventos da economia solidária. Sobre a circulação do palma na feira, a liderança afirma que o uso da moeda também é um forte componente educativo de valorização local, pois, diz ela, “[...] não é uma moeda qualquer, é a nossa moeda”.

Já a lojinha denominada “Loja solidária”, situada em um anexo da ASMOCNP. Ela funciona diariamente, com exceção dos sábados e domingos. Além dos produtos feitos por moradores do bairro, há também livros e brochuras sobre a temática da solidariedade, alguns escritos por lideranças locais, outros por pesquisadores. Há ainda peças de artesanato oriundas também de bairros vizinhos, a exemplo do Conjunto Santa Filomena. De modo geral, os produtos encontrados, tanto na feira como na loja, recebem financiamento do Banco Palmas, como as roupas confeccionadas pela Academia da Moda, a Palmalimpe.

Ainda em relação às iniciativas solidárias, pode-se citar o fabrico de material de limpeza pela Palmalimpe (detergente, desinfetante, água sanitária, amaciante e cera líquida), uma fabricação local. Esses produtos são vendidos tanto na loja como na feira. Elias, coordenador da Palmalimpe, ressalta a importância desta experiência que, segundo ele, não representa somente a venda de um produto, mas a “[...] demonstração da viabilidade da economia solidária”. Diz Elias:

Então eu não venho aqui simplesmente manipular alguns produtos químicos, fazer um produto e vender, eu estou aqui para mostrar que a economia solidária é viável [...] Então a Palmalimpe é a materialização de todos os conceitos da economia solidária: de autogestão, de uma empresa gerida por jovens, ou pelos próprios jovens, de desenvolvimento endógeno, de desenvolvimento local, produto indexado [...] O lucro da Palmalimpe não vai para um grupo estrangeiro, fica aqui com esses jovens e com que esse lucro eu mantenho a minha vida da forma que está atualmente, que de certa forma é muito cara (me alimento, me visto, vou a faculdade, compro livro) e esta empresa está ajudando os jovens no mínimo, ou um jovem que sou na comunidade.

(Depoimento de Elias Lino, Coordenador da Palma Limpe. Entrevista realizada no dia 1º março de 2011)

O depoimento de Elias mostra sua percepção atual em torno das iniciativas solidárias. Para ele a economia solidária é viável. Ele ressalta que os produtos dos empreendimentos nada mais são que a concretização do que este modelo de economia pode suscitar. Elias elenca os princípios norteadores da economia solidária como a cooperação, a autogestão, o desenvolvimento endógeno, conforme afirmam alguns estudiosos da temática como Paul Singer, Inácio Gaiger e outros. Isso mostra, pelo menos, que os princípios estão sendo introjetados por aqueles mais diretamente ligados às experiências.

Gaiger (2007) afirma que o sucesso dos empreendimentos está ligado a “[...] fatores cujo efeito positivo decorre do caráter socialmente cooperativo por eles incorporado”. Desta maneira, argumenta o autor, se estabelece “[...] uma comunidade de trabalho, que passa a co-determinar a racionalidade econômica” (GAIGER, 2007, p. 61).

Elias informou que atualmente os integrantes da Palmalimpe também ministram cursos direcionados às mulheres que integram o Projeto ELAS⁷⁹. São cursos e seminários em que são discutidas aptidões profissionais das mulheres inseridas no referido projeto.

No que diz respeito às demais experiências mencionadas no transcurso desta tese, há os serviços bancários do Banco Palmas, com a concessão de crédito, a pousada Palmatur e o microsseguro, este último é destinado particularmente às mulheres inseridas no Projeto ELAS. Pode-se assinalar, também, a moeda social, o Palma, a academia de moda e, recentemente, a implantação do serviço de pagamento de contas via celular.

Segundo informações obtidas em entrevista com Sandra Magalhães, este tipo de serviço, pagamento de contas via celular, está sendo experimentado no Conjunto Palmeiras, sendo o bairro o pioneiro no Brasil. O serviço ocorre em decorrência de um convênio firmado do Instituto Palmas com a Zurich⁸⁰, a VIVO⁸¹ e a REDECARD⁸². Para tanto, é necessário que a pessoa interessada possua conta na CEF e com a operadora de celular VIVO. Sobre esta questão, Sandra esclarece.

É um sistema de pagamento por celular. Você tem um cadastro dos empreendimentos, e tem das pessoas também que tem conta aqui. Faz um cadastro e aí elas podem fazer um pagamento diretamente da sua conta pelo celular pra conta do comércio. É uma transferência por celular. Aí a vantagem que as pessoas não precisam andar com dinheiro e o consumo é na comunidade. Na verdade, é uma espécie de uma moeda social eletrônica. É uma versão nova da moeda. É como se fosse uma moeda eletrônica. Caso a pessoa seja assaltada e leve o celular, o sistema tem uma proteção que no próprio cadastro você recupera porque outras pessoas não têm acesso, fica cadastrado somente no sistema, entendeu? Aí tem uma senha de

⁷⁹ O projeto ELAS é direcionado para as mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família do governo Federal, clientes do Banco Palmas e moradoras do Grande Jangurussu (Conjunto Palmeiras, São Cristóvão, Santa Filomena, Maria Thomásia). O referido projeto desenvolve um conjunto de ações direcionadas a inclusão socioprodutivo por meio dos grupos produtivos; financeiro através de empréstimos para montar pequenos negócios nos referidos locais de moradias, dentre outras finalidades. Ainda neste tópico volto a falar sobre o Projeto ELAS.

⁸⁰ Zurich Empresa de Seguros está presente no Brasil desde 1982, oferecendo uma gama de seguros voltados a empresas e pessoas físicas. Ver: <www.zuriquese seguros.com.br>. Pesquisa realizada no sítio da empresa no dia 3 outubro de 2012.

⁸¹ A telefônica Vivo é a maior empresa de telecomunicações do País, atua no Brasil desde 1998. Ver: <www.vivo.com.br>. Pesquisa realizada no sítio da empresa no dia 3 outubro de 2012.

⁸² Redecard é uma das companhias líderes no mercado nacional de meios de pagamento eletrônico, responsável por credenciamento, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações com cartões de crédito e débito. Ver: <www.redec card.com.br>. Pesquisa realizada no sítio da empresa no dia 3 outubro de 2012.

acesso. O usuário do sistema não paga nenhuma taxa para ter acesso e a comunidade tem mais um serviço.

(Depoimento de Sandra Magalhães, Coordenadora de projetos do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária. Entrevista realizada no dia 1º de setembro de 2012).

Como se vê no relato de Sandra, sistematicamente são recriadas maneiras de gerar no bairro instrumentos que contribuam para a melhoria de vida, se não de todos os moradores, pelo menos de parte expressiva dessa população. Entretanto, há que se notar que a consideração feita por Sandra acerca do pagamento por celular, via convênio, funcionar como uma moeda social precisa ser relativizada. A sistemática já existe e é ofertada por diferentes operadoras. O que este convênio faz é facilitar tal processo para moradores pobres, mas desde que tenham conta na CEF e na Vivo, ou seja, há uma imbricação com os interesses de mercado.

Ao observar com acuidade o processo recente do bairro, podem-se constatar quatro instrumentos mediadores do consumo local: o cartão de crédito (Palmacard); a moeda de troca denominada Palmares; o Palmas, moeda local circulante;⁸³ e, recentemente, a compra via celular. Evidentemente há uma diferença importante entre os três primeiros e o último instrumento. Digo isto em relação à gênese de cada instrumento, mas quero assinalar os meios inventados e reinventados pelas lideranças e instituições locais no sentido de minimizar a situação de vulnerabilidade social e econômica daqueles moradores.

⁸³ A moeda Palmares foi criada no início da década de 2000. Era utilizada somente nas chamadas rodas de trocas ou clube de trocas. Participavam destas rodas de trocas diversos profissionais, como pedreiros, chaveiros, confeitores, eletricitas, costureiras dentre outros, todos moradores do Conjunto Palmeiras. A moeda Palmares foi extinta aproximadamente dois anos após sua criação. No ano de 2002, foi criada a moeda Palmas, em parceria com o Movimento Monetário Mosaico (MOMOMO), criado na cidade de Quito-Ecuador. O lastro inicial da moeda foi orçado em R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), utilizados na construção do prédio da escola de socioeconomia solidária. O referido recurso foi destinado essencialmente à compra de material de construção e ao pagamento dos profissionais (pedreiros e serventes) responsáveis pela obra, estes recebiam 80% do pagamento em moeda social e 20% em moeda brasileira. Atualmente a moeda Palmas ainda é utilizada em alguns setores do comércio do Conjunto Palmeiras. Ver RODRIGUES, F. **Socioeconomia solidária: tecendo novas relações sociais no Conjunto Palmeiras**. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

Imagem 9 – Moeda Palmares



Fonte: Banco Palmas (2012).

Imagem 10 – Moeda Palmares

Fomento

1. Ampliar o impacto das doações para projetos comunitários em geral e, em especial, para projetos de desenvolvimento (social ou econômico);

2. Ampliar permanentemente a demanda de produtos e serviços produzidos localmente (acostumando a comunidade ao “dinheiro local” e ampliando a quantidade de dinheiro que circula localmente).

Fonte: Banco Palmas (2012).

A partir das minhas observações de campo e das informações dos coordenadores das iniciativas enunciadas acima, é possível dizer que existem diferenças substanciais em torno da atuação destas experiências. Algumas, embora sejam simpáticas aos olhos dos moradores, como afirma o coordenador da Palmalimpe, Elias Lino, não são incorporadas pela maioria dos habitantes do bairro. Como exemplo disto, cito os produtos de limpeza, já que

poucos moradores aderiram ao consumo destes itens. Atualmente, segundo Elias, os produtos estão sendo comercializados somente na loja solidária e na feira de economia solidária.

Por outro lado, percebo o Banco Palmas e o Projeto ELAS como as experiências que atualmente atingem o número mais significativo de moradores do bairro. É assertivo indicar que estas iniciativas priorizam as necessidades mais prementes da maioria da população do bairro. O banco manuseia o crédito, necessidade urgente de um bairro com característica de pobreza, como vimos no capítulo 1 deste estudo. Já o Projeto ELAS está direcionado a um público classificado como de alta vulnerabilidade pelo próprio enunciado do programa, “O Brasil sem Miséria”, ou seja, direcionado a brasileiros que vivem em situação de pobreza extrema. Segundo os dados oficiais, este Programa é destinado a pessoas que recebem menos de um salário mínimo/mês⁸⁴. Como mencionado, o Projeto ELAS é destinado às mulheres vinculadas ao Bolsa Família.

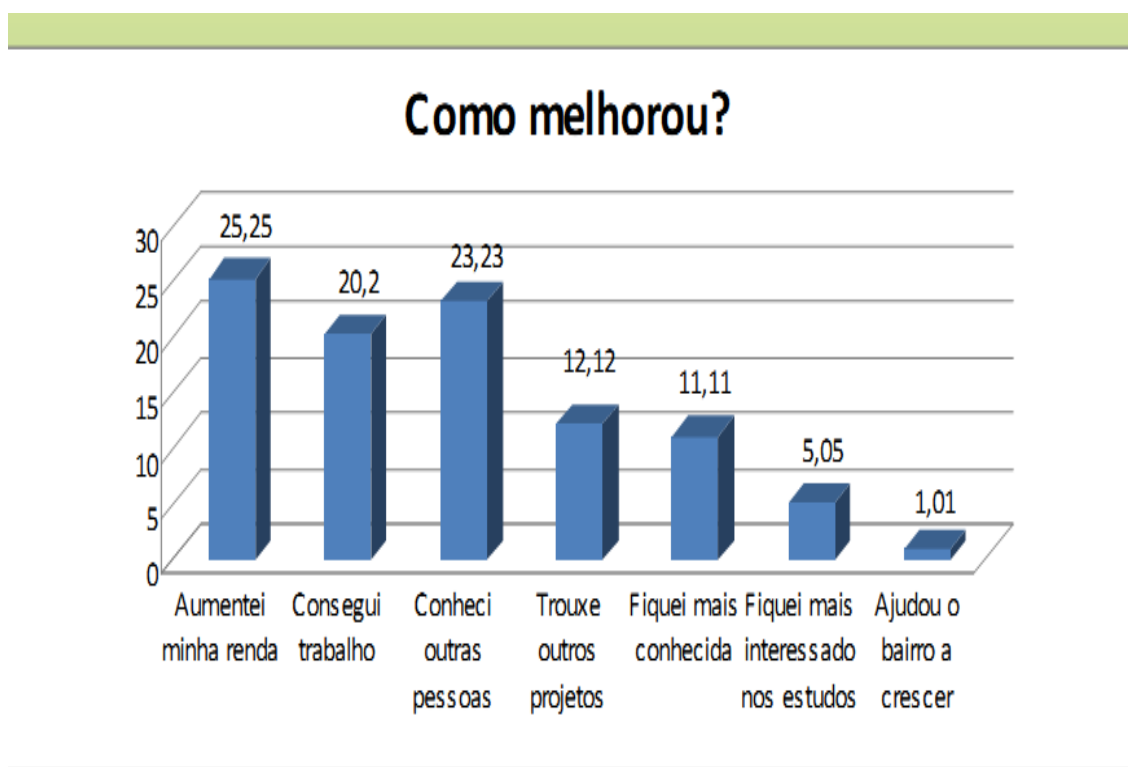
Em relação ao Banco Palmas, no ano de 2008, foi realizado um estudo da Universidade Federal do Ceará – Campus do Cariri, por meio do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS), intitulado *Avaliação de impacto e de imagem do Banco Palmas*. A finalidade do referido estudo foi analisar e mostrar os impactos do banco a partir dos serviços oferecidos aos moradores do Conjunto.

Segundo o estudo, foram entrevistadas lideranças comunitárias, representantes das pastorais, padres, dirigentes de instituições públicas. Para um universo de 2.649 moradores (tomadores de crédito, usuários da moeda Palma, empreendedores locais, integrantes do Projeto Bairro Escola de Trabalho, dentre outros), foram aplicados 248 questionários. Conforme relatado no estudo, o critério adotado para a seleção dos entrevistados foi residir aproximadamente há 25 anos no Conjunto Palmeiras.

O referido estudo concluiu que aproximadamente 90% dos entrevistados afirmaram ter melhorado sua condição de vida. A pesquisa apontou que o comércio local aumentou suas vendas em 80%. O estudo ainda sugere que estes moradores melhoraram de vida. Sobre este último ponto, reproduzo o gráfico abaixo:

⁸⁴ Ver o sítio: <www.mds.gov.br/programabolsafamilia>.

Gráfico 10 – Como sua vida melhorou a partir da criação do Banco Palmas?



Fonte: Banco Palmas (2008).

Ainda que o estudo tenha concluído positivamente pela melhoria de vida das pessoas, há que se notar que as respostas indicam uma postura pouco preocupada com os benefícios coletivos, pois o item referente à melhoria do bairro recebeu um percentual baixíssimo de respostas (1,01%).

Atualmente, está em fase de conclusão um novo estudo sobre o Banco Palmas, coordenado pela Universidade de São Paulo (USP), por meio do Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Economia Solidária (NESOL), com o apoio acadêmico da Columbia University⁸⁵. O referido estudo pretende avaliar os resultados das ações do Banco Palmas em seu espaço de atuação. A análise focará, segundo o objetivo geral da pesquisa, as “[...] dimensões do desenvolvimento socioeconômico e da participação social” auferidas pela atuação do referido banco.

De modo geral, conforme consta no relatório Instituto Palmas do ano de 2011, no escopo das ações do Banco Palmas, 1.043 famílias receberam capacitação em educação financeira, 639 famílias participaram de encontros pedagógicos sob distintos temas, 1.200

⁸⁵A Universidade Colúmbia é uma instituição de ensino superior situada na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos.

jovens participaram dos cursos sobre empreendedorismo ambiental nas escolas do bairro e 480 jovens foram capacitados.

Em relação ao Projeto ELAS, observei que há um componente distinto das demais iniciativas solidárias presentes no Conjunto Palmeiras. Essa diferença está na abrangência do público, o qual transcende o bairro e atende também mulheres moradoras de 11 localidades situadas nas adjacências do Conjunto Palmeiras, a exemplo do Conjunto Sítio São João, Conjunto Maria Thomásia, Conjunto Santa Filomena, Santa Maria, dentre outros. Conforme consta em documento disponibilizado no sítio⁸⁶ do Banco Palmas, o projeto tem por finalidade desenvolver:

Um conjunto de ações de promoção, formação e orientação às mulheres do programa Bolsa Família, tomadoras de crédito do Banco Palmas, tendo como objetivo a inclusão socioproductiva, financeira e bancária destas mulheres. Posto em prática pelo Instituto Palmas na região do Jangurussu, uma das regiões mais pobres na periferia de Fortaleza-CE. O Banco Palmas está ancorado numa política de microcrédito (e outros produtos financeiros) e na pessoa dos Agentes de Inclusão Socioproductiva, que acompanham sistematicamente as mulheres promovendo sua inclusão social e econômica, baseado nos princípios da economia solidária. As ações são desenvolvidas por uma equipe que tem sua ação territorializada, onde a atuação do Agente de Inclusão Socioproductiva é de fundamental importância. (BANCO PALMAS, 2012, p. 1).

Conversando com Sandra Magalhães, analista de projetos do Instituto Palmas, fui informada de que as mulheres atendidas pelo projeto em tela possuem um crédito produtivo específico, a partir de R\$ 150,00, podendo atingir R\$ 15.000,00, um fundo solidário para compras conjuntas, recurso somente destinado ao consumo coletivo de matérias-primas e produtos manufaturados para fins previstos pelo projeto ELAS, além de um curso de educação financeira. Também são disponibilizados neste projeto os encontros setoriais e a capacitação profissional para as mulheres envolvidas. Segundo Sandra Magalhães, o recurso destinado a empréstimos é oriundo do BNDES.

Ainda sobre o projeto, Sandra fez referência a uma pesquisa realizada no ano de 2010 pelo Instituto Palmas, tendo como público-alvo integrantes do Projeto ELAS. Para esta pesquisa foi considerada uma amostra com 100 integrantes do projeto, extraída de um universo de 1.500 mulheres.

Por entender a relevância dos dados apresentados na referida investigação, compartilho com o leitor os índices revelados da pesquisa sobre o nível de escolaridade e de renda relativo ao perfil das integrantes do ELAS.

⁸⁶ Ver: <www.bancopalmas.com.br>. Pesquisa realizada no dia 4 setembro de 2012.

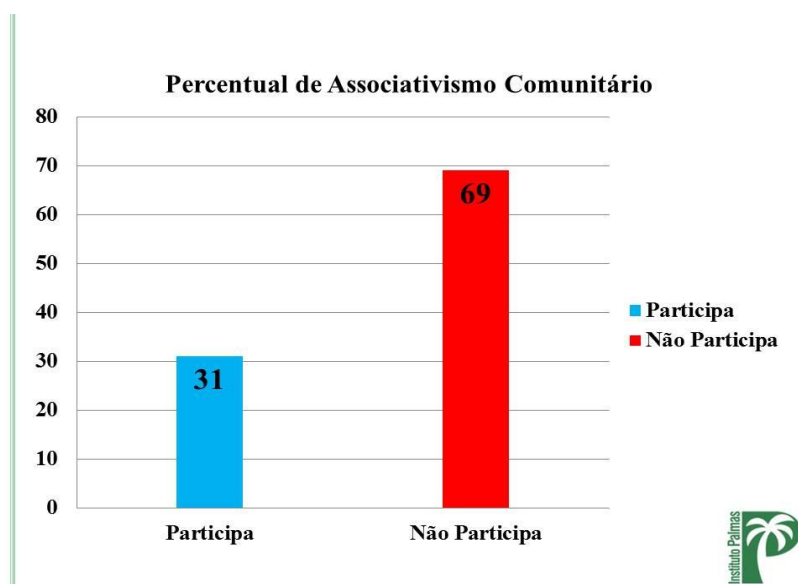
Desse modo, o resultado da pesquisa apontou que a grande maioria das mulheres pesquisadas está concentrada na faixa etária entre 18 e 45 anos de idade, representando 74% do total das mulheres cadastradas, enquanto que 25% encontram-se na faixa de idade superior a 46 anos, sendo que apenas 1% deste total figura com idade superior a 60 anos de idade.

Em relação ao grau de escolaridade, 67% das entrevistadas afirmaram possuir até o ensino fundamental completo, sendo que, dentro deste universo, 51% possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Quanto ao ensino médio completo, 16% afirmaram tê-lo concluído, enquanto que 8% disseram ter o ensino médio incompleto, mesmo percentual atingido por aqueles que nunca frequentaram a escola ou nunca estudaram. Uma entre as 100 entrevistadas informou que tem curso superior incompleto.

Segundo esta mesma pesquisa, a maioria – 76% dos entrevistados – reside há mais de 10 anos no bairro, destes 59% há mais de 20 anos, revelando portanto que o grau de abrangência do projeto beneficia diretamente os primeiros moradores do bairro e que lá o foram construindo. De acordo com a pesquisa, 10% dos moradores estão no bairro entre 5 e 10 anos, e 13%, até 5 anos de residência no bairro.

Quando o assunto abordado é a participação em associações comunitárias, a maioria, 69% das entrevistadas, afirmou não participar desta atividade, enquanto que 31% delas disseram estar participando destas ações. Como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 11 – Percentual de associativismo comunitário

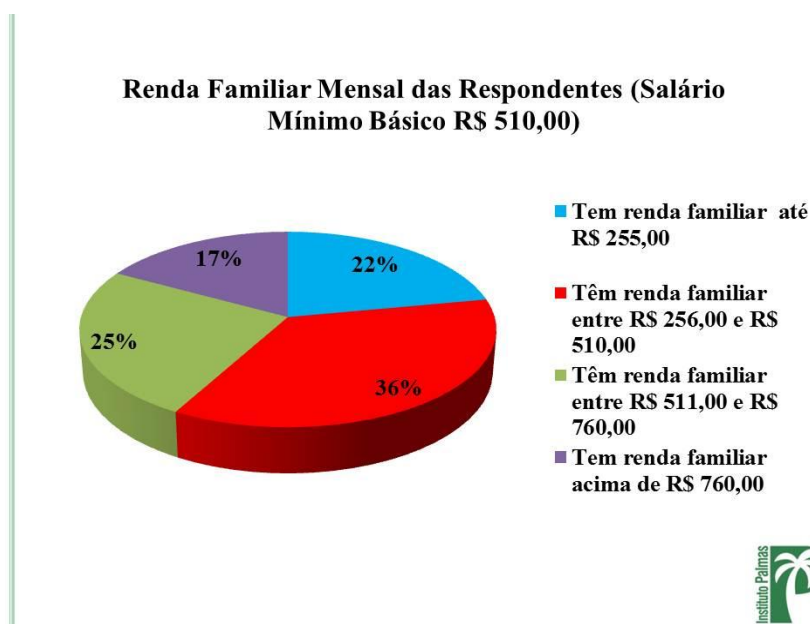


Fonte: Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (2010).

No tocante à inserção no mercado de trabalho, das 100 indagadas, 60 afirmaram estar vinculadas a alguma atividade remunerada, enquanto que 40 disseram não estar desenvolvendo nenhuma atividade que lhes proporcione ganho remuneratório. No que diz respeito às atividades econômicas a que as respondentes estão vinculadas, 80% delas afirmaram estar ligadas aos setores do comércio e serviços, 44% e 36%, respectivamente, enquanto que 20% desenvolvem atividades relacionadas à manufatura, ou seja, produção de industrializados em série a partir do uso de matéria-prima, no caso em questão principalmente através de trabalhos manuais. Quanto ao local do desenvolvimento destas atividades, segundo a pesquisa, 85% das entrevistadas declararam desenvolvê-las no próprio bairro onde residem, enquanto que apenas 15% delas têm que se deslocar do bairro para exercê-las em outros locais.

No quesito renda familiar mensal, a pesquisa revela que 58% dos cadastrados no Projeto ELAS têm renda até R\$ 510,00, ou seja, um salário mínimo no ano de 2010, e 25% possuem entre R\$ 511,00 e R\$ 760,00, enquanto que 17% dos entrevistados estão na faixa superior a R\$ 760,00. No geral, 83% dos cadastrados, segundo a pesquisa, possuem renda até R\$ 760,00, o equivalente a 1,49 salário mínimo, tomando-se por base o salário mínimo vigente em 2010 de R\$ 510,00, apesar de a maioria desta faixa de renda familiar – 58% – receber até um salário mínimo, conforme exposto no gráfico abaixo.

Gráfico 12 – Renda familiar mensal das respondentes da pesquisa



Fonte: Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (2010).

Do exposto, pode-se considerar que os dados da referida pesquisa revelam um retrato, embora em menor escala, da situação socioeconômica do público investigado. Também suscita necessidades urgentes, como, por exemplo, aquelas referentes às questões que envolvem a educação e a renda. Desse modo, tudo indica que as ações desenvolvidas pelo Instituto Palmas podem apontar um horizonte de maiores oportunidades à vida destas mulheres.

Ainda nesta direção, no ano de 2012, foi apresentado um relatório em que consta uma minuciosa análise do impacto social e financeiro do Projeto ELAS. O relatório é de autoria da *The Oxford Microfinance Initiative (OMI)*⁸⁷. De acordo com o relatório apresentado, o:

Projeto ELAS based on the principles of Solidarity Economics complements community-based development. As an answer to the demands of local women, Projeto ELAS aims to help women discover their productive capacities through building knowledge and confidence⁸⁸.

[...] The results of our research indicate a reasonable increase in income levels and significant improvements in the livings standards and financial literacy of the participants. Although savings and investments may still be limited by existing income, the women became fully aware of their long-term importance. The most outstanding results were presented to the OMI research team qualitatively, in the form of stories about women who built confidence, became independent from their husbands and started small businesses⁸⁹.

Do exposto até o momento, percebo que há no Conjunto Palmeiras um processo endógeno bastante adiantado em relação à organização do bairro por meio das iniciativas denominadas solidárias. Se, por um lado, elas não atendem em hipótese alguma o bairro em sua plenitude habitacional, por outro, as iniciativas solidárias reavivam espaços de relação de proximidade onde são compartilhadas esperanças, seja nas festas realizadas, seja nas reuniões e fóruns, seja em solenidades (e são muitas durante o ano), seja ainda nas mobilizações sociais ocorridas na trajetória do bairro. Considero que as iniciativas auferem ao Conjunto Palmeiras relações que sobrepõem ao cotidiano do bairro processos que, embora não evidenciem

⁸⁷ A Iniciativa Microfinanças Oxford (OMI).

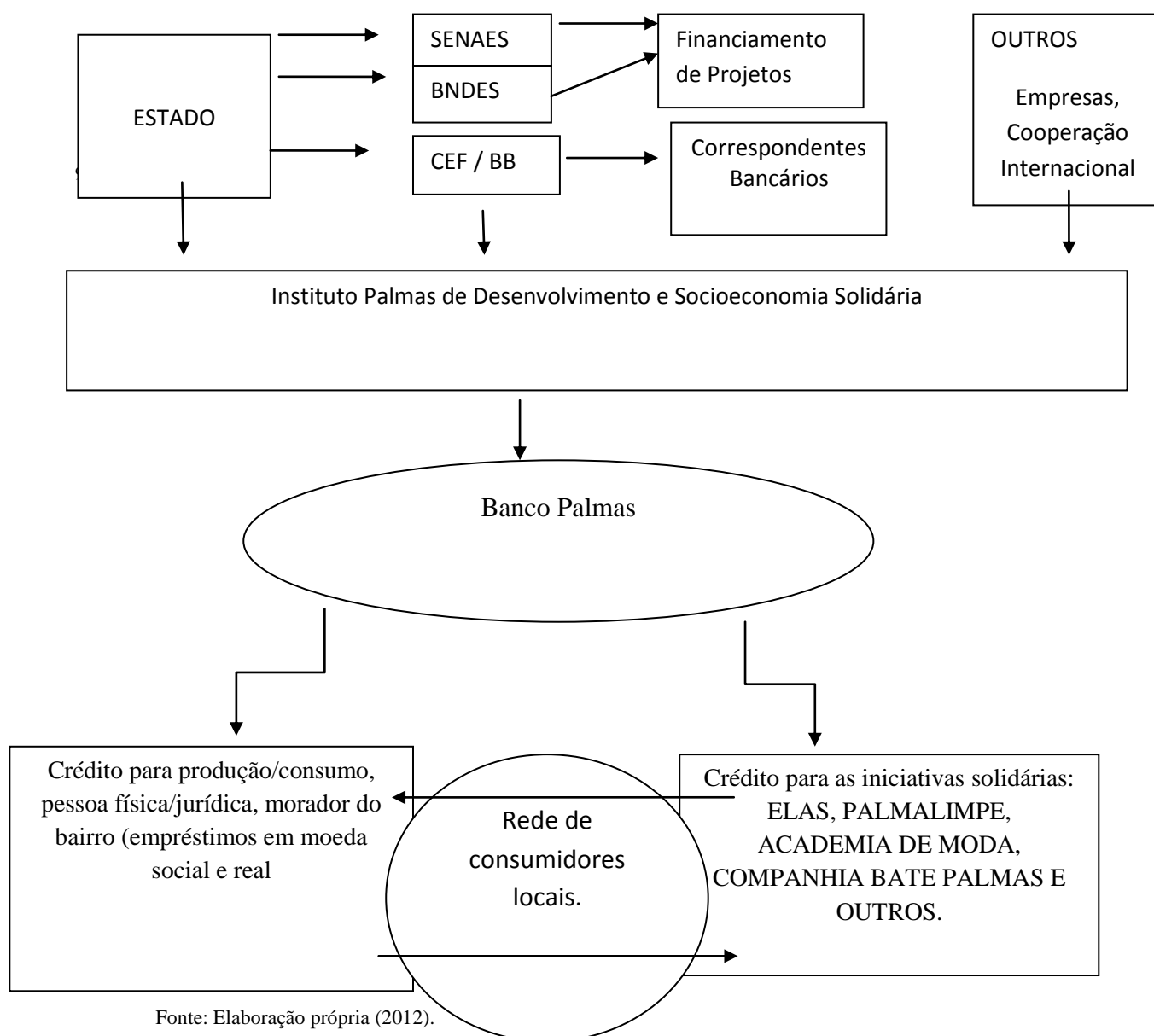
⁸⁸ Tradução nossa: “ELAS, projeto com base nos princípios da Economia Solidária complementa desenvolvimento baseado na comunidade. Como uma resposta a demandas das mulheres locais, o Projeto ELAS visa ajudar as mulheres a descobrir suas capacidades produtivas por meio de construção de conhecimento e confiança”.

⁸⁹ Tradução nossa: “Os resultados de nossa pesquisa indicam um aumento razoável nos níveis de renda e melhorias significativas nos padrões de vivência financeira dos participantes. Apesar de poupança e investimentos poderem ainda ser limitados pela renda existente, as mulheres tornaram-se plenamente conscientes da sua importância. Os resultados mais destacados foram apresentados à equipe de pesquisa qualitativa OMI, na forma de histórias sobre mulheres que construíram confiança, tornaram-se independentes de seus maridos e começaram pequenas empresas”.

resultados imediatos na vida do morador em situação de vulnerabilidade social e econômica, criam mecanismos de acesso às políticas de governos que tratam desta questão.

No intuito de clarear o mapa das iniciativas solidárias e das instituições, desenhei abaixo de que modo se apresentam as relações das instituições locais e externas com as iniciativas solidárias e suas implicações para o bairro.

Quadro 3 – Número das iniciativas solidárias e das instituições



Sobre o alcance das iniciativas no Conjunto Palmeiras, observei ainda que estas experiências criam ambientes afirmativos para o bairro. Isto ocorre porque, de algum modo,

estas iniciativas são incorporadas à dinâmica do bairro, seja na assinatura de convênios em que são aportados recursos para determinados segmentos sociais localizados no bairro, como é caso do Projeto ELAS; seja pela inauguração dos caixas rápidos instalados há alguns anos no bairro e que representam melhorias para os moradores do Conjunto Palmeira que, desde então, não necessitam mais se deslocar para outros bairros. Também são positivas as feiras animadas pela Companhia Bate Palmas, quando jovens do bairro podem ser vistos pelos moradores em atividades importantes para a melhoria de sua autoestima.

É provável que este tópico não tenha tido fôlego suficiente para radiografar o complexo e dinâmico contexto das iniciativas solidárias do Conjunto Palmeiras, e tampouco tenha trazido à baila a real dimensão destas iniciativas. Todavia, considero ter sido capaz de elucidar importantes particularidades subjacentes a estas experiências que mostram tanto seus aspectos positivos como algumas de suas dificuldades.

2.4 A percepção da Mídia e da Academia sobre a ideia da solidariedade no Conjunto Palmeiras

Tratei nos primeiros tópicos deste capítulo acerca das mensagens mencionadas pelas lideranças do Conjunto Palmeiras que, ao longo do tempo, vem difundindo a imagem de um bairro construído sobre a égide da solidariedade. Também, mostrei no decurso do referido capítulo, de que modo, tais relatos, foram sendo contados e recontados, sedimentando a imagem do bairro solidário dentro e fora do Conjunto Palmeiras.

Se as mensagens orais, tantas vezes narradas por lideranças locais, sedimentaram a ideia do bairro coeso e solidário, também se tornaram insumos para as mais diversas interpretações dos agentes sociais externos ao bairro.

De modo especial, observei que trechos das mensagens emitidas pelas lideranças do bairro estavam presentes nos trabalhos acadêmicos, como também na mídia internacional e local. Chamou a minha atenção o acervo relevante de estudos acadêmicos sobre o Conjunto Palmeiras. Da mesma forma, observei também haver a mesma relevância em relação às matérias veiculadas em jornais e revistas. Notei ainda que isto se apresentava com maior intensidade a partir do ano 2000, período em que os representantes das experiências denominadas solidárias passaram a integrar os fóruns e redes voltados para a temática da solidariedade econômica.

As notícias veiculadas na mídia escrita e televisiva televisada, em âmbito local e internacional, acerca das iniciativas solidárias promoveram uma repercussão significativa

destas experiências. Notadamente, esse interesse também se verificava no escopo das produções acadêmicas como monografias, dissertações e teses. De modo geral, esse interesse presente, tanto nos meios de comunicação como na academia, expressava um esforço destes segmentos sociais, respectivamente, em relatar os acontecimentos que giravam em torno das iniciativas e apreender as construções simbólicas envoltas do bairro solidário.

Ao debruçar-me sobre os conteúdos presentes, tanto na mídia como na academia, pude observar que, embora de maneiras distintas, tais agentes sociais, ao interpretarem os relatos das lideranças sobre o Conjunto Palmeiras, fortaleciam a ideia do bairro solidário. Notei, na leitura interpretativa destes agentes sociais, uma alusão às iniciativas solidárias, em geral imbricadas à construção do bairro, isto é, as mensagens sobre a origem do bairro em que se descrevem os embates com o Estado, na perspectiva da melhoria dos serviços, estão em geral, presentes nos relatos do surgimento das experiências denominadas solidárias, como veremos no decurso nesta sessão. É relevante afirmar que a ênfase dada por estes agentes sociais à gênese da construção do bairro, remete a imagem do bairro lutador; isto é observado no teor das reportagens ou dos trabalhos acadêmicos, que em geral, são oriundos dos relatos preconizados pelas lideranças locais, como por exemplo, a situação econômica e social do Conjunto Palmeiras.

Por esta razão, meu intuito neste tópico é mostrar para o leitor a percepção da mídia e da academia acerca da imagem do bairro solidário, a partir das iniciativas solidárias e como os conteúdos presentes no escopo destas análises podem ou não reforçar a ideia do bairro solidário.

Como já mencionei nos capítulos anteriores, em 1998 a ASMOCONP criou um conjunto de iniciativas organizadas sob o signo da solidariedade: inicialmente um banco e um cartão de crédito. Naquele mesmo ano, os representantes da associação passaram a fazer parte de eventos sobre a temática da solidariedade. Se esta não era nova, nos dizeres de Paul Singer (2000), continha, porém, em sua gênese, uma nova discussão: no caso, a economia solidária⁹¹. A criação destas iniciativas por uma associação provocou inicialmente uma repercussão, mesmo que ainda de maneira tímida, na imprensa e na academia. Chamava a atenção, dentre outros elementos, a localização socioespacial das experiências, já que o bairro Conjunto Palmeiras é situado numa periferia com índices sociais considerados baixos⁹². O outro dado instigante diz respeito à excepcionalidade do fato, em se tratando do movimento social

⁹¹ Discutimos sobre a temática da economia solidária no capítulo 2 deste trabalho.

⁹² Sobre os dados sociais do bairro, ver capítulo 1 deste trabalho.

brasileiro, ou seja, uma associação de moradores reinventando (CERTEAU, 1994, p. 79), a partir de símbolos existentes (banco e cartão), outros significados (RODRIGUES, F., 2002).

No que diz respeito à discussão acadêmica sobre as iniciativas solidárias no estado do Ceará, podem ser considerados os precursores desta temática: Elza Braga (2001), Fernanda Rodrigues (2003), Jorge Luís Cunha Lins (2003), Jeová Torres Silva Júnior (2004) dentre outros. Em âmbito nacional, Lechat (2004) considera como pioneiras as produções teóricas de Paul Singer, Inácio Gaiger e Marcos Arruda. Aponto, além destes, outros autores, a exemplo de Lia Tiriba (2001), Armando Lisboa e Euclides Mance, que vêm discutindo esta temática em várias frentes⁹³.

De um modo geral, as construções acadêmicas se dedicavam a realizar estudos baseados nas experiências que se desenvolviam em várias regiões do Brasil, como o Nordeste e o Sul. No estado do Ceará, a Universidade Federal do Ceará (UFC) realizou o primeiro debate direcionado às experiências chamadas solidárias, articulado pela estudiosa Elza Maria Franco Braga (1999), naquele período professora titular da referida Universidade. De maneira mais ampla, já em 2001 aconteceu um seminário sobre esse tema, por mim organizado, e que, naquele momento, desenvolvia um estudo de caso no Conjunto Palmeiras sobre o cartão de crédito *Palmacard*. O referido seminário teve como palestrante Joaquim Melo, representando as iniciativas solidárias do Conjunto Palmeiras, e as professoras da UFC, Elza Braga e Neyara Araújo, ambas como debatedoras.

Em relação à mídia, as manchetes jornalísticas apresentavam as iniciativas solidárias, ora vinculando essas ações à imagem de um bairro unido – “Conjunto Palmeiras é exemplo de trabalho comunitário”⁹⁴, “Comunidade do Palmeira lança *grife* de roupas”⁹⁵ –, ora veiculando conteúdos voltados para as questões econômicas: “Microcrédito é caminho para reduzir pobreza”⁹⁶, “O real é curto, mas o palma é farto”⁹⁷.

⁹³ A temática da economia solidária vem conquistando nos últimos anos, no Brasil, uma visibilidade cada vez maior. Seja por meio dos inúmeros trabalhos científicos que pouco a pouco aparecem em várias universidades e em diferentes níveis, entre o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão, seja mediante a própria dinâmica no seio da sociedade civil e dos movimentos populares, que conhecem a emergência crescente de novas iniciativas neste âmbito, seja ainda por intermédio das inúmeras experiências de políticas públicas empreendidas de modo progressivo em diferentes cantos do país.

Esse apelo crescente pelo assunto tem conduzido a uma complexidade no seu tratamento, tornando a economia solidária um objeto sujeito a múltiplas possibilidades de compreensão enquanto temática (FRANÇA FILHO, 2007).

⁹⁴ TARELHO, S. Conjunto Palmeiras é exemplo de trabalho comunitário. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 30 jun. 2011.

⁹⁵ Comunidade do Palmeira lança *grife* de roupas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 outubro 1999. Cidades.

⁹⁶ LEOMAR, J. Microcrédito é caminho para reduzir pobreza. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 25 jun. 2009.

⁹⁷ O real é curto, mas o palma é farto. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 11 nov. 2009.

Todavia, é necessário salientar que, inicialmente, a presença da imprensa em eventos não ocorria de maneira espontânea, envolvia sim a mobilização e a articulação de um conjunto de atores sociais em torno disto: as lideranças locais e os coordenadores dos empreendimentos. Paulatinamente, o bairro passa a ser assediado pela mídia de grande circulação nacional. Lideranças locais passam a participar de programas veiculados nas redes de televisão Globo e Cultura, além de conceder entrevistas a publicações de circulação nacional, como ISTOÉ, Carta Capital, dentre outras.

É interessante dizer que, concomitantemente às mobilizações protagonizadas pelo conjunto de atores sociais do bairro, foi se organizando também um acervo sobre as manifestações reivindicatórias ocorridas no bairro. Desse modo, estas publicações sobre o bairro subsidiaram muitos destes trabalhos acadêmicos e midiáticos. Estas publicações também estão disponíveis no sítio oficial do Banco Palmas. Cito-os abaixo:

Quadro 4 – Principais publicações sobre o Conjunto Palmeiras

NOME DO MATERIAL	CONTEÚDO
Bairros Pobres Ricas Soluções: Banco Palmas - Ponto a Ponto	Narra em detalhes o surgimento da experiência do Banco Palmas e como funciona cada produto do Banco.
Bancos Comunitários e Cooperativas de Crédito, uma aliança necessária para potencializar as finanças da periferia	Comenta a importância de se ter no mesmo território um banco comunitário que atende aos mais pobres e uma cooperativa de crédito para dar sustentabilidade aos empreendimentos. O livro narra a experiência de três fundos de crédito rotativo: o Banco Palmas (em Fortaleza), o Banco PAR (em Paracuru) e o projeto Rede Cidadã (com as famílias do PETI).
O Poder do Circulante Local	Descreve sobre o funcionamento do sistema de Moeda Social Local Circulante (PALMAS) no Conjunto Palmeiras e como se dá a relação dessa moeda com o mercado local.
PLIES - Plano Local de Investimento Estratégico - Uma Metodologia para Gerar Trabalho em Territórios de Baixa Renda	O passo a passo de uma metodologia criada pelo Banco Palmas (PLIES), que, de forma participativa, elabora um plano de investimento para o bairro, escrevendo os projetos estratégicos para geração de renda na comunidade. Detalha, também, como o Conjunto Palmeiras elaborou o seu PLIES.
Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade	Apresenta a filosofia, as contribuições, os diferenciais e a caracterização dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, hoje alcançando um número de 51 unidades no Brasil.
Banco Palmas - 100 Perguntas mais frequentes	Conforme o nome sugere, o livro traz as 100 perguntas mais frequentes nas palestras e oficinas de Banco Palmas.

Fonte: Instituto Palmas de Socioeconomia Solidária (2012).

Os estudos acadêmicos e as matérias jornalísticas proporcionavam ao Conjunto Palmeiras um capital simbólico que conferia ao bairro destaque perante o movimento de economia solidária e o reconhecimento das instituições governamentais⁹⁸, como também de alguns partidos políticos. Diante deste contexto, as lideranças locais fortaleciam-se quando davam entrevistas para mídia e para a academia, quando expunham os relatos pautados na ideia de um bairro combatente, sedimentando a imagem de bairro coeso, o que, ressalte-se, eles entendem por expressão de solidariedade.

Desse modo, como afirma Lechat (2004), o “[...] campo⁹⁹ da economia solidária vai ser construído no país a partir das relações sociais que os agentes de diversos meios vão tecer entre si” (LECHAT, 2004, p. 4), contribuindo assim para os aspectos relativos ao reconhecimento e a legitimidades das experiências organizadas sob o signo da solidariedade, dentre as quais se incluem as experiências do Conjunto Palmeiras.

Para o entendimento da noção de campo, como operacionalizada por Lechat (2004), é necessário dispor da formulação clássica de Bourdieu (2000) sobre este conceito. Segundo este autor, o campo é uma arena de forças, de tal modo que, dominados e dominantes evidenciam permanentemente relações de desigualdade. Diz o autor:

O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvio de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos actos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções. (BOURDIEU, 2000, p. 179).

Todavia, adianto não ter interesse neste capítulo em utilizar o conceito de campo como ferramenta analítica, mas sim o tomo como uma lente facilitadora no entendimento

⁹⁸ Tratei sobre este assunto no capítulo 3.

⁹⁹ Em relação a esta temática, Lechat (2004) elenca alguns eventos considerados como as primeiras tentativas, às vezes até inconscientes, de construir algo novo que vai ser considerado, mais tarde, como de economia solidária. Podem ser entendidos, neste sentido, certos projetos de geração de trabalho e renda como os Projetos Alternativos Comunitários da Cáritas – PACs (desde 1982); as experiências de autogestão pelos trabalhadores de empresas falidas, como a da fábrica de calçados Makerly (1991); os projetos apoiados pela Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida (1993); a organização pela ANTEAG das empresas falidas e assumidas sob forma autogestionada (1994); o Encontro de Experiências Alternativas de Organização Popular e Geração de Renda, organizado pela Cáritas e pelo CAMP em Porto Alegre (1996); o Seminário sobre Economia Solidária da CUT/SP (1996); certos programas públicos de financiamento, como o Programa de Crédito Produtivo Popular do BNDS (1996); a criação de um setor de economia popular da SMIC e de uma instituição comunitária de crédito – Porto Sol, pela Prefeitura de Porto Alegre (1996); pesquisas e estudos acadêmicos, como a assessoria à Cáritas Regional do Rio Grande do Sul para avaliação dos PACs, por Luiz Gaiger (1992) e a apresentação da análise dos resultados desta pesquisa no 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia (1995); a formação do grupo de pesquisa Organizações e Democracia, na UNESP, campus de Marília, para analisar experiências de autogestão (1996); a publicação, na Folha de São Paulo, de um artigo sobre economia solidária por Paul Singer (1996); a conferência Globalização e Sociedade Civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa, no Instituto de pesquisa da ONU, proferida por Marcos Arruda (1996); a formação de um grupo de estudo e pesquisa sobre a economia solidária na UNITRABALHO (1997). (LECHAT, 2004, p. 2).

sobre o espaço social no qual surge a economia solidária e de que modo é observada a atuação do Conjunto Palmeiras neste campo social. Neste sentido, Lechat (2004) afirma que o campo da economia solidária está ligado às práticas econômicas envoltas pelo “mercado capitalista”. Contudo, argumenta a autora, há especificidades nestas práticas. Lechat (2004, p. 7) salienta: “[...] elas têm por particularidade o ideal de diferenciarem-se das práticas dominantes deste universo”.

Assim, a autora vai afirmar que a prática da economia solidária é fundamentada por enunciados de regras e sentidos distintos do protagonizado pelo mercado capitalista. Segundo ainda a autora, a finalidade da economia solidária é o sentido da “[...] solidariedade e não da competição com o código moral que proporciona a seus membros uma certa identidade” (LECHAT, 2004, p. 7).

A partir disto, é interessante analisar de que maneira o Conjunto Palmeiras se insere neste campo e como o reconhecimento local das iniciativas solidárias e a legitimidade institucional destas iniciativas revestem essa comunidade de um forte capital social.

A partir do acervo analisado, é possível afirmar que – concomitantemente ao crescimento da discussão da solidariedade no Brasil e no mundo, e isto vale para a constituição de vários fóruns de debate, tendo como o de maior expressão o Fórum Social Mundial – os representantes das experiências do Conjunto Palmeiras vão se inserindo em várias frentes deste debate, sejam como representantes dos fóruns locais em nível nacional, sejam como articuladores nacionais.

Diante disto, as lideranças se apropriam destes novos espaços na perspectiva de ampliar e sedimentar a ideia de bairro solidário. Por esta razão, os relatos míticos com representações de “lutas” no processo de construção do bairro são agora contados e recontados também nos grandes seminários, nas entrevistas na mídia e na academia, firmando e expandido a imagem de bairro solidário.

De novo, valho-me de Bourdieu (2000), na perspectiva de aclarar para o leitor a ideia de capital social e de que modo isto se torna essencial para entender como as lideranças incorporaram, nas constantes entrevistas e participações em eventos, o poder simbólico¹⁰⁰ subjacente às iniciativas solidárias. Sobre o capital simbólico, afirma Bourdieu (2000, p. 145):

¹⁰⁰ Diz Bourdieu (2000): “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto mundo, poder quase mágico que permite o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário [...] Isto significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma ‘illocutionary force’, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio.

Diante do exposto, interessa-me mostrar e analisar por meio de jornais, revistas e estudos acadêmicos as percepções destes agentes sociais sobre as iniciativas solidárias e de que modo as ideias veiculadas vão criando uma imagem sobre o bairro e vão dando centralidade a alguns de seus atores. Faço isto a partir das questões: de que maneira o interesse da mídia e da academia legitima as experiências e, ao mesmo tempo, viabiliza os investimentos para o bairro?

2.4.1 As iniciativas solidárias na perspectiva da produção acadêmica

O interesse da academia pela temática da economia solidária tem conduzido a diferentes tipos de abordagens analíticas. França Filho (2007) aponta as discussões mais recorrentes em relação ao tema. Deste modo, trago estas discussões balizadas pelo autor para que o leitor tenha uma visão mais ampla destas abordagens.

Segundo França Filho (2007, p, 156), a abordagem do tema economia solidária apresenta-se como: i) discussão conceitual que possibilita reflexões acerca do “agir econômico” em distintas abordagens, objetivando uma compreensão ampla do ponto de vista teórico; ii) discussão contextual analisada a partir das realidades onde estão inseridas as experiências denominadas solidárias, relacionadas a temas contemporâneos, segundo este autor, como “[...] crise do trabalho, exclusão social e combate a pobreza, luta pela desigualdade social e modos de desenvolvimento local sustentável, etc.”; iii) estudo de caso. Neste sentido, a economia solidária passa a ser analisada a partir de elementos que a tornam particular, estudada a partir das experiências em curso; iv) metodologia de intervenção, quando a economia solidária é estudada como uma tecnologia social, isto é, um instrumento viabilizador da inclusão social em áreas consideradas vulneráveis sob o ponto de vista das questões sociais e econômicas, e, por esta razão, argumenta o autor, “[...] a idéia é de discutir

reproduz a crença. O reconhecimento do poder simbólico só se dá na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (BOURDIEU, 2000, p. 14-15).

a economia solidária no nível da operacionalidade mesmo das iniciativas”; e, por fim, v) política pública, forma recente de pensar a economia solidária; o que decorre, lembra o autor, dos inúmeros exemplos de estados brasileiros e de outros países em que a economia solidária passou a ser incorporada como política de governo.

Diante do exposto, analiso parte da produção acadêmica que trata do assunto, em distintas abordagens, apontadas por França Filho (2007). Faço isto, de modo particular, para os estudos voltados para as experiências localizadas no Conjunto Palmeiras. Detenho minha atenção sobre a percepção destes estudos acerca das iniciativas que as lideranças do Conjunto Palmeiras denominam de solidárias.

No artigo *A economia solidária: um movimento internacional*, Laville (2009) aponta, dentre outras questões, que as experiências solidárias incluem grupos comumente excluídos – as mulheres, os meios populares, os pequenos produtores – pela força de uma economia dominada pelas lógicas de poder dos grandes grupos. Nessa direção, o autor cita o exemplo do Conjunto Palmeiras:

No Brasil, a associação dos habitantes do conjunto Palmeiras numa favela na periferia de Fortaleza celebrou-se com o nome do seu banco popular – Palmas – que apóia o artesanato, a confecção, o fabrico de artigos de couro e de material de limpeza, bem como uma agência de turismo. A estas finanças solidárias, com uma moeda social própria do bairro, se junta o comércio justo sob a forma de uma loja onde os produtores do bairro podem expor e vender. (LAVILLE, 2009, p. 37).

O conteúdo da citação acima, no que diz respeito às iniciativas solidárias do Conjunto Palmeiras, repete-se em diversas outras citações de estudos acadêmicos publicados e disponibilizados em acervos públicos. As iniciativas solidárias são analisadas a partir de distintas abordagens: seja no âmbito do desenvolvimento local, observado o caráter presente na criação das iniciativas, seja do ponto de vista da tecnologia social, no sentido da inclusão dos grupos produtivos locais. Mas o que é recorrente em quase todos os estudos que analisei são os relatos que mencionam o contexto da criação das iniciativas solidárias relacionando-as com o processo de construção do bairro.

Nesse sentido, apresento trechos de artigos que retratam esses relatos:

Das experiências que se destacam na emissão de moedas sociais está o Banco Palmas, criado em 1998 pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, favela com 30 mil habitantes localizada na periferia de Fortaleza (CE), com o objetivo de garantir microcrédito para a produção e o consumo local, com juros baixos, sem comprovação de renda ou fiador e sem exigência de consulta cadastral. Os vizinhos do tomador do empréstimo garantem a sua responsabilidade na devolução do empréstimo. No primeiro empréstimo concedido pelo Banco Palmas o

financiamento foi de uma organização não governamental local, no valor de R\$ 2.000,00. (GODOY, 2011 p. 12-13).

A Associação de Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP) foi fundada em 1981, em um bairro periférico de Fortaleza (CE), com o objetivo de lutar por água tratada e energia elétrica e outras melhorias para a localidade. Posteriormente amplia sua atuação através de ações voltadas para a geração de trabalho e renda para os moradores do bairro. Com este intuito, em 1998, a associação instala o Banco Palmas dotado de princípios da endogeneização da renda, articulação dos fluxos de demanda e oferta de bens/serviços, princípio de incubação de empreendimentos, disseminados e diversos instrumentos como: microcrédito, cartão de crédito solidário, feira, lojas, compras coletivas, clube de trocas com moedas sociais. Essas iniciativas têm alcançado grande êxito e vêm se constituindo em exemplo a nível nacional de articulação e ação entre o econômico, o político e o social. (SANTANA JÚNIOR, 2005, p. 84).

O Conjunto Palmeiras, um bairro periférico da cidade de Fortaleza, Ceará, foi o primeiro a implementar um novo conceito de economia de maneira organizada. Com o início, nos anos 1970, quando moradores de várias regiões da localidade foram desalojados em virtude de um plano de reordenamento urbano, buscou-se, para moradia, uma região afastada, ao sul de Fortaleza. Atualmente a população está estimada em cerca de 30 mil habitantes. Com o objetivo de articular os moradores e buscar melhorias para o bairro, em 1981 foi criada a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP). Inicialmente, a prioridade nas reivindicações da comunidade baseava-se na infraestrutura, visando melhorar as condições de habitação. Porém, mesmo com os avanços obtidos, uma pesquisa realizada pela ASMOCONP, em 1997, constatou que noventa por cento das famílias tinham renda familiar abaixo de dois salários mínimos, e que cerca de oitenta por cento da população economicamente ativa (PEA) encontrava-se desempregada. (FIGUEIREDO, 2011, p. 10).

O conteúdo presente nos fragmentos acima transcritos reitera a percepção do Conjunto Palmeiras como bairro cuja trajetória contempla um conjunto de reivindicações sociais e onde, apesar de todas as mazelas sociais, como problemas de ordem social e econômica, os moradores, de maneira mobilizada, segundo os trechos aqui analisados, criaram mecanismos no sentido de atenuar os problemas existentes.

No trecho abaixo, são evidenciadas e analisadas as experiências solidárias, de modo particular o Banco Palmas, sendo que o autor aponta esta iniciativa como uma “mudança de paradigma” quando as relaciona aos estudos sobre desenvolvimento local. Desse modo, o autor argumenta que o Banco Palmas deve ser apreendido para além de uma experiência financeira:

Já para analisar a experiência do Banco Palmas, sob o aspecto do desenvolvimento local, faz-se necessária uma mudança de paradigma. As relações sociais presentes na iniciativa desse bairro de Fortaleza representam novas dinâmicas que podem escapar da nossa percepção. O desenvolvimento econômico no [Conjunto Palmeiras] deve ser pensado como uma forma de melhorar substancialmente as condições de vida das pessoas da comunidade. Assim, parece correto pensar que essa experiência de desenvolvimento local também adota imperativos não econômicos, além de propor um desenvolvimento capaz de produzir transformação social a partir da base. (CALDAS; MARTINS, 2009, p. 216).

Em outro estudo sobre o desenvolvimento local, Godoy (2011) menciona a moeda social como uma iniciativa que desempenha um papel didático por possibilitar o entendimento relativo à questão monetária. Outra questão apontada pela autora é a sociabilidade que surge a partir do uso da moeda, gerando, segunda a mesma, solidariedade e reciprocidade:

A moeda social apresenta-se como um componente econômico alicerçado no gerenciamento coletivo da riqueza produzida pela comunidade. Ela tem ação pedagógica de promover o entendimento sobre o processo monetário e o estabelecimento de relações diferenciadas com o dinheiro. Também possibilita a criação de cadeias produtivas desde o cultivo da matéria-prima, passando pela produção manufatureira, pela distribuição e troca das mercadorias, até o consumo alicerçado no comércio justo com pagamento na forma de moeda social. Assim como no comércio justo, a utilização da moeda social demanda o reconhecimento do processo produtivo e da capacidade de criar contextos de sociabilidade alicerçados na solidariedade e reciprocidade. (GODOY, 2011, p.12-13).

Nota-se que, ao falar sobre “reconhecimento e solidariedade”, a autora assinala uma questão que, em geral, é destacada em quase todos os estudos aqui analisados, isto é, a ideia da solidariedade presente nas iniciativas no bairro. Nesse sentido, o conteúdo presente nos estudos vai reforçando a imagem do bairro como um lugar que comporta práticas solidárias. Nessa direção, os estudos, de uma maneira ou de outra, colaboram para consolidar os relatos nos quais as lideranças do bairro enunciam a imagem do bairro coeso e solidário.

No trecho abaixo, o autor se refere à iniciativa solidária, no caso específico o Banco Palmas, como uma experiência de destaque para o movimento da economia solidária. Segundo o autor, isto ocorre pela presença constante dos representantes das experiências em eventos de discussão da economia solidária. Nesse sentido, diz Paulino (2008, p. 27):

No percurso histórico trilhado pelo Banco Palmas desde 1998, a instituição tem se tornado um referencial no campo da economia solidária, fato que se constata pela presença ocupada em diferentes espaços de reflexão e debate sobre o crédito comunitário e empreendimentos populares.

Os trechos apontados nos estudos acadêmicos, até o momento, reforçam a percepção do Conjunto Palmeiras como um bairro que se mobiliza e que se organiza em torno da elaboração e execução de estratégias de inclusão social. Sabe-se que, para isto, são necessárias parcerias e colaborações de ONGs e governos. Mas, o que quero dizer é que, de certo modo, são eles os protagonistas destas ações e por esta razão estas iniciativas protagonizadas por lideranças locais acionam outros dispositivos que legitimam o bairro,

como, por exemplo: o reconhecimento, a visibilidade e as parcerias para implantar políticas sociais locais.

Veja-se um fragmento do estudo realizado por Paulino (2008, p. 27):

[...] os próprios empreendimentos do bairro, o Projeto Jovens Consultores Comunitários, que prepara jovens para atuarem no sistema local de moeda circulante e nos processos de implantação dos bancos comunitários em espaços de outros municípios; o Projeto de Arte-educação, o qual mobiliza crianças e jovens do bairro em atividades no campo da música, com destaque para o bloco Bate Palmas, um instrumento cultural que vem animando o pré-carnaval; a Academia de Moda Periferia, que atua na formação de jovens no campo da moda, dentre outras. Todo esse conjunto de ações mobiliza o Banco Palmas em seu cotidiano, que também se articula a espaços externos, especificamente no que diz respeito às instituições de cooperação que aportam fomentos aos projetos locais. Assim, fica claro que, além de estimular uma rede interna em movimento, o Banco Palmas está presente em espaços mais amplos dos movimentos sociais e de atores parceiros, materializando a metáfora da organização social em rede.

No trecho acima, o autor, ao elencar os empreendimentos do bairro, aponta um conjunto de ações realizadas por estas iniciativas no Conjunto Palmeiras, que, segundo o mesmo, finda articulando outros espaços constituidores de visibilidade e reconhecimento aos empreendimentos fora do bairro, tendo o Banco Palmas como catalisador desta articulação no que se refere a novos investimentos para o bairro.

Em outro fragmento do estudo sobre o Conjunto Palmeiras, Morais (2010) ressalta as experiências como ferramentas importantes na perspectiva de colaborar de maneira afirmativa com a imagem do bairro, inclusive do ponto de vista local, quando estas iniciativas proporcionam o consumo local:

O banco preocupa-se, para além da parte econômica, com a parte social e cultural, preocupando-se como colectivo. Através dos apoios dados pelo banco Palmas, a comunidade passa a fazer algo por si própria, trazendo desenvolvimento e prestígio para o bairro, bem como transformação. O banco Palmas centraliza-se na ideia de que a economia solidária é viável, favorece o desenvolvimento através do financiamento, desempenha o papel de formação e informação na comunidade, promove o crescimento e a acessibilidade ampla da moeda social (as compras e vendas são efectuadas no próprio bairro através da moeda social, facilitando, valorizando e ampliando o comércio e o bairro), gera riqueza para a comunidade, desenvolve o comércio do bairro e gera emprego para os moradores. (MORAIS, 2010, p. 8).

De modo geral, os trechos dos estudos analisados apresentam o Conjunto Palmeiras e a atuação dos agentes locais que se mobilizam na perspectiva de fortalecer o bairro; evidenciam um conjunto de experiências cuja gênese tem possibilitado o bairro estar presente, com centralidade, no debate da economia solidária em âmbito local e nacional, isto

é, observado pela participação em coordenações de fóruns e redes que debatem o tema da economia solidária do ponto de vista conceitual e do marco legal. Outro aspecto enfatizado nos estudos acadêmicos suscita a visibilidade e o reconhecimento das iniciativas solidárias. Sobre isto, nota-se uma repercussão afirmativa sobre o bairro, apesar de estes estudos, de algum modo, destacarem as condições socioeconômicas desfavoráveis e os ambientes em que as políticas públicas tardam a chegar. Também os estudos acima mostram os aspectos de legitimidade do bairro perante as instituições públicas e de cooperação internacional.

Ainda sobre o conteúdo destes trabalhos acadêmicos, noto que eles proporcionam visibilidade ao Conjunto Palmeiras. Afirmando isto, baseada na difusão desses estudos nas redes sociais, bibliotecas, livrarias. Desse modo, é assertivo dizer que estes trabalhos também acabam por legitimar a percepção de bairro solidário.

2.4.2. Iniciativas solidárias: o olhar da mídia

Se os conteúdos dos estudos acadêmicos evidenciavam as iniciativas solidárias como expressão de mobilizações sociais no processo de construção do Conjunto Palmeiras, os conteúdos de cunho jornalístico – embora também apresentem estes aspectos sobre o bairro e acerca das iniciativas consideradas solidárias – fazem-no com certo ufanismo. Esse excesso presente na descrição sobre as experiências, em geral aponta o bairro como um lugar miserável e as iniciativas solidárias dotadas de poder imensurável. Em outros trechos das reportagens, são os próprios moradores que depõem sobre a situação de precariedade do bairro. Também observei que nestes registros são referidos e reafirmados atores locais que personificam as histórias contadas sobre o bairro e as iniciativas denominadas solidárias.

Em uma matéria veiculada na Revista Sorria¹⁰¹, inicia-se a reportagem com a seguinte questão: “Lembra-se da moeda da sorte do Tio Patinhas? Dos 10 centavos que viraram uma fortuna?”. Em seguida, afirma-se: “Assim são as moedas sociais: níquel que começa a circular numa comunidade”. Em outro trecho, a matéria conclui, dizendo que as moedas “[...] tem o poder de espalhar riqueza, estreitar laços e mudar vidas”.

Em outra matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo¹⁰², intitulada “É dinheiro de verdade, mas não é real”, enfatiza-se que a “[...] crise não abala banco

¹⁰¹ A MOEDINHA número 1. **Revista Sorria**, São Paulo, 23 junho 2009. Conviver, p. 7.

¹⁰² PAIVA, Natália. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 fevereiro 2009. Mercado.

comunitário no Ceará na periferia de Fortaleza”. Em seguida, salientam-se os dez anos da criação do Banco Palmas, afirmando que ele “[...] aquece economia local e vira ‘franquia’”.

No mesmo jornal, consta a seguinte matéria:

A analista de crédito não dá a mínima para Serasa ou SPC: a ficha do requerente é levantada apenas entre os vizinhos. A "controladoria" se reúne uma vez por mês nos fundos da sede do banco – artesãos, costureiras e comerciantes discutem carteira de crédito, taxa de juros, inadimplência. Os clientes costumam usar uma moeda paralela ao real: o palma, que não sofreu com a crise global¹⁰³.

Já o jornal *Diário do Nordeste*¹⁰⁴ menciona a criação de uma pousada no bairro Conjunto Palmeiras e traz a seguinte chamada de reportagem: “Palmatur é pioneiro do setor na periferia”. Na mesma matéria, há o depoimento de uma moradora do Conjunto Palmeiras, além de relatos nos quais, dentre outros assuntos, se apresenta a Palmatur, pousada localizada no bairro. A moradora entrevistada também menciona os problemas sociais como sendo algo do passado como, por exemplo, a falta de estrutura do bairro, afirmando que antes “[...] aqui tudo era só lama”. Este passado é cotejado ao falar sobre as aquisições alcançadas pelo empenho dos moradores, como segue:

Foi lançada ontem, oficialmente, a pousada Palmatur – a primeira experiência de empreendimento turístico voltada para um bairro da periferia de Fortaleza (Conjunto Palmeiras) –, durante o I Fórum de Turismo Comunitário e Urbano do Conjunto Palmeiras, realizado na Universidade Federal do Ceará. Segundo Cleciane, na periferia há outros atrativos que também chamam a atenção dos turistas, como a própria história de luta e conquistas dos moradores. "Antes só tinha lama no bairro, que só veio a ser urbanizado em 1997. Hoje, capacitamos pessoas para o mercado de trabalho. Além disso, tem folclore, grupos de dança, massoterapia, e os próprios projetos da Incubadora Feminina", exemplificou Cleciane.

Já em outro registro, quando o jornal *Diário do Nordeste*¹⁰⁵ anuncia uma série de reportagens sobre a temática da economia solidária e afirma que “[...] os bancos comunitários ganham cada vez mais espaço na economia atual e que o Ceará é exemplo nacional [...] com o Banco Palmas, em Fortaleza”. Em outro fragmento desta mesma matéria, o jornal lembra que, no Ceará, esta experiência foi protagonizada pelos moradores locais, e que, a comunidade estava “[...] cansada de esperar por linhas de crédito mais acessíveis na rede bancária oficial”, e, por esta razão, continua a matéria “[...] grupos decidiram se unir e criar soluções próprias para problemas como as altas taxas de juros e a ausência de opções de empréstimo”. A

¹⁰³ BALMANT, Ocimar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jun. 2010.

¹⁰⁴ PALMATUR é pioneiro do setor na periferia. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 16 abr. 2010. Turismo.

¹⁰⁵ A VEZ dos sem-crédito. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 20 mai. 2007.

matéria finaliza com a afirmação de que “[...] os bancos comunitários colocam o gerenciamento nas mãos da comunidade”.

O Conjunto Palmeiras também é evidenciado na mídia como um bairro que sedia novos experimentos nos quais a maior expressão é dada à qualidade de vida das pessoas. A matéria¹⁰⁶ inicia indagando sobre o estado de felicidade das pessoas em geral. Diz o jornal: “É possível medir a felicidade de uma população?”. A matéria continua apresentando o tema tratado, chamado Felicidade Interna Bruta (FIB), que, segundo a matéria, se contrapõe aos mecanismos de referência que medem o Produto Interno Bruto (PIB). Informa a matéria:

A experiência que começou há vinte anos no país Butão agora chega ao Brasil. Pioneiro no Nordeste, o bairro do Conjunto Palmeiras, que já tem a vivência do Banco Palmas, usará, a partir do próximo ano [2010], os parâmetros do FIB para medir a felicidade dos moradores. Em meio a pesquisas e discursos, o Conjunto Palmeiras saiu na frente e anunciou que, já em 2010, vai pôr em prática os indicadores do FIB no bairro que tem mais de 32 mil habitantes e sofre, como outras periferias, com a negação de alguns direitos básicos. “Os políticos dizem que o PIB do Ceará cresceu. O que eu tenho a ver com isso se nada disso mudou a realidade do nosso bairro?”, questionou Joaquim Melo, um dos criadores do Banco Palmas, experiência que atua com os princípios da socioeconomia solidária há 11 anos. Ele afirmou que, no início, a metodologia para implantação do FIB será a aplicação de questionários para escutar a população e conhecer os seus reais anseios. Presidente da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, Socorro Alves está otimista com a experiência. Ele acredita que essa consulta popular só vem a favorecer e ampliar as conquistas sociais e os direitos. “A gente nunca vê esse tal de PIB mudar nossa realidade. É só a organização comunitária que nos leva para frente. Para onde está indo toda essa riqueza? Com o FIB podemos pensar a riqueza para além do dinheiro e ver que outras coisas também nos fazem felizes”, disse a líder comunitária citando exemplos de jovens envolvidos em atividades artísticas e de pessoas trabalhando para seu próprio negócio.

É comum que estas matérias jornalísticas veiculem imagens do bairro ou de moradores do bairro, ou os dois juntos, retratando, sobretudo, representações de pobreza. Na matéria intitulada “Microcrédito é caminho para reduzir pobreza”, veiculada no jornal Diário do Nordeste¹⁰⁷, há a imagem de uma possível moradora do bairro numa residência extremamente simples e, abaixo da foto, vê-se escrito: “Pobreza no Estado encontra possibilidades de mudança”.

¹⁰⁶ Conjunto Palmeiras tem 1ª FIB do Nordeste. GIRÃO, Ivana. **O Estado**, Fortaleza, 29 set. 2009. Cotidiano, p. 11.

¹⁰⁷ **Diário do Nordeste**, 25 de jun. 2009.

Imagem 11 – Ruas e moradias da ocupação Palmeiras II



Fonte: Jornal Diário do Nordeste (2009).

Também é comum encontrar reportagens sobre o Conjunto Palmeiras que trazem imagens sobre as experiências solidárias. Na reportagem abaixo, por exemplo, o conteúdo prioriza a linha de crédito do Banco Palmas para as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, destacando a imagem relativa à moeda Palmas e o cartaz que incentiva a compra de produtos no próprio bairro.

Imagem 12 – Sede do Banco Palmas



Fonte: Jornal Diário do Nordeste (2009).

Notadamente, à medida que crescia a veiculação midiática das iniciativas solidárias, o bairro ganhava uma grande visibilidade o que dava ao Conjunto Palmeiras o

status de um lugar que promovia inovações marcadas pela solidariedade. Esta solidariedade por vezes era compreendida como cooperação entre os menos favorecidos economicamente, ou, ainda, como sinônimo de ajuda, ou mesmo caridade.

É importante esclarecer que a percepção do bairro como inovador e a ideia da solidariedade destacada nas reportagens sobre as iniciativas locais possibilitavam às lideranças do Conjunto Palmeiras, nas entrevistas dadas aos veículos de comunicação, discorrer sobre a construção do bairro. Nestas ocasiões, era enfatizada a vulnerabilidade do bairro quanto à moradia, à infraestrutura, aos aspectos econômicos do bairro, dentre outros, como bem mostra a reportagem acima, realizada na inauguração de uma pousada no bairro, a Palmatur. Ao mesmo tempo, permitiu às lideranças entrevistadas insurgir-se contra as dificuldades sociais e econômicas, relatando episódios de superação das dificuldades com a alusão às atitudes quase heroicas vividas no passado.

Cabe observar, ainda, que no conteúdo das entrevistas, os depoimentos das lideranças formulam e produzem valores sobre o bairro que passam a ser difundidos também na imprensa: “o bairro é pobre, mas é unido”, “o banco gerido pela própria comunidade” dentre outros.

Isto tem proporcionado uma visibilidade significativa ao bairro e às experiências solidárias ali desenvolvidas. Por um lado, elas são reconhecidas no seio do movimento da economia solidária e, por outro, o bairro é imbuído deste capital social que fortalece a imagem de um bairro coeso.

Assim, as reportagens incorporam os relatos das lideranças locais:

Um banco comunitário no Ceará resiste à crise. Afinal, o que é a sustentabilidade na base da pirâmide? É apoiar a localidade com atividades que possam gerar renda a partir dos recursos lá existentes e aperfeiçoar a competência para que o capital, mesmo mínimo, possa se reproduzir e ser replicado, fazendo a roda girar¹⁰⁸.

Ou, ainda, a reportagem sobre a moeda Palmas, veiculada em 2009 pelo sítio *Grassroots Economic Organizing*, que também mencionava trechos dos relatos das lideranças:

Banco Palmas in Brazil Right in the capital of the Brazilian state of Ceara there is a neighborhood where something different is going on. The "palma," a word derived from the word for palm tree, is a currency which only circulates in the neighborhood of Conjunto Palmeiras, "Palm Tree Junction" in Portuguese. Each palma is equal to

¹⁰⁸ YOUNG, Ricardo. *Carta Capital*, São Paulo, 2 mar. 2009.

one real (R\$ 1). This little corner of Fortaleza has yet another surprise: its own bank only for residents. The Idea emerged 11 years ago¹⁰⁹.

Também é possível observar estas mensagens de valoração do bairro no conteúdo apresentado no Programa Globo Repórter, exibido na Rede Globo¹¹⁰ de televisão, intitulado “Bairro de Fortaleza cria moeda própria e enriquece”, levado ao ar em 20 de março de 2009:

Os moradores transformaram o que era uma grande favela em um bairro [...] Os jovens também têm vez. Com um empréstimo, um grupo criou a Palmalimpe uma pequena fábrica de produtos de limpeza. Elias Lino dos Santos é o chefe da turma. Menino pobre, ele passou a infância trabalhando para ajudar a mãe. Mesmo assim, conseguiu entrar na Universidade Federal do Ceará (UFC), onde faz o curso de filosofia.

Na comunidade do Conjunto Palmeiras, que já contava com o Banco Palmas para amenizar e, às vezes, solucionar suas dificuldades econômicas, tem agora à disposição produtos de limpeza com preço bem abaixo do mercado. A Palmalimpe, criada por cinco jovens, entre 17 e 21 anos, depois de realizarem curso de formação de empreendedores na própria escola da associação, oferece desinfetante, detergente, água sanitária, cera líquida e amaciante, todos fabricados no bairro.

Outro aspecto evidenciado é que, da mesma forma que nos estudos antropológicos sobre mitos nas instituições¹¹¹, os lugares e as pessoas passam a fazer parte destes relatos míticos nos conteúdos de reportagens veiculadas pela imprensa, ou seja, no texto produzido pelos jornalistas. Também ocorre que estes textos elaborados pela mídia incorporam referências a personalidades que, de algum modo, participam dos episódios descritos. Deste modo, valho-me de duas matérias que ratificam o enunciado acima: a primeira, veiculada por uma revista do SEBRAE, em que se diz que “[...] ele combate a pobreza com uma moeda diferente, o palma”.

A revista se refere a Joaquim Melo, coordenador do Banco Palmas e do Instituto Palmas, como uma pessoa designada a ajudar os indivíduos em situação de vulnerabilidade. A matéria diz que ele “Implantou o primeiro banco comunitário do país e está transformando a vida da periferia de Fortaleza”:

João Joaquim de Melo Neto jurou trabalhar pelos pobres e cumpriu. Imagine um lugar, no Brasil, onde a moeda oficial não é o real, cartões de crédito são de papel, o trabalho do Serviço de Proteção ao Crédito é feito pelos vizinhos e o caixa do banco divide espaço com o balcão de empregos e com reuniões da associação de

¹⁰⁹ Tradução nossa: “Em plena capital do Ceará, um bairro onde algo diferente passa de mão em mão. A palma é uma moeda que só circula no Conjunto Palmeiras. Cada palma equivale a R\$ 1. Esse cantinho de Fortaleza ainda tem outra surpresa: um banco próprio, só dos moradores. A ideia surgiu há onze anos”. (BANCO Palmas in Brazil. *Grassroots Economic Organizing*, 23 mar. 2009. Disponível em: <<http://geo.coop/node/549>>. Acesso em: 4 ago. 2012.).

¹¹⁰ Programa Globo Repórter, exibido no dia 20 de março de 2009, pela Rede Globo de Televisão.

¹¹¹ Realizei esta discussão no tópico 2.1 desse capítulo.

moradores. Parece ficção? Pois esse lugar existe e abriga cerca de 32.000 pessoas de baixa renda, mais de 200 estabelecimentos comerciais e três escolas públicas. Trata-se do Conjunto Palmeiras, distante 20 km do centro de Fortaleza, no Ceará. Há uma década esse bairro de periferia não passava de um grande alagado, habitado por famílias paupérrimas, sem água tratada, esgoto nem luz elétrica. Hoje, a região é referência quando o tema é economia solidária. Ali surgiu o primeiro banco comunitário do país, o Banco Palmas, com o aval do Banco Central, um modelo que já se multiplicou em 16 outras instituições de microcrédito. Por trás do projeto está o ex-seminarista João Joaquim de Melo Neto, 45 anos, que largou o seminário com o firme propósito de trabalhar para os pobres, mas sem fazer caridade. É interessante apreender a partir dos trechos aqui apresentados como a mídia percebe e fala sobre as iniciativas solidárias desenvolvida no Conjunto Palmeiras. Percebe-se que em dados momentos são descritas como sinônimos de caridade, de generosidade. Noutros momentos, equivalem a trabalhos irmanados. (SEBRAE, S/D).

Também é imperativo observar que essa disseminação de valores associados às experiências solidárias fortalece, no plano simbólico, os mitos sobre o bairro e sobre determinadas pessoas que atuam no bairro, particularmente nas chamadas iniciativas solidárias, como Joaquim Melo e Socorro Alves. Veja-se a seguir uma reportagem sobre esta questão veiculado na Revista TRIP.

A TRIP¹¹² apresentou uma matéria sobre três personalidades brasileiras, selecionadas pela própria publicação, que juntas concorrem a uma espécie de premiação numa categoria denominada pela revista de “Transformadores”¹¹³. Foram elas: Jayme Garfinkel, Milu Villela e Joaquim Melo. Esclarece a reportagem que nesta categoria são homenageadas “[...] pessoas que usam o seu dinheiro para viver o mais próximo possível da generosidade”. Em seguida, a revista cita as três pessoas homenageadas e as respectivas ações:

Jayme Garfinkel é empresário que despontou no ramo de seguros, descobriu sua capacidade de dividir os lucros e hoje ajuda dezenas de projetos sociais e culturais em São Paulo; Milu Villela é herdeira do Itaú, rejeitou o trono para se jogar de cabeça no voluntariado e hoje ajuda patrões e empregados a encontrar uma forma de enriquecer com nobreza; e Joaquim Melo, fundador do Banco Palmas, que encontrou na economia solidária uma forma de reverter o quadro de exclusão social de hoje oferecendo dinheiro a quem não tem acesso ao crédito.

Sobre o Joaquim a reportagem diz:

¹¹² *Trip* é uma revista brasileira lançada em 1986. Premiada dentro e fora do país. Atualmente a revista tem uma tiragem de 44 mil exemplares mensais.

¹¹³ Conforme o site da Revista TRIP o prêmio Trip Transformadores surgiu há sete anos com a finalidade de “identificar e reconhecer as pessoas que, com seu trabalho, ideias e iniciativas de grande impacto ou originalidade ajudam a promover o avanço do coletivo e do outro”. As dez pessoas que recebem a homenagem anualmente, segundo o *site* da revista TRIP são eleitas pelo corpo editorial da referida revista. Os nomes escolhidos são indicados pelo conselho da revista e por colaboradores(jornalista, artista e empresários) totalizando uma curadoria com cerca de 300 pessoas. <http://www.trip.com.br>. Pesquisa realizada no dia 8 d e novembro de 2012.

Aos 45 anos, João Joaquim de Melo Neto Segundo tem se esmerado, através de seu papel de educador popular, em encontrar meios de ampliar o acesso ao crédito e de resgatar a autoestima dos brasileiros mais pobres. Fundador do Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia, um banco comunitário criado no Conjunto Palmeiras – uma favela na periferia de Fortaleza com uma população que recebe em média dois salários mínimos por mês –, ele também responde como diretor da Rede Nacional de Bancos Comunitários, servindo de consultor em outros programas de combate à pobreza e participando ativamente dos projetos de desenvolvimento econômico que vira e mexe aparecem. A empreitada começou há dez anos, quando João entrou na favela na periferia de Fortaleza, onde hoje habitam cerca de 40 mil pessoas, disposto a abrir as portas da primeira agência do Banco Palmas, chegando a criar, inclusive, uma moeda própria batizada por ele de Palma, reconhecida em quase todos os estabelecimentos erguidos dentro do Conjunto Palmeiras. O banco cresceu e passou a oferecer linhas de microcrédito e até um cartão de crédito próprio, o Palmacard, que possibilita às famílias da comunidade fazerem suas compras no comércio do bairro e pagarem no mês seguinte com taxas menores que as do mercado.

A matéria continua afirmando:

A experiência do banco comunitário, tão bem aplicada em Fortaleza por João de 1997 para cá. O Banco Palmas começou emprestando R\$ 2 mil para cinco pessoas e agora beneficia 1,6 mil pessoas com empréstimos que dependem dos testemunhos dos vizinhos, ou seja, não há necessidade de nenhum avalista. Os empréstimos podem chegar a 1 mil palmas e a moeda é usada em mais de 200 estabelecimentos. “Esta economia popular e solidária garante maior circulação de riquezas e justiça social”, enfatiza o banqueiro cearense. Ao lado de Sandra Magalhães, João publicou em 2003 o livro *Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas ponto a ponto*, obra que já ajudou a espalhar bancos comunitários por 13 municípios brasileiros (sete no Ceará, dois na Bahia, dois no Espírito Santo e um no Mato Grosso do Sul). A meta de João Joaquim de Melo é chegar a 100 bancos até o fim de 2007. “Não adianta urbanizar, melhorar as condições de moradia na comunidade, sem que tenhamos também uma alternativa de geração de renda”, escreve João.

É notório que esta constante presença de lideranças do Conjunto Palmeiras na mídia, quando em algumas reportagens são adjetivados, como o caso de Joaquim, que é apresentado como articulador e fundador destas iniciativas, além de o denominarem “banqueiro”, tende a esmaecer os relatos em que os moradores são vistos como principais atores no processo de construção do bairro, além de, muitas vezes, deturparem o sentido da solidariedade, quando esta é apresentada como ajuda, generosidade ou assistência.

Por outro lado, do ponto de vista simbólico, é comum que nas narrativas míticas surjam também pessoas, lugares e entidades que são incorporados a essas narrativas, os heróis míticos, os fundadores, os que realizam grandes proezas. No caso do Conjunto Palmeiras, o herói mítico veiculado pela mídia é Joaquim Melo.

De todo modo, considerando tudo que foi dito até o momento a respeito das experiências solidárias, tanto nos estudos acadêmicos como na mídia, há de se perceber que, de maneiras distintas, estas duas instâncias evidenciam as iniciativas solidárias como ações

coletivas que marcam e demarcam a dinâmica do referido bairro. Isto ficará ainda mais claro no próximo capítulo.

2.5 “Nós fizemos da tragédia uma grife”: quando os relatos são ritualizados

Como já mostrou a antropologia nos estudos sobre os rituais, as solenidades reiteram com mais veemência os mitos. Desse modo, a teoria indica que são momentos particularmente importantes porque condensam diferentes aspectos da dinâmica social, dão visibilidade aos valores comuns, bem como às diferenças, aos conflitos e às tensões.

Diz Rodrigues (2012) ainda que a análise dos rituais tem sido objeto privilegiado do estudo das sociedades de pequena escala, como as estudadas pelos antropólogos, uma vez que todos ritualizamos e que as características dos rituais são momentos especiais para o pesquisador¹¹⁴. Argumenta esta autora que a antropologia dos estudos clássicos do século XX auxiliam na apreensão dos “[...] fenômenos que buscamos compreender no presente”. (RODRIGUES, 2012, p. 9).

Para Peirano (2001), os rituais podem ser vistos como tipos especiais de eventos, mais formalizados e estereotipados, mais estáveis e, portanto, mais suscetíveis à análise, porque já são recortados em termos nativos. Desse modo, argumenta a autora, nos rituais “[...] há uma ordem que os estrutura, um sentido de acontecimento cujo propósito é coletivo”. (PEIRANO, 2001, p. 4).

Da Matta (1997) afirma que falar em vida social é falar em ritualização. Segundo este autor, o mundo social é fundado em convenções e símbolos e, por esta razão, todas as ações sociais são realmente atos rituais ou atos passíveis de uma ritualização. Ao prefaciá-la obra de Van Gennep, Da Matta (1978) lembra que o rito também abarca aquilo que está aquém e além do mundo concreto e real do cotidiano. Por isso, argumenta o autor, “[...] o rito igualmente sugere e insinua a esperança de todos os homens no seu eterno desejo de passar e ficar, de esconder e mostrar, de controlar e libertar, numa permanente transformação do mundo e de si mesmo” (DA MATTA, 1978, p.11).

Tomo esta argumentação sobre o sentido dos rituais, como mencionados pelos autores acima, para descrever um dia de solenidade ocorrida nas dependências da sede da ASMOCONP. Neste caso específico, verifico como os relatos das lutas e da imagem do bairro solidário são ritualizados.

¹¹⁴ Ver: RODRIGUES, Fernanda. Banco Palmas: rituais de cidadania. In: RODRIGUES, Lea. **Rituais, dramas e performance**. Fortaleza: EDUFUC, 2011.

O lugar escolhido para o evento não se dá ao acaso. A sala principal da sede da ASMOCONP, lugar da referida solenidade, é uma espécie de personificação dos relatos das lutas mencionadas nas narrativas anteriormente referidas. Faço notar as informações contidas no interior da supracitada sala: cartazes, banners, faixas, que se reportam à memória da construção do Conjunto Palmeiras, como, por exemplo, imagens das primeiras habitações, a construção em mutirão da sede da ASMOCONP, a construção do posto de saúde e da praça. Além disso, há uma maquete do bairro, assim como um mosaico de cartazes que vinculam a imagem do bairro à temática da solidariedade. Escrito acima das imagens, há a seguinte frase: “Deus criou o mundo e nós construímos o Palmeiras”.

“Palmas, palmas!”, ouve-se a voz do coordenador do Banco Palmas, que inicia mais uma “solenidade¹¹⁵”. “Alegria, minha gente, é mais um dia de festejar a vida”, fala o referido coordenador. Vestido com a *griffe* do bairro, a *Palma Fashion*, ele conduz todo o ritual da festa: chama todos os convidados externos para comporem a mesa e anima a plateia com ritmos musicais populares executados pela Companhia Bate Palmas.

A plateia é composta por moradores do bairro, normalmente aqueles beneficiados pelas iniciativas ditas solidárias; mas também por antigas lideranças locais, além de integrantes da comitiva do governo estadual ou federal. É comum compor a plateia representantes de instituições consideradas parceiras¹¹⁶ do bairro: ONGs, como as entidades que compõem a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária; representantes de partidos políticos, a exemplo do Partido dos Trabalhadores (PT); dentre outros. A todo o momento, imagina-se estar numa grande festa que foge ao *status* da solenidade. Por vezes, as falas são interrompidas por aplausos, estes orquestrados pelo coordenador, Joaquim Melo.

É comum nestas festas serem usadas palavras ou frases compatíveis com a linguagem utilizada pelos moradores no cotidiano do bairro. Como, por exemplo, “machorrói”, “mói de chifre”, “botando boneco” ou ainda expressões que denotam o campo espiritual como “ave Maria”, “Deus te abençoe”, “vá com Deus, vixe nossa senhora”¹¹⁷.

¹¹⁵ No Conjunto Palmeiras, é fácil observar a mistura dos rituais, que geralmente são classificados como inerentes às festas ou às solenidades. Utilizarei festa, solenidade e eventos como sinônimos.

¹¹⁶ Ver, no Apêndice A, a lista das instituições consideradas parceiras pelas lideranças do bairro.

¹¹⁷ *Macho véi*: cara, amigo; *mói de chifre* (ou *chifre*): corno; *botando boneco*: enchendo o saco ou pondo dificuldade para fazer alguma coisa, dependendo da ocasião. Ex.: "Ele bebeu muito e ficou botando boneco." / "Ele tá botando boneco pra ir a praia." (ver *bunequeiro*); *ave, Maria*: dependendo da forma como é expressa, é uma interjeição de enfado (impressão desagradável, incômodo, zanga, aborrecimento) ou admiração; *Deus de abençõe*: vá em paz com Deus, com as bênçãos divinas – palavras e sentimentos de gratidão; *vá com Deus*: vá em paz com as bênçãos divinas. O significado, neste contexto, diz respeito a uma saudação amistosa, amigável, porém pode ter um sentido oposto, quando citado diante de uma situação desfavorável ou conflitante; *vixe Nossa Senhora*: virgem Nossa Senhora. Conforme a conotação é uma interjeição de admiração ou espanto.

Normalmente a abertura da solenidade é realizada por antigas lideranças do bairro, que, em suas falas, recontam ou se referem aos processos de lutas ocorridas no bairro, como a luta pela moradia, a luta pelos serviços básicos (água potável, energia, transporte). É comum também ressaltarem a união dos moradores na construção de áreas coletivas do bairro, como a praça, a primeira creche comunitária e a sede da ASMOCONP.

Após a abertura da solenidade, outra liderança retoma a fala do seu antecessor para mencionar as “lutas” atuais do bairro. Dessa maneira, vinculam lutas passadas com a imagem presente do bairro solidário. Para isto, o animador indaga à plateia: “Qual bairro de Fortaleza foi construído pelos seus próprios moradores?”. Ou: “Qual bairro manteve sua história e a transformou em uma marca de resistência?”. Ou ainda: “Como isso seria possível se não fosse pela solidariedade, pela cooperação, pela união?”.

Os relatos assim ritualizados buscam interagir com os sentimentos, as ações, os valores comuns ao cotidiano dos moradores do bairro, afinal, de alguma forma, todos os presentes à solenidade estão vinculados ao tema e às questões em pauta, já que são os elementos que, ao longo do tempo, foram acionados para definir o próprio bairro. Nesse momento, o discurso do coordenador coloca-se no mesmo nível dos moradores do Conjunto Palmeiras, no ponto culminante da festa – e é com esta postura que ele chama os convidados a se pronunciarem, direcionando estes depoimentos para o foco da solenidade, que geralmente contempla as ações voltadas para as melhorias no bairro.

Ainda nessa festa, podem-se observar, claramente, distinguindo-se do animador, as “assistentes”, pessoas que durante o ritual se vestem de forma diferente, embora denotem exercer funções de estreita ligação com as iniciativas ditas solidárias. A “farda” usada representa a sua posição no mundo cotidiano, no que se refere aos que coordenam o Banco. Ou, para citar DaMatta (1997, p. 76), “[...] representam as identidades sociais concretas que operam em todos os níveis da vida social”. Tais pessoas não atuam no palco principal, mas são fundamentais para a movimentação do espetáculo. Desde a responsável que fica na recepção auxiliando os lugares marcados *a priori* para os convidados, até a pessoa indicada para conceder as possíveis entrevistas, dependendo da temática da solenidade e das autoridades convidadas para o evento. É importante dizer que esta pessoa se veste de maneira singular em relação ao grupo, isto é, traje sem nenhuma identificação com as iniciativas, diferentemente do Joaquim e das assistentes.

Pode-se considerar que aquele momento se reveste de um caráter sagrado. Nele os moradores ali presentes demonstram coesão e, por outro lado, podem realizar acordos a serem

firmados em nome do bairro. Assim, nesse momento, ratifica-se, ou melhor, seria mais correto afirmar, personificam-se os relatos do bairro “lutador” e “solidário”.

Dessa maneira, ratifico DaMatta (1997, p. 77), quando este afirma que: “O mundo ritual é uma campo de oposições e junções, de destacamentos e integrações, de saliências e inibições de elementos”. Segundo ainda o autor é nesse processo que as “coisas do mundo” adquirem um sentido diferente e podem exprimir mais do que aquilo que exprimem no seu contexto normal¹¹⁸. Argumenta ainda DaMatta (1997, p. 77) que “[...] o universo do ritual é o mundo do efetivamente arbitrário e do puramente ideológico”.

Para a realização deste ritual, geralmente há parcerias financeiras acordadas e/ou consolidadas. Neste sentido, um aperto de mão entre uma liderança e uma autoridade¹¹⁹ pode ser um ato carregado de significados no processo do ritual, conformando o seu campo simbólico. Ora, um aperto de mão no momento do rito pode representar uma tomada de decisão significativa para o grupo social presente, principalmente quando este vem após o discurso de um dos convidados. Ou ainda se tomarmos como referência a posição que esta pessoa ocupa na vida cotidiana. Por isso, o lugar definido *a priori* para aquela pessoa “sentar-se à mesa” torna-se imprescindível e um elemento importante a ser considerado na observação e interpretação do evento em seus aspectos simbólicos.

¹¹⁸ Nesse sentido, ressalta DaMatta (1997): “Minha posição é a de que o rito, como o mito, consegue colocar em *close up* as coisas do mundo social. Um dedo é apenas um dedo integrado a uma mão, e essa mão a um braço, e esse braço a um corpo. Mas, no momento em se coloca no dedo um anel que marcará o status matrimonial de uma pessoa, esse dedo muda de posição. Continua a ser um dedo, mas é ao mesmo tempo muito mais que isso” (DAMATTA, 1997, p. 77).

¹¹⁹ Estou denominando aqui de autoridade, indivíduos vindos da esfera do governo estadual ou organizações internacionais que tencionam colaborar financeiramente, ou de outra forma, com as iniciativas solidárias. Ou seja, o espetáculo é também uma forma de conferir legitimidade a essas experiências, de forma a conseguir essas parcerias.

3 AS INICIATIVAS SOLIDÁRIAS DO CONJUNTO PALMEIRAS: FORTALECIMENTO E LEGITIMIDADE

As discussões sobre as quais tratei no capítulo anterior versavam sobre os relatos que solidificam a ideia do Conjunto Palmeiras como um “bairro de lutas” e, ao mesmo tempo, constrói a imagem do bairro solidário. Para isto, fundamentei-me em depoimentos das lideranças locais sobre os processos de demandas sociais ocorridos no Conjunto Palmeiras a partir de sua criação pela Prefeitura de Fortaleza em 1973. Ainda no capítulo anterior abordei sobre a percepção da mídia e da academia sobre a solidariedade a partir das iniciativas solidárias no Conjunto Palmeira. Para isto, debrucei-me sobre o conteúdo presente tanto nas reportagens (jornais, revista, dentre outros) como também em trabalhos científicos (monografias, artigos, dissertações e teses).

Discorri, ainda, acerca da seleção de episódios relatados no processo de construção do bairro, que são narrados para distintas plateias. Em geral, esses acontecimentos são contados e recontados por lideranças locais, surgidas concomitantemente aos processos de constituição do bairro.

É importante ressaltar que, em geral, as lideranças que descrevem em seus relatos representações de lutas e de solidariedade não se apresentam *a priori* como representantes das instituições locais, mas como protagonistas na trajetória do bairro. Percebi isto, inclusive, durante as entrevistas com as jovens lideranças do bairro, uma vez que estes faziam questão de iniciar seus depoimentos contextualizando o seu vínculo com a trajetória do Conjunto Palmeiras, a exemplo do depoimento de Ênio, presidente da Companhia de Ritmos de Danças Populares (CORDAPÉS) e de Elias, coordenador da Palmalimpe:

Na verdade a nossa família hoje é uma das maiores aqui do Conjunto Palmeiras, é uma das famílias fundadoras, que é a família do Sobral [...] A minha mãe sempre esteve envolvida nas lutas da comunidade junto às associações que existem. Eu me envolvi na questão da cultura, né?.

(Depoimento do Ênio Marque Martins, Coordenador do CORDAPÉS. Entrevista realizada no dia 14 de setembro de 2010)

Assim como Ênio, Elias também é descendente de uma das famílias fundadoras do bairro. Veja-se o seu depoimento:

No início [do bairro], em sua fundação, tinha muitas casas de taipa, a minha mãe sem noção nenhuma de engenharia, ela sabia construir estas casas. Ela sabia construir estas casas e as pessoas encomendavam e eu ajudava, mesmo sendo uma criança de quatro anos.

(Depoimento do Elias Lino, Coordenador da Palmalimpe. Entrevista concedida no dia 20 de abril de 2010)

Sobre o depoimento de Ênio, Joaquim, coordenador do Banco Palmas, lembra que Sobral foi o dono da primeira mercearia do bairro. Isto, ressalta Joaquim, “[...] quando aqui não tinha quase nada”. Segundo ele, a mercearia localizava-se próxima à atual praça do bairro. Também fui informada de que a mercearia, na verdade, era um barraco onde residia Sobral e sua família, e, também, lugar onde funcionava o pequeno comércio. Joaquim conclui com a frase “muitas histórias e muitas dores passaram por ali”.

Analisando o depoimento de Ênio e Elias, observo que, de algum modo, a postura das lideranças em vincular-se ao bairro, mais precisamente aos processos reivindicatórios ocorridos durante a construção do Conjunto Palmeiras, acabaram por fortalecer a imagem do bairro como combatente e coeso, como se viu no último capítulo. Noto, contudo, que a importância das instituições locais se apresenta nos depoimentos das lideranças, como afirma Marinete: “[...] o Conjunto Palmeira e a associação [ASMCONP] foi minha escola, foi aonde eu vim aprender tudo. Foi aqui onde descobri que eu tinha de nascer de novo”.

Entretanto, essa relação aparentemente desinteressada, no que diz respeito à menção ao bairro, e não às entidades, pode ser considerada como uma estratégia para consolidar a imagem de um bairro solidário, pois realmente este conjunto de narrativas acaba por firmar esta percepção sobre o Conjunto Palmeiras. Para melhor apreensão dessa relação, apresento o relato de Joaquim:

Eu acho que na década de [19]80 para a década de [19]90, que é a época da organização das favelas de Fortaleza, há em Fortaleza uma verdadeira luta antropofágica, as brigas faraônicas dentro das associações pelas direções, basicamente pelo PT e PC do B, dividiam a cidade no meio, né? Então, eu acho que o Conjunto Palmeiras, embora tenha vivido todas estas contradições, ele foi um bairro de lideranças, eu, o seu Augusto, a Marinete, a gente conseguiu criar entre nós uma ética, uma cultura de tolerância de superação de conflitos. Acho que isso foi uma coisa interessante, quer dizer, você tem isso até hoje. Em alguns momentos eu digo isso: quais foram os motivos de sucesso do Conjunto Palmeiras? Nem digo do Banco Palmas. Um elemento é que foi um bairro que aprendeu a gerenciar seus conflitos. Então, daquela década de [19]80 para [19]90, que o movimento popular se desfazela em briga e se autoconsome, a gente se entendeu, nós do Conjunto Palmeiras [...] Então, você tem grandes lideranças, Toinha, eu, Marinete, seu Augusto, Socorro Alves, Zé Valdo, que se respeitavam, que fizeram esta confiança, que não se mataram, não se autodividiram, não foram criando outras associações, não foram para os governos, mas que ficaram no bairro. Então, esse gerenciamento de conflitos, saber gerenciar estes conflitos, foi um motivo muito interessante de sucesso que gerou solidariedade entre nós.

(Depoimento João Joaquim Melo, Coordenador do Banco Palmas. Entrevista realizada no dia 12 de abril de 2012).

Se, por um lado, os depoimentos mostram a relação de parentesco entre lideranças locais jovens e antigas e que, atualmente, estas lideranças estão incorporadas à história do bairro, como está patente nos depoimentos de Ênio e Elias; por outro lado, o depoimento de

Joaquim Melo fala da postura das lideranças no sentido de lidar com os conflitos que existiram.

De acordo com Joaquim, as lideranças do Conjunto Palmeiras mostraram, durante os contextos de tensões vivenciados pelo movimento social, uma posição de alteridade, de respeito às diferenças. Segundo ainda o depoimento de Joaquim, esta postura das lideranças tem incidido sobre a história do bairro. Assim, ele conclui afirmando que estes episódios têm gerado laços de solidariedade entre as lideranças locais.

Contudo, analiso que essas lideranças não atuam sozinhas, há outros atores sociais que contribuem para a disseminação da ideia de bairro solidário. As entrevistas realizadas no transcurso desta tese permitem considerar o papel das instituições como ferramentas relevantes neste processo.

Em um artigo intitulado *Palmeiras: escola de lideranças*, Carvalho (2002) mapeou, no ano de 1995, no referido bairro, a existência de vinte entidades locais entre grupos e associações, algumas criadas a partir da década de 1980. Segundo a autora, essas entidades foram importantes para a configuração socioespacial do bairro, uma vez que atuaram nas reivindicações para a melhoria do bairro.

No referido artigo, Carvalho (2003, p.38) afirma que há, em relação às lideranças, um saber constituído, acumulado a partir da participação destas nos movimentos sociais, nas administrações públicas de âmbito municipal e estadual e nos trabalhos comunitários. A autora ressalta que esses saberes repercutem no cotidiano das ações das entidades das quais essas lideranças participam.

Matos (2002), em seu estudo *Nas trilhas da experiência: a memória, a crise e o saber do movimento popular*, ressalta a importância do bairro como referência para o movimento social da cidade de Fortaleza e argumenta: “[...] é um exemplo a ser seguido, pela sua postura, organização e atuação diferenciada” (MATOS, 2002, p. 22).

Ainda para Matos (2002), o modo diferenciado com que atuam as entidades do Conjunto Palmeiras confere a estas uma “força da unidade política” e acrescenta: “[...] por esta razão, é possível compreender porque o bairro ainda continua sendo um exemplo de resistência” (MATOS, 2002, p. 24).

Diante do exposto, o propósito deste capítulo é mapear a rede de atores que participam do processo de construção da imagem do Conjunto Palmeiras como um bairro solidário e as relações existentes entre eles. Quero perceber de que modo as mensagens proferidas por esses diferentes atores sociais contribuem para a legitimação das iniciativas ditas solidárias e que sentidos são dados ao termo solidariedade. Para tanto, oriento-me pelas

seguintes questões: de que maneira as entidades locais colaboram na formação da imagem do bairro solidário? Que percepção de solidariedade perpassa as relações firmadas entre os atores sociais envolvidos?

3.1 Mapeamento das instituições do Conjunto Palmeiras

Com o intuito de ampliar meu conhecimento sobre a rede de associações, ONGs e outras instituições existentes no Conjunto Palmeiras, busquei, ao longo de seis meses, mapear e depois entrevistar os representantes dessas instituições. Tarefa nada fácil, tanto em razão da agenda desses representantes como pela ocorrência de mudanças de endereços e falta de informação quanto à nova localização destas instituições. Ainda me deparei com situações em que as pessoas se esquivaram de conceder as entrevistas, alegando indisponibilidade.

Ao indagar sobre a localização das entidades, ouvi comentários às vezes ditos de forma irônica, como, por exemplo, quando gesticulando, diziam-me: “E ainda existe?”, insinuando a possibilidade de a instituição haver findado.

Apesar das dificuldades, consegui mapear dez instituições no bairro e uma variedade de grupos que, por incongruências nos dados oficiais, não foi possível alcançar um levantamento preciso. Entretanto, ao longo deste capítulo, alguns desses grupos aparecerão nos relatos dos representantes das entidades.

Das instituições mapeadas, consegui entrevistar representantes das seguintes associações: Companhia de Ritmos e Danças Populares (CORDAPES), Associação Beneficente de Valorização à Vida (ABVV), Associação Chico Moser¹²⁰, Associação Creche Comunitária do Conjunto Palmeiras, Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras-ASMOCONP, além do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária e do Fórum Socioeconômico Local (FECOL). Com as demais instituições – como, por exemplo, a Cooperativa de Grupos de Produção Solidária (COOPSOL), a Associação Mulheres em Movimento e a Associação dos Alcoólicos Anônimos Luz e Glória –, apesar do meu esforço, não foi possível realizar as entrevistas com os representantes.

De todo modo, listo no quadro abaixo a relação das instituições existentes com o nome dos membros com os quais realizei entrevistas, como também aqueles com os quais não logrei êxito.

¹²⁰A associação é denominada assim em virtude de uma homenagem a um padre chamado Chico Moser, que morou no bairro na década de 1980 e que atualmente reside na Itália.

Quadro 5 – Instituições existentes no Conjunto Palmeiras por ano de criação

Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000 aos dias atuais
<ul style="list-style-type: none"> • Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP); • Associação Creche Comunitária do Conjunto Palmeiras; • Associação Beneficente de Valorização à Vida (ABVV). 	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Alcoólicos Anônimos Luz e Glória; • Associação Mulheres em Movimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Chico Moser; • Companhia de Ritmos e Danças Populares (CORDAPÉS); • Cooperativa de Grupos de Produção Solidária (COOPSOL); • Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária; • Fórum Socioeconômico Local (FECOL).

Fonte: Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras – ASMOCONP (2012).

Conforme fui conquistando a confiança de alguns representantes, também tive acesso a documentos relativos às entidades. Compartilho estas informações para que o leitor possa apreender os objetivos e a atuação destas entidades. É importante dizer que preservei o texto original contido nos referidos apontamentos, obtidos no transcurso da pesquisa de campo, por meio das entidades.

Quadro 6 – Objetivos e atuação das instituições existentes no Conjunto Palmeiras (continua)

INSTITUIÇÃO	OBJETIVOS	PROJETOS DESENVOLVIDOS
Associação Beneficente de Valorização à Vida (ABVV)	Objetivos: desenvolver atividades socioeducativas para crianças e adolescentes, cursos profissionalizantes para jovens	Projetos desenvolvidos: vida e arte e cidadania, arte e educação, informática e cidadania
Companhia de Ritmos e Danças Populares (CORDAPES)	Objetivos: desenvolver a cultura, o trabalho social e a renda resgatando a juventude através da cultura, proporcionando o lazer	Projetos desenvolvidos: acompanhamento social familiar dos jovens que são atendidos na Associação
Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária	Objetivos: expandir e fortalecer as iniciativas solidárias	Trabalhos desenvolvidos: convênios com instituições governamentais e não governamentais
COOPSOL – núcleo – Cooperativa de Grupos de Produção Solidária	Objetivos: resgatar a dignidade humana através da luta pelo trabalho, realizando uma economia sustentável	Projetos desenvolvidos: trabalho junto com a pastoral operária no trabalho de conscientização dos direitos humanos, trabalham com os sócios da COOPSOL, ministração de cursos para a Prefeitura e para a Associação de Mulheres em Movimento
Associação Mulheres em Movimento	Objetivos: resgatar a dignidade da mulher, viver em plenitude o ser mulher, ter voz e vez na sociedade	Projetos desenvolvidos: cursos de massoterapia, curso de costura, curso de farmácia viva, cursos de manicure
Associação Beneficente Caminho do Projeto do Conjunto Palmeiras	Objetivos: desenvolver projetos para a comunidade	Projetos desenvolvidos: moradia, infraestrutura, esporte e educação
Centro de Nutrição do Conjunto Palmeiras	Objetivos: atender as crianças e os adolescentes em projetos de reforço escolar	Trabalhos desenvolvidos: Aldeia Escola, cozinheiro, projeto Menino Capaz e Raiz

Quadro 5 – Objetivos e atuação das instituições existentes no Conjunto Palmeiras (conclusão)

INSTITUIÇÃO	OBJETIVOS	PROJETOS DESENVOLVIDOS
Associação Creche Comunitária do Conjunto Palmeiras	Objetivos: desenvolver trabalhos em parceria com outras associações e ONGs e moradores, em geral, na área da educação, socialização, cultura, cidadania e gênero;	Projetos desenvolvidos em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, igreja Assembleia de Deus e outros.
Associação Chico Moser	Objetivos: trabalhar como meio ambiente e melhoria no bairro;	Projetos desenvolvidos em educação de jovens e adultos.
Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras	Objetivos: articular e mobilizar os moradores para a melhoria das condições de vida no bairro;	Trabalhos desenvolvidos com moradores e entidades localizadas no bairro.
Fórum Socioeconômico Local (FECOL)	Objetivos: refletir, reivindicar e propor alternativas para melhorar o desenvolvimento econômico do Conjunto Palmeiras, abrangendo as mais diversas formas de apoio a produtores, comerciantes, prestadores de serviço e às práticas de consumo ético e solidário, no sentido de gerar, cada vez mais, oportunidades de trabalho e renda para a comunidade, promovendo o desenvolvimento integral, ecológico e sustentável;	O Fórum é uma articulação da sociedade civil, sem personalidade jurídica. Visa consolidar-se como um espaço de reflexão e proposição, coletivo e democrático no bairro.

Fonte: Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras – ASMOCONP (2012)

Discorro a seguir sobre as instituições com cujas lideranças tive a oportunidade de dialogar no transcurso da pesquisa de campo.

3.1.1 Companhia de Ritmos de Danças Populares (CORDAPÉS)

Após várias tentativas, consegui marcar uma entrevista com Ênio, presidente da CORDAPÉS. Era começo de tarde quando cheguei ao endereço combinado; uma casa de fachada simples, com paredes revestidas de cartazes de propaganda de um candidato a vereador. É comum no Conjunto Palmeiras encontrar manifestações da população local em relação a suas preferências eleitorais no período que antecede o dia da votação.

Fui recebida pelo presidente da CORDAPÉS o qual, demonstrando cordialidade, começou a falar-me sobre o bairro, antes mesmo que eu ligasse o gravador. Apesar da minha curiosidade em relação aos cartazes postados na frente da casa e à sua relação com o candidato, não ousei tratar do assunto, até porque não era essa minha intenção ali. Já com o gravador ligado, iniciamos uma agradável conversa, interrompida, eventualmente, pelo barulho que vinha da rua.

Fiquei sabendo que a Companhia de Ritmos de Danças Populares (CORDAPÉS) foi criada como grupo de dança no dia 13 de maio de 2006 e registrada como associação no ano de 2007. Inicialmente o grupo de dança chamava-se *thedance*. Segundo Ênio, presidente da associação, a razão da mudança no nome *thedance* para CORDAPÉS foi “[...] devido o primeiro ser um nome americanizado”. Segundo ele, o atual nome da associação CORDAPÉS significa: instrumentos musicais e parte do corpo que conduz a dança, que são os pés.

Atualmente, a principal atividade da CORDAPÉS é a dança. Além dessa atividade, a associação se insere nas lutas sociais do bairro, como, por exemplo, a melhoria da qualidade dos serviços básicos (transporte público, serviços básicos) e a participação em alternativas de combate à fome. Ênio lembra:

A gente veio se alertar para o social por causa de um dos meninos que meu irmão ajudou, que é o Rafael, que era catador de latinha. Ele catava daqui [Conjunto Palmeiras] até no centro da cidade e vendia naquela região do centro. Até que um certo dia ele vinha na avenida Val Paraíso e vinha duas meninas passando, aí ele pulou pra dentro do carrinho, e ficou escondido até as meninas passarem. Aí quando as meninas passaram, ele veio correndo aqui em casa, pedindo ao meu irmão um trabalho, ele não queria mais trabalhar naquilo. Então, como ele não tinha estudo, ele passou a me ajudar no artesanato, e depois ele ficou melhor do que eu, porque eu também faço artesanato. Então, ele começou a viajar e dar cursos. Então, ele começou a dar cursos lá no Banco Palmas, foi inclusive no início da Companhia Bate Palmas, que até hoje tem lá. Então ele dava aula pra os meninos.

[...] E aí a gente começou a se alertar que muitas vezes é falta de oportunidade. Até então não existia a associação, só o grupo de dança. Teve um dia que conseguimos uma bandeja de ovos, aí a gente decidiu doar para aqueles do grupo que tinha mais necessidade. Aí no outro dia a gente começou a ter relatos. Um, o pai pegou os ovos e comeu quase tudo, o outro vendeu a bandeja de ovos por um real pra mãe dele. Aí a gente resolveu criar associação com outros objetivos. Aí com o decorrer do tempo, a gente conseguiu cestas básicas, outras pessoas e entidades daqui nos ajudaram, dando comida; foi o caso do ABC. Às vezes, a gente ia, almoçava lá, eram sete meninos, até porque não tinha comida em casa e seis vinha almoçar aqui em casa. Então, a gente viu que naquele tempo o importante era alimentação, muitas pessoas passaram mal de fome durante os ensaios.
(Depoimento de Ênio Martins Marques, Presidente da CORDAPÉS. Entrevista realizada no dia 14 de setembro de 2012)

Ênio ainda me revelou que, no início de 2012, havia 187 jovens participando ativamente da CORDAPÉS; contudo, em consequência da dificuldade financeira enfrentada pela associação, a quantidade de participantes reduziu-se, restando apenas 67 pessoas. Sobre esta questão diz Ênio:

A gente no começou alugava um espaço na rua Codó, aqui atrás, só que a gente pagava R\$500,00 (quinhentos) reais de aluguel e ainda pagava a água e a luz. Aí não deu, ficou muito caro, aí a gente alugou o quintal aqui da casa da minha mãe. Aí o lugar só suporta essa quantidade de pessoas, só 20 pessoas por dia, então de segunda a sexta tem aula toda noite.
(Depoimento do Ênio Martins Marques, Presidente da CORDAPÉS. Entrevista realizada no dia 14 de setembro de 2012)

Outro aspecto decorrente do problema financeiro foi a mudança da sede da associação. Anteriormente, ela funcionava em uma casa alugada, em virtude da insuficiência de recursos, para pagar as contas do aluguel e também das tarifas públicas, como água e energia elétrica. Por esta razão, ressaltou Ênio, “[...] a sede foi transferida para casa da minha mãe”. A residência dos pais de Ênio está situada na rua Cabo Verde, no Conjunto Palmeiras.

Após a entrevista, Ênio fez questão de me mostrar os três ambientes da sua residência destinados ao grupo. Pude observar que, no primeiro, estavam organizadas as fantasias usadas nas apresentações do grupo de dança; no segundo, uma espécie de terraço destinado aos ensaios; e, no terceiro, logo na entrada da casa, funciona o escritório, local reservado para as entrevistas e conversas. Neste espaço, também ficam expostos troféus e medalhas ganhos em premiações quando das apresentações do grupo de dança. Também havia fotografias, além de um computador, uma estante, cadeiras e mesas. Segundo informações de Ênio, todos estes móveis foram doados por moradores do bairro.

Sobre as apresentações públicas do grupo, há três modalidades: vitrines, beneficentes e profissionais. As apresentações vitrines ocorrem em escolas, praças e creches e não são remuneradas, o grupo recebe somente o lanche e o transporte, que são pagos por

quem os convidou. Já as apresentações beneficentes acontecem em abrigos e, como o próprio nome sugere, não há qualquer tipo de remuneração. Já as apresentações profissionais são realizadas em grandes hotéis da cidade de Fortaleza e região metropolitana. Pelas apresentações profissionais, recebem um cachê de R\$ 400,00 reais líquidos, isto é, após cobrir as despesas com o deslocamento e a alimentação do grupo. Em relação às apresentações públicas, o grupo de dança é dividido em profissionais, intermediários e novatos. Geralmente, os profissionais fazem as apresentações remuneradas e as realizadas no próprio bairro.

Além dos recursos angariados nas apresentações de dança, a associação recebe doações de alimentos dos comerciantes locais. Estes donativos são destinados para o lanche durante os cursos e ensaios na sede da associação, como também são entregues às famílias dos participantes do grupo de dança, que em geral são pessoas extremamente pobres¹²¹. Ainda sobre a situação de pobreza das famílias, Ênio diz: “[...] a gente conseguiu a cesta básica, aí a gente foi deixar. Aí a mãe do menino que faz parte da associação tinha ido pedir à vizinha o arroz emprestado, aí, quando a gente chegou com a cesta, ele se derramou em lágrimas”.

Outro dado importante na entrevista diz respeito ao perfil dos participantes do CORDAPÉS: em geral tiveram envolvimento com drogas ilícitas¹²², têm baixa escolaridade, trabalham em biscates e são oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social, conforme informou Ênio durante a entrevista.

Outro aspecto mencionado por Ênio diz respeito à relação da associação com o bairro no tocante ao campo de mobilizações pelas questões sociais.

Trabalhamos com outras associações do bairro quando tem alguma coisa em comum, por exemplo, no FECOL. Por exemplo, a gente fez com ASMOCONP, Banco Palma, a gente se juntou e fez o pré-Carnaval. Também a gente se juntou e fez mil jovens e dez ideias. A questão da luta do ônibus (paradas de ônibus e o expresso que saiu do nosso bairro e foi pro bairro vizinho, Sítio São João). Todas essas lutas são importantes para os moradores. Uma simples mudança de parada traz problema pra comunidade. Temos parcerias com todas, não temos problemas com nenhuma. Hoje a grande ferramenta que nós temos, a FECOL, para se juntar e reivindicar pelo bairro. Acho que só duas não participam do FECOL hoje se reúne de quinzenalmente. Fizemos a rampa para os cadeirantes. Então, o Palmeiras é de muita luta. Os moradores, o que tem hoje tudo é conquista, por exemplo, nossa pracinha [São Francisco] foi construída pelos moradores, a questão do canal [de drenagem].

(Depoimento do Ênio Martins Marques, Presidente da CORDAPÉS. Entrevista realizada no dia 14 de setembro de 2012).

¹²¹ Segundo informações, as famílias têm poder aquisitivo baixo. A maioria dos pais não tem rendimentos fixos. Além da precariedade econômica destas famílias, a maioria dos pais está envolvida com drogas ilícitas ou se envolveu com pequenos delitos.

¹²² Duas semanas após a realização da entrevista com Ênio, fui informada de que um dos participantes, chamado Daniel, havia sido assassinado à “queima roupa” por um traficante morador do Conjunto Palmeiras. Contudo, o presidente da CORDAPÉS assegurou que o jovem morto não tinha mais envolvimento com drogas.

Ao mencionar as ações reivindicatórias ocorridas no processo de construção do bairro, Ênio menciona nomes de moradores do Conjunto Palmeiras considerados por ele como referência para as jovens lideranças:

Todas essas histórias que a gente vê muito hoje, por eu ser um jovem eu me espelho muito neles [lideranças], nos mais antigos, e tento aprender com eles pra dar continuidade. Eu sei que têm uns que estão muito cansados porque já vêm dessa luta, né?. Porque tudo aqui foi com muito sacrifício: a água, o esgoto, tudo. É seu Augusto, Joaquim, seu Emanuel Evangelista, têm deles que já está com a idade avançada. E a gente vê que tão um pouco cansado, tão na luta porque não abrem mão, acho que eles vão até o último dia de suas vidas. Essas pessoas estão na luta porque não abrem mão da luta e vão até o final de suas vidas. Então a gente vê que os jovens do CORDAPÉS pode ser um novo líder aqui no Palmeiras, porque aqui tudo foi com muito sacrifício.

(Depoimento do Ênio Martins Marques, Presidente da CORDAPÉS. Entrevista realizada no dia 14 de setembro de 2012)

O depoimento acima confirma as asserções realizadas no princípio deste capítulo, de que as lideranças jovens se espelham nas antigas. Elas mostram também que o vocabulário das lutas se reproduz no discurso das jovens lideranças.

3.1.2 Associação Chico Moser

A associação Chico Moser está situada na principal avenida do Conjunto Palmeiras, a Val Paraíso. O trecho da avenida onde está localizada a sede da associação é conhecido entre os moradores como Palmeiras II. A novidade do local, segundo Luciana, atual presidente da associação, é o prolongamento da avenida Val Paraíso até o bairro José Walter: “Isso aqui que a senhora tá vendo era uma luta antiga dos moradores Palmeiras, e agora nós conseguimos”.

Realmente, durante este período em que frequentei o bairro, fui informada de que o lugar mencionado por Luciana alaga durante a estação chuvosa com facilidade, deixando as casas submersas. Com o prolongamento da via, foram realizadas benfeitorias no local, como uma ponte sobre uma vertente do rio Cocó e a iluminação pública nos arredores.

Segundo Luciana, o nome da Associação é uma homenagem ao padre chamado Chico Moser, que morou no bairro na década de 1980 e que atualmente reside na Itália. Lembra Luciana:

O padre Moser não era só um padre da Igreja Católica, ele era uma pessoa sempre presente na comunidade, sempre presente nas lutas. Lutou pelas causas como água e

energia. Muita gente que chegava aqui no Palmeiras sem ter pra onde ir, ele estava sempre ajudando e era um padre envolvido não só com os católicos, mas com os evangélicos. Ele não era da Igreja Católica, ele era do povo que estava no meio da comunidade mesmo.

(Depoimento de Luciana, Presidente da Associação Chico Moser. Entrevista realizada no dia 15 de setembro de 2012).

A associação foi criada no ano de 2008 e atualmente conta com 28 associados, a maioria mora na área denominada Palmeiras II. Segundo ainda Luciana, a associação foi fundada com a finalidade de “encontrar soluções para o Palmeiras II”. Luciana mostrou em seus relatos que há nesta área um contingente de moradores em situação de vulnerabilidade social. Como mencionei no primeiro capítulo desta tese, o Palmeiras II é uma área do Conjunto Palmeiras proveniente de ocupação. No interior desta área, há ruas e becos que desembocam em pequenas rampas de lixo, assim como também em esgotos que se misturam aos quintais das residências.

A associação Chico Moser desenvolve atividades como cursos e palestras, tendo como principal alvo mulheres e crianças. Para o primeiro grupo são ministrados cursos voltados para a qualificação profissional, como camareira, arrumadeira, faxineira e costureira. Além disso, são ofertadas aulas de alfabetização para adultos. Já para as crianças oriundas de escola pública são oferecidas aulas de reforço escolar. Os recursos para estas atividades, em geral, são provenientes de convênios firmados com a Prefeitura Municipal de Fortaleza. Em relação ao pagamento das tarifas públicas, a associação recebe ajuda dos membros da associação, que, juntos, pagam os valores referentes aos débitos.

Luciana ainda informou que o aluguel da sede é pago pela igreja Assembleia de Deus, localizada na mesma avenida da associação. Em geral, quando há reuniões com significativa participação, os associados se valem das dependências da igreja, já que a sede da associação Chico Moser não comporta assembleias.

Apesar dos problemas sociais do Palmeiras II mencionados por Luciana, pude observar que há nos relatos da dirigente uma compreensão de que deve haver um esforço conjunto das lideranças em relação às reivindicações para a melhoria do bairro, a exemplo da construção da ponte sobre o rio Cocó, assim como da escola pública municipal construída na área do Palmeiras II. Diz Luciana que:

Agora a gente tá conseguindo muita coisa. Quando a gente se vê que tem uma luta que seja de qual for a associação, que é uma luta boa pro bairro, a gente tá junto. Se a gente souber de alguma luta que tá vindo coisa boa pro Palmeira, então a gente diz: então vamos lá ver. Como foi o caso da escola que veio pra cá pro Palmeira II. Foi uma luta da Associação, de todos os moradores, pra conseguir, como também tem uma luta para melhorar a rua Tereza Bernardes, porque, quando chove aqui no

Palmeira II, a água dá na canela. Também aqui tem problemado esgoto e todo mundo tá lutando. Aqui tem luta do Palmeira II, que é a luta do Palmeira inteiro. Também tem uma luta grande pra conseguir a rua José Linhares aqui no Palmeiras II, e é uma luta de todo mundo do Palmeira. Toda vez a gente se reúne lá na palhoça da paróquia, aí vai todo mundo de associação e de igreja, todo mundo. A continuidade da Val Paraíso até a José Walter, o pontilhão aqui encima do rio Cocó... Isso aqui todo foi uma luta nossa, de todo Palmeira.

A gente quer somar para a gente ter uma vida melhor [...]apesar que as pessoas têm uma impressão muito ruim, ele [o bairro], tem uma violência, mas pra ali é melhor. As pessoas podem viver com coisas muito boas aqui. Pra você ter uma ideia, há dezoito anos nem essa área aqui existia [Palmeiras II], né?, nós vivia aqui como se fosse uma aldeia, né?. Nós só tinha uma entrada [Conjunto Palmeiras], entra e sai pelo mesmo canto. Agora a gente tem uma saída pro José Walter, tem uma saída pro Sítio São João e para a Perimetral.

(Depoimento de Francisca Dias Oliveira [Luciana], Presidenta da Associação Chico Moser. Entrevista realizada no dia 18 de setembro de 2012)

O depoimento de Francisca Dias enfatiza a união das associações em prol das demandas dos moradores, mesmo com o crescimento do bairro, o que indica uma possível superação das diferenças em prol do bairro como um todo.

3.1.3 Associação Beneficente de Valorização à vida (ABVV)

A Associação Beneficente de Valorização à Vida (ABVV) foi criada no ano de 1999, com o intuito de promover cursos de dança, de teatro, de música e de informática. Estes cursos são direcionados para crianças e adolescentes. Atualmente há 130 pessoas beneficiadas pela associação. A associação recebe recursos oriundos de uma ONG australiana para pagamento dos salários dos funcionários, assim como também para o pagamento das tarifas públicas (energia elétrica e água).

Nas dependências da ABVV, observa-se uma quantidade significativa de instrumentos musicais (violino, bateria, violão, teclados), além de um laboratório de informática em plena atividade. Diferentemente das duas associações descritas anteriormente, a ABVV possui sede própria, situada na rua Serra Azul.

Ainda com relação à questão financeira da ABVV, fui informada de que são realizadas periodicamente as “feiras da pechincha”, onde são comercializadas roupas, sapatos e acessórios oriundos de doativos de pessoas que, de algum modo, têm vínculos com o Conjunto Palmeiras (pesquisadores, jornalistas, professores universitários); também há as doações de comerciantes locais (material de construção e gêneros alimentícios). Na associação, funciona também uma pequena loja de papelaria. Ao todo são cinco funcionários, sendo que quatro deles trabalham ministrando as aulas dos cursos mencionados acima, e uma cozinheira é responsável pela alimentação dos alunos e dos empregados.

Ainda sobre as atividades desenvolvidas pela ABVV no bairro, seu Augusto fala da importância das atividades culturais, como a música para os jovens. Neste sentido, cita a Companhia de Música Bate Palmas como uma expressão do engajamento da juventude do Conjunto Palmeiras. Demonstrando o orgulho pelo bairro, em virtude da expressiva quantidade, segundo ele, de talentos e de intelectuais existentes no Conjunto Palmeiras, relata:

Hoje nós tamos com o projeto de música para crianças e adolescentes com dinheiro que vem de fora. Gosto muita da Companhia Bate Palmas porque além deles pensarem em desenvolver o bairro, a cidade, eles também têm o pensamento do desenvolvimento político. É um grupo muito bom, vamos conversar com Parahyba pra ele fazer uma junção de todos esses trabalhos que existem no Palmeiras. No Palmeiras têm muito artistas, tem tanto intelectual aqui, e a gente vai descobrindo quando vai conversando com eles. Aqui tem uma menina que, não sei se vocês assistem aquele, “Novos Talentos”, aqui tem uma menina que foi pra lá. Hoje é ela que ensina música aos meus alunos, são trinta crianças.
(Depoimento de Augusto Barros Filho, liderança do Conjunto Palmeiras. Entrevista realizada no dia 30 de abril de 2012)

Durante a entrevista com seu Augusto, observei que, em determinados momentos de nossa conversa, quando eu formulava as perguntas direcionadas à dinâmica da ABVV, seu Augusto findava correlacionando a ABVV ao conjunto de mobilizações sociais vivenciadas nos bairros, como as reivindicações no campo das políticas públicas.

Embora, em determinados momentos da entrevista, seu Augusto centrasse as informações no âmbito da ABVV, a exemplo do contexto da criação da associação, ou sobre o financiamento dos projetos desenvolvidos pela ABVV, por diversas vezes ele fazia referência ao bairro e às experiências denominadas solidárias. Veja-se, abaixo, como estas ideias se apresentam em seu depoimento:

A ideia do Banco Palmas, pra mim, é um avanço na solidariedade, porque cresce as parcerias na comunidade, claro que mesmo que seja um mercado solidário com os bancos, porque senão não funciona. A questão solidária pra mim não é só na questão da economia, mas quando a questão solidária se preocupa com o desenvolvimento da pessoa humana, se preocupa com a qualificação, se preocupa com a formação das pessoas. Não tem coisa melhor do que isso, porque você, muitas vezes, você cresce aqui no Palmeiras, por acaso tinha muitas mulheres que viviam vendendo seu corpo, se prostituindo e o Banco Palmas criou um Projeto chamado [in]Cubadora Feminina, a [in]Cubadora feminina trabalha com as mães solteiras, que não tinha como trabalhar. Então, iam lá para o Banco Palmas, fazer o quê? Às vezes nem era fazer empréstimos, mas era fazer uma capacitação para elas se transformarem em profissionais. Algumas se transformaram em profissionais e hoje elas vivem trabalhando, tomando de conta da família com seu próprio trabalho, sem se preocupar com a venda do corpo.
(Depoimento de Augusto Barros Filho, liderança do Conjunto Palmeiras. Entrevista realizada no dia 30 de abril de 2012).

Seu Augusto, uma das mais antigas lideranças do bairro, vê estas iniciativas solidárias como uma expressão de síntese das mobilizações históricas ocorridas no bairro, o que ele considera um “avanço de solidariedade no bairro”.

3.1.4 Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP)

A associação dos moradores do Conjunto Palmeiras foi criada em 1981. É considerada pelos moradores como a instituição mais antiga do bairro. As primeiras reuniões para a sua fundação, no final da década de 1970, ocorriam na residência dos moradores. Logo após a sua criação, passou a ter sede própria, mesmo que precária, localizando-se a partir de então na avenida Val Paraíso. Vale destacar que a construção da sede da ASMOCONP foi realizada em mutirão.

De acordo com a entrevista por mim realizada com Socorro Alves, diretora da ASMOCONP, o contexto da fundação da associação foi repleto de “lutas” empreendidas pelos moradores. Era um período, segundo ela, “[...] onde existiam muitas dificuldades e muita vontade de lutar”.

No final da década de 1990, a associação foi protagonista de uma ação inédita em se tratado dos movimentos sociais: criou um banco para os moradores do bairro, chamado Banco Palmas. Em seguida, criou um cartão de crédito e uma moeda social. Segundo Socorro, a partir de meados da década de 2000, a gestão dessas iniciativas passou a ser coordenada pelo Instituto Palmas de Socioeconomia Solidária e a associação retomou antigas demandas sociais do bairro.

Nos anos de 2009 a 2011, a diretoria da ASMOCONP redirecionou o foco para questões de infraestrutura do bairro e voltou a atenção às temáticas vivenciadas intensamente na década de 1980 e 1990, isto é, às mobilizações pelos serviços básicos. Neste caso, este redirecionamento voltava-se para o aperfeiçoamento das conquistas obtidas nas décadas referidas.

Segundo a diretora geral da associação, o bairro em 2009 passou a ter perdas sociais para os conjuntos habitacionais vizinhos. O mais comentado pela representante da ASMOCONP diz respeito ao transporte público, uma vez que a linha chamada Expresso foi transferida para o Sítio São João, assim como a unidade do posto de saúde. Estas questões tiveram impactos imediatos no cotidiano dos moradores do bairro que necessitavam destes serviços públicos.

Diante disto, comenta Socorro: “[...] as perdas nos fizeram refletir muito sobre o papel do movimento social, e de que maneira nós estávamos agindo como movimento social”. De acordo com Socorro, a diretoria da associação iniciou uma maratona de reuniões, conjuntamente com outras instituições locais, com uma extensa pauta de reivindicações, na perspectiva de reaver para o bairro antigas conquistas que foram deslocadas, no caso a unidade do posto de saúde e a linha de ônibus expresso. Também foram incluídas nas solicitações ao poder público novos itens referentes à pavimentação de ruas do bairro, à segurança pública e à abertura de novos acessos do Conjunto Palmeiras a outros bairros da cidade de Fortaleza. Ainda estava sendo solicitada a mudança do modelo de saneamento existente no bairro¹²³.

O conjunto de atividades protagonizadas pelas instituições ocorreu em preparação à comemoração de trinta anos da ASMOCONP. Lembra Socorro:

A gente propôs estudar três temas, embora a gente tivessem muitos outros, aí discutimos: Segurança, Educação e Saúde. A saúde, devido o posto de saúde, problemas com os agentes de saúde, com o Programa Saúde da Família (PSF), a educação, devido às perdas, à grade de professores que tava defasada, e a segurança por causa da violência, e daí elaborar um documento e voltar as locais (instituições e secretarias). Depois alguns secretários vieram aqui para prestar contas. Em relação à segurança, pedimos também uma casa para recuperação de dependentes químicos. Nesse dia, ouvimos muitas lamentações do Secretário e, por fim, entregamos em solenidade aqui no Palmeiras, as reivindicações do bairro em um documento na presença de muitas autoridade.
(Depoimento de Socorro Alves diretora da ASMOCONP, entrevista realizada no dia 30 de abril de 2012).

Percebe-se que, no geral, as atividades foram realizadas no bairro por meio de reuniões, seminários e encontros com diversas instituições governamentais representadas por secretários e parlamentares dos mais distintos partidos políticos. A ideia dessas plenárias, menciona Socorro, era resolver os problemas relacionados acima.

De outra forma, o conteúdo do relato acima coloca em evidência a importância que essas lideranças e o próprio bairro adquirem frente à esfera política, num processo de crescente aquisição de legitimidade.

3.1.5 Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária

Em consequência da difusão do conjunto de iniciativas solidárias criadas no Conjunto Palmeiras, surgiram diversas solicitações de palestras, seminários e debates, com a

¹²³ Sobre essas mobilizações e conquistas ocorridas no bairro, ver o primeiro e o segundo capítulo desta tese.

finalidade de conhecer e apreender o sentido das iniciativas. Com o passar dos anos, aconteceu algo que considero uma nova etapa em se tratando dessas iniciativas solidárias. A partir de um momento, cessou o interesse apenas no conhecimento sobre essas iniciativas, mas surgiu o desejo de implementá-las. Esta vontade partia de instituições governamentais brasileiras e de outros países, como é o caso do governo venezuelano de Hugo Chávez, tendo sido celebrado convênio com o Instituto Palmas com a finalidade de criar bancos na Venezuela tendo como referência o Banco Palmas. Para isto, foi realizado um intercâmbio para efetivar tal propósito.

Contudo, havia nisso tudo questões de âmbito constitucional, posto que a associação de moradores, coordenadora das iniciativas solidárias, não possuía poder institucional de realizar convênios para a implementação dessas iniciativas com governos e demais instituições. Outra questão mencionada relacionava-se com a captação de recursos.

Com a divulgação das iniciativas, no plano nacional e mesmo mundial, estas passaram a ser alvo de estudiosos, como também de curiosos que chegavam ao bairro em caravanas. Esta conjuntura impôs à direção da ASMOCOPNP a necessidade de contratação de moradores do bairro para trabalhar como telefonistas, recepcionistas, digitadores, dentre outros. Estas contratações oneraram o modesto recurso financeiro da associação dos moradores. Desta maneira, a direção da ASMOCOPNP pensou em novas estratégias que, ao mesmo tempo, resolvessem o problema da captação de recursos, ampliassem a criação de novas iniciativas, assim como efetivassem a atuação das já existentes.

Diante disto, foi criado em 2003 o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, cuja finalidade era coordenar e acompanhar as iniciativas solidárias e a viabilização jurídica da assinatura de convênios com instituições governamentais e não governamentais, no sentido de criar e acompanhar a instalação das iniciativas solidárias, em especial o banco e a moeda social. A partir da criação do instituto, todas as iniciativas solidárias existentes no Conjunto Palmeiras passaram a ser geridas pelo Instituto Palmas, e não mais pela ASMOCOPNP.

Segundo Sandra Magalhães, coordenadora de projetos do referido instituto, inicialmente o nome do Instituto Palmas era Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária. A referência ao banco, presente no nome do instituto, tinha o intuito de potencializar a ideia da solidariedade intrínseca ao próprio banco, desde sua criação, revela a coordenadora.

Contudo, quando o Instituto assinou o primeiro convênio, em 2005, com o Banco do Brasil (BB), para a criação de um correspondente bancário¹²⁴ que atuaria paralelamente ao Banco Palmas, o Banco do Brasil, segundo Sandra, exigiu a exclusão do termo banco do nome do instituto. A interpretação do setor jurídico do Banco do Brasil considerou inconstitucional utilizar a nomenclatura de banco a qualquer instituição que esteja fora do perfil definido pelo Banco Central do Brasil. Da mesma forma, esta compreensão do Banco do Brasil se repetiu quando da assinatura de convênio com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Diante disto, a direção do Instituto Palmas modificou o estatuto da entidade, que passou a ser chamado Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, criado como uma figura jurídica apta a assinar convênios. A partir de então, houve uma expansão significativa na assinatura de convênios com outras instituições, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Nesse sentido, no ano de 2006, o Instituto Palmas celebrou a assinatura do primeiro convênio com a SENAES, com a ideia central de o convênio criar e/ou fortalecer os bancos comunitários¹²⁵. Esses bancos foram criados por prefeituras em parceria com Instituto Palmas, que, depois de criados, passavam a funcionar sob a assessoria do referido Instituto. Observo que a SENAES incorpora a proposta dos bancos comunitários como política de governo. Dessa maneira, as iniciativas, além de se tornarem política de governo, promoviam o reconhecimento institucional da imagem do bairro como um lugar especial, protagonista dessas experiências caracterizadas como solidárias.

¹²⁴ Segundo documentos encontrados no acervo do Instituto Palmas, um correspondente bancário permite ao Banco Comunitário realizar pagamentos e recebimentos próprios dos bancos comerciais (públicos e privados). É de grande utilidade para a comunidade local e colabora para a circulação do dinheiro na própria comunidade. Embora de grande importância, cada comunidade deve decidir (a partir da necessidade do local e da disposição e capacidade de gestão da própria equipe do Banco Comunitário) se deseja ou não operar como correspondente bancário. Deve-se ter claro que o correspondente aumenta muito o volume de recursos no Banco Comunitário e em igual proporção a complexidade na gestão do banco e os riscos de sinistros.

¹²⁵ Segundo consta no sítio do Banco Palmas: Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Baseia-se no apoio às iniciativas da economia popular e solidária em seus diversos âmbitos, como pequenos empreendimentos produtivos, prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias populares. Ver: <www.bancopalmas.com.br>. Pesquisa realizada no dia 4 de setembro de 2012.

No ano de 2010, o então Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, por meio da SENAES, realizou uma chamada pública com o intuito de fortalecer a iniciativa dos bancos comunitários, ampliando-a para políticas de finanças solidárias¹²⁶.

Neste mesmo período, o Instituto Palmas celebrou um convênio com o governo do estado do Ceará, na gestão Cid Ferreira Gomes, com o intuito de criar e acompanhar dez bancos comunitários em municípios cearenses; parceria que se repetiria no ano de 2008 com a inauguração de mais dez bancos. Também ocorreu a assinatura de outros convênios, como o assinado recentemente pelo Instituto Palmas e o BNDES, tendo como alvo as mulheres moradoras do bairro que são beneficiadas com o Programa Bolsa Família (PBF) do governo federal.

Sobre a incorporação dos bancos comunitários como política do governo federal, a coordenadora do Instituto Palmas ressalta que “[...] hoje é uma bandeira da SENAES, mas tudo começou aqui [Conjunto Palmeiras]”. O reconhecimento institucional destas iniciativas proporcionou, assegura Sandra, visibilidade ao bairro e possibilitou a expansão da experiência dos bancos comunitários. Acrescento a esta afirmação da coordenadora que tal visibilidade proporcionou legitimidade ao Conjunto Palmeiras como bairro de práticas de solidariedade.

Logo após a assinatura do convênio com a SENAES, o Instituto criou em 2006 a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), tendo, segundo depoimento de Sandra, o Banco Palmas como sua maior expressão. A finalidade da RBBC é expandir e acompanhar as iniciativas solidárias, mais especificamente os bancos comunitários e a moeda social. Com a criação da rede, foi elaborado um termo de referência e nele há informações sobre a constituição dos bancos comunitários. Neste sentido, a criação de um banco comunitário deve seguir um protocolo previsto no termo de referência, inclusive adotando uma espécie de logomarca dos bancos comunitários.

Conforme informações obtidas, compõem atualmente a RBBC: a ONG Ateliê de Ideias, a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (ITEC), vinculada à Universidade Federal da Bahia (UFBA), além do Instituto Palmas.

¹²⁶As Finanças Solidárias e constituem em formas de democratização do sistema financeiro ao procurar adequar produtos financeiros às necessidades básicas da população e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional, constituindo-se num elo de integração e sustentação de uma relação mais duradoura entre economia e sociedade, construída sob a égide da ética e da solidariedade, criando condições para o desenvolvimento humano que necessariamente terá de ser integrado e sustentável (COELHO, 2003, p. 153).

Figura 6 – Mapa da Rede de Bancos Comunitários do Brasil - RBBC



Fonte: Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (2011).

3.1.6 Fórum Socioeconômico Local - FECOL

Percorrendo o sítio oficial do Conjunto Palmeiras, em um dos inúmeros links está escrito: Fórum Socioeconômico Local (FECOL). Segundo ainda o sítio¹²⁷, o Fórum é um:

[...]espaço de articulação da sociedade civil, criado pelos grupos organizados do Conjunto Palmeira, plural, apartidário, de diálogo e proposição sobre os aspectos relativos às questões socioeconômicas e culturais do Conjunto Palmeira e adjacências, com o intuito de promover o desenvolvimento endógeno do território. O objetivo do FECOL é fortalecer a organização popular e o empoderamento da comunidade para promover o desenvolvimento endógeno da comunidade, a partir da organização local de moradores.

Segundo ainda as informações contidas no sítio, compõem o FECOL: representantes de organizações sociais e pequenos empresários do bairro, associações, conselhos comunitários, organizações não governamentais, grupos específicos de mulheres e de jovens, grupos culturais e esportivos, pastorais sociais, moradores e consumidores em geral, desde que sejam moradores do Conjunto Palmeiras e adjacências, e instituições públicas existentes no bairro.

¹²⁷ Ver: <www.bancopalmas.com.br>.

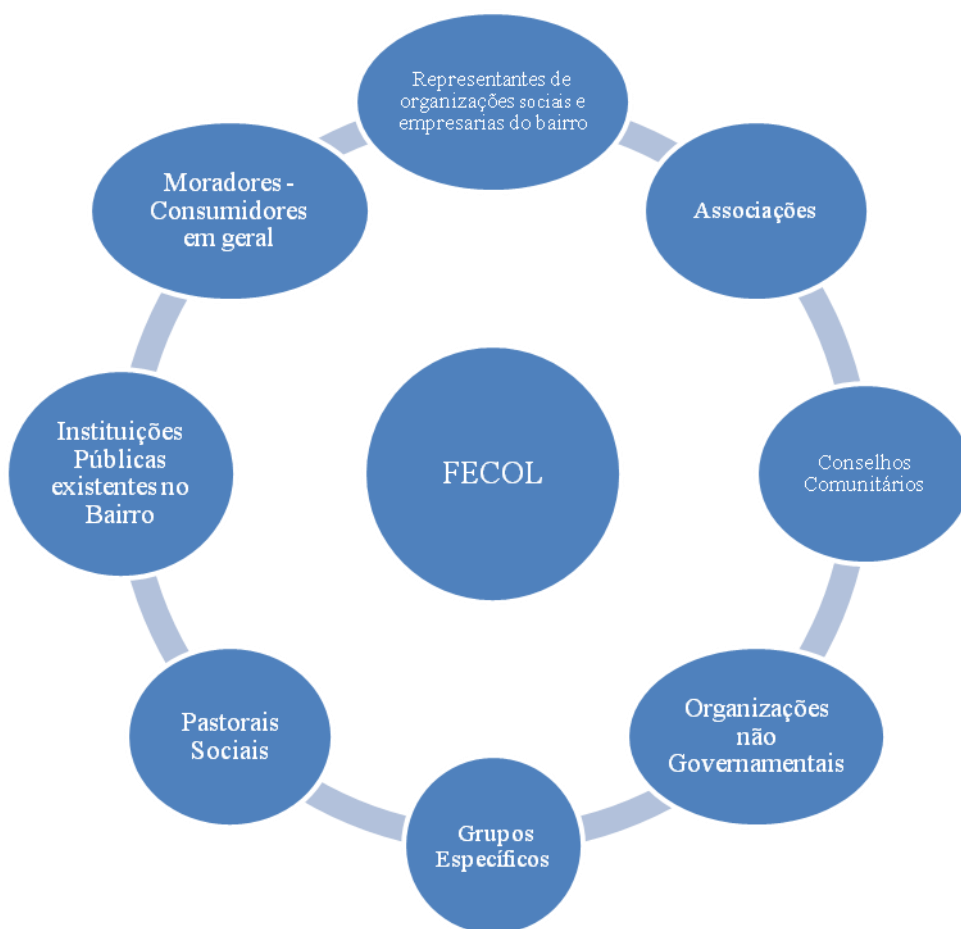
Parece evidente que o FECOL surgiu com o intuito de congregar os vários atores sociais representativos do bairro, pois, conforme relata Joaquim Melo, o FECOL faz parte do processo de construção dos espaços no bairro para “pensar e agir para o bairro”.

Ainda de acordo com Socorro Alves, presidenta da ASMCOONP, a FECOL tem o papel de aglutinar os diversos atores sociais do bairro com a finalidade de radiografar os problemas e soluções que estão ocorrendo no bairro. Por esta razão, afirma esta liderança que no FECOL é possível estabelecer objetivos a serem alcançados no bairro devido à quantidade de entidades que participam deste fórum.

Dessa maneira, é possível afirmar que a FECOL é um agente aglutinador das diversas instituições locais. Também pude observar que este fórum é uma estratégia de juntar as diversas entidades locais em torno da melhoria do bairro. Observando as atas das reuniões do fórum, percebe-se que as pautas dos encontros giram em torno de questões envolvendo construções de espaços de lazer, ausências e melhorias de equipamentos públicos locais, assim como há também discussões sobre temas como a violência, a participação das instituições em importantes eventos nacionais e internacionais, dentre outros.

Assim, parece assertivo dizer que a FECOL, embora funcione como uma lente capaz de mostrar o cotidiano do bairro com seus entraves e conquistas sociais, apresenta um componente que a diferencia das demais instituições mencionadas acima, como, por exemplo: não tem sede própria, as reuniões ocorrem na sede da ASMCOONP, sua vida orgânica está intrinsecamente vinculada aos demais atores sociais locais.

Gráfico 13 – Atores sociais locais que participam do FECOL



3.2 As Instituições do Conjunto Palmeiras: um olhar singular sobre o bairro

As entrevistas com os representantes das associações indicam que o surgimento deste leque de instituições foi decorrência das necessidades dos moradores do bairro. Algumas são mais direcionadas às mobilizações para reivindicações por serviços básicos, como água potável, energia e transporte; já outras surgem por questões mais específicas ligadas a propostas para a juventude ou para as crianças. Também existem aquelas que nascem das demandas imediatas, ou seja, particularmente de uma rua ou de um trecho do bairro e posteriormente acabam inserindo-se nas propostas mais amplas do bairro como, por exemplo, a melhoria dos equipamentos públicos: escolas, postos de saúde, dentre outros.

Considero relevante enfatizar que os depoimentos dos representantes das instituições com as quais tive contato, revelam, da mesma forma que os relatos das lideranças expostos nos capítulos anteriores, percepções sobre o Conjunto Palmeiras que fortalecem a imagem de bairro solidário, como no relato abaixo:

O Conjunto Palmeiras, eu gosto muito de ver as questões das lutas. Acho que ele é um conjunto muito forte, por exemplo, a reconstrução da praça, a gente se juntou, foi atrás dos comerciantes do Banco Palmas. Então eles nos ajudaram, e a gente pintava a logomarca deles no Banco da Praça.

(Depoimento do Ênio Martins Marques, Presidente da CORDAPES. Entrevista realizada no dia 14 de setembro de 2012).

Eu considero o Palmeiras um bairro solidário por toda história que já contei, por todas as conquistas coletivas que nós tivemos, por toda a sensibilidade que a gente tem para as necessidades das pessoas. Nós nunca copiamos algo que se tinha em algum lugar. A gente foi assim na Europa. Ei! Na Europa tem uma coisa linda, vamos aqui replicar no Conjunto Palmeiras. Por exemplo, no Paraná, no Brasil, tem coisas bem legais, bem interessantes também. As ações da ASMOCONP, as ações do nosso movimento social sempre foram muito pensando nas necessidades das pessoas do bairro, de relacionamento, de autoestima. Então todo o nosso trabalho é baseado nos princípios da economia solidária para resgatar os valores de cada pessoa, e a capacidade que tem em cada pessoa na organização do bairro. Então, a gente sempre tenta trabalhar nas oficinas, nas capacitações, nos cursos, esses valores. Toda atividade que nós vamos fazer, a gente resgata a história do Palmeiras, do bairro.

(Socorro Alves, Diretora da ASMOCONP. Entrevista realizada 24 de março de 2010)

Por outro lado, é possível perceber nuances de conflitos, mas que são tratados pelos representantes das intuições mais antigas como “[...] coisa de quem não tem experiência na luta” ou ainda que “[...] não viveu o que nós vivemos”. Notei, ainda, que as arestas tendem a surgir a partir da localização da instituição no bairro. Como descrevi no primeiro capítulo deste trabalho, há no Conjunto Palmeiras áreas consideradas como ocupações. Assim, como também mencionei, existem diferentes discursos e percepções das lideranças sobre o sentido que essas áreas expressam. Da mesma forma, essa distinção de pensamento está presente também nos relatos dos representantes das instituições. Utilizo o depoimento de Ênio no intuito de explicitar esta distinção:

Só que era assim, a gente tinha de pegar eles [os alunos do CORDAPES], eles vinha da parte de baixo [Palmeiras II] e vinha até a praça, e da praça a gente levava até o ABC [Ocupação Aldacir Barbosa ou Favela do Circo]. Aí eles faziam a aula lá tranquilos, né?. Aí a gente deixava eles de novo até na Praça. As pessoas não podem passar de um lado pro outro porque é briga de gangues. Aí envolve outros moradores que não tem nada a ver com a briga. Já teve muita morte aqui, então aqui tem essa questão territorial. Hoje é mais tranquilo, isso que estou falando era antes, o pessoal que é do CORDAPÉS, era no ano de 2007.

(Depoimento do Ênio Martins Marques, Presidente da CORDAPES. Entrevista realizada no dia 14 de setembro de 2012).

Ao conversar com Luciana, presidenta da associação Chico Moser, e Ênio, presidente da CORDAPES, respectivamente situados no Palmeiras II e na ocupação Aldacir Barbosa (ou Favela do Circo), ouvi deles frases como “[...] o pessoal que mora deste lado do

Palmeiras sofre demais” ou “[...] aqui hoje não tem tanto diferença entre nós e o pessoal lá de cima”, referindo-se aos moradores da área denominada Piçarreira. Esses depoimentos expressavam percepções distintas. Contudo, é o discurso da unidade que sobressai:

Aqui, quando a gente tá lutando por coisas do bairro, a gente vai atrás das outras associações, como no caso da energia, todo mundo se juntou: a associação do seu Augusto, a associação do bairro, o Banco Palmas, todo mundo se juntou. Por exemplo, ultimamente nós participamos de muitas reuniões que aconteceu lá na paróquia, lá em cima em frente o circo escola, e essa reunião era para discutir os problemas do bairro; foi organizada pela presidenta da associação de moradores do Palmeiras, que é lá do Banco Palmas, aonde foi discutido na última reunião a linha de ônibus pra cá, pra esta avenida. Foi discutido a reforma dos esgotos com o pessoal da CAGECE, para falar sobre isso, e também discutimos sobre os calçamento da rua, porque agora é que está sendo asfaltado uma boa parte das ruas do bairro, o alargamento da Catolé.

(Depoimento da Luciana, Presidenta da Associação Chico Moser. Entrevista realizada no dia 15 de setembro de 2012)

A gente também ajuda aqui no bairro. Teve agora a feira culinária do Banco Palmas, a gente se apresentou lá e também no evento da associação da creche que fizeram um bazar para arrecadar dinheiro, aí eles chamaram a gente, aí a gente foi, também, a gente se apresenta no ABC.

(Depoimento de Ênio Marques Martins, Presidente da CORDAPÉS. Entrevista realizada no dia 14 de setembro de 2012)

De modo geral, os depoimentos dos representantes das instituições apontam para uma tessitura do bairro em que se ressalta o esforço conjunto destas instituições para reivindicar e trazer para o bairro políticas de governo que beneficiem os moradores em geral. Importa ainda destacar que a percepção da solidariedade, presente nos depoimentos, está relacionada ao nível de envolvimento dos participantes com as mobilizações sociais do bairro ao longo da construção do Conjunto Palmeiras. De modo especial, destaco o entendimento da representante da Chico Moser – durante a entrevista com o representante desta associação, em que ela mencionava não ter muitas informações sobre as experiências denominadas solidárias. Contudo, como mostra o depoimento acima, a associação tem, segundo ela, participado em eventos como reuniões e fóruns que discutem estratégias de melhorias para o bairro. Neste caso específico, Luciana, representante da Chico Moser, referia-se à construção da escola e da ponte sobre o rio Cocó, ambos localizados no Conjunto Palmeiras.

Por outro lado, observei que os depoimentos de Socorro e de seu Augusto evocam uma percepção ampla sobre a organização social do bairro. Há em suas mensagens imbricamentos entre bairro e atuação das instituições, que fundamentam a ideia do bairro coeso. Neste sentido, as narrativas sobre o bairro se sobrepõem permanentemente, e, deste modo, as instituições surgem como difusoras desta coesão, compreendida por estes como solidariedade.

3.3 Relatos institucionais sobre as iniciativas solidárias: reconhecimento e legitimidade

Tratei, no segundo capítulo desta tese, das iniciativas solidárias criadas no Conjunto Palmeiras no final da década de 1990. Segundo as informações obtidas em campo, estas iniciativas surgiram vinculadas à ideia de solidariedade e foram sendo incorporadas aos relatos sobre o processo de construção do bairro. Gradativamente, estes relatos passaram a conferir ao Conjunto Palmeiras o *status* de bairro solidário.

Notadamente estes relatos foram sendo disseminados, sobretudo a partir das instituições locais – com mais frequência nas conversas com os representantes das antigas entidades –, que se tornaram, desse modo, importantes veículos na difusão das iniciativas solidárias. Dessa maneira, considero que os relatos institucionais cumprem um duplo papel, que é o de proporcionar a ampliação da visibilidade das iniciativas e, ao mesmo tempo, legitimá-las, sempre em consonância com as narrativas míticas sobre o bairro, tema discutido no capítulo anterior.

Contudo, mais que falar sobre a relação do bairro, seus moradores e as instituições locais, meu intuito neste tópico é tratar da importância das instituições como difusoras das iniciativas solidárias na perspectiva de conferir visibilidade e legitimidade às mesmas.

Nesta direção, é preciso invocar a ideia de instituição para o entendimento da relação dita acima. Para Eugene Énriquez (1991), as instituições desempenham um papel importante porque proporcionam a formalização e a socialização dos indivíduos na perspectiva de um *pattern*, isto é, de um modelo, um padrão específico que representa, de maneira simplificada, a estrutura de um fenômeno. Com efeito, adverte o autor, a instituição tem como alvo principal colaborar na “[...] manutenção ou na renovação das forças vivas de uma comunidade”. Desta forma, conclui Énriquez, o objetivo é a existência sobre a trama simbólica e imaginária nas quais se inscrevem (ÉNRIQUEZ, 1991, p. 73-74).

No caso do Conjunto Palmeiras, observei que as instituições, de maneira estratégica, desempenham distintos papéis, em se tratando de suas atuações no fortalecimento da ideia do bairro solidário, e, conseqüentemente, das iniciativas solidárias. Notei que algumas instituições exercem a tarefa de promover as iniciativas solidárias no bairro, já outras articulam-se para a divulgação das iniciativas solidárias fora do bairro.

Nesta direção é que argumenta Rodrigues (2004), discutindo a partir de Énriquez (1991), que a “[...] ideologia presente na instituição desenvolve princípios de cooperação em torno de um trabalho comum” (RODRIGUES, 2004, p. 180).

O argumento da autora é importante por elucidar as práticas de colaboração focadas num objetivo comum. No caso do Conjunto Palmeiras, é razoável afirmar que o objetivo em pauta era difundir, dentro e fora do bairro, as iniciativas solidárias. Nesse sentido, valho-me do depoimento do Joaquim Melo, presidente do Instituto Palmas:

É esta capacidade de aceitar conviver com o outro, com suas contradições, com suas diferenças, para desse conjunto sair uma ação para o bem, para a justiça. A solidariedade é conseguir juntar com outro. O outro pode ser uma pessoa, pode ser uma organização, pode ser uma instituição para a gente superar nossas dificuldades juntas, e dessa soma se tirar uma ação em favor da humanidade para o bem viver das pessoas. E a solidariedade, ela vem a partir da união dos contraditórios. A solidariedade com pessoas bem diferentes como, por exemplo, no bairro a gente tem pessoas que são de famílias diferentes, também de partidos diferentes, de concepções diferentes, na mesma sala, na mesma reunião, se entendem ali, para poder se tirar uma decisão para construir um canal, para urbanizar um bairro, para nomear uma pessoa, para gerenciar uma obra. Isso é solidariedade, quando as pessoas conseguem superar suas diferenças, se juntarem, e desta junção gerar o bem de forma geral.

(Depoimento do Joaquim Melo, Presidente do Instituto Palmas de Socioeconomia Solidária. Entrevista realizada no dia 22 de abril de 2012)

O depoimento do Joaquim correlaciona a concepção de cooperação, empregada por Rodrigues (2004), no sentido dado às instituições, e solidariedade, mas esta no sentido de esforço coletivo.

Já os depoimentos de Ênio, da CORDAPÉS, e Maria Célia, da Associação Creche do Palmeiras, dizem que:

Hoje a FECOL é uma das maiores ferramentas de articulação e mobilização do bairro. Porque é lá que a gente conversa sobre coisas boas e problemas do bairro, e também as soluções. Tem época que vai muita gente, outras não vêm quase ninguém, mas o povo é assim mesmo. Quando a gente tava lutando pra voltar o expresso, o posto de saúde, até mesmo a melhoria da Val Paraíso [avenida], isso aqui lotava. Lá também a gente fica sabendo muitas coisas boas que os empreendimentos [iniciativas solidárias] têm, né?.

(Depoimento do Ênio Martins Marques, Presidente da CORDAPÉS. Entrevista realizada no dia 14 de setembro de 2012).

Lá a gente conversa sobre tudo, sobre tudo do bairro. Lá a gente tira todas as direções da luta, se é pra ir pra regional. Então, lá a gente vê o problema que o bairro tá passando e por que vê as soluções, e aí a gente passa a traçar metas, né?. Então, este momento é riquíssimo porque é um momento que tá todo mundo reunido, e também a gente fica sabendo do que tá acontecendo. Ah! Vai ter o curso do empreendimento [iniciativa solidária] tal que tá acontecendo. O FECOL é bom porque tem ajudado muito as coisas acontecerem.

(Depoimento de Célia Maria Alves, Coordenadora Administrativa da Associação Creche do Palmeiras. Entrevista realizada no dia 14 de setembro de 2012).

Com respeito aos depoimentos acima, retomo Énriquez (1991), quando o autor afirma que as intuições “são lugares pacificadores”, porque são estabelecidas normas e,

conforme diz o autor, “[...] se não um consenso perfeito, pelo menos um acordo suficiente para empreender e levar adiante uma obra coletiva” (ÉNRIQUEZ, 1991, p. 73).

Discutindo sobre as instituições, a antropóloga inglesa Mary Douglas (1986, p. 19-79) afirma que se pode recorrer à categoria instituição com o “[...] sentido de um agrupamento social legitimado”. Esta legitimidade ocorre mediante acordos que podem ser da ordem pessoal baseada na concordância em torno de padrões morais comuns. Ainda de acordo com a autora, isto é possível devido a um aparato social e cognitivo presente no cotidiano dos indivíduos. Dito de outra forma, o pensamento institucional pode se encontrar na forma de pensar das pessoas. Contudo, salienta Douglas que essa percepção acerca das instituições ocorre quando existem “[...] categorias básicas acordadas” (DOUGLAS, 1986, p. 79). Estas categorias básicas assentam-se conforme a autora em um conjunto de questões em que as instituições encontram as suas analogias. Estas analogias decorrem das “preocupações sociais”. São estas questões sociais que definem a semelhança referente à natureza dos problemas. E, segundo Douglas, a similaridade é a instituição.

No caso do Conjunto Palmeiras, as categorias básicas ajustadas giram em torno do processo de construção da área e da imagem de bairro solidário, tanto para fora do bairro como para dentro. Parece correto afirmar que atualmente a instituição que confere o *status* de copilar tal imagem é o Banco Palmas. As mensagens ditas pelas lideranças sobre o Banco Palmas estão relacionadas à superação das dificuldades, à prosperidade local, à dignidade dos moradores perante as adversidades sociais e econômicas, dentre outros aspectos. Durante as entrevistas, foi unânime a afirmação de que o Banco se tornou a grande vitrine do Conjunto Palmeiras.

De modo geral, esta importância dada ao Banco não ocorre de maneira isolada, mas sempre contextualizada aos processos históricos protagonizados pelos moradores para a melhoria do bairro. Douglas (1986, p. 111) afirma que a memória é suscitada pelas estruturas institucionais. Diz ainda Douglas (1986, p. 110) que: “Quanto mais a organização social for um grupo latente, consciente dos problemas [...], mais os seus membros vão invocar a história de perseguição e resistência”.

Observando as mensagens ditas por determinados representantes das entidades do Conjunto Palmeiras, observa-se que tais falas eram referendadas por um ente superior, ora o bairro, ora as instituições do bairro: “[...] naquela época a gente era capaz de dar a vida pela comunidade”, “[...] aqui o movimento social sempre foi forte”, “[...] onde a gente chega o povo diz: ‘Ah! é pessoal do Banco Palmas’”. Também percebi que, ao caminhar pelas ruas do

bairro, seu Augusto, mostrava, ao longo do percurso, os locais e as instituições que simbolicamente representavam os embates na melhoria.

Durante o mapeamento das instituições, percebi que seus dirigentes, em geral, são antigas lideranças do Conjunto Palmeiras, e que, muitas vezes, transitam de uma instituição para a outra, sendo esta prática mais recorrente nas antigas instituições do bairro. Também é comum ouvir dos representantes das novas instituições depoimentos de respeito e admiração às antigas entidades do bairro.

Por outro lado, há instituições recém-criadas que desempenham papéis importantes no bairro, mais especificamente em relação à difusão das iniciativas solidárias, como é o caso do Instituto Palmas. É necessário lembrar que o grau de atuação destas entidades no bairro não ocorre por acaso, mas devido ao fato de estar sob a direção de antigas lideranças do Conjunto Palmeiras. Percebi, ainda, que em geral os coordenadores das iniciativas solidárias também já foram diretores de outras instituições. No caso do Instituto Palmas e do Banco Palmas, respectivamente, instituição e iniciativa solidária, essas entidades têm em sua coordenação as mesmas pessoas.

Pude perceber, a partir das informações obtidas no mapeamento das instituições, o desempenho de duas entidades locais no sentido de divulgar e ampliar as iniciativas solidárias: O Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária e a ASMOCONP. Por exemplo, fiquei sabendo que ASMOCONP coordenou as iniciativas solidárias de 1998 a 2003 e que, a partir deste período, as iniciativas solidárias ficaram sob a direção do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária e que ambas, ASMOCONP e Instituto Palmas, funcionam no mesmo prédio, assim como um número considerável de iniciativas solidárias, como o Banco Palmas, a cooperativa, o ELAS, dentre outros.

Como já afirmei na seção anterior, o Instituto Palmas, ao ser criado, passou a coordenar e operacionalizar legalmente a assinatura dos convênios com instituições governamentais e não governamentais. Segundo informações, parte destes convênios são voltados para a melhoria dos moradores do bairro, como os projetos com o Banco do Brasil, o BNDES, a CEF, dentre outros; outra parte se refere a contratos firmados com a finalidade de expandir e promover a criação de novas iniciativas para outros lugares, como é caso do convênio com a SENAES.

Sandra mencionou que, logo quando foram criadas as experiências no bairro (o banco, a moeda e o cartão), muitos moradores que, por exemplo, procuravam o banco para contrair empréstimos não o conseguiam devido à carta de crédito que o banco possuía, o que

causava descontentamento e ao, mesmo tempo, descrédito a estas iniciativas. Também relata a importância dos projetos firmados com as instituições governamentais que, de certo modo, afirma Sandra, funcionam como legitimadores das iniciativas para dentro e fora do bairro. Vejamos seu depoimento:

Teve um tempo que a gente teve dificuldade que a comunidade reconhecesse isso, principalmente porque a gente não tinha como atender a todos. Tinha muitas reclamações das pessoas porque vinham muito aqui e quando chegava aqui tinha que ficar numa fila, essas coisas todas. Eu acho sinceramente que o serviço que a gente presta para a comunidade, isso tem aumentado para o reconhecimento da comunidade na importância. Teve um dia que nós tivemos que fechar, se você visse o desespero das pessoas devido os serviços, né?. Se a gente resolvesse fechar mesmo. São cerca de 5.000 mil pessoas por mês que são atendidas praticamente.

[...] Aí a gente vai desenvolvendo as atividades e a gente vai sendo reconhecido e sendo legitimado, por exemplo, as parcerias que a gente tem hoje com o BNDES, o processo todo que foi pra você construir essas parcerias não foi fácil porque também uma dificuldade, nós estamos no Nordeste, no Ceará, estamos em Fortaleza, na periferia. Então assim, eu lembro que algumas apresentações que a gente foi fazer, principalmente no Sudeste, as pessoas perguntavam assim: Quem pensou isso pra vocês? Hoje esta coisa já é mais respeitada.

(Depoimento de Sandra Magalhães, Coordenadora de projetos do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária. Entrevista realizada no dia 1º de setembro de 2012).

O reconhecimento às iniciativas também está presente nos depoimentos dos representantes das demais instituições:

Aqui tem muita gente que pega dinheiro emprestado no Banco Palmas. É uma coisa importante porque aqui tem muita gente necessitada.

(Depoimento da Jeane Chico Moser, Diretora da Associação Chico Moser. Entrevista realizada no dia 15 de setembro de 2012).

[...] Aí eu conversei com Joaquim [coordenador do Banco Palmas] que já tinha ouvido falar no grupo. Quando a gente precisou de dinheiro pra comprar o figurino do grupo de dança, a gente foi lá no Banco Palmas. E aí a gente foi atendido, né?. A gente pediu de R\$ 5.000 a R\$ 6.000. Aí a gente passou três anos pra pagar, né?.

(Depoimento de Ênio Marques Martins, Presidente da CORDAPÉS. Entrevista realizada no dia 14 de setembro de 2012).

[...] O Palmeiras é conhecido como um bairro solidário porque nós temos a história do Banco Palmas, que por acaso foi criado nessa ideia solidária. Quando a gente desenvolve um trabalho no bairro, a gente aposta nessas ações solidárias – que tudo que seja confeccionado no Palmeira seja consumido aqui e seja comprado por nós mesmos, em vez da gente pegar nosso dinheiro e dar para os grandes empresários lá fora.

(Depoimento de Augusto Barros Filho, Presidente da ABVV. Entrevista realizada no dia 30 de abril de 2012).

[...] Sempre que a gente pode a gente, tá indo conseguir algum projeto lá para as nossas mães aqui da creche, participa das atividades que eles estão desenvolvendo também; a gente participa das reuniões para ficar interagindo e sabendo o que está sendo proporcionado ao bairro. Também vamos lá pra dar nossa sugestão no sentido

de melhorar, pra dizer que associação a creche Palmeiras está presente e quer ajudar aos empreendimentos [iniciativas solidárias].
(Depoimento de Célia Maria Alves, Coordenadora Administrativa. Entrevista realizada no dia 14 de setembro de 2012).

Os depoimentos dos representantes das instituições mostram o reconhecimento às iniciativas solidárias como importantes veículos de organização do bairro, seja no desenvolvimento de experiências que atendam parte das demandas sociais, seja na mobilização frente aos órgãos públicos para o atendimento destas e outras demandas, além, é claro, da divulgação da ideia de solidariedade, como se apresenta nos relatos sobre o Conjunto Palmeiras.

Diante das considerações presentes no decurso deste tópico, é correto dizer que a percepção dos representantes das instituições em torno da noção de solidariedade a partir das experiências desenvolvidas no bairro tem sido importante para consolidar e ampliar a ideia do bairro solidário. Trato a seguir da relação das iniciativas solidárias com atores sociais externos ao bairro. De modo especial, trato da relação das instituições governamentais com as iniciativas solidárias.

3.3.1 As iniciativas solidárias e a relação com as instituições governamentais

A importância das iniciativas solidárias repercute dentro e fora do bairro, como detalhei na seção anterior, a lógica das iniciativas foi incorporada às políticas de governo, tanto estadual, por meio da criação de vinte bancos comunitários, como nacional, com a chamada pública realizada pela SENAES, por meio de editais para incentivo das denominadas finanças solidárias por aquela instituição. Também posso citar como exemplo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que, em meados da década de 2000, incorporou a proposta das iniciativas solidárias aos assentamentos rurais, a exemplo do município de Santana do Acaraú, a 228 km da capital do estado do Ceará. Como já referido, essas experiências chegaram, inclusive, a ser reconhecidas e implementadas pelo governo venezuelano de Hugo Chávez como política pública, com a criação de aproximadamente 3.600 bancos comunitários na Venezuela.

Atualmente, segundo informações de Sandra Magalhães, coordenadora de projetos do Instituto Palmas, 99% dos recursos destinados às iniciativas solidárias são oriundos das instituições governamentais e coordenados pelo Instituto Palmas. Esses recursos chegam para as iniciativas solidárias com diferentes finalidades, seja para aumentar o volume

de recursos destinados a empréstimos aos moradores do bairro indistintamente (variando de R\$ 50,00 a R\$ 15.000,00); seja direcionando-os para projetos específicos, como é o caso do ELAS, como já mencionado; seja ainda para ampliar a número de bancos comunitários no Brasil. No caso da criação dos bancos comunitários, está prevista nestes recursos a aquisição de equipamentos, como computadores, aparelhos de ar condicionado, armários, mesas, cadeiras, cofres, dentre outros.

Dentre as parcerias com as instituições governamentais, pode-se mencionar o BNDES, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a SENAES, dentre outras. De modo geral, os convênios envolvendo o Instituto Palmas com o BNDES possuem dois aspectos a serem considerados, como informou Sandra. Um diz respeito à carteira de crédito, o outro é relativo ao Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI), que tem a finalidade de “[...] fortalecer institucionalmente os bancos comunitários”. Sandra ressalta que uma das dificuldades para a ampliação dos bancos comunitários no Brasil é a escassez de recursos para a aquisição dos equipamentos. Diante disto, o recurso do BNDES cumpre este papel.

Ainda em relação aos convênios, Sandra ressalta a importância dos contratos realizados com a SENAES e reconhece esta instituição como “uma parceria fundamental” no que diz respeito ao alcance do reconhecimento e da legitimidade das iniciativas solidárias. Sandra afirma:

A SENAES é um grande parceiro nos recursos. Na última chamada, nós fomos a entidade nacional responsável pela chamada. Tem as entidades regionais e nós, que somos a entidade nacional pro programa de bancos comunitários. Para esta chamada [pública], foi dois milhões e meio para o fortalecimento dos bancos.
(Depoimento de Sandra Magalhães, Coordenadora de projetos do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária. Entrevista realizada no dia 1º de setembro de 2012).

Em relação aos convênios com as instituições governamentais, Sandra considera relevante a parceria do Instituto Palmas com a Caixa Econômica Federal (CEF). Segundo Sandra, há nestes contratos dois importantes objetivos. Um é relativo aos correspondentes bancários, acordados desde 2010, que vêm proporcionando aos moradores do bairro o acesso a serviços, como o recebimento de benefícios (aposentadorias e programas sociais do governo, como o Bolsa Família, dentre outros). Diz Sandra: “A gente trouxe aqui pra dentro do [Banco] Palmas um público que a gente não tinha contato ainda no bairro”. O público ao qual ela se refere é fundamentalmente formado pelas mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Ela conclui dizendo:

Antes a parceria que a gente tinha com o correspondente bancário era com o Banco do Brasil. Mas todos os projetos sociais são da Caixa [Econômica], então a gente tem esta parceria e a possibilidade de atender a comunidade aqui, aonde o povo do Bolsa Família não precisa pegar o ônibus e ir lá pra agência da [bairro] Messejana. (Depoimento de Sandra Magalhães, Coordenadora de projetos do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária. Entrevista realizada no dia 1º de setembro de 2012).

O segundo objetivo do convênio com a CEF está relacionado à concessão de crédito. Contudo, afirma Sandra, esta permissão de crédito é limitada e totalmente vinculada às regras da CEF: o nome do interessado não deve constar no cadastro do SPC e no do SERASA, existência de um avalista e de comprovante de renda. Apesar de a concessão de crédito estar vinculada ao sistema bancário, Sandra considera que é mais uma “[...] opção para a comunidade que não precisa se deslocar para fazer isto noutra bairro”.

De maneira geral, no transcurso da entrevista realizada com Sandra, ela, por diversas vezes, mencionou a importância das instituições governamentais para o reconhecimento e legitimidade das iniciativas. Veja-se um trecho:

Então estas parcerias foram credenciando a gente para o reconhecimento com os ministérios, porque quando a gente diz que tem uma parceria com o BNDES, as pessoas passam a olhar pra gente de outro modo. A parceria com a SENAES, com a Caixa [Econômica]. Então você é uma pessoa confiável. Essas coisas são muito importantes dos dois lados.

Ao mesmo tempo, Sandra menciona a respeito do que ela considera um “saber acumulado” por parte não somente do Instituto Palmas, mas de todas as instituições do Conjunto Palmeiras que de “[...] algum modo também participam e divulgam tudo isso no bairro”, argumenta Sandra. Afirma, ainda, que “[...] durante esses quase 15 anos nós produzimos um conhecimento sobre as finanças solidárias que eu considero muito importante para o próprio movimento de economia solidária, para criação de alternativas”.

E complementa relatando:

Lembro que um dia na Universidade de São Paulo (USP), ao terminar a palestra o professor estava encantado e falou assim: “Olhe pessoal, ela vem lá do Ceará. Então, é assim, se esta experiência fosse em São Paulo, o nível de visibilidade, de parcerias que poderia conseguir, com certeza seria muito maior do que a gente tem hoje nos grotões do Nordeste, criando estas alternativas e comprovando que elas são possíveis”. É claro que diante de muitas dificuldades. Inclusive, nós temos uma luta grande para fazer no Brasil, com relação à questão das finanças, essa coisa toda, mas o que a gente tem conseguido nesse período todo é bastante significativo. (Depoimento de Sandra Magalhães, Coordenadora de projetos do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária. Entrevista realizada no dia 1º de setembro de 2012).

Em entrevista com o representante da SENAES, este menciona a importância do acordo institucional da referida Secretaria com o Instituto Palmas para a ampliação das iniciativas solidárias, em especial os bancos comunitários:

Para nós da SENAES, a metodologia dos bancos comunitários é a questão central. Por isso, é importante que a comunidade esteja sabendo o que vai fazer e por que vai fazer. Porque estamos tratando com pessoas extremamente frágeis. Para nós, em termos de alocação do recurso público, é, na verdade, uma formação das comunidades no processo de organização daquele pessoal, que não é necessariamente o banco comunitário. Do ponto de vista da política pública, eu estou atuando na comunidade. Isto, na história do comunitarismo brasileiro, é o governo alocando recurso para as comunidades pobres. Esta metodologia de ajudar as comunidades tem uma metodologia muito clara, muito definida, que chamamos de banco comunitário. Que sai da organização da comunidade. Dessa forma não é uma manualização, ou seja, está no Manual, o gestor vai lá e aplica. Só haverá banco se tiver o protagonismo da comunidade; sem isto não será banco comunitário. (Depoimento Antonio Haroldo Mendonça, Coordenador Nacional de Política de Finanças Solidárias. Entrevista realizada no dia 3 de agosto de 2012).

E conclui seu depoimento afirmando o reconhecimento da importância presente nas iniciativas solidárias:

Eu chamo as experiências do Conjunto Palmeiras como as experiências inspiradoras para as comunidades pobres da periferia urbana deste país e também para o movimento comunitário brasileiro. Em que sentido digo isso? Acho que o Palmeiras, ele traz consigo um elemento novo que é a agenda econômica dentro do agendado comunitarismo brasileiro. É de agregar a agenda social à agenda econômica. Por isso, que eu digo que a experiência do Bairro Palmeiras, da comunidade Palmeiras, começa a dar esta coesão à ideia do trabalho comunitário. Não foi dentro da burocracia que surgiu a ideia de apoiar os bancos comunitários. Foi a partir da sociedade civil e em particular do bairro. Então desde 2005 que venho dialogando com a liderança do bairro, com o Instituto Palmas e com os moradores. Ao longo desses anos, muitas atividades foram realizadas lá e são atividades que têm a presença da comunidade. (Depoimento de Antonio Haroldo Mendonça, Coordenador Nacional de Política de Finanças Solidárias. Entrevista realizada no dia 3 de agosto de 2012).

Este reconhecimento das iniciativas solidárias pelas instituições governamentais, que se concretiza com a assinatura de convênios, passa a ter perante vários segmentos do movimento social de economia solidária, e inclusive de outras instituições governamentais, representações de legitimidade.

Sobre a institucionalização destas iniciativas, elucidar-se-ão duas questões fundamentais para o propósito desta tese. A primeira questão diz respeito à própria lógica da

criação das iniciativas solidárias, de forma particular o Banco Palmas e a moeda social Palmas¹²⁸.

Poder-se-ia dizer que essas duas iniciativas surgem em uma situação de liminaridade, conforme o conceito desenvolvido por Victor Turner (1974). Para este autor, a liminaridade se refere a situações em que os indivíduos agem fora da estrutura (das regras e convenções) e que podem ser vistas como entidades ou pessoas que denotam ambiguidades. Turner (1974) afirma que as entidades liminares não estão localizadas “nem aqui nem lá” e conclui: “[...] estão no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimoniais” (TURNER, 1974, p.117). Utilizo esta categoria analítica para o entendimento desta situação específica.

Nesse sentido é que Rodrigues (2012) relata uma situação de ambiguidade vivenciada no bairro do Conjunto Palmeiras. Diz a autora:

Tomo como exemplo do que Turner denomina ambiguidade, um episódio ocorrido em 2002, logo quando o Banco começou a ocupar lugar na mídia, inclusive nacional e internacional. A coordenação da ASMONCOP foi surpreendida com o “cerco” da Polícia Federal, fortemente armada, a qual invadiu as instalações da associação de moradores, local onde funciona o Banco Palmas; a acusação: desacato à ordem vigente, falsificação ideológica e lavagem de dinheiro. Os ânimos só foram acalmados, quando o coordenador do Palmas chegou ao local e explicou o objetivo da moeda, assim como o controle monetário realizado pelo Banco, evitando a fraude da moeda como, por exemplo, a falsificação desordenada da moeda. Esse “caso” é relatado pela coordenação do Banco Palmas para as mais distintas plateias. (RODRIGUES, 2012, p. 260-261).

Nesse artigo, intitulado *Conjunto Palmeiras: rituais de cidadania*, Rodrigues (2012) afirma que as iniciativas solidárias, em especial a criação do banco e da moeda com regras próprias, distintas das regras existentes, estabeleceram em sua gênese o que Turner (1974) denominou de *communitas*. Segundo este autor, as *communitas* são os agregados sociais que representam rupturas com os padrões estabelecidos diante do caráter jurídico e das normas vigentes. O autor distingue três modalidades de *communitas*: i) a *communitas* existencial ou espontânea; ii) a *communitas* normativa; iii) e a *communitas* ideológica.

De acordo ainda com Turner (1974), a *communitas* existencial ou espontânea tem semelhanças próximas ao vivido pelos *hippies*, representando assim organizações passageiras. Já a *communitas* normativa organiza-se em um sistema social duradouro e que, sob a influência do tempo, mobiliza e organiza recursos na perspectiva do controle social entre os seus membros. Com relação à *communitas* ideológica, o autor a entende como uma

¹²⁸ A partir da pesquisa de campo, posso afirmar que o Banco Palmas e a moeda Palmas podem ser considerados as iniciativas de maior expressão na perspectiva do reconhecimento do Conjunto Palmeiras como bairro solidário.

multiplicidade de arquétipos utópicos das sociedades, fundamentada na *communitas* existencial.

Desta maneira, analisando a situação das iniciativas solidárias, em especial as relativas ao banco e à moeda, atentando para as três modalidades descritas pelo autor, vale tecer algumas possíveis interpretações para a incorporação destas iniciativas como política de governo. Esta situação pode ser entendida como um oxímoro, pela contradição que há, ou seja, como algo que é ilegal perante as leis vigentes de um país passa a ser incorporado como uma política de governo?

Por outro lado, poder-se-ia pensar, a partir das proposições de Roberto DaMatta (1997, p. 68), a proposição de que as *communitas* se situam na classe dos fenômenos sociais que provocam um “curto-circuito, ou ainda uma ‘quebra de protocolo’”.

Desse modo, as discussões em tela podem evidenciar possíveis implicações de uma *communitas*. Turner (1974) afirma que as *communitas*, com raras exceções, podem ser mantidas por longo tempo. Adverte o autor, entretanto, que a *communitas* em pouco tempo se transforma em estrutura, “[...] na qual as livres relações entre os indivíduos são modificadas e convertem-se em relações, governadas por normas, entre pessoas sociais” (TURNER, 1974, p, 161).

Dessa maneira, a partir da percepção de Turner (1974) sobre as *communitas*, retomo a discussão sobre a criação da moeda social circulante, o Palma, refletindo sobre como a criação desta moeda pode ser analisada a partir de um modelo de *communitas*.

Na cartilha elaborada pela coordenação do Instituto Palmas (2011, p. 35), no trecho que trata da criação e uso da moeda, está dito que:

[...] a circulação da Moeda Social Circulante não objetiva lucro ou qualquer tipo de vantagem econômica para o seu promotor, no caso, os Bancos Comunitários. Ao contrário da moeda nacional (R\$), a Moeda Social é emprestada (em forma de crédito) sem juros para os clientes e a estes não são cobrados nenhuma taxa ou equivalente que cause rendimentos para os Bancos Comunitários. Seu único objetivo é proporcionar o desenvolvimento local, estimulando as trocas e serviços na própria localidade.

O trecho acima mostra a finalidade subjacente à criação e à gestão da moeda. No primeiro caso, evidencia-se que o uso da moeda Palmas ocorre fora das normas e padrões que regulamentam o sistema financeiro nacional, tendo em vista que o real (atual moeda do Brasil) é a única moeda aceita e reconhecida pelo Banco Central do Brasil. Em relação ao aspecto da gestão da moeda, é imperativo notar que sua circulação é promovida por um ente

que também está fora das regras, no caso o Banco Palmas, que, como se sabe, não possui caráter institucional, ou, ainda mais, ele não existe perante o sistema financeiro.

Assim, fundamentada em Turner (1974), creio ser possível apreender que, no caso da criação e do uso da moeda Palmas, que ocorre somente no Conjunto Palmeiras, o fenômeno pode ser analisado, a partir das características acima, como uma experiência que se aproxima do modelo classificado por Turner de *communitas* espontânea ou ideológica.

Assim, aguçando o meu olhar sobre os dados de campo, a partir dos dados obtidos e por meio das entrevistas realizadas, acredito ser possível elucidar algumas questões relativas à atuação do Banco Palmas e à utilização da moeda Palmas, considerando-os como próximos ao modelo de uma *communitas*.

Uma questão relevante é a estrutura legal que ampara e permite a atuação do Banco Palmas e a circulação da moeda Palmas. Neste caso, refiro-me ao Instituto Palmas.

O segundo ponto a ser considerado são os agentes públicos que financiam as iniciativas solidárias, no caso o Banco do Brasil, a CEF, a SENAES e o BNDES. Importa saber como, a partir da criação do Instituto Palmas e dos referidos financiamentos, se apresentam as iniciativas mencionadas.

O depoimento de Joaquim, que apresento a seguir, deixa clara a condição de liminaridade em que atua o Banco Palmas. A criação de um marco legal, institucionalizando a experiência, coloca-a então dentro da estrutura. Em relação à atuação dos financiadores e do Banco Palmas, Joaquim Melo diz:

Olhe, no Brasil legalmente não existe o banco comunitário, é um nome de fantasia que a gente dá e faz a transferência da moeda. O marco legal é uma lei que estabelece que o banco exista formalmente no País. Hoje nós operamos como auxílio de microcrédito, ou seja, é uma ONG que tem título de uma OSCIP [Organização da Sociedade Civil de Interesse Público] cadastrada no Ministério do Trabalho como auxílio de microcrédito e que, portanto, tem autorização de trabalhar com o crédito. Tanto é que hoje nós trabalhamos em parceria com o Banco do Brasil, porque uma série de atividades bancárias que nós temos feito está em parceria com o banco oficial: receber contas, pagar aposentados, conta corrente, poupança. Entre a existência do banco com as características do banco, como poupança, a atividade bancária, tem uma distância grande, enfim. Existe uma lei de economia solidária¹²⁹ no município de Fortaleza, mas isso não chega a instituir a lei dos bancos comunitários, até porque tem que ser uma lei federal. Hoje tramita no Congresso Nacional a lei da Deputada Federal Luiza Erundina¹³⁰, que estabelece ou propõe a lei dos bancos comunitários. É uma lei que institui no Brasil esse agente financeiro. Esta, então, é a proposta da Luiza Erundina: que o banco comunitário seja um banco com todas as características de um banco, fazendo parte da estrutura financeira do país.

(Depoimento do Joaquim Melo, Presidente do Instituto Palmas de Socioeconomia Solidária. Entrevista realizada no dia 22 de abril de 2012)

¹²⁹ Sobre a Lei municipal de Economia Solidária, ver Anexo.

¹³⁰ Verificar o projeto de lei da deputada Luiza Erundina sobre o marco dos Bancos Comunitários no Anexo.

No depoimento do Joaquim, observa-se uma situação que demarca, do ponto de vista legal, o caráter da iniciativa solidária (banco e moeda) e da estrutura do Estado. A posição do Estado, neste caso, é a de permissão. Esta é de caráter provisório e necessitou de que a iniciativa solidária fosse “revestida” por um ente institucional, no caso uma OSCIP, para que fosse efetivada como uma ação governamental.

Neste sentido, outra questão crucial na presente discussão é saber se estas experiências, ao serem institucionalizadas, tendem a se distanciar da lógica sobre as quais foram concebidas, de tal modo que coloque em risco o caráter solidário que as particularizaram. Ao retornarem à estrutura, como ocorre com várias das situações analisadas por Turner (1974), elas perdem seu caráter liminar e, portanto, de antiestrutura, de oposição às convenções que regem a sociedade, de subversão da ordem e do *statu quo*. No caso dos bancos comunitários, estes se tornariam apenas instituições comuns dentro do sistema financeiro, apenas voltadas para as regiões mais carentes?

As iniciativas solidárias foram sendo criadas em momentos apontados pelos sujeitos entrevistados como sendo muito delicados, momentos pelos quais passava o movimento social no Conjunto Palmeiras. Segundo os depoimentos, a existência destas iniciativas proporcionou às instituições locais a participação em eventos nacionais e internacionais sobre o tema da solidariedade. Concomitante à participação dos representantes das entidades locais em eventos, crescia a difusão destas iniciativas no seio do movimento social do Brasil¹³¹.

É importante lembrar que as experiências solidárias desenvolvidas no Conjunto Palmeiras, sobretudo as ligadas à ASMOCOMP e ao Instituto Palmas, nasceram do apoio financeiro de ONGs nacionais e internacionais. Gradativamente, como já mencionei em outro momento desta tese, os convênios com as instituições não governamentais foram ficando escassos e, ao mesmo tempo, foram surgindo os contratos com as instituições governamentais.

Sobre o assunto abordado, trago um trecho da entrevista com Joaquim Melo:

Eu sou da tese que, com o avanço da globalização, com todas as críticas que nós fazemos à globalização, é impossível você imaginar, você pensar hoje uma economia localizada, pode ser um bairro, pode ser um país. Então é isso que nós

¹³¹ Atualmente os representantes dessas iniciativas solidárias participam da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária e foram cofundadores da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia solidária e fazem parte da Rede Brasileira de Economia Solidária de Bancos Comunitários.

chamamos de hibridação de economias, porque ela parte, ela desenvolve do local, mas ela tem uma interação com a macroeconomia. Por exemplo, quando eu faço a camisa, são as mulheres que produzem, é a riqueza do bairro, a moeda social garante esta riqueza circular localmente, eu fortaleço a economia local, mas onde é que ela compra as máquinas, os equipamentos, ela compra o tecido? Ela compra na macroeconomia. Então é impossível se imaginar hoje um circuito de economia fechada, a não ser uma coisa hipotética. Hoje é quase impossível eu resolver no local toda a minha cadeia produtiva. Então, é isso que nós chamamos de hibridação da economia, hoje você tem o Banco Palmas e um Banco do Brasil, que é o maior banco da América Latina. Então, muita gente pergunta se estar ligado ao Banco do Brasil não atrapalha. Não tem nada a ver, não atrapalha em absoluto em nada, porque se você me traz a tecnologia do Banco do Brasil, trabalhamos com o *software*, trabalhamos com dinheiro que ele tem, ou seja, uma linha de crédito dele, com o marco legal que ele tem e colocou isso aqui dentro do [Banco] Palmas, e a gente transforma isso em economia solidária. Isso não afeta em absoluto, em nada, as pessoas não deixam de ser solidárias e não deixam de produzir solidariamente porque está pegando dinheiro do Banco do Brasil, a moeda [Palmas] não deixa de circular menos, até porque ela precisa disso. Então pra eu potencializar essa economia solidária, eu preciso ter tecnologia de inovação de investimentos, que estão ainda na economia capitalista. Então se eu consigo trazer isso, é isso que chamamos da hibridação da economia, quando eu consigo fazer esta junção de duas economias de maneira que eu protagonizo no seio da economia solidária. E, aí, voltando especificamente para o caso do Banco do Brasil, o protagonismo nessa relação é do Banco Palmas diretamente porque o Banco do Brasil não se mete aqui em nada.

(Depoimento do Joaquim Melo, Presidente do Instituto Palmas de Socioeconomia Solidária. Entrevista realizada no dia 22 de abril de 2012)

Sobre o depoimento do Joaquim, chamam a atenção algumas categorias mencionadas por ele (hibridação da economia, economia solidária e mercado) e como ele se utiliza delas como mote para explicar a presença das instituições e a atuação das experiências denominadas solidárias.

Ao falar sobre hibridação da economia, Joaquim Melo suscita uma discussão recorrente nos debates sobre a atuação do mercado local e global. No caso específico, Joaquim menciona particularmente a necessidade que as experiências consideradas solidárias têm perante o mercado capitalista no tocante à aquisição de mercadorias que ainda não estão sob o domínio destas experiências. Isto, é claro, problematiza as concepções fundantes dos movimentos denominados de economia solidária, ou seja, a busca de independência do mercado, a proposição de uma forma diferenciada de fazer a economia.

Sobre a hibridação da economia solidária França Filho (1999, p. 146) diz:

Não se deixam apreender sob a figura única do “puro” mercado, conhecido apenas pelos economistas. Nestas experiências, portanto, os recursos são plurais: mercantil, pela venda de produtos ou prestação de serviços; não mercantil, através de subsídios ou acordos e contratos junto a instituições públicas; e não monetário, através de contribuições voluntárias, de dádivas, principalmente sob a forma do benevolato (dádiva de si mesmo e do seu tempo). Por outro lado, a economia solidária refere-se ainda à experiência em que o emprego não representa um fim em si mesmo, parece

representar muito mais um meio para a descoberta de sentido na elaboração em comum de projetos econômicos.

Vale notar que essa noção de hibridação é acionada nos debates que se travam no país, apenas a partir do momento em que as experiências situadas no âmbito da economia solidária, no Brasil, passam a interagir com o governo federal e suas principais instituições financeiras públicas e de economia mista, disponibilizadoras de recursos para empréstimos e serviços, como a CEF e o Banco do Brasil, e para o desenvolvimento social, no caso do BNDES. Evidentemente, sem a SENAES, essas experiências continuariam a ser gestadas fora da estrutura do Estado. O depoimento do Joaquim, nesse sentido, ao discorrer sobre a relação das iniciativas solidárias com as instituições bancárias, enfatiza que a relação de parceria com o Banco do Brasil ocorre com a criação dos correspondentes bancários, mas que não interfere na autonomia do Banco Palmas.

No plano internacional, Laville (1994) considera que a economia solidária se dá na articulação entre economia mercantil, não mercantil e não monetária (LAVILLE, 1994, p. 85). Segundo este autor, desta forma, a economia solidária não se enquadraria ou não viria a “[...] acrescentar, nas formas dominantes da economia” (LAVILLE, 1994, p. 86).

No relato de Joaquim Melo, é importante analisar como, ao largo de tudo isto, é elaborada a percepção de solidariedade. Afinal, como vimos na presente tese, o Conjunto Palmeiras vem se constituindo com uma imagem de bairro solidário. Então, que parâmetros de solidariedade podem revelar esta atuação conjunta entre economia de mercado e economia solidária?

Trago a seguir o depoimento de Joaquim Melo, no qual ele exemplifica a relação financeira do Banco Palmas com o Banco do Brasil:

Como é que funciona no Banco do Brasil concretamente: por exemplo, hoje ele me empresta um milhão e meio de reais, ele me empresta a 1%, claro, é um banco comercial, ele tem que ter um lucro. Ele me empresta a 1%, e eu empresto entre 1,5% e 3%. As regras do empréstimo são nossas [Banco Palmas], os critérios são meus [Banco Palmas] porque somos nós [Banco Palmas] que decidimos. Então, em que o dinheiro do Banco do Brasil atrapalhou a minha [Banco Palmas] economia aqui? Em absoluto, em nada. Eu tive que trazer dinheiro dele é claro, que eu queria um dinheiro mais barato, os juros bem menores. Como não tem de outro canto, eu trago dele. Eu preciso pagar aqui contas de água, telefone, as taxas de administração ficam com a gente. Eu não posso botar dinheiro, o Banco do Brasil quer e pode botar dinheiro. Eu posso abrir o banco aos domingos, se eu quiser, e posso fechar agora se eu quiser, os critérios são meus, então em que isso atrapalha? Não atrapalha em nada.

(Depoimento do Joaquim Melo, Presidente do Instituto Palmas de Socioeconomia Solidária. Entrevista realizada no dia 22 de abril de 2012)

Joaquim menciona, no depoimento, o caráter autônomo do Banco Palmas ao se referir às regras de empréstimos, sobre as quais, segundo ele, não há nenhuma interferência do Banco do Brasil. Realmente, se for analisado do ponto de vista da autonomia no exercício dos empréstimos ou em outros serviços auferidos pelo Banco Palmas, nota-se a autonomia dita no relato de Joaquim. Contudo, também é passível de entendimento que há possíveis lucros obtidos pelo Banco Brasil, afinal é de responsabilidade da instituição local criar mecanismos que viabilizem os serviços oferecidos pelo Banco Palmas, como bem mencionou Joaquim em seu depoimento acima. Esta questão implica possivelmente em outra, assentada na relação dos entes públicos com as iniciativas consideradas solidárias.

Aguçando um pouco mais o meu olhar sobre o campo, observei, na entrevista realizada com Sandra, uma tensão em relação à expansão das iniciativas solidárias:

O que tem acontecido é que como o tema dos Bancos Comunitários tem tido muita visibilidade, muita gente quer criar um Banco Comunitário. Por exemplo, ligou um senhor de São Paulo dizendo que estava criando o Banco Comunitário do Brasil. Então, nosso material está disponível no nosso site, no Google¹³², enfim. Tem uma preocupação nossa que é: se começar a criar banco de todo jeito e acabar se deturpando a ideia original do banco comunitário. Por exemplo, tem muitos prefeitos querendo abrir banco comunitário, tem secretário querendo criar banco comunitário. Então a gente não cria banco deste jeito. É difícil fazer o controle, porque eu não tenho como ir ao Sergipe e verificar se a coisa é realmente um banco comunitário.

Se, por um lado, o depoimento de Joaquim Melo tratava acerca da assinatura de convênios entre as iniciativas solidárias com as instituições públicas, e ainda a atuação destas experiências no que diz respeito à autonomia, no depoimento de Sandra, constata-se uma tensão decorrente da expansão das iniciativas solidárias: a de que sejam deturpados os sentidos atribuídos aos bancos comunitários em sua origem.

Ora, nos últimos anos, a economia solidária passou a ter um *status* próprio no âmbito das políticas institucionais, e isto não aconteceu espontaneamente, pelo contrário, a criação da SENAES, a implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária, a criação de células em secretarias correlacionadas à temática da economia solidária nas prefeituras municipais e a criação da Rede de Gestores em Economia Solidária, tudo isto implicou uma visibilidade da economia solidária como política de governo e provocou, por certo, interesses políticos no movimento da sociedade civil, como também no âmbito das instituições governamentais (prefeituras e governos). Afinal a economia gradativamente vem se consolidando como política institucional.

¹³² Ver: <www.google.com.br/bancopalmas>.

Para Max Weber, clássico da sociologia, as instituições (Anstalt) constituem-se pela imposição da ação social, por decretos aos quais os seus participantes devem submeter-se (ARON, 1999, p. 493). No sentido weberiano, a institucionalização da economia solidária suscita a criação de regras. Desse modo, é interessante indagar: Que valores orientarão estas regras?

Volta-se então ao depoimento de Sandra Magalhães no trecho em que ela revela a tensão em torno da expansão dos bancos comunitários para analisar sua fala a partir do contexto atual da economia solidária, como mencionado anteriormente acima, acrescentando outra questão: a de que, na maioria das vezes, as ações de economia solidária são gestadas como políticas denominadas transversais. Tudo isto expõe as fragilidades políticas da temática. Parece-me que gera também grandes desafios relativos à manutenção dos princípios inerentes à gênese da concepção da economia solidária no Brasil¹³³. Parece assertivo dizer que a fala de Sandra pode suscitar preocupações que sinalizem essa direção, isto é, remontar à criação das iniciativas solidárias.

Com isto, retomo os depoimentos de Joaquim Melo e de Sandra e aponto, a partir destas falas, alguns aspectos que considero importantes para a discussão das iniciativas constituídas como solidárias. Faço isto, analisando inicialmente a partir da abordagem de Turner (1974) sobre a atuação de sujeitos e grupos no que diz respeito à *communitas* e à situação de liminaridade. Diz este autor:

A “communitas” irrompe nos interstícios da estrutura porque transgride ou anula as normas que governam as relações estruturadas e institucionalizadas, sendo acompanhadas por experiências de um poderio sem precedentes [...] a liminaridade, a marginalidade e a inferioridade estrutural são condições em que frequentemente se geram mitos, símbolos e rituais. (TURNER, 1974, p. 156).

Desse modo, parece certo afirmar que o processo de institucionalização da economia solidária, implica, na abordagem dada por Turner (1974), a perda do seu caráter liminar e, portanto, tende a sair de um modelo de *communitas* para outro, o das relações estruturais, institucionalizadas.

Em relação às experiências solidárias localizadas no Conjunto Palmeiras, especificamente o Banco Palmas e a moeda Palmas, como se mostrou no decorrer desta tese, estas foram sendo constituídas mediante relatos constituidores de um campo simbólico sobre o bairro. Entretanto, para a existência e o desenvolvimento destas iniciativas, cria-se um conjunto de estratégias para mantê-los, dentre os quais, e parece ser o mais expressivo, está a

¹³³ Ver Noelle (2004).

criação do Instituto Palmas. É provável que a entrada destas iniciativas em outro modelo de *communitas* gradativamente produza o esmaecimento da dimensão simbólica que ancora os relatos (míticos) das lideranças, que reafirmam e reproduzem sentidos de pertencimento ao bairro a partir de sua atuação diferenciada, no embate com as instâncias públicas, como foi visto no segundo capítulo desta tese. Paralelamente a estas questões, nota-se outro aspecto que se deve considerar: a articulação do movimento social articulado com outros agentes sociais que se mobilizam na perspectiva de constituir o marco legal da economia solidária. A exemplo disto, atualmente tramita no Congresso Nacional um projeto de lei da Deputada Federal Luiza Erundina que trata deste assunto.

Do exposto, até o momento, tudo indica que há atualmente uma tensão em relação ao campo da economia solidária. Se, por um lado, existe um fecundo movimento de relação da economia solidária com instituições públicas, a exemplo dos existentes no Conjunto Palmeiras; por outro lado, surgem questionamentos cabíveis de análise – ao aprofundar os vínculos do campo da economia solidária com o mercado capitalista, que outros caminhos podem se desvendar desta integração?

CONCLUSÃO

A pretensão desta tese foi compreender como, no Conjunto Palmeiras, construiu-se a imagem de um bairro solidário, o que desencadeou processos de legitimação institucional, bem como entender o modo pelo qual as iniciativas solidárias foram sendo difundidas e adquiriram legitimidade perante o Estado e a sociedade civil, e as possíveis implicações desta relação.

Inicialmente, reconheço a ousadia e, ao mesmo tempo, a contemporaneidade que este objeto suscita, tanto no campo empírico como teórico. Este sentimento também estava presente quando iniciei a pesquisa de campo no Conjunto Palmeiras, no ano de 2000, por ocasião do mestrado em sociologia, quando ainda se conformava o campo teórico com o intuito de compreender e discutir as ainda incipientes experiências denominadas solidárias. Passados quase quinze anos, volto a estudar esta temática, exatamente no momento em que considero que a economia solidária possivelmente tende a atravessar o portal do campo da informalidade para o campo da formalidade, quando se lhe pretende dar institucionalidade. Quais desdobramentos virão destas mudanças? Somente o tempo, a postura das instâncias governamentais e das iniciativas colocadas sob a égide de economia solidária, além da prática cotidiana, poderão evidenciar.

Nesse sentido, foquei nesta tese as abordagens teóricas que compunham as questões centrais como solidariedade, institucionalidade e legitimidade, buscando articular estas questões com o campo empírico, fonte inspiradora do exercício de compreensão do objeto em tela.

Esta tese concluiu que o Conjunto Palmeiras pode ser entendido a partir de duas dimensões, as quais se sobrepõem na apreensão do bairro.

Uma primeira dimensão está presente nas vivências locais dos moradores evidenciadas nas mobilizações sociais que se articularam na reivindicação pelos direitos a moradia, saúde e educação. Ainda sobre esta primeira dimensão, observei que as mobilizações sociais ocorridas no processo de construção do bairro foram sendo difundidas por um conjunto de lideranças como “relatos de lutas” e que, pela sua constante repetição e formação de um referencial para o bairro – na mídia, no campo acadêmico e junto a organizações internacionais –, as considerei como relatos míticos sobre o bairro. Estes relatos foram conferindo ao Conjunto Palmeiras a imagem do “bairro lutador” e, ao mesmo tempo, do “bairro solidário”. Dessa maneira, os mitos, ao serem contados e recontados, conferem legitimidade às experiências e, dessa maneira, fazem história.

A segunda dimensão apresentada nesta tese diz respeito às articulações que ocorreram no âmbito das próprias experiências denominadas solidárias. Em relação a esta segunda dimensão, percebi que as lideranças do Conjunto Palmeiras incorporaram às suas mensagens a percepção de bairro solidário. Isto ocorreu em consonância com o reconhecimento externo dessas iniciativas. Desta forma, notei que presente e passado se articulavam permanentemente nos depoimentos das lideranças como instrumentos que conferiam legitimidade às ações empreendidas no bairro. Estas questões presentes na primeira e na segunda dimensão foram cruciais para o desenvolvimento desta tese.

Outro assunto elucidado foi a articulação das instituições que se mobilizavam e se relacionavam em torno do bairro e das ações ali empreendidas. Observei isto durante o mapeamento das instituições. Em geral, durante as entrevistas, os representantes destas entidades, em particular, os mais antigos, relatavam a história dessas entidades de forma imbricada às mobilizações ocorridas no bairro. Por outro lado, as novas lideranças engajadas em diferentes instituições, vinculavam a sua vida particular à construção do bairro. Isto mostrou que há, senão um consenso, pelo menos o esforço em manter a percepção do bairro coeso, tantas vezes mencionadas pelos meus interlocutores.

Esta tese ainda conclui que esta junção de esforços locais tem proporcionado a visibilidade do bairro, devido a um conjunto de estratégias em permanente ebulição, articuladas por alguns atores locais, em geral lideranças mais antigas e a coordenação das experiências solidárias que protagonizam as mobilizações no bairro.

Estas articulações das lideranças ocorrem tanto do ponto de vista local como por sua atuação fora do bairro. Percebi que esta atuação incide junto à mídia, que acaba, por meio da veiculação de reportagens, consolidando os relatos sobre o bairro. Outro importante ator presente no bairro são as instituições acadêmicas, por meio de seus pesquisadores, porque realizam estudos importantes e percepções sobre as experiências ali desenvolvidas. Ambos, academia e mídia, nestes últimos anos, trouxeram para as suas pautas as experiências solidárias e aquelas desenvolvidas no Conjunto. Essas ações têm sido centrais para muitos destes autores, como referenciamos ao longo da tese.

Importa salientar, ainda, que, em decorrência desta articulação entre a mídia e a divulgação dos resultados de pesquisas, assim como em virtude da atuação de acadêmicos junto a essas experiências, pode-se dizer que as iniciativas denominadas solidárias no Conjunto Palmeiras ganham maior reconhecimento como um importante exemplo positivo, em se tratando da economia solidária no Brasil.

Também foi possível desvendar que, em particular, a experiência do Banco Palmas e a adoção de uma moeda própria foram incorporadas às políticas de governo. E não somente isto, também os representantes destas experiências têm assento nos principais espaços (fóruns e redes sociais) de debate sobre a economia solidária junto à sociedade civil.

Outro ponto relevante desvendado no transcurso desta tese refere-se à compreensão do processo de criação das iniciativas solidárias. Detive o meu olhar para autores como Jean-Louis Laville, Genauto França Filho, Noelle Lechat e Alicia Gonçalves, os quais vêm debatendo a ideia da solidariedade a partir da noção de reciprocidade em Mauss. Ao tratar desta questão, busquei contextualizar as ações desenvolvidas no Conjunto Palmeiras na perspectiva de elucidar situações que vislumbrassem a reciprocidade.

Outra questão crucial discutida nesta tese e sobre qual me detive e empenhei-me em interpretar deu-se em torno da compreensão da atual situação das experiências solidárias no Conjunto Palmeiras.

Por esta razão foi elucidativa e oportuna a noção de liminaridade e *communitas* desenvolvida por Turner (1974), a qual me permitiu uma melhor apreensão teórica da situação transitória em que se encontram as experiências solidárias do ponto de vista de um marco legal. Discuti, no decorrer desta tese, que, quando foi fundado o Instituto Palmas, coube a ele retirar as experiências desenvolvidas no bairro da situação de liminaridade. Trouxe à baila a discussão acerca da situação liminar inicial destas experiências e afirmei que as iniciativas solidárias, ao serem representadas por um ente institucional, perderam seu estatuto de liminaridade, colocando em questão as características que as aproximavam de uma *communitas*, ou seja, da situação diferenciada das relações estruturais, marcadas pela lógica de mercado.

Entretanto, quero lembrar que a própria situação das ações desenvolvidas pela SENAES¹³⁴, como política de governo, revelam, de certa maneira, o *status* liminar em que são desenvolvidas tais políticas. Afinal as ações da secretaria ocorrem como políticas transversais a programas de governo como o “Brasil sem Miséria”, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), ou a programas de “Emprego e Renda”, ligados ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

¹³⁴ O Ministério do Trabalho e Emprego passou a assumir, para além das iniciativas de emprego e de proteção dos trabalhadores assalariados, o desafio de implementar políticas que incluam as demais formas de organização do mundo do trabalho e proporcionem a extensão dos direitos ao conjunto dos trabalhadores. A SENAES colabora com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego fomentando e apoiando os Empreendimentos Econômicos Solidários por meio de ações diretas ou por meio de cooperação e convênios com outros órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) e com organizações da sociedade civil que atuam com a economia solidária. Ver sítio <www.mte.gov.br>. Pesquisada realizada no dia 20 de novembro de 2012.

Dessa forma, eu quis mostrar que, embora a minha pesquisa tenha sido focada nas experiências do Conjunto Palmeiras, isto não invalidou que eu pudesse pensá-la em relação a situações mais amplas relativas à economia solidária.

Assim, o intuito desta tese foi incitar um debate teórico sobre um campo que gradativamente passa por uma tensão de paradigmas. Se, por um lado, observa-se que as relações destas iniciativas com as instituições governamentais as legitimam perante o Estado, por outro lado, percebe-se que, embora estas iniciativas sejam incorporadas como política de governo, estas relações acontecem mediante a criação de entes institucionais, a exemplo do que está ocorrendo no Conjunto Palmeiras, com a criação do Instituto Palmas.

Concomitantemente a estas observações, foi possível notar que há uma mobilização dos segmentos sociais ligados à economia solidária no Brasil, na perspectiva de instituir-se um marco legal das experiências, convergindo ainda mais para a institucionalização destas experiências.

Diante do exposto, uma questão mostra-se fundamental – sobre ela tratei no transcurso desta tese ao aprofundar os vínculos do campo da economia solidária com o campo institucional: saber que outros caminhos podem emergir desta integração.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Moeda social 2. *In*: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 199-205.
- ALVES, Odete Maria. Raízes e prática de economia solidária: articulando economia plural e dádiva numa experiência do Ceará. **Documentos técnico-científicos**, v. 40, n. 3, jul./set. 2009.
- ARRUDA, Marcos. **Educação para que trabalho? Trabalho para que ser humano?** Reflexões sobre educação e trabalho, sua significação e seu futuro. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- _____. Socioeconomia solidária. *In*: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 10-14.
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS. Relatório de atividades II. Fortaleza: ASMOCONP; Banco Palmas, 2000.
- _____. Relatório de atividades II. Fortaleza: ASMOCONP; Banco Palmas, 2003.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O reverso da vitrine**: conflitos urbanos e cultura política em construção. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.
- BAUDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BRAGA, Elza Maria Franco. **Os labirintos da habitação popular** (conjunturas, programas e atores). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.
- _____. Socioeconomia solidária e a questão democrática: desvendando caminhos e utopias. *In*: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NORTE E NORDESTE, 2003.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <[http:// www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)>. Acesso em: 3 dez. 2012.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. **Marcovaldo ou as estações na cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. *In*: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUC, 2000.

CASTELL, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. Revisão técnica de Luis Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COELHO, Franklin Dias. Finanças solidárias. *In*: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 153-164.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. arte de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. **A estratégia dos signos**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FIGUEIREDO, Monique. Atividade financeira e moeda: análise da experiência do Conjunto Palmeiras em Fortaleza (CE). **Revista Direito: Temas Contemporâneos**, São Paulo, v. 7, n. 1, jan./jun. 2011.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária. Problemática, desafios e vocação. **Revue du Mauss**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan.-jun 2007.

_____. **Terceiro setor, economia popular, economia solidária, economia social**. Bahia : junho, 2002.

GAIGER, Luiz Inácio. **A solidariedade como uma alternativa econômica para os pobres**. Porto Alegre, 2001. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: 12 jul. 2003.

_____. Empreendimentos econômicos solidários. *In*: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 135-143.

_____. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro mapeamento nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 57-77, dez. 2007

GODOY, Tatiane Marina Pinto de. A economia solidária e a reprodução do trabalho e da vida na cidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 9., 2011, Goiânia. **Anais...** Goiânia:, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. **Cultura de participação no setor de telemática**. Campinas: Unicamp, 1998.

_____. **Cultura, mercado e transnacionalidade: um olhar etnográfico**. Campinas: Unicamp, 2006.

_____. Relato de experiência: experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 132-142, jan./jun. 2008.

LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 7-47, mar. 2009.

LISBOA, Armando de Melo. Mercado solidário. *In*: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a. p. 183-192.

_____. Solidariedade. *In*: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b. p. 242-250.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. Palmeiras, novas respostas para velhas questões. A força na política da unidade. A socioeconomia solidária: ensaios de sociabilidade e cidadania no conjunto palmeiras. *In*: MATTOS, Geísa; MATOS, Kelma Socorro Lopes de; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **Palmeiras: registros de cidadania**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002. p. 38-55.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Ed.70, 2008.

MENDONÇA, Luís Carvalheira de; MENDONÇA, João Hélio. **IMIP: identidade, missão, trajetória**. Recife: Bagaço, 2000.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções**: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

LÉVI-STRAUSS, C. A estrutura dos mitos. In: _____. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasiliense, 1975.

LINS, J. L. C. **Bancos Palmas e políticas públicas no Conjunto Palmeiras**: um estudo sobre o desenvolvimento humano sustentável e o trabalho solidário. 2003. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, 2003.

MALINOVSKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril, 1978.

MARTINS, Rafael D'Almeida; CALDAS, Eduardo de Lima. Visões do desenvolvimento local: uma análise comparada de experiências brasileiras. **Interações**, Campo Grande, MT, v. 10, n. 2, p. 207-218, jul./dez. 2009.

NORBERT, Elias. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

PEIRANO, Mariza G. S. **A análise antropológica de rituais**. Universidade de Brasília:, 2000.

RABELO, Catarina. O direito a palavra: no ar a rádio comunitária santos dias. In: MATTOS, Geísa; MATOS, Kelma Socorro Lopes de; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **Palmeiras**: registros de cidadania. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002. p. 80-98.

RAFFESTEIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

RODRIGUES, Fernanda. Banco Palmas: rituais de cidadania. In: RODRIGUES, Lea. **Rituais, dramas e performance**. Fortaleza: UFC, 2011. p. 257-270.

_____. A socioeconomia solidária: ensaios de sociabilidade e cidadania no Conjunto Palmeiras. In: MATTOS, Geísa; MATOS, Kelma Socorro Lopes de; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **Palmeiras**: registros de cidadania. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002. p. 138-151.

_____. **Socioeconomia solidária**: tecendo novas relações sociais no Conjunto Palmeiras. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2003a.

_____. Palmacard: no cotidiano do bairro, possibilidades de novas relações sociais. *In*: NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções**: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003b. p. 48-49.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Rituais na universidade**. Uma etnografia na Unicamp. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. O Banco do Brasil e as construções simbólicas sobre a idéia de nação. *Mosaico. Revista de Ciências Sociais*, Vitória, ES, v. 1, n. 2, p. 105-133, 1999.

_____. **Metáforas do Brasil**: demissões voluntárias, crise e rupturas no Banco do Brasil. São Paulo: Anablume; Fapesp, 2004a.

_____. **Introdução: teorias clássicas sobre rituais e o estudo de situações sociais contemporâneas**. *In*: RODRIGUES, Lea. **Rituais, dramas e performance**. Fortaleza: UFC, 2011.p.7-11.

_____; LAVILLE, J-L. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004b.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTANA JÚNIOR, Gildásio. Economia solidária: conceito, práticas e gênese – uma apresentação da temática. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicada**, Vitória da Conquista, BA, ano 3, n. 3, p. 81-92, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Armando. **Imaginários urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SILVA, José Borzachiello da. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Ed., 1992.

SILVA JÚNIOR, J. T. **Gestão, fato associativo e economia solidária**: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Bahia, 2004.

SINGER, Paul. **Utopia militante**. São Paulo: Vozes, 1999.

_____. Economia solidária. *In*: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 116-125.

_____; SOUSA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

PAULINO, Antonio George Lopes. **Economia solidária como um projeto cultural e político**: a experiência do Banco Palmas. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

TURNER, V. **O processo ritual**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.

VAN GENNEP, A. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

VIVEIROS DE CASTRO, M. Laura. Os sentidos do espetáculo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 45, 2002.

WHYTE, William Forte. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 35, out. 1997.

_____. **A máquina e a revolta**: organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de referência dos bancos comunitários de desenvolvimento

Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento

O QUE SÃO BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO?

São serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO?

1. É a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária do mesmo;
2. Os bancos comunitários *oferecem duas modalidades* de crédito: uma em real e outra em moeda social circulante;
3. Suas linhas de crédito estimularam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
4. Apóiam os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros);
5. Atuar em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social;
6. Estão voltados, sobretudo aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias,
7. Sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.

QUAL O OBJETIVO DE UM BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO?

Promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores.

QUAL A ESTRUTURA DE GESTÃO DE UM BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO?

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são geridos no interior de estruturas de organizações de caráter comunitário (como associações, fóruns, conselhos) ou outros tipos de iniciativa da sociedade civil que estejam inseridas na comunidade (sindicatos, ONGs, igrejas). Seu funcionamento supõe, portanto, a constituição de uma equipe de coordenação executiva no seio da própria organização associativa. Sua gestão implica desse modo, numa dimensão compartilhada, com forte componente de controle social local baseado em mecanismos de democracia direta.

COMO SE MANTÉM O BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO?

Sua manutenção se dá através da captação de recursos públicos e da constituição de um fundo solidário de investimento comunitário. Esse fundo constitui-se de múltiplas fontes de recursos, entre doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações de associados (pessoas físicas e/ou jurídicas), prestações de serviços mercantis não concorrenciais e outros tipos de prestação de serviços.

QUAIS AS MODALIDADES DE PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS OFERECIDOS PELO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO?

- I) Moeda social circulante local;
- II) *Crédito solidário através de concessão delegada junto a agentes financeiros e/ou através de fundo solidário (como Banco Popular do Brasil CEF etc.)*”. Caixa Econômica, BNDES, etc.);
- III) Crédito para financiamento de empreendimentos solidários;
- IV) Crédito para o consumo pessoal e familiar, sem juros;
- V) Cartão de crédito popular solidário;
- VI) Abertura e extrato de conta corrente;
- VII) Depósito em conta corrente;
- VIII) Saque avulso ou com cartão magnético;
- IX) Recebimento de títulos;
- X) Recebimento de convênios (água, luz, telefone, etc.);
- XI) Pagamento de benefícios;
- XII) Crédito habitacional.

QUAL O PÚBLICO PRIORITÁRIO DE UM BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO?

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento voltam-se prioritariamente para um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social. Contudo, pela sua condição de iniciativa cidadã focada no desenvolvimento do território, tais experiências devem também envolver outros tipos de público em alguma segmentação de mercado, como exemplo: jovens, mulheres, comerciantes, novos empreendedores, etc.

QUAL A ÁREA DE ABRANGÊNCIA DE UMA BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO?

Prioritariamente atua em territórios com até 50.000 habitantes, possibilitando que a metodologia funcione adequadamente. É possível que se tenha mais de um Banco Comunitário em funcionamento no mesmo território.

** Esse Termo de Referência foi aprovado no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2007, no SESC Iparana, em Caucaia – Ceará. Clique aqui para editar .*

Parceiros governamentais e Não Governamentais

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E PARCEIRAS (1998 - 2010)
Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS
ASHOKA
Associações Comunitárias, Grupos e Empreendimentos Locais
Banco do Brasil (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO)
Banco do Nordeste do Brasil
Banco Santander
Caixa Econômica Federal
Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza - CDL
CEARAH Periferia
Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE
CORDAID
FASE
Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza - FBFF
Fundação Banco do Brasil - FBB
Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES
Fundação da Criança e da Família Cidadã - FUNCI / Prefeitura Municipal de Fortaleza
Fundo de Investimento Social - FIES / ITAU
GRET
Grupo Cultural Afro Reggae
GTZ - Alemanha
Governos Estaduais
Instituições Públicas Locais (Escolas, ABC, Circo Escola, Postos de Saúde e outros)
Instituto Marista de Solidariedade - IMS
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Instituto Walmart
Inter-American Foundation
Misereor

OXFAM
Parlamentares em nível municipal, estadual e nacional
Petrobrás
Prefeituras Municipais
PROFITEC - Prefeitura Municipal de Fortaleza
Rede Cearense e Brasileira de Socioeconomia Solidária
O Rappa
SEBRAE-CE
Secretaria de Cultura de Fortaleza - SECULTFOR
Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Ceará
Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES

Fonte: < www.bancopalmas.com.br>

APÊNDICE B – Produção bibliográfica sobre o Banco Palmas



ANEXO – Projeto de lei 0420/09, que institui a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária em Fortaleza



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

PROJETO DE LEI 0420/09

Institui a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária em Fortaleza e dá outras providências.

Capítulo I

Da Política de Apoio e fomento à Economia Solidária e seus agentes

Art. 1º - A Política Municipal de Fomento à Economia Solidária integra a Política de Desenvolvimento Econômico e Social de Fortaleza, e estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará políticas, planos, programas e ações com vistas a fomentar a economia solidária e assegurar o direito ao(as) trabalhador(as) associado(as).

Parágrafo Único - As diretrizes, princípios e objetivos fundamentais da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária integram às estratégias gerais de desenvolvimento sustentável e aos investimentos sociais que têm por finalidade a implementação de políticas visando a promoção de atividades econômicas autogestionárias, o incentivo aos empreendimentos econômicos solidários, e a criação de novos grupos, de redes, de cadeias e arranjos produtivos locais.

Art. 2º - A Economia Solidária constitui-se em toda forma de organizar a produção de bens e de serviços, a distribuição, o consumo responsável e o crédito, que tenha por base os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade, visando à gestão democrática, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local integrado e sustentável, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, a valorização do ser humano e o estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

Parágrafo único. A formação de redes de colaboração que integram grupos de consumidores conscientes, produtores e prestadores de serviços na perspectiva do mercado justo e solidário é prioridade da Economia Solidária.

Capítulo II

Dos Empreendimentos Econômicos solidários

Art. 3º - Para os fins desta lei, será considerado Empreendimento Econômico Solidário aquela organização que possua as seguintes características:



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA



VIII – buscar e assegurar a formação de poupanças e;ou fundos solidários para capital de giro e investimentos;

Capítulo III

Dos Objetivos e instrumentos da política

Art. 5º - A Política Municipal de fomento à Economia Solidária, enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável, democrático e incluyente, deve buscar o alcance dos seguintes objetivos:

- I - Contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna;
- II - Fortalecer e estimular a organização e participação social e política da economia solidária;
- III - Reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia solidária;
- IV - Contribuir para a geração e distribuição de riquezas, melhoria da qualidade de vida e consequente erradicação da fome e das causas da pobreza;
- V - Contribuir para a equidade de gênero, de raça, de etnia e de geração, propiciando condições concretas para a participação de todos(as);
- VI - Democratizar e promover o acesso da economia solidária aos fundos públicos, aos instrumentos de fomento, aos meios de produção e às tecnologias sociais necessárias ao seu desenvolvimento;
- VII - Promover a integração, interação e intersetorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia solidária;
- VIII - Apoiar ações que aproximem consumidores(as) e produtores(as), impulsionando na sociedade reflexões e práticas relacionadas ao consumo consciente e ao comércio justo e solidário;
- IX - Contribuir para a redução das desigualdades regionais com políticas de desenvolvimento territorial sustentável;
- X - Promover práticas produtivas ambientalmente sustentáveis;
- XI - Promover o trabalho decente entre as organizações da economia solidária.
- XII – Contribuir para a divulgação das ações de Economia Solidária no Município, facilitando o acesso aos meios de comunicação (jornal impresso, TV, radio, revistas e sites, entre outros).
- XII – Promover e apoiar organizações de finanças solidárias que ofereçam serviços financeiros e bancários de forma incluyente, participativa e democrática.
- XIII – Assegurar a formação, informação e educação em Economia Solidária.

Art. 6º - São instrumentos da Política Municipal de Fomento à Economia solidária:

- I - Educação, formação e capacitação técnica para atuação na Economia Solidária;
- II - Assessoria técnica para elaboração de projetos econômicos;
- III - Apoio à promoção comercial, na perspectiva do comércio justo, e constituição de demanda através de assessoria técnica, abertura de mercados solidários, compras governamentais e estímulo ao consumo consciente dos produtos;
- IV - Apoio à pesquisa, à inovação, desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas aos empreendimentos;



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA



- V - Incubação e apoio técnico para criação de novos empreendimentos econômicos e solidários;
- VI - Apoio técnico e financeiro à recuperação e à reativação de empresas por trabalhadores(as) da Economia Solidária ;
- VII - Apoio jurídico e institucional à constituição de empreendimentos solidários;
- VIII - Financiamento, incentivos e fomento à investimentos e à constituição de patrimônio;
- IX - Disponibilização de linhas de crédito adequadas às especificidades dos Empreendimentos Econômicos e solidários, especialmente no que se refere ao valor das taxas de juros, subsídios, prazo de carência, disponibilização de garantias a itens financiáveis;
- X - Cedência, sob a forma de comodato, de imóveis, de máquinas, equipamentos e acessórios, integrantes do patrimônio do Município.

Capítulo IV Dos Registros (Das certificações)

Art. 7º - O Município de Fortaleza ficará responsável pelo cadastro dos empreendimentos econômicos solidários:

§ 1º - A aprovação do cadastro dos empreendimentos solidários deverá ser referendada pelo Conselho Municipal da Economia Solidária.

§2º - Os empreendimentos economia solidária deverão, quando possível, estar cadastrados no SIES e avaliados de 2 em 2 anos.

Capítulo V Do Fomento ao Desenvolvimento da Economia Solidária

Art. 8º - Os empreendimentos e entidade de apoio e fomento da Economia Solidária terão prioridade e critérios diferenciados para a obtenção de incentivos ao investimento, fixação de atividades econômicas e de formação.

§ 1º - A preferência a que se refere o caput deverá ser especificada nas leis que tratam dos incentivos e suas regulamentações posteriores.

Art. 9º - O Município apoiará e promoverá pesquisas, desenvolvimento e transferência de tecnologias adequadas as necessidades dos empreendimentos da Economia Solidária.

Capítulo VI Do Conselho Municipal de Economia Solidária

Art. 10º A aplicação da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária será organizada e acompanhada por um Conselho Municipal, de composição tripartite de caráter deliberativo, formada por representantes do Poder Público Municipal, Empreendimentos Econômicos, Entidades de Apoio e Fomento, conforme disposto em regulamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA



Art. 11º. O Conselho Municipal de Economia Solidária - CMES definirá as políticas públicas a serem adotadas pelo município para o desenvolvimento da Economia Solidária e terá como competências:

- I - zelar pelo cumprimento e implementação desta lei;
- II - contribuir para a elaboração do plano de integração das políticas públicas municipais de Economia Solidária;
- III - estabelecer diretrizes e detalhar a Política de Economia Solidária no município de Fortaleza;
- IV - estabelecer diretrizes e programas de alocação de recursos;
- V - monitorar e avaliar periodicamente as ações da política pública de Economia Solidária instituído no artigo 1º desta lei.
- VI - apresentar ao Poder Executivo e/ou Poder Legislativo, proposições para implantar políticas públicas emancipatórias de Economia Solidária no município de Fortaleza;
- VII - acompanhar e avaliar a gestão financeira, o desempenho dos programas e projetos que fazem parte da Política de Economia Solidária no município de Fortaleza;
- VIII - definir mecanismos para facilitar o acesso dos empreendimentos da Economia Solidária à Política de Economia Solidária no município de Fortaleza;
- IX - buscar garantias institucionais para que os Empreendimentos da Economia Solidária possam participar das licitações públicas;
- X - Convocar e organizar a Conferência Municipal de Economia Solidária de Fortaleza;
- XI - elaborar bianualmente o Plano Municipal de Economia Solidária de Fortaleza;
- XII - aprovar as certificações dos Empreendimentos de Economia Solidária;
- XIII - Realizar formação, informação e educação em Economia Solidária, ficando autorizado em contratar e convênir com entidades de apoio e fomento de Economia Solidária, para alcançar determinados fins.

Art. 12º. O funcionamento do Conselho Municipal de Economia Solidária e as atribuições de seus membros serão estabelecidos através de Regimento Interno.

CAPÍTULO VII Do Fundo Municipal de Economia Solidária.

Art. 13º - O Fundo Municipal de Economia Solidária terá a função de captação de recursos públicos ou privados, mediante convênios, parcerias, dotações orçamentárias, transferências, aplicação dos recursos, com o objetivo de executar a Política de Economia Solidária, visando o Fomento, à capacitação e qualificação profissional para geração de trabalho decente, auto-sustentável e formação cidadã, prioritariamente através de Empreendimentos e Organizações de Finanças Solidárias.

Parágrafo 1º - O Fundo Municipal de Economia Solidária, estará vinculado, administrativamente, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SDE.

Parágrafo 2º. - A regulamentação do Fundo Municipal de Economia Solidária será definida através de Lei específica e o seu funcionamento se dará por meio de regimento interno, sendo fiscalizada regularmente pelo Conselho Municipal de Economia Solidária.



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA



Art. 14º. - A Política Municipal de Fomento à Economia Solidária promoverá o apoio financeiro aos beneficiários desta lei mediante os seguintes recursos, que poderão igualmente integrar o Fundo Municipal de Economia Solidária:

- I – contribuições, subvenções e auxílios da União, Estado e do Município, de sua Administração Direta e Indireta;
- II – as destinações autorizadas em lei municipal das arrecadações resultantes de consórcios, programas de cooperação, convênios, contratos e acordos específicos, celebrados entre o município e instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- III – as contribuições resultantes de doações, legados e contribuições provenientes da cooperação nacional e internacional;
- IV – transferências autorizadas de recursos de outros fundos (ex: FECOP, FAT etc.);
- V – dotações orçamentárias repassadas pelo município e créditos adicionais suplementares que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;
- VI - rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;
- VII – outras receitas ou dotações orçamentárias autorizadas por lei.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo serão depositados em instituição financeira pública com a qual o Município tenha conta, sob a denominação do Fundo Municipal de Economia Solidária.

Art. 15º – Para consecução dos objetivos desta lei o Município poderá celebrar convênio com entidades públicas de direito público e privado, nacional ou internacional e também:

- I – celebrar convênio com entidades de micro-crédito, bancos comunitários e/ou populares, visando o repasse de linhas de créditos aos Empreendimentos Econômicos Solidários;
- II – atuar como interveniente nos contratos celebrados entre os empreendedores solidários de que trata esta lei e as entidades de micro-crédito, bancos comunitários ou bancos populares e prestar aval ou garantia fidejussória, através dos fundos de que trata o artigo 14 da lei;
- III – celebrar convênios com entidades que mantêm fundos rotativos solidários, visando oferecer crédito, acompanhamento e assistência técnica às iniciativas associativas e comunitárias de produção de bens e serviços, bem como intervir em contratos firmados entre os fundos rotativos e empreendedores solidários na forma disposta no inciso II deste artigo.

Art. 16º – Para a implementação dos instrumentos e políticas públicas decorrentes desta lei o Município fará constar em seu orçamento, PPA, LDO e LOA dotação orçamentária própria para as ações de investimento, custeio e financiamento.

Art. 17º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO EM 8 DE SETEMBRO DE 2009


 VER. RONIVALDO MAIA
 PARTIDO DOS TRABALHADORES -CE

JUSTIFICATIVA



A Economia Solidária teve seu ressurgimento e seu fortalecimento a partir da crise do emprego vivida nos fins dos anos 80 e durante toda a década de 90, enquanto resposta organizada dos próprios trabalhadores e trabalhadoras, frente à eminente situação de desemprego e flexibilização trabalhista.


Uma resposta auto-organizada dos trabalhadores e das comunidades pobres diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho, representando milhares de organizações coletivas, organizadas sob forma de autogestão e que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário.

A Economia Solidária se afirma como uma estratégia de desenvolvimento que proporciona uma distribuição mais justa e equitativa da renda, baseados na cooperação, na solidariedade, na satisfação e na valorização dos seres humanos e do meio ambiente.

Acontece que a Economia Solidária é uma forma de produção e consumo de base cooperativista, cuja atual lei que regula as atividades cooperativistas no Brasil (Lei 5764/71) se encontra completamente obsoleta, configura-se então uma urgente demanda por essa legislação específica. Sob uma análise mais ampla, verifica-se que uma lei específica que reconheça, regulamente e legalize efetivamente a economia solidária é um instrumento nacionalmente necessário para o desenvolvimento e o progresso desta. Tendo em vista que, economia solidária é um conceito ainda legalmente e juridicamente inexistente. Logo, já que a necessidade dessa regulamentação não está sendo suprida em âmbito nacional, traz - se essa problemática para o âmbito legislativo municipal. Visamos, então, ao menos na esfera que nos compete, fomentar uma legislação para conceituar e definir a Economia Solidária e garantir direitos para os (as) trabalhadores(as) desta.

Contudo, não se trata de mera formalidade legal. Os Empreendimentos econômicos solidários buscam na sociedade a condição de um novo sujeito coletivo. Com a criação de uma lei específica, as formas de organização da economia solidária passarão a ser reconhecidos na esfera pública e determinados direitos e deveres passarão a ser assegurados.

No Município de Fortaleza, já existe previsão orçamentária para alcançarmos os fins deste projeto em: Apoio ao associativismo e cooperativismo 1035, projeto/atividade: 11.334.0044.1035.


Ver. Rognivaldo Maia

Partido dos Trabalhadores



Câmara Municipal de Fortaleza

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E DA CIDADANIA.

PARECER Nº. 0471 /09

AO PROJETO DE LEI Nº. 0420/2009

RELATÓRIO

Trata-se de parecer ao projeto de lei proposto por Sua Excelência o nobre vereador Ronivaldo Maia que "INSTITUI A POLITICA MUNICIPAL DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA EM FORTALEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O presente projeto tem por objetivo estabelecer diretrizes para o fomento à economia solidária no âmbito de nosso município..

VOTO

Cumpre-nos aqui frizar que neste momento do processo legislativo a análise é de legalidade e constitucionalidade da iniciativa, não de mérito, de acordo com o artigo 61 do Regimento Interno (Resolução 1241, de 1º de Março de 1994).

Passando ao exame de admissibilidade da proposta, verificamos que a iniciativa do nobre Vereador, no que diz respeito ao estabelecimento das diretrizes gerais para a política de fomento à economia solidária não possui óbice de natureza constitucional ou legal que inviabilize a matéria.

Já quanto à criação e fixação da composição e atribuições do Conselho Municipal de Economia Solidária e da criação do Fundo Municipal de Economia Solidária, em face do preceituado pelo artigo 46 da Lei Orgânica do Município, constatamos a existência de **vício formal de iniciativa**. Diz o referido comando legal:

Art. 46. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e aos cidadãos.

§ 1º São da iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

(...)

II – organização administrativa, matéria tributária e orçamentária e serviços públicos, exceto os contidos no art. 34 desta Lei Orgânica;

(...)

Rua Thompson Bulcão, 830 – Luciano Cavalcante – Fone: (85) 3256.8300 Ramal 8372
Fortaleza-Ceará – CEP: 60810-460



Câmara Municipal de Fortaleza

IV - criação, estruturação e atribuições das secretarias e órgãos da administração pública.

A Constituição Federal reza no seu artigo 2º sobre o princípio da separação dos poderes. É dele que se extrai as competências privativas de cada poder. A não inobservância de tal dispositivo enseja vício de iniciativa, formal e insanável e se consubstancia em ameaça à harmonia dos Poderes Estatais. Ao criar obrigações e maneiras de efetivá-las, o Poder Legislativo interfere na discricionariedade do Executivo, já que a previsão da organização e funcionamento da administração municipal cabe ao Prefeito Municipal.

Corroborando com o entendimento, o STF, guardião da Constituição Federal e detentor da última palavra acerca da interpretação da constitucionalidade das normas jurídicas pátrias, já pacificou sua jurisprudência no sentido de que padece de inconstitucionalidade por vício de iniciativa as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública. Precedentes nesse sentido: ADI 3.178/ AP (relator ministro Gilmar Mendes), ADI 2.417/ SP (relator ministro Maurício Corrêa), ADI 2.750/ ES (relator ministro Eros Grau), ADI 2.420/ ES (relatora ministra Ellen Gracie).

Dessa forma, com fulcro no artigo 77, inciso IV de nosso Regimento Interno, manifestamos-nos pela REJEIÇÃO PARCIAL da proposta, com a supressão dos artigos 10, 11, 12, 13, 14 e 16 do projeto em análise, conforme proposta de emenda anexa.

Este é o nosso parecer, s.m.j.

SALA DAS SESSÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 12 DE novembro DE 2009.

Relator Vereador **Guilherme Sampaio**

Gliana Gomes

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
COORDENADORIA DA SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E DA CIDADANIA

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E DA CIDADANIA DÁ A SEGUINTE
REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N. 0420/2009.

*Institui a Política Municipal de Fomento à
Economia Solidária em Fortaleza e dá outras
providências.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

CAPÍTULO I

Da Política de Apoio e Fomento à Economia Solidária e seus Agentes

Art. 1º A Política Municipal de Fomento à Economia Solidária integra a Política de Desenvolvimento Econômico e Social de Fortaleza, e estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará políticas, planos, programas e ações com vistas a fomentar a economia solidária e assegurar o direito ao trabalhador associado.

Parágrafo único. As diretrizes, princípios e objetivos fundamentais da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária integram as estratégias gerais de desenvolvimento sustentável e aos investimentos sociais que têm por finalidade a implementação de políticas visando à promoção de atividades econômicas autogestionárias, ao incentivo aos empreendimentos econômicos solidários e à criação de novos grupos, de redes, de cadeias e arranjos produtivos locais.

Art. 2º A Economia Solidária constitui-se em toda forma de organizar a produção de bens e de serviços, a distribuição, o consumo responsável e o crédito, que tenha por base os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade, visando à gestão democrática, à distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, ao desenvolvimento local integrado e sustentável, ao respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, à valorização do ser humano e ao estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.



Parágrafo único. A formação de redes de colaboração que integram grupos de consumidores conscientes, produtores e prestadores de serviços na perspectiva do mercado justo e solidário é prioridade da Economia Solidária.

CAPÍTULO II

Dos Empreendimentos Econômicos Solidários

Art. 3º Para os fins desta Lei, será considerado Empreendimento Econômico Solidário aquela organização que possua as seguintes características:

I — ser organizado sob os princípios da cooperação, da solidariedade, da autogestão, da sustentabilidade socioeconômica, cultural e ambiental e da valorização do ser humano e do trabalho decente;

II — ser uma organização coletiva, singular ou complexa, cujos participantes ou sócios são trabalhadores;

III — realizar atividades de natureza socioeconômica, cultural e/ou ambiental, que deve ser a razão primordial da existência da organização;

IV — ser uma organização autogestionária, cujos participantes ou sócios exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e dos seus resultados, cumprindo o seu estatuto e/ou regimento interno no que se refere a uma administração transparente e democrática;

V — ser uma organização permanente, considerando tanto os empreendimentos que estão em funcionamento quanto aqueles que estão em processo de implantação, desde que o mesmo esteja constituído e as atividades definidas;

VI — garantir a adesão livre e voluntária dos seus membros;

VII — estabelecer condições de trabalho saudáveis e seguras;

VIII — respeitar a não-utilização de mão-de-obra infantil, em obediência ao Estatuto da Criança e do Adolescente;

IX — desenvolver suas atividades com sustentabilidade ambiental;

X — garantir a igualdade e respeito de gênero, raça, religião e etnia.

§ 1º Para efeitos desta Lei, os empreendimentos econômicos solidários podem assumir diferentes formas societárias, inclusive serem grupos informais, desde que contemplem as características do *caput*.



§ 2º Para efeitos desta Lei, não serão considerados empreendimentos econômicos solidários aqueles cujo objeto social seja a intermediação de mão-de-obra e/ou cuja gestão e resultados não sejam compartilhados entre todos os seus membros.

§ 3º Para efeitos desta Lei, inserem-se entre os empreendimentos econômicos solidários os produtores que trabalhem em regime de agricultura familiar, agricultura urbana, pesca artesanal e agroecológica.

Art. 4º Para efeitos desta Lei, devem ser considerados como princípios norteadores de um empreendimento econômico solidário:

I — desenvolver suas atividades em cooperação com outros grupos e empreendimentos da mesma natureza;

II — buscar a inserção comunitária, com a adoção de práticas solidárias, democráticas e de cidadania;

III — praticar preços justos, sem maximização de lucros, nem busca de acumulação de capital;

IV — respeitar e preservar o meio ambiente e a todas as formas de vida;

V — respeitar a equidade de gênero, raça, religião e etnia;

VI — praticar a produção, a comercialização justa, o consumo consciente e a prestação de serviço de forma coletiva;

VII — exercer e demonstrar transparência na gestão dos recursos e a justa distribuição dos resultados;

VIII — buscar e assegurar a formação de poupanças e/ou fundos solidários para capital de giro e investimentos.

CAPÍTULO III

Dos Objetivos e Instrumentos da Política

Art. 5º A Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável, democrático e incluyente, deve buscar o alcance dos seguintes objetivos:

I — contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna;

II — fortalecer e estimular a organização e participação social e política da economia solidária;



III — reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia solidária;

IV — contribuir para a geração e distribuição de riquezas, melhoria da qualidade de vida e consequente erradicação da fome e das causas da pobreza;

V — contribuir para a equidade de gênero, de raça, de etnia e de geração, propiciando condições concretas para a participação de todos;

VI — democratizar e promover o acesso da economia solidária aos fundos públicos, aos instrumentos de fomento, aos meios de produção e às tecnologias sociais necessárias ao seu desenvolvimento;

VII — promover a integração, interação e intersectorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia solidária;

VIII — apoiar ações que aproximem consumidores e produtores, impulsionando na sociedade reflexões e práticas relacionadas ao consumo consciente e ao comércio justo e solidário;

IX — contribuir para a redução das desigualdades regionais com políticas de desenvolvimento territorial sustentável;

X — promover práticas produtivas ambientalmente sustentáveis;

XI — promover o trabalho decente entre as organizações da economia solidária;

XII — contribuir para a divulgação das ações de Economia Solidária no Município, facilitando o acesso aos meios de comunicação (jornal impresso, TV, rádio, revistas e sites, entre outros);

XIII — promover e apoiar organizações de finanças solidárias que ofereçam serviços financeiros e bancários de forma incluyente, participativa e democrática;

XIV — assegurar a formação, informação e educação em Economia Solidária.

Art. 6º São instrumentos da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária:

I — educação, formação e capacitação técnica para atuação na Economia Solidária;

II — assessoria técnica para elaboração de projetos econômicos;

III — apoio à promoção comercial, na perspectiva do comércio justo, e constituição de demanda através de assessoria técnica, abertura de mercados



solidários, compras governamentais e estímulo ao consumo consciente dos produtos;

IV — apoio à pesquisa, à inovação, ao desenvolvimento e à transferência de tecnologias apropriadas aos empreendimentos;

V — incubação e apoio técnico para criação de novos empreendimentos econômicos e solidários;

VI — apoio técnico e financeiro à recuperação e à reativação de empresas por trabalhadores da Economia Solidária;

VII — apoio jurídico e institucional à constituição de empreendimentos solidários;

VIII — financiamento, incentivos e fomento a investimentos e à constituição de patrimônio;

IX — disponibilização de linhas de crédito adequadas às especificidades dos empreendimentos econômicos e solidários, especialmente no que se refere ao valor das taxas de juros, subsídios, prazo de carência, disponibilização de garantias a itens financiáveis;

X — cedência, sob a forma de comodato, de imóveis, de máquinas, equipamentos e acessórios integrantes do patrimônio do Município.

CAPÍTULO IV

Dos Registros (Das Certificações)

Art. 7º O Município de Fortaleza ficará responsável pelo cadastro dos empreendimentos econômico-solidários:

§ 1º A aprovação do cadastro dos empreendimentos solidários deverá ser referendada pelo Conselho Municipal da Economia Solidária.

§ 2º Os empreendimentos economia solidária deverão, quando possível, estar cadastrados no SIES e avaliados de 2 (dois) em 2 (dois) anos.

CAPÍTULO V

Do Fomento ao Desenvolvimento da Economia Solidária

Art. 8º Os empreendimentos e entidade de apoio e fomento da Economia Solidária terão prioridade e critérios diferenciados para a obtenção de incentivos ao investimento, fixação de atividades econômicas e de formação.

